



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS-ANP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Rio de Janeiro/2016



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS-ANP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e da Portaria CGU nº 500/2016.

AUDITORIA INTERNA - AUD

Rio de Janeiro/2016

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	12
2	VISÃO GERAL DA ANP	14
2.1	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	14
2.2	Finalidade e Competências	14
2.3	Ambiente de Atuação	16
2.4	Organograma	18
2.5	Macroprocessos finalísticos	25
3	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	28
3.1	Planejamento Organizacional	28
3.1.1	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	34
3.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	35
3.3	Desempenho orçamentário	40
3.3.1	Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	40
3.3.2	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	57
3.3.3	Restos a pagar de exercícios anteriores	76
3.3.4	Execução descentralizada com transferência de recursos	78
3.3.4.1	Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	81
3.3.5	Informações sobre a realização das receitas	84
3.3.6	Informações sobre a execução das despesas	85
3.3.7	Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	87
3.4	Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização	89
3.5	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	90
3.6	Análise do impacto gerado no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis decorrentes da atuação da ANP	97
3.7	Informações sobre as ações desenvolvidas pelas unidades técnicas específicas	101
3.7.1	Superintendência de Participações Governamentais	101
3.7.2	Núcleo de Fiscalização da Medição e Produção de Petróleo e Gás Natural	108
3.7.3	Superintendência de Refino, Processo de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis	118
4	GOVERNANÇA	123
4.1	Descrição das estruturas de governança	123
4.2	Informações sobre os dirigentes e colegiados	124
4.3	Atuação da unidade de auditoria interna	127
4.4	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	128
4.5	Gestão de riscos e controles internos	129
4.6	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	131
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	132
5.1	Canais de acesso do cidadão	132
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão	136
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	136
5.4	Mecanismos de transparéncia das informações relevantes sobre a atuação da unidade	137
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	137
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	138
6.1	Desempenho financeiro do exercício	138
6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	139
6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	141
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64	141
7	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	142
7.1	Gestão de pessoas	142
7.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	142
7.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	143
7.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	144
7.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	144
7.2	Gestão do patrimônio e da infraestrutura	147
7.2.1	Gestão da frota de veículos	147
7.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	150

7.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	151
7.2.4	Informações sobre os imóveis locados de terceiros	152
7.2.5	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	154
7.3	Gestão da tecnologia da informação	154
7.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	186
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	188
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	188
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	188
8.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	189
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	189
8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	189
8.6	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	190
9	ANEXOS E APÊNDICES	192

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAAS – Avaliação Ambiental de Área Sedimentar
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AM - Amazonas
AIN – Assessoria de Inteligência
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
AUD – Auditoria
BA – Bahia
BDEP – Banco de Dados de Exploração e Produção
BI - Business Intelligence
BID – Lance, oferta
BRASILCOM – Sindicato das Distribuidoras Regionais Brasileiras de Combustíveis
BSC – Balanced Scorecard
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CADI – Comissão de Avaliação do Desempenho Institucional
CBM – Corpo de Bombeiros Militar
CCL – Coordenadoria de Conteúdo Local
CD I – Cargo de Direção I
CD II – Cargo de Direção II
CDC – Coordenadoria de Defesa da Concorrência
CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação
CEAPG – Centro de Estudos Aplicados de Petróleo e Gás Natural
CEVI – Condomínio do Edifício Visconde de Itaboraí
CGU – Controladoria Geral da União
CMRI – Comissão Mista de Reavaliação de Informações
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COP – Coordenadoria Parlamentar
COR – Coordenadoria do Orçamento
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPT – Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas
CRC – Centro de Relações com o Consumidor
CRG – Corregedoria
CTA – Comitê Técnico de Acompanhamento
DETRAN – Departamento de Trânsito
DF – Distrito Federal
DG – Diretoria Geral
DIR I – Diretoria I
DIR II – Diretoria II
DIR III – Diretoria III
DIR IV – Diretoria IV
DOU – Diário Oficial da União
DPC – Diretoria de Portos e Costas
E & P – Exploração e Produção
EAAS – Estudo Ambiental de Área Sedimentar
EC – Escritório Central
EDF – Escritório Sede-DF

EGP – Escritório de Gestão de Projetos
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
EPO – Escritório de Gestão de Processos
ERJ – Escritório Central-RJ
ESA – Escritório Regional de Salvador
ESP – Escritório Regional de São Paulo
EVT – Estudo de Viabilidade Técnica
FECOMBUSTÍVEIS – Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes
FENABRAVE – Federação Nacional da Distribuição dos Veículos Automotores
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FPSO – Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência
GAB – Gabinete do Diretor-Geral
GFL – Grupo de Avaliação dos Fluxos Logísticos de Produção, Transporte e Armazenagem de Combustíveis
GLP – Gás Liquefeito do Petróleo
GNV – Gás natural veicular
GPC - Gerenciamento de Parcelamento de Créditos
GPF – Gestão dos Processos da Fiscalização
IAC – Índice de Autorizações e Credenciamentos
IAD – Índice de Ampliação e Disseminação do Conhecimento
IBEduC – Instituto Brasileiro de Educação Corporativa
ICO – Índice de Comunicação
IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente
IEP – Índice de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural
IFI – Índice de Fiscalização
IGI – Índice de Gestão Interna
IGOD – Informações Gerenciais de Operações Desenvolvidas
IN – Instrução Normativa
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPEM – Instituto de Pesos e Medidas
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEP – Laboratório de Estudos e Análises de Petróleos
LOA – Lei Orçamentária Anual
LUBNOR – Lubrificantes e Derivados do Nordeste
MCE – Gestão da Movimentação de Comércio Exterior
MDS – Método de Desenvolvimento de Sistema
MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MG – Minas Gerais
MME – Ministério de Minas e Energia
MP – Ministério Público
MPM – Média Ponderada Móvel
MT - Magnetotelúrico
NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade
NFP – Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural
NFSM – Notificação de Falha do Sistema de Medição
NIN – Núcleo de Informática
OCTE – Óleo Combustível para Turbina Elétrica
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
ON – Observatório Nacional
ON – Orientação Normativa

PAA – Plano de Ação Anual
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PDTI – Plano Diretor do TI
PE – Participação Especial
PEM – Programa Exploratório Mínimo
PETI – Plano Estratégico do TI
PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMQC – Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis
PO – Plano Orçamentário
PPA – Plano Plurianual
PPSA – Pré-Sal Petróleo S.A.
PRG – Procuradoria Geral
PRH – Programa de Recursos Humanos
PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural
PTI – Plano de Trabalho Individual
QAV – Querosene de Aviação
QAV B-X – Querosene de Aviação B-X
RAC – Reunião de Análise Crítica
RECAP – Refinaria de Capuava
REDUC – Refinaria Duque de Caxias
REFAP – Refinaria Alberto Pasqualini
REPAR – Refinaria Presidente Getúlio Vargas
REPLAN – Refinaria de Paulínia
REVAP – Refinaria Henrique Lage
RGT – Relatório de Gastos Trimestrais
RGP – Registro Geral de Produtos
RJ – Rio de Janeiro
RM – Relatório de Medição
RMA – Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB – Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RNEST – Refinaria Abreu e Lima
RPCC – Refinaria Potiguar Clara Camarão
RS – Rio Grande do Sul
SAB – Superintendência de Abastecimento
SAF – Sistema de Acompanhamento de Frequências
SAOF – Sistema de Acompanhamento de Ofertas
SBQ – Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos
SCI – Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais
SCM – Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural
SDB – Superintendência de Definição de Blocos
SDP – Superintendência de Desenvolvimento e Produção
SDT – Superintendência de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos
SEC – Secretaria Executiva
SEI – Sistema Eletrônico de Informação
SEP – Superintendência de Exploração
SFA – Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa
SFI – Superintendência de Fiscalização do Abastecimento
SFP – Sistema de Fiscalização da Produção
SGP – Superintendência de Gestão de Pessoas

SGSO – Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional
SGTI – Sistema de Gestão de Tecnologia da Informação
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIATA – Sistema Integrado de Áreas Técnicas e Atendimento
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SICBOLSAS - Sistema Integrado de Controle de Bolsas
SICOM – Sistema de Controle de Multas
SICONV - Sistema Integrado de Convênio
SID – Sistema de Informação Documental
SIGAF – Sistema de Gestão do Planejamento das Ações da Fiscalização
SIGEP – Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção
SIMP – Sistema de Informações de Movimentação de Produtos
SMS – Segurança, Meio Ambiente e Saúde
SINCOPEPETO – Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo
SINDICOM - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SP – São Paulo
SPAC - Solicitação de Participação em Ação de Capacitação
SPAR-CS - Setor Paraná
SPAT – Sistema de Participação em Ação de Treinamento
SPD – Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
SPG – Superintendência de Participações Governamentais
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento de Uso do Patrimônio
SPL – Superintendência de Promoção de Licitações
SPT – Sistema de Plano de Trabalho
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SQD – Sistema de Qualificação Digital
SRD-PR – Sistema de Registro de Documentos – Posto Revendedor de Combustíveis
SRF – Secretaria da Receita Federal
SRP – Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis
SSM – Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente
STF – Supremo Tribunal Federal
STI – Superintendência de Tecnologia da Informação
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCA – Termo Circunstanciado Administrativo
TCU – Tribunal de Contas da União
TEM – Transiente Eletromagnético
TI – Tecnologia da Informação
TPB – Toneladas de Porte Bruto
UAR BA – Unidade de Atendimento Regional-Bahia
UAR MG – Unidade de Atendimento Regional-Minas Gerais
UAR MN – Unidade de Atendimento Regional-Manaus
UAR RS – Unidade de Atendimento Regional-Rio Grande do Sul
UAR SP – Unidade de Atendimento Regional-São Paulo
UF – Unidade Federativa
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UG – Unidade Gestora
UGR – Unidade Gestora Responsável
UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

UORGs – Unidades Organizacionais

UPC – Unidade Prestadora de Contas

VPD – Variação Patrimonial Diminutiva

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	21
Quadro 2 – Macroprocessos finalísticos	26
Quadro 3 – Ação de responsabilidade da ANP – Modernização estrutural do CPT	57
Quadro 4 – Ação de responsabilidade da ANP – Regulação da distribuição e revenda de derivados de petróleo	59
Quadro 5 – Ação de responsabilidade da ANP – Serviços de geologia e geofísica	61
Quadro 6 – Ação de responsabilidade da ANP – Regulação da exploração, desenvolvimento e produção de petróleo	63
Quadro 7 – Ação de responsabilidade da ANP – Regulação das atividades da indústria do petróleo	67
Quadro 8 – Ação de responsabilidade da ANP – Estudos ambientais de áreas sedimentares	69
Quadro 9 – Ação de responsabilidade da ANP – Implantação do centro de rochas e fluidos	71
Quadro 10 – Ações não previstas na LOA do exercício - Gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras	73
Quadro 11 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	76
Quadro 12 – Quadro 12 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela ANP na modalidade de convênio, termos de cooperação e de contratos de repasse	78
Quadro 13 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	78
Quadro 14 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios	79
Quadro 15 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	79
Quadro 16 – Despesa por modalidade de contratação	85
Quadro 17 – Despesas por grupo e elemento de despesa	86
Quadro 18 – Concessão de suprimento de fundos	87
Quadro 19 – Utilização de suprimento de fundos	87
Quadro 20 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	88
Quadro 21 – Síntese da Remuneração dos Administradores	131
Quadro 22 – Força de Trabalho da ANP	142
Quadro 23 – Distribuição da lotação efetiva	142
Quadro 24 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da ANP	142
Quadro 25 – Despesas do pessoal	143
Quadro 26 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	144
Quadro 27 – Despesas com publicidade	191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação da unidade	14
Tabela 2 – Processos e macroprocessos da ANP	34
Tabela 3 – Indicadores de Estratégia	37
Tabela 4 – Objetivo fixado pelo PPA – Expandir e modernizar o parque nacional de refino	40
Tabela 5 – Objetivo fixado pelo PPA – Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis	42
Tabela 6 – Objetivo fixado pelo PPA – Otimizar a logística	43
Tabela 7 – Metas qualitativas – Atender a totalidade dos estados brasileiros com a comercialização de GLP	46
Tabela 8 – Objetivo fixado pelo PPA – Promover ações da política nacional de	

combustíveis	46
Tabela 9 – Metas qualitativas – Garantir o abastecimento do óleo diesel	47
Tabela 10 – Objetivo fixado pelo PPA – Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias	48
Tabela 11 – Objetivo fixado pelo PPA – Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural	50
Tabela 12 – Plano orçamentário – fiscalização da distribuição e revenda de derivados de petróleo	60
Tabela 13 – Plano orçamentário - Gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras	65
Tabela 14 – Plano orçamentário – Fiscalização das atividades da indústria do petróleo	68
Tabela 15 – Realização da Receita no exercício	84
Tabela 16 – Resultado das metas intermediárias da ANP no ciclo 2014-2015	92
Tabela 17 - Processos instaurados para avaliar as características de qualidade declaradas pelas concessionárias	102
Tabela 18 – Representatividade do volume de produção fiscalizado em 2015	109
Tabela 19 – Quantidade de instalações passíveis de fiscalização	110
Tabela 20 - Processos de recálculo de produção instaurados em 2015, oriundos das análises das notificações de falhas dos sistemas de medição	111
Tabela 21 – Quantidade de instalações fiscalizadas	113
Tabela 22 – Quantidade de autos de infração lavrados	114
Tabela 23 – Quantidade de processos de fiscalização com pendências processuais	116
Tabela 24 – Evolução do fator de utilização do parque de refino brasileiro	118
Tabela 25 – Total de incidentes comunicados pelos agentes regulados	119
Tabela 26 – Ações de capacitação da Corregedoria	129
Tabela 27 – Quantidade de pedidos de informação realizados pelo SIC	135
Tabela 28 – Avaliação do atendimento realizado pela central de atendimentos da ANP	136
Tabela 29 – Avaliação do atendimento realizado pela central de atendimentos da ANP no período 2013/2014	137
Tabela 30 – Arrecadação de receitas pela ANP	138
Tabela 31 – Dispêndios realizados pela ANP	139
Tabela 32 – Quantitativo de estagiários, conforme Orientação Normativa nº 04/2014	145
Tabela 33 – Quantitativo de estagiários por área fim e área meio	146
Tabela 34 – Quantidade de veículos de apoio administrativo	148
Tabela 35 – Quilômetros rodados por veículos de apoio administrativo	149
Tabela 36 – Idade média da frota de veículos	149
Tabela 37 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	151
Tabela 38 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	153
Tabela 39 – Mapa estratégico e demandas de TI	154
Tabela 40 – Objetivos estratégicos de TI	156
Tabela 41 – Lista dos principais sistemas com código fonte de propriedade da ANP	159
Tabela 42 – Lista de sistemas com códigos-fonte de terceiros, com licença de uso para a ANP	164
Tabela 43 – Plano de capacitação dos servidores que atuam na STI	167
Tabela 44 – Treinamentos realizados pelos servidores da STI	168
Tabela 45 – Quantitativo da força de trabalho da STI	173
Tabela 46 – Projeto de TI – Gestão dos processos de fiscalização	176
Tabela 47 – Projeto de TI – Registro geral dos produtos	176
Tabela 48 – Projeto de TI – Sistema de registro de documentos	177
Tabela 49 – Projeto de TI – Sistema de gestão do planejamento das ações de fiscalização	178

Tabela 50 – Projeto de TI – Gerenciamento de parcelamentos de créditos	179
Tabela 51 – Projeto de TI – Gestão da movimentação de comércio exterior	179
Tabela 52 – Projeto de TI – Solicitação de participação em ação de capacitação	180
Tabela 53 – Projeto de TI – Sistema de acompanhamento de frequência	180
Tabela 54 – Projeto de TI – Sistema integrado de áreas técnicas e atendimento	181
Tabela 55 – Projeto de TI – Sistema de qualificação digital	181
Tabela 56 – Projeto de TI – Simp web distribuidora	182
Tabela 57 - Projeto de TI – Contratos de prestação de serviços de suporte presenciais	182
Tabela 58 - Contratos de manutenção com fornecedores de software	184
Tabela 59 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis	186
Tabela 60 - Deliberações dos acórdãos do TCU – 2015	188
Tabela 61 - Contratos enquadrados na lei de desoneração	190

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da ANP	19
Figura 2 – Macroprocessos finalísticos	25
Figura 3 – Mapa estratégico	29
Figura 4 – Quantitativo de agentes econômicos que atuam no segmento de abastecimento	100
Figura 5 – Variação do quantitativo de agentes econômicos que atuam no segmento de abastecimento	100
Figura 6 – Fluxogramas – auditoria da classe de custo de afretamento e da classe de custos de serviços	105
Figura 7 – Registro de PTI no sistema de avaliação individual	114
Figura 8 – Objetivos estratégicos de TI	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de manifestações respondidas pelo CRC	133
Gráfico 2 – Evolução das manifestações respondidas pelo CRC	135
Gráfico 3 – Evolução da quantidade de estagiários	146
Gráfico 4 – Evolução da despesa contratual de estágio	147

ANEXOS

I – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Todos os Orçamentos	192
II – Balanço Financeiro – Todos os Orçamentos	193
III – Balanço Orçamentário – Todos os Orçamentos	195
IV – Balanço Patrimonial – Todos os Orçamentos	198
V – Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Todos os Orçamentos	200
VI – Demonstrações das Variações Patrimoniais – Todos os Orçamentos	202
VII – Acompanhamento da Arrecadação de Multas – Quantidade	204
VIII – Acompanhamento da Arrecadação de Multas – Valores	205
IX – Acompanhamento da Arrecadação de Multas	206
X – Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário	207

1 – APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão Individual encontra-se estruturado de acordo com as normas emanadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (IN TCU nº. 63/2010, DN TCU nº. 146/2015 e Portaria TCU nº. 321/2015) e pela Controladoria-Geral da União – CGU (Portaria CGU nº. 500/2016), contemplando todas as exigências nelas contidas.

No exercício de 2015, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP implantou o novo modelo de gestão e iniciou a execução da sua estratégia. Esse novo modelo baseado na estratégia busca integrar as diversas unidades organizacionais da ANP por meio da execução de projetos estratégicos e da gestão de processos priorizados, buscando criar sinergia de esforços para o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Agência.

Para isso, foram constituídos o Escritório de Gestão de Processos – EPO e o Escritório de Gestão de Projetos – EGP. O EPO foi criado para institucionalizar a gestão de processos na ANP, melhorar o desempenho organizacional e garantir o alinhamento entre os processos e os objetivos estratégicos, ao passo que o EGP tem por objetivo promover maior controle sobre a execução dos projetos da Carteira de Projetos Estratégicos da ANP, monitorando suas entregas, prazos e custos e, também, fomentar a padronização da gestão de projetos na Agência.

Também foi realizada a primeira medição dos indicadores da estratégia, visando a estabelecer a linha de base para analisar o desempenho da Agência no que se refere ao alcance dos seus objetivos estratégicos, além da revisão de 25 processos definidos pela Diretoria Colegiada.

O projeto de Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas da ANP – CPT foi concluído e alcançou com êxito o objetivo de modernização do espaço físico, das instalações e da infraestrutura. O desenvolvimento dos módulos (sistemas) SPG de Royalties e de Preços no SIGEP, que permitem o registro e o cálculo da distribuição de royalties, de preço mínimo do petróleo e de preço de referência do gás natural por meio de sistema informatizado foi concluído, em atendimento à recomendação TCU.

No que tange à fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, foram realizadas aproximadamente 18.000 ações de fiscalização, tal número foi 20% superior ao inicialmente previsto, mas isso só foi possível pelo esforço resultante das 87 forças-tarefa realizadas com vários órgãos públicos, de diferentes esferas governamentais, cuja sinergia de competências possibilitou a fiscalização em agentes econômicos localizados em áreas de alto risco, em todo o território nacional. Com relação ao monitoramento da qualidade dos combustíveis houve uma redução no número de amostras de combustíveis analisadas em relação ao ano anterior em decorrência da descontinuidade dos contratos do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis – PMQC em razão do contingenciamento orçamentário, aliado ao atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA. Apesar desses problemas, os índices de não conformidade dos combustíveis continuaram no mesmo patamar.

Foi realizada a 13ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios e a 13ª Rodada de Licitações de áreas inativas com acumulações marginais, culminando com a assinatura de 25 contratos de concessão. Esses contratos totalizam R\$ 119 milhões em bônus de assinatura e R\$ 201,7 milhões em compromissos de investimentos exploratórios. Essa rodada foi impactada pelo

atual cenário econômico da indústria do petróleo, marcado pelo retorno do preço do barril *Brent* abaixo dos US\$ 60, bem como a ausência da Petrobras nas licitações.

Visando ao fortalecimento da atuação da ANP na regulação do abastecimento e da qualidade dos combustíveis, bem como ao incremento da atividade exploratória e da produção de petróleo e gás natural, destacamos a publicação e revisão dos seguintes normativos:

- Revisão da Instrução Normativa de investigação de incidentes;
- Publicação da Resolução ANP nº. 41/2015 – SGSS e Resolução ANP nº. 32/2015 – não conformidades;
- Publicação da Resolução ANP nº. 18/2015 que disciplina o procedimento licitatório de blocos para áreas de E&P;
- Aprovação da Resolução ANP nº. 44/2015 que aprova o regulamento técnico de utilização de medição multifásica na medição de apropriação de petróleo e gás natural;
- Publicação da Resolução ANP nºs. 8/2015 e 19/2015, esta trata de especificações do etanol anidro e hidratado e aquela da especificação e regras de controle da qualidade do biometano.

Durante o exercício de 2015, devido a limitações e contingenciamentos impostos à ANP, houve grande dificuldade na execução das despesas inicialmente previstas, levando a Agência a adotar várias medidas de contenção, seja por intermédio de alterações em contratos, seja pela redução do número e gastos com diárias, passagens, telefonia, dentre outros insumos. Além disso, vários investimentos planejados para 2015 foram postergados, assim como algumas atividades de capacitação do corpo técnico foram adiadas.

Diante desse cenário, a Agência fez esforços consideráveis para mitigar riscos de interrupção de atividades como a fiscalização *off shore* da indústria de petróleo e gás natural, a fiscalização das revendas de combustíveis, o monitoramento da qualidade dos combustíveis e a pesquisa de preços de combustíveis.

2 – VISÃO GERAL DA ANP

2.1 – Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da ANP

Tabela 1– Identificação da unidade

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia - MME		Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		
Denominação Abreviada: ANP		
Código SIORG: 25.281	Código LOA: 32.265	Código SIAFI: 323030/323031
Natureza Jurídica: Autarquia	CNPJ: 02.313.673/0002-08	
Principal Atividade: Regulação das atividades econômicas	Código CNAE: 8413-2/00	
Telefones/Fax de contato:	(21) 2112-8100	(21) 2112-8129
Endereço Eletrônico: atendimento_fanp@anp.gov.br		
Página na Internet: http://www.anp.gov.br		
Endereço Postal: SEDE: SGAN, Quadra 603, Módulo I, 3º andar, CEP 70830-903 Brasília - DF e ESCRITÓRIO CENTRAL: Avenida Rio Branco, 65 do 12º ao 22º andar CEP 20090-004 Centro Rio de Janeiro - RJ.		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº 9.478/1998 de 6 de agosto de 1997 e alterações.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 2.475/1998 de 14 de janeiro de 1998		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno da ANP aprovado pela Portaria ANP nº 69 de 6 de abril de 2011, publicado na edição do Diário Oficial da União de 7 de abril de 2011.		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
323030	Escritório Sede - DF	
323031	Escritório Central	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
32205	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
323030	323031	
32205	32205	

2.2 – Finalidade e competências institucionais da ANP

A ANP tem a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. Sua competência institucional está estabelecida na lei nº 9.478/97 (Lei do Petróleo), regulamentada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998.

A Lei do Petróleo vem sendo alterada nos últimos anos, aumentando as competências Agência. Além de atribuições quanto à regulação do biodiesel, introduzidas no ano de 2005, no período de 2009 a 2011, a Lei do Petróleo foi alterada para atribuir à ANP novas competências relativas ao gás natural (Lei nº 11.909/2009), ao marco legal da exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos (Leis 12.276/10, 12.304/10, 12.351/10) e aos biocombustíveis (Lei 12.490/11).

Atualmente a ANP possui as seguintes atribuições:

I – implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, nos termos do Capítulo I, da Lei nº 9.478/97, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;

II – promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão ou contratação sob o regime de partilha de produção das atividades de exploração, desenvolvimento e produção;

III – regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera, visando ao levantamento de dados técnicos, destinados à comercialização, em bases não-exclusivas;

IV – elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;

V – autorizar a prática das atividades de refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem e acondicionamento;

VI – estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores, nos casos e da forma previstos da Lei 9.478/97;

VII – fiscalizar diretamente e de forma concorrente nos termos da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato;

VIII – instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais;

IX – fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente;

X – estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento;

XI – organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis;

XII – consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação;

XIII – fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991;

XIV – articular-se com os outros órgãos reguladores do setor energético sobre matérias de interesse comum, inclusive para efeito de apoio técnico ao CNPE;

XV – regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

XVI – regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, à importação, à

exportação, à armazenagem, à estocagem, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de biocombustíveis, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

XVII – exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de produtos sujeitos à sua regulação;

XVIII – especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis.

XIX – regular e fiscalizar o acesso à capacidade dos gasodutos;

XX – promover, direta ou indiretamente, as chamadas públicas para a contratação de capacidade de transporte de gás natural, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia;

XXI – registrar os contratos de transporte e de interconexão entre instalações de transporte, inclusive as procedentes do exterior, e os contratos de comercialização, celebrados entre os agentes de mercado;

XXII – informar a origem ou a caracterização das reservas do gás natural contratado e a ser contratado entre os agentes de mercado;

XXIII – regular e fiscalizar o exercício da atividade de estocagem de gás natural, inclusive no que se refere ao direito de acesso de terceiros às instalações concedidas;

XXIV – elaborar os editais e promover as licitações destinadas à contratação de concessionários para a exploração das atividades de transporte e de estocagem de gás natural;

XXV – celebrar, mediante delegação do Ministério de Minas e Energia, os contratos de concessão para a exploração das atividades de transporte e estocagem de gás natural sujeitas ao regime de concessão;

XXVI – autorizar a prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da esfera de competência da União;

XXVII – estabelecer critérios para a aferição da capacidade dos gasodutos de transporte e de transferência;

XXVIII – articular-se com órgãos reguladores estaduais e ambientais, objetivando compatibilizar e uniformizar as normas aplicáveis à indústria e aos mercados de gás natural.

2.3 – Ambiente de atuação

A Agência é o órgão regulador das atividades que integram a indústria do petróleo e gás natural e a dos biocombustíveis no Brasil e é responsável pela execução da política nacional para o setor energético do petróleo, gás natural e biocombustíveis. A ANP tem como finalidades: REGULAR - estabelecer regras por meio de portarias, instruções normativas e resoluções para o funcionamento das indústrias e do comércio de óleo, gás e biocombustíveis.

CONTRATAR - Promover licitações e assinar contratos em nome da União com os concessionários em atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e autorizar as atividades das indústrias reguladas.

FISCALIZAR - Fazer cumprir as normas nas atividades das indústrias reguladas, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos.

A ANP é também um centro de referência em dados e informações sobre a indústria do petróleo e gás natural: mantém o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), promove estudos sobre o potencial petrolífero e o desenvolvimento do setor; recebe e torna públicas as notificações de descobertas; divulga as estatísticas oficiais sobre reservas e produção no Brasil; realiza pesquisas periódicas sobre qualidade dos combustíveis e lubrificantes, e sobre preços desses produtos. Na área de refino e abastecimento, mantém o Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP); recebe e divulga informações de processamento de petróleo, produção de derivados, transporte e comercialização de combustíveis. No setor dos biocombustíveis, mantém e divulga dados sobre autorizações, produção e comercialização de biodiesel e etanol.

Entre outras atribuições, a ANP:

- promove estudos geológicos e geofísicos para identificação de potencial petrolífero, regula a execução desses trabalhos, organiza e mantém o acervo de informações e dados técnicos;
- realiza licitações de áreas para exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás, contrata os concessionários e fiscaliza o cumprimento dos contratos;
- calcula o valor dos royalties e participações especiais (parcela da receita dos campos de grande produção ou rentabilidade) a serem pagos a municípios, a estados e à União;
- autoriza e fiscaliza as atividades de refino, processamento, transporte, importação e exportação de petróleo, derivados e gás natural;
- autoriza e fiscaliza as operações das empresas que distribuem e revendem derivados de petróleo;
- autoriza e fiscaliza as atividades de produção, importação, exportação, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biocombustíveis;
- promove leilões de biodiesel com o objetivo de assegurar que todo o óleo diesel comercializado no país contenha o percentual de biodiesel determinado em lei.
- estabelece as especificações técnicas (características físico-químicas) dos derivados de petróleo, gás natural e dos biocombustíveis e realiza permanente monitoramento da qualidade desses produtos nos pontos de venda;
- acompanha a evolução dos preços dos combustíveis e comunica aos órgãos de defesa da concorrência os indícios de infrações contra a ordem econômica;

No exercício de suas funções, a ANP atua como promotora do desenvolvimento dos setores regulados. Colabora, assim, para a atração de investimentos, aperfeiçoamento tecnológico e capacitação dos recursos humanos da indústria, gerando crescimento econômico, empregos e renda.

Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios

Alteração do marco regulatório para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil:

- Introdução do regime de partilha de produção em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas e criação do Fundo Social (Lei nº 12.351/2010);
- Criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) com o objetivo de gerir os contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia e a gestão dos contratos

- para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União (Lei nº 12.304/2010); e
- Introdução do regime de cessão onerosa da União à Petrobras em áreas não concedidas localizadas no pré-sal (Lei nº 12.276/2010).

Biocombustíveis:

- A Lei nº 12.490/2011 atribuiu à ANP a regulação da atividade de produção de etanol. A Resolução ANP nº 26/2012, regulamentou a produção de etanol, propondo os requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem atendidos pelos proponentes interessados na construção e operação das instalações industriais relacionadas a esta atividade.
- Autorização para aumento da mistura do biodiesel no óleo diesel de 6% para 7% a partir de novembro de 2014 e elevação do percentual de mistura do etanol na gasolina de 25% para 27% em março de 2015.

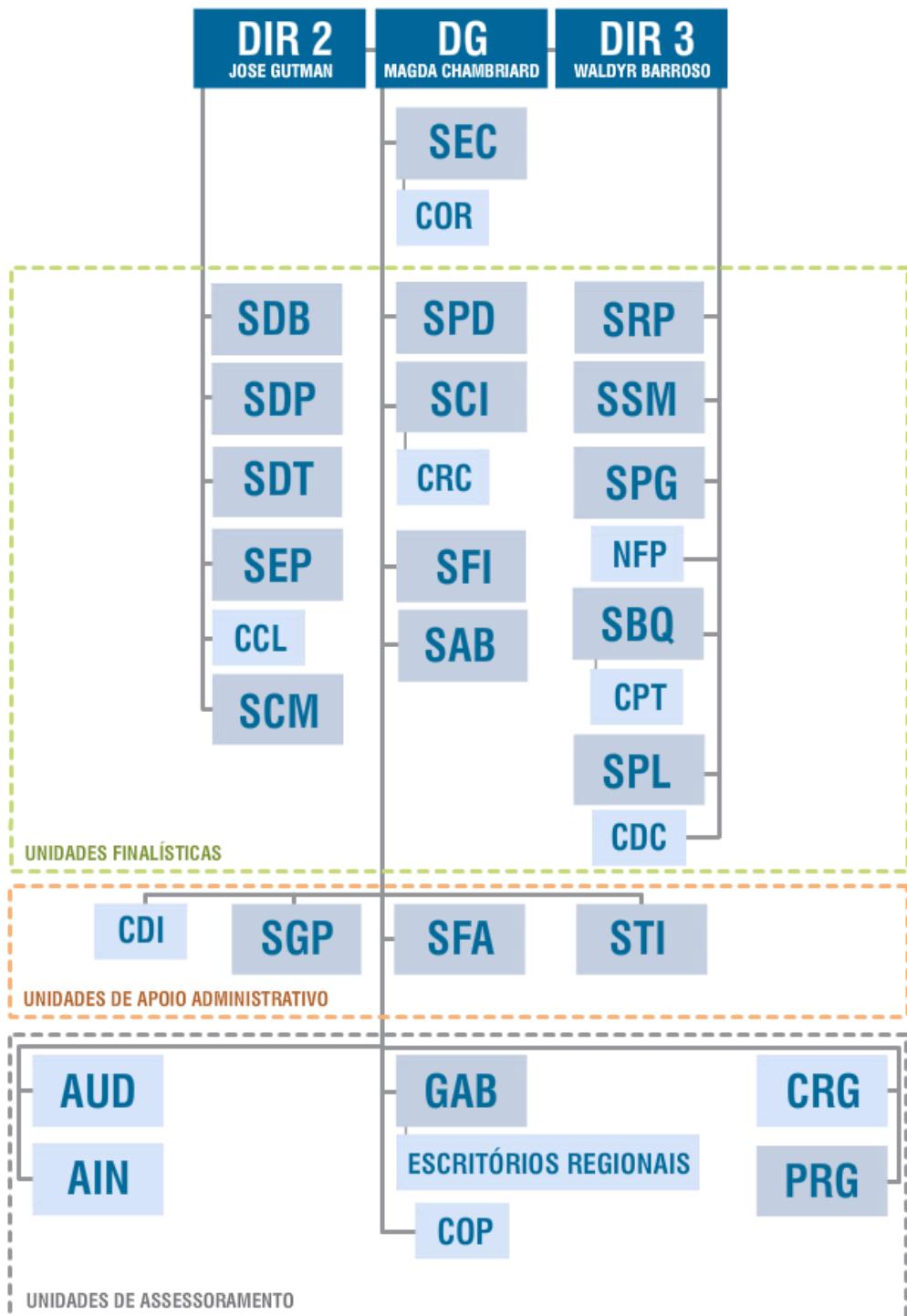
Gás natural:

- A Lei nº 11.909/2009 alterou o funcionamento das atividades relativas ao transporte de gás natural, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, sendo regulamentada pelo Decreto nº 7.382/10. Dentre outras alterações, a Lei 11.909/2009 estabeleceu regime de concessão para a construção de gasodutos, com maior participação da ANP em todas as etapas: elaboração de editais, determinação de tarifa máxima, condução da chamada pública, aprovação de contratos de transporte, regulação e fiscalização do cumprimento do contrato de concessão.

2.4 – Organograma

O organograma a seguir ilustra a estrutura organizacional da ANP e as vinculações das unidades organizacionais, tendo como referência a composição da diretoria colegiada em 31 de dezembro de 2015.

Figura 1 – Organograma da ANP



De acordo com o Regimento Interno vigente (Portaria nº 69/2011), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP tem a seguinte estrutura organizacional:

1. Diretoria Colegiada;
2. Diretoria-Geral;
3. Diretoria I;
4. Diretoria II;

5. Diretoria III;
6. Diretoria IV;
7. Secretaria Executiva;
8. Procuradoria-Geral;
9. Gabinete do Diretor-Geral;
10. Auditoria;
11. Corregedoria;
12. Superintendência de Definição de Blocos;
13. Superintendência de Dados Técnicos;
14. Superintendência de Promoção de Licitações;
15. Superintendência de Exploração;
16. Superintendência de Desenvolvimento e Produção;
17. Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente;
18. Superintendência de Participações Governamentais;
19. Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis;
20. Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural;
21. Superintendência de Abastecimento;
22. Superintendência de Fiscalização do Abastecimento;
23. Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos;
24. Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;
25. Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais;
26. Superintendência de Gestão Financeira e Administrativa;
27. Superintendência de Gestão de Pessoas;
28. Superintendência de Tecnologia da Informação;
29. Assessoria de Inteligência;
30. Coordenadoria de Defesa da Concorrência;
31. Coordenadoria de Conteúdo Local;
32. Coordenadoria de Orçamento;
33. Coordenadoria Parlamentar;
34. Coordenadoria de Documentação e Informação
35. Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural;
36. Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas;
37. Centro de Relações com o Consumidor;
38. Escritório-Sede;
39. Escritório Central;

40. Unidades Administrativas Regionais.

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de atuação
1. Diretoria Colegiada			
2. Diretoria-Geral (DG)	Magda Maria de Regina Chambriard	Diretor Geral (CD I)	09/3/2012 a 05/11/2012; reconduzida em 06/11/2012 até a presente data – término de mandato em 05/11/2016.
3. Diretoria I (DIR-I)	Vago	Diretor Técnico (CD II)	-
4. Diretoria II (DIR-II)	José Gutman	Diretor Técnico (CD II)	28/5/2013 até a presente data – término de mandato em 27/5/2017
5. Diretoria III (DIR-III)	Waldyr Martins Barroso	Diretor Técnico (CD II)	01/10/2013 até a presente data – término de mandato em 30/9/2017
6. Diretoria IV (DIR-IV)	Vago	Diretor Técnico (CD II)	-
7. Secretaria Executiva (SEC)	Luciana Gonçalves de Mattos Vieira	Secretário Executivo (CGE I)	28/3/2012 até a presente data
8. Procuradoria-Geral (PRG)	Tiago do Monte Macêdo	Procurador Geral (CGE I)	01/03/2010 até a presente data
9. Gabinete do Diretor-Geral (GAB)	Silvio Jablonski	Chefe de Gabinete (CGE I)	27/3/2012 até a presente data
10. Auditoria (AUD)	Antonio Carlos Neves de Mattos	Auditor (CGE II)	31/8/2004 até a presente data
11. Corregedoria (CRG)	Cláudia Telles Stern	Corregedor (CGE II)	16/12/2010 até a presente data
12. Superintendência de Definição de Blocos (SDB)	Eliane Petersohn	Superintendente (CGE I)	14/10/2010 até a presente data
13. Superintendência de Dados Técnicos (SDT)	Paulo Alexandre Souza da Silva	Superintendente (CGE I)	02/6/2014 até a presente data

14. Superintendência de Promoção de Licitações (SPL)	Marcelo Paiva de Castilho Carneiro	Superintendente (CGE I)	19/8/2015 até a presente data
15. Superintendência de Exploração (SEP)	Rafael Bastos da Silva	Superintendente (CGE I)	09/7/2015até a presente data
16. Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP)	André Luis Barbosa	Superintendente (CGE I)	02/7/2012até a presente data
17. Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM)	Marcelo Mafra Borges de Macedo	Superintendente (CGE I)	05/11/2013 até a presente data
18. Superintendência de Participações Governamentais (SPG)	Carlos Alberto Xavier Sanches	Superintendente (CGE I)	07/6/2013 até a presente data
19. Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis (SRP)	Alexandre Carlos Camacho Rodrigues	Superintendente (CGE I)	24/10/2013 até a presente data
20. Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural (SCM)	José Cesário Cecchi	Superintendente (CGE I)	31/8/2004 até a presente data
21. Superintendência de Abastecimento (SAB)	Aurélio Cesar Nogueira Amaral	Superintendente (CGE I)	03/12/2012 até a presente data
22. Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI)	Carlos Orlando Enrique da Silva	Superintendente (CGE I)	22/4/2010 até a presente data
23. Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos (SBQ)	Rosangela Moreira de Araújo	Superintendente (CGE I)	27/2/2008 até a presente data
24. Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (SPD)	Tathiany Rodrigues Moreira de Carvalho	Superintendente (CGE I)	01/4/2015 até a presente data
25. Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais (SCI)	Claudia de Vasconcellos Andrade Biffi	Superintendente (CGE I)	06/8/2014 até a presente data
26. Superintendência de Gestão Financeira e	Cezar Caram Issa	Superintendente (CGE I)	30/5/2001 até a presente data

Administrativa (SFA)			
27. Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP)	Jefferson Paranhos Santos	Superintendente (CGE I)	01/3/2012 até a presente data
28. Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)	Sergio Fontoura de Oliveira	Superintendente (CGE I)	21/8/2014 até a presente data
29. Assessoria de Inteligência (AIN)	Alex Sandro de Mattos	Chefe de Assessoria (CGE-II)	11/6/2012 até a presente data
30. Coordenadoria de Defesa da Concorrência (CDC)	Bruno Conde Caselli	Chefe de Coordenadoria (CGE III)	22/7/2015 até a presente data
31. Coordenadoria de Conteúdo Local (CCL)	Marco Tullio Rodrigues	Chefe de Coordenadoria (CGE III)	05/11/2013 até a presente data
32. Coordenadoria de Orçamento (COR)	Alexandre Furtado de Azevedo	Coordenador de Atividades (CGE IV)	27/8/2012 até a presente data
33. Coordenadoria Parlamentar (COP)	Paulo de Tarso Tavares Silva	Chefe de Coordenadoria (CGE III)	10/7/2007 até a presente data
34. Coordenadoria de Documentação e Informação (CDI)	Daniella Christina Xavier de Oliveira	Chefe de Coordenadoria (CGE III)	09/11/2015 até a presente data
35. Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural (NFP)	Luiz Henrique de Oliveira Bispo	Chefe de Núcleo (CGE III)	11/6/2012 até a presente data
36. Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT)	Fábio da Silva Vinhado	Coordenador de Atividades (CGE IV)	26/3/2015 até a presente data
37. Centro de Relações com o Consumidor (CRC)	Maria Cristina Falcao de Almeida e Silva	Coordenador de Atividades (CGE IV)	14/12/2011 até a presente data
38. Escritório-Sede (DF)	Manoel Polycarpo de Castro Neto	Chefe do Escritório-Sede (CGE II)	03/12/2012 até a presente data
39. Escritório Central (RJ)			
40. Unidades Administrativas Regionais.			
UAR SP	Francisco Nelson Castro Neves	Coordenador Geral (CGE III)	02/1/2013 até a presente data
UAR MG	Roberto Jonas Saldys	Coordenador Geral (CGE III)	23/2/2015 até a

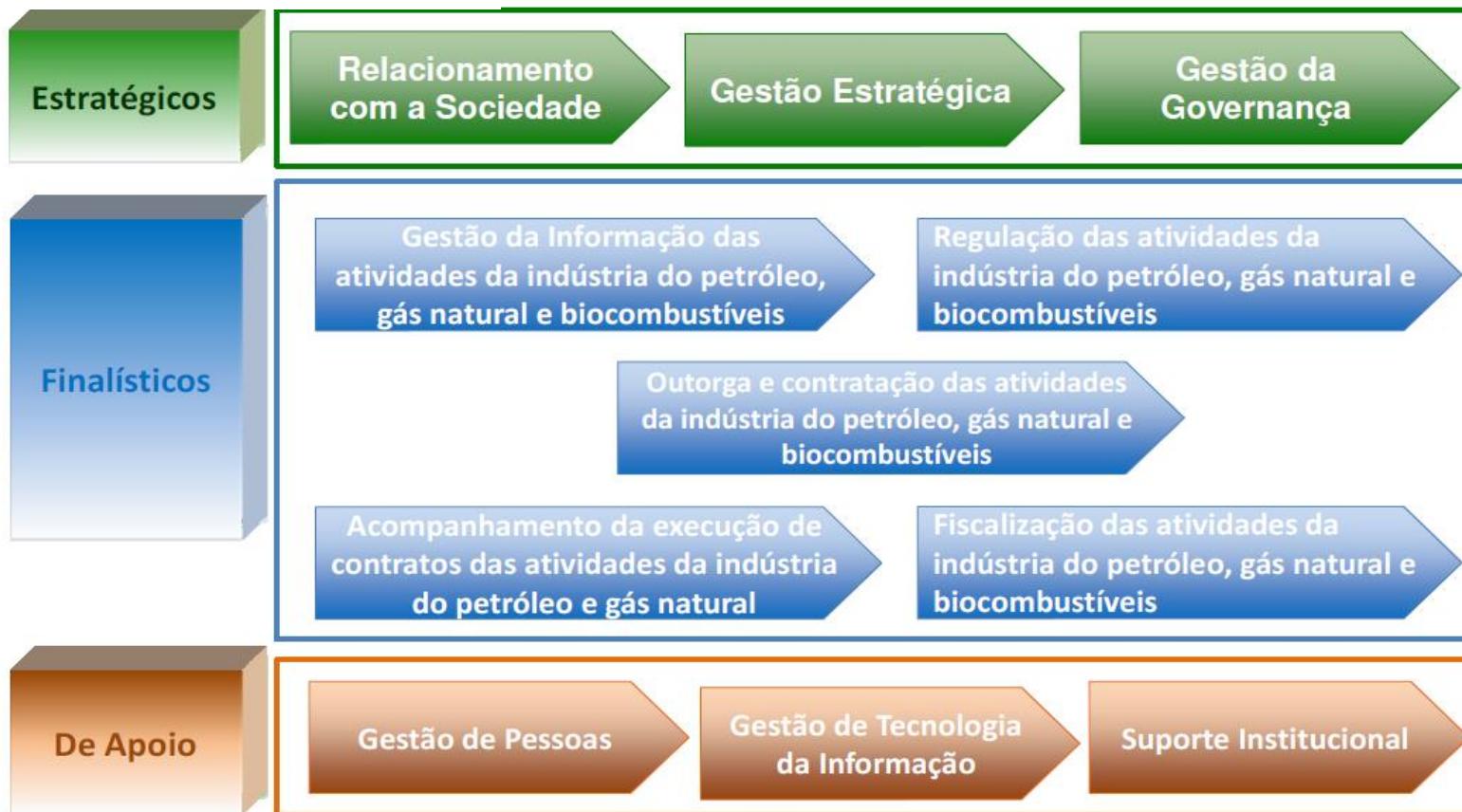
			presente data
UAR AM	Noel Moreira Santos	Coordenador Geral (CGE III)	08/2/2011 até a presente data
UAR BA	Siderval Vale Miranda	Coordenador Geral (CGE III)	04/9/2015 até a presente data
UAR RS	Édson Menezes da Silva	Coordenador Geral (CGE III)	07/11/2011 a 31/12/2015 – atualmente o cargo encontra-se vago

Posição: 15/02/2016

Com relação às competências das áreas/subunidades estratégicas, elas estão definidas na Portaria nº 69, de 6 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno da ANP (<http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=anp:10.1048/enu>).

2.5 – Macroprocessos finalísticos

Figura 2 – Macroprocessos finalísticos



Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Regulação das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	Promover a regulação da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, por meio do estabelecimento de regras e conciliação de conflitos entre as partes envolvidas, visando garantir condições de: equilíbrio do mercado, segurança, qualidade e meio ambiente, abastecimento, promoção da livre concorrência, adoção de melhores práticas da indústria.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Normas da ANP (resolução, portaria) ▪ Tarifa definida (gás natural) ▪ Conflitos solucionados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes econômicos, ▪ Sociedade, ▪ Academia, ▪ Consumidores ▪ ANP ▪ Órgãos de controle 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SAB, SRP, SFI, SSM, SCM, SDT, SDB, SPL, SEP, SPD, SDP, CCL, SPG, SEC, CDC
Outorga e contratação das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	Outorgar e Contratar as atividades da indústria do petróleo, gás natural e autorizar as atividades das indústrias reguladas, com vistas à garantia do abastecimento e do interesse estratégico nacional.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autorização, ▪ Contratos de concessão / partilha de produção ▪ Cadastros e registros 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes econômicos, ▪ Sociedade, ▪ Governo; ▪ Consumidores ▪ ANP ▪ Órgãos de controle 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SAB, SRP, SFI, SSM, SCM, SDT, SDB, SPL, SEP, SPD, SDP, CCL, SPG, SCI
Fiscalização das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	Verificar o cumprimento das normas das atividades das indústrias reguladas, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos, visando garantir o atendimento a legislação pertinente, as melhores práticas da indústria, conservação e uso racional do petróleo e do gás natural.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de trabalho ▪ Documentos que registram ações de fiscalização e julgamento. ▪ Laudos de vistoria técnica ▪ Relatório / Boletins de acompanhamento 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes econômicos, ▪ Sociedade, ▪ Consumidores, ▪ Governo, ▪ Órgãos de controle. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SFI, SRP, SCM, SAB, SSM, SDP, SEP, CCL, SPG, SDT, SPD, PRG, SFA, NFP, COR
Acompanhamento da execução de contratos das atividades da indústria do petróleo e Gás Natural	Gerenciar as atividades dos contratos de concessão da indústria do petróleo e gás natural, de modo a resguardar os interesses da União e o desenvolvimento da indústria.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas, ▪ Planos, ▪ Relatórios, ▪ Pareceres, ▪ Penalidades, ▪ Resolução de diretoria 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ANP ▪ Agentes econômicos ▪ Governo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SPL, SEP, SDT, SDP, CCL, SSM, SPG, CDC, SDP, NFP

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão da Informação das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	<p>Adquirir, tratar e disponibilizar informações visando subsidiar às atividades finalísticas da ANP e contribuir para o desenvolvimento da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicações (ex. Boletins, Informativos) ▪ Dados técnicos, ▪ Documentos técnicos (pareceres e notas técnicas) ▪ Incentivo à P&D 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ANP ▪ Governo, ▪ Sociedade (nacional e internacional), ▪ Agentes econômicos ▪ MP ▪ Órgãos de Controle ▪ Outros entes públicos ▪ Academia ▪ CADE 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ SDT, SDB, SPD, SEP, SDP, SSM, COR

3 – PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 – Planejamento organizacional

A ANP deu início ao seu primeiro ciclo de planejamento estratégico em 2014, com a aprovação, em junho daquele ano, do seu Mapa Estratégico.

O Mapa representa graficamente a missão, a visão de futuro, os valores e os objetivos estratégicos da Agência para o período 2014/2018. É o documento que comunica tanto internamente quanto para a sociedade e para os agentes regulados, os objetivos que nortearão sua atuação, visando o cumprimento, com eficiência e eficácia, de sua missão institucional.

A partir da formulação da estratégia institucional, no ano de 2015 a ANP centrou seus esforços no sentido da implantação do novo modelo de gestão e do início da execução da sua estratégia. Para isso, foram constituídos o Escritórios de Processos (Portaria nº 93 de 15 de abril de 2015) e o Escritório de Projetos (Portaria nº 245 de 3 de setembro de 2015), além de realizada uma primeira medição dos indicadores da estratégia, visando estabelecer a linha de base para analisar o desempenho da Agência no que se refere ao alcance dos seus objetivos estratégicos.

O novo modelo de gestão baseado na estratégia busca integrar as diversas unidades organizacionais da ANP por meio da execução de projetos estratégicos e da gestão de processos priorizados, buscando criar sinergia de esforços para o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Agência.

Os Projetos Estratégicos são os responsáveis por gerar incremento no desempenho da ANP quanto ao atingimento dos seus objetivos estratégicos, promovendo assim saltos de qualidade na execução das suas atividades. O Escritório de Gestão de Projetos – EGP tem por objetivo promover maior controle sobre a execução dos projetos da Carteira de Projetos Estratégicos da ANP, monitorando suas entregas, prazos e custos e, também, fomentar a padronização da gestão de projetos na Agência.

O Escritório de Gestão de Processos – EPO, por sua vez, foi criado para institucionalizar a gestão de processos na ANP, melhorar o desempenho organizacional e garantir o alinhamento entre os processos e os objetivos estratégicos.

No futuro, com o amadurecimento do modelo, a análise da estratégia, a partir da avaliação conjunta do desempenho dos processos, projetos e indicadores da estratégia, permitirá que a Diretoria Colegiada da ANP tenha melhor conhecimento do desempenho estratégico da instituição e possa tomar decisões gerenciais com maior dinamismo e celeridade, adotando tempestivamente as correções de rumo necessárias para que os resultados desejados sejam atingidos pela Agência.

A introdução de modificações em processos organizacionais, a realização de ajustes em projetos estratégicos já em execução, a criação de novos projetos estratégicos,

ou mesmo a própria revisão da estratégia da ANP, são exemplos de decisões que podem ser tomadas com base nas informações obtidas com a análise da estratégia.

Seguem abaixo o Mapa Estratégico da ANP e sua descrição, bem como a lista dos projetos integrantes da Carteira de Projetos Estratégicos da ANP, dos indicadores da estratégia já operacionalizados e dos processos organizacionais priorizados no ano de 2015.

Figura 3 – Mapa estratégico



Valores:

- Autonomia – A ANP fundamenta sua atuação em critérios técnicos e age com imparcialidade em relação aos interesses dos mercados regulados e dos consumidores, com vistas à promoção dos interesses de longo prazo da sociedade.
- Cooperação – A ANP valoriza o ambiente de trabalho cooperativo e considera que a colaboração entre os servidores e a integração entre as

unidades organizacionais são elementos essenciais para o alcance dos resultados.

- Ética – A conduta íntegra, pautada pelo interesse público, é compromisso individual e coletivo de toda a ANP.
- Previsibilidade – A ANP tem compromisso com a promoção de um ambiente regulatório seguro e estável e atua segundo padrões, regras e procedimentos claros, pré-estabelecidos e públicos, tratando os agentes regulados com isenção e imparcialidade.
- Profissionalismo – A ANP valoriza a competência, a responsabilidade e o comprometimento na atuação de seus servidores.
- Responsividade – A ANP responde de forma ágil e adequada às necessidades dos mercados regulados e da sociedade.
- Transparência – A ANP preza a publicidade de seus atos e favorece o acesso à informação pública, a participação e o controle social.

Objetivos Estratégicos

Dimensão Sociedade

- Proteger os interesses da sociedade e promover a concorrência e o ambiente regulatório propício ao investimento – Escopo do objetivo: desenvolver um ambiente regulatório estável e moderno, por meio da formulação e implementação transparente de suas regulamentações, protegendo os interesses dos consumidores e promovendo a concorrência.
- Assegurar o abastecimento com produtos e serviços de qualidade e ambientalmente adequados – Escopo do objetivo: monitorar e fiscalizar o mercado regulado de forma a garantir a oferta de produtos e serviços adequados às necessidades da sociedade e do meio ambiente, assegurando padrões de qualidade de produtos, sua adequação ao uso e a adoção de boas práticas de gestão operacional.

Dimensão Financeira

- Alocar e utilizar recursos com efetividade e transparência – Escopo do objetivo: adotar um modelo de gestão financeira que favoreça a transparência na utilização de recursos e que assegure a integração entre o fluxo orçamentário, o fluxo financeiro e as atividades das unidades organizacionais.

- Demonstrar os resultados alcançados com a boa gestão dos recursos públicos – Escopo do objetivo: divulgar proativamente à sociedade, ao governo e ao mercado regulado os resultados obtidos com a execução de projetos e processos, demonstrando a qualidade da utilização dos recursos disponibilizados à ANP, com foco na maximização do retorno à sociedade.

Dimensão Processos Internos

- Fomentar a aplicação de melhores práticas pelos agentes regulados – Escopo do objetivo: garantir a implementação dos procedimentos previstos na regulamentação vigente, bem como incentivar e orientar os agentes regulados a adotar as melhores práticas da indústria, de modo a garantir a segurança operacional, a qualidade dos produtos e a preservação do meio ambiente.
- Subsidiar proativamente a formulação de políticas públicas – Escopo do objetivo: atuar de forma proativa no fornecimento de subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas para as indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis, transformando o conhecimento técnico da ANP em benefícios para a sociedade.
- Estar na vanguarda do conhecimento sobre as atividades das indústrias reguladas – Escopo do objetivo: promover o desenvolvimento com excelência do conhecimento técnico e regulatório de seus servidores, para que estes possam identificar e incorporar à regulamentação produzida pela ANP os avanços tecnológicos e as futuras melhores práticas das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis.
- Gerenciar com excelência uma carteira de projetos e processos priorizados em função dos objetivos estratégicos – Escopo do objetivo: aplicar técnicas modernas de gerenciamento de projetos e processos na condução da estratégia e desenvolver a cultura de gestão de projetos e processos na ANP.

Dimensão Aprendizado e Crescimento

- Assegurar a aplicação das melhores técnicas de gestão, promovendo a meritocracia e a produtividade – Escopo do objetivo: implementar um modelo de gestão que favoreça o aumento da produtividade da ANP e que permita avaliar e recompensar os servidores de forma meritocrática, com ênfase em sua contribuição para a produtividade da agência.
- Ter uma estrutura organizacional que favoreça a transversalidade, a comunicação e a integração entre equipes – Escopo do objetivo: aprimorar a estrutura organizacional de forma a promover a integração de diretores, gestores e servidores a partir da perspectiva da instituição como um todo,

valorizando a comunicação e a contribuição multidisciplinar na construção das decisões.

- Fortalecer a governança da Agência – Escopo do objetivo: alocar em suas posições gerenciais estratégicas, preferencialmente, servidores de carreira e elaborar normas e regulamentos claros e objetivos que favoreçam a atuação isonômica e transparente e o controle social.

Gestão da Informação

- Garantir a gestão efetiva dos projetos de Tecnologia da Informação – Escopo do objetivo: fortalecer a gestão da Tecnologia da Informação, estabelecendo um modelo transparente de priorização de projetos, alinhado aos objetivos estratégicos da ANP, e integrando seu desenvolvimento com o planejamento operacional das unidades organizacionais.
- Dispor de sistemas de informação e comunicação integrados, capazes de subsidiar a tomada de decisão – Escopo do objetivo: implantar um conjunto de sistemas, bancos de dados e instrumentos de comunicação integrados, que permitam a otimização operacional das atividades e que contribuam para o processo de tomada de decisão com informações úteis e confiáveis.

Gestão de Pessoas

- Contar com líderes preparados para atender as demandas estratégicas – Escopo do objetivo: identificar e promover o desenvolvimento de líderes e futuros líderes, por meio da valorização e aprimoramento de suas competências técnicas e de gestão, preparando-os para assumir posições gerenciais e funções chave na organização segundo uma política de consequências, considerando os resultados alcançados e o compromisso com a instituição.
- Dispor das competências necessárias ao cumprimento da estratégia – Escopo do objetivo: mapear as competências necessárias para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição e garantir sua disponibilidade, estruturando um modelo de gestão por competências.

Carteira de Projetos Estratégicos

1. Aprimoramento dos Canais Externos de Comunicação da ANP (SCI);
2. Monitoramento do Abastecimento Nacional (SAB);
3. Gestão por Competências (SGP);
4. Protocolo Digital (CDI);
5. Modelos de Projeção de Demanda de Combustíveis (SPD);

6. Planejamento Estratégico e Novo Modelo de Gestão (SEC);
7. Sistema de Gestão dos Processos de Fiscalização (SFI);
8. Governança e Gestão de TI (STI);
9. Reestruturação e Aprimoramento dos Canais Internos de Comunicação da ANP (SCI);
10. Novo Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (DIR III);
11. Sistema de Gestão das Ações de Fiscalização (SFI);
12. Fiscalização e Acompanhamento da Obrigaçāo de Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (SPD);
13. Aspectos Concorrenciais na Indústria de Gás Natural: Experiência Internacional e o Caso Brasileiro (CDC);
14. Aprimoramento dos Processos de Regulamentação da Segurança Operacional (DIR III);
15. Centro de Rochas e Fluidos (DIR II);
16. Diagnóstico da Concorrēcia na Distribuição e Revenda de Combustíveis Automotivos (CDC);
17. Capacitação de Líderes (SGP);
18. Gestão da Regulação de Gasodutos de Transporte (SCM);
19. Sistema de Gerenciamento dos Parcelamentos de Créditos (EDF);
20. Novos Programas de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis (SBQ);
21. Programa de Qualidade Regulatória (SEC).

Indicadores da Estratégia

Os indicadores da estratégia são apresentados no item 3.2 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Processos Mapeados

Além de criar o Escritório de Processos, em 2015 a ANP iniciou a revisão de 25 processos, conforme prioridades definidas pela Diretoria Colegiada. Essa revisão dos processos abrangeu o desenho e a análise dos fluxos atuais dos processos, a construção dos seus manuais, a identificação das principais oportunidades de melhoria e a construção de indicadores para os processos.

A tabela a seguir apresenta os processos que estão sendo revisados e os macroprocessos aos quais eles estão ligados.

Tabela 2 – Processos e macroprocessos da ANP

MACROPROCESSO	PROCESSO
1. Regulação das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	1.1 Regulamentação de atividades da indústria do petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis
2. Outorga e contratação das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	2.1 Autorização para o exercício das atividades de midstream e downstream 2.2. Concessão/Autorização para contratação das atividades de transporte de gás natural 2.5 Contratação para exploração e produção de petróleo e gás natural (contratos de partilha e concessão) 2.8 Credenciamento de certificadoras de conteúdo local
3. Fiscalização das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	3.1 Planejamento anual da fiscalização 3.2 Execução da fiscalização do exercício das atividades reguladas pela ANP 3.3 Instrução e julgamento dos processos administrativos sancionadores 3.4 Monitoramento das penalidades aplicadas nos processos administrativos sancionadores 3.6 Auditoria de certificadoras
4. Gestão das Informações das atividades da indústria do petróleo, Gás Natural e biocombustíveis	4.4 Manutenção e disponibilização do acervo das informações e dos dados técnicos das bacias sedimentares brasileiras
5. Acompanhamento da execução de contratos das atividades da indústria do petróleo e Gás Natural	5.1 Acompanhamento da execução das atividades da fase de exploração dos contratos de E&P 5.2 Acompanhamento da execução das atividades da fase de produção dos contratos de E&P 5.3 Acompanhamento das obrigações de conteúdo local dos contratos de E&P 5.6 Cessão de direitos e obrigações dos contratos de E&P
6. Gestão de Pessoas	6.2 Gestão do Quadro de Pessoal 6.4 Capacitação de pessoal
7. Gestão de Tecnologia da Informação	7.1 Planejamento de TI 7.3 Gestão do desenvolvimento e manutenção de Sistemas
8. Suporte Institucional	8.1 Planejamento e contratação de bens e serviços 8.2 Gestão e fiscalização dos contratos de bens e serviços 8.12 Gestão documental
9. Gestão Estratégica	9.1 Gestão da estratégia 9.2 Gestão de processos organizacionais
10. Gestão da Governança	10.1 Deliberações da Diretoria

3.1.1 - Vinculação dos planos das unidades com a estratégia

Os esforços empreendidos pela Agência no sentido de alinhar a atuação de suas Unidades Organizacionais – UORGs – à estratégia, permitiram, em um primeiro passo, identificar a inter-relação entre os projetos em execução nas UORGs e o atingimento dos objetivos estratégicos. Além disso, as contribuições das Unidades Organizacionais para a estratégia também puderam ser observadas com a medição dos indicadores da estratégia.

Desta forma, as diretrizes emanadas da estratégia corporativa começaram a ser refletidas nas construções dos planejamentos operacionais das Unidades Organizacionais.

O desdobramento da estratégia da ANP para as suas UORGs será o segundo passo na implementação do modelo de gestão da estratégia adotado pela Agência.

Tão fundamental quanto a definição da estratégia corporativa é traduzi-la para cada UORG, obtendo, dessa forma, o direcionamento das unidades organizacionais para o horizonte apontado pela estratégia corporativa.

Para que o desempenho esperado pela ANP para os seus objetivos estratégicos possa ser atingido, é preciso estabelecer relação não só com os projetos estratégicos, mas, também, com os processos de trabalho executados por cada Unidade Organizacional. Dessa forma, os processos relacionados aos objetivos estratégicos podem apoiar a Agência no alcance dos seus resultados.

O desdobramento da estratégia por processos permitirá monitorar e ajustar os processos de trabalho da ANP com vistas ao atingimento da sua estratégia, promovendo alinhamento, sinergia e integração entre as suas Unidades Organizacionais.

Não obstante, a implementação simultânea de diversas ferramentas de gestão tem exigido mudanças em ritmo acelerado nos modelos mentais, em diversos níveis da gestão da ANP. Sendo assim, uma vez que o desdobramento da estratégia interage diretamente com a cultura organizacional, há que se ter cautela e discernimento nas escolhas quanto ao modelo e ao ritmo a ser adotado, para que o trabalho construído até agora não seja desestimulado, ou caia em desuso, seja por conta do alto custo operacional demandado por essas novas ferramentas de gestão, seja por resistências culturais.

3.2 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Os indicadores da estratégia são utilizados para medir o desempenho da organização no alcance dos objetivos estratégicos. É a partir dos indicadores que a organização verifica se a estratégia escolhida está alcançando os resultados esperados ou se é preciso fazer ajustes para atingir as metas, os objetivos e a visão de futuro.

As metas representam o valor numérico do indicador no futuro, ou seja, a expectativa de desempenho esperada para um determinado indicador. No modelo de gestão “*Balanced Scorecard (BSC)*”, as metas de longo prazo definem o desempenho esperado para um determinado indicador no mesmo horizonte de tempo da estratégia.

Em resumo, os objetivos definem os desafios; os indicadores representam como esses desafios podem ser medidos e monitorados; as metas definem o tamanho ou complexidade desse desafio no tempo e os projetos estratégicos formam o conjunto de iniciativas para eliminar a lacuna entre o desempenho atual e a expectativa futura de desempenho.

Para a seleção dos indicadores estratégicos da ANP, foram observadas as seguintes premissas:

- a) Guardar relação direta com o escopo do Objetivo Estratégico ou da Dimensão do Mapa Estratégico a que se relacionam;
- b) Traduzir de forma adequada e comunicar efetivamente os conceitos embutidos nos Objetivos Estratégicos.

Durante o processo de desenvolvimento dos indicadores estratégicos da ANP, foram observadas as seguintes condições:

- a) Comunicação da Estratégia: o indicador deve servir para comunicar adequadamente a estratégia; não deve ser ambíguo ou induzir a erros de interpretação da estratégia;
- b) Repetibilidade e confiabilidade: o indicador deve ser quantificável, confiável e passível de ser mensurado de maneira repetitiva;
- c) Periodicidade de Apuração: a periodicidade de apuração dos indicadores deve ser compatibilizada, de forma a permitir a interpretação conjunta dos resultados;
- d) Relação Custo-Benefício: deve-se considerar o volume do esforço (tempo e custo) para a obtenção e mensuração do indicador em relação ao benefício esperado com a sua adoção;
- e) Domínio sobre o indicador: deve-se conhecer com profundidade o conceito do indicador e suas conexões com a estratégia e a operação.

Além disso, durante o processo de desenvolvimento dos indicadores da ANP, foram adotados (i) indicadores de resultado, que usualmente refletem o passado, indicando aquilo que já ocorreu; e (ii) indicadores de tendência, que refletem o desempenho de ações que impulsionam ou levam aos resultados medidos pelos indicadores de resultado.

Questionamentos em relação aos indicadores de desempenho são frequentes nas organizações e, em regra, estão relacionados ao processo de seleção dos indicadores. É natural o surgimento de questionamentos quanto à eficiência e à abrangência de alguns indicadores. O *Balanced Scorecard* é, antes de tudo, um processo de aprendizagem e, nesse sentido, é preciso exercitar o conjunto de indicadores selecionado para posteriormente aprimorá-lo. Os resultados obtidos com as primeiras medições dos indicadores na ANP, revelaram alguns casos em que os indicadores não foram considerados aptos conforme os critérios e condições listados acima. Nos casos em que a medição revelou um indicador apto, os resultados obtidos foram considerados como linha de base. Assim, os valores apresentados abaixo são referências para a definição das futuras metas da ANP, e têm caráter experimental, no processo de monitoramento da estratégia, podendo, desta forma, sofrer ajustes e reformulações.

Tabela 3 – Indicadores de Estratégia

INDICADORES	DESCRÍÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	STATUS	RESULTADOS
Índice de Compromisso Regulatório	Avaliar o compromisso da ANP com a execução das iniciativas previstas na Agenda Regulatória.	Percentual	Disponível	27%
Índice de Análise de Impacto Concorrencial	Mensura o quantitativo de regulamentações publicadas pela ANP que foram objeto de análise de impacto concorrencial anteriormente à consulta pública.	Absoluto (análises)	Disponível	1
Índice de Despesas Operacionais	Mensura os gastos anuais da ANP com despesas operacionais, em relação ao ano base.	Percentual	Disponível	51%
Índice de Sustentabilidade do Orçamento	Aferir a eficiência da instituição em gerar e arrecadar recursos para sustentar suas despesas correntes e de investimento.	Percentual	Disponível	370%
Índice de Planejamento da Fiscalização	Mensura a assertividade do planejamento das ações de fiscalização da ANP por meio da porcentagem de identificação de infrações (autuações) sobre o total de ações realizadas.	Percentual	Disponível	24%
Índice de Atualização da Regulamentação	Mensura o tempo médio de vigência (desde a publicação ou última revisão) das regulamentações constantes do estoque regulatório da ANP.	Absoluto (anos)	Disponível	10
Índice de Cobertura da Fiscalização em Instalações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural	Mensura o percentual de instalações marítimas e terrestres de produção, perfuração e dutos, que foram objeto de fiscalização por parte da ANP (no ano? No biênio).	Percentual	Disponível	20%
Índice de Encaminhamento de Subsídios para a Formulação de Políticas Públicas	Mensura a quantidade de documentos elaborados e encaminhados a órgãos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo de forma a subsidiar proativamente a formulação de políticas públicas.	Absoluto (documentos)	Disponível	6

Índice de Servidores com Pós-Graduação	Indicar o nível de especialização dos servidores da ANP, em apoio ao incentivo à capacitação do corpo técnico da instituição.	Percentual	Disponível	59%
Índice de Execução da Carteira de Projetos Estratégicos	Mensura a taxa de execução dos projetos estratégicos	Percentual	Disponível	90%
Índice de Execução das Iniciativas Priorizadas de TI	Mede a execução de projetos de TI priorizados pela ANP.	Percentual	Disponível	50%
Índice de Alocação do Orçamento de TI nas Iniciativas Priorizadas	Mede o percentual do orçamento da Superintendência de Tecnologia da Informação (investimento e manutenção) executado em iniciativas prioritárias.	Percentual	Disponível	9%
Índice de Centralização da Informação para Tomada de Decisão	Mensura o percentual de documentos gerados para tomada de decisão cujas informações encontram-se disponíveis em base de dados única.	Percentual	Disponível	42%
Índice de Inserção Digital de Dados pelos Agentes Regulados	Mensura o percentual de sistemas da ANP que permite o preenchimento de dados e informações diretamente pelos agentes regulados em relação ao total de sistemas da Agência.	Percentual	Disponível	68%
Índice de Atualização da Infraestrutura de TI	Mensura o percentual de sistemas que se encontra com a Infraestrutura atualizada de TI, ponderados pelos número de semanas-homem necessárias para a atualização da infraestrutura dos sistemas.	Percentual	Disponível	52%
Índice de Capacitação de Líderes	Mensura o resultado da ANP na capacitação de seus líderes (diretores, chefes de unidades organizacionais, adjuntos e chefes de escritório).	Percentual	Disponível	34%
Índice de Implementação do Planejamento Estratégico e do Novo Modelo de Gestão	Mensura a execução do projeto "Planejamento Estratégico e Novo Modelo de Gestão".	Percentual	Disponível	85%
Índice de Realização de Encontros Gerenciais Multidisciplinares	Mensura a quantidade de encontros gerenciais multidisciplinares institucionalizados realizados.	Absoluto	Disponível	10

Índice de Ocupação de Cargos de Gestão por Servidores Efetivos	Mensura o número de cargos de gestão de livre nomeação ocupados por servidores efetivos.	Percentual	Disponível	47%
Índice de Análise de Impacto Regulatório	Indica a proporção de atos normativos publicados pela Agência precedidos de Análise de Impacto Regulatório.	Percentual	Disponível	4%
Índice de Previsibilidade Regulatória	Indica o percentual de atos normativos publicados pela Agência que estavam previstos na Agenda Regulatória (Grau de previsibilidade das ações regulatórias da Agência).	Percentual	Disponível	42%

3.3 – Desempenho orçamentário

Informações sobre os fatores intervenientes no desempenho orçamentário, bem como sobre o desempenho operacional da Agência, serão contempladas nos subitens que tratam do PPA e da LOA.

3.3.1 – Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da ANP e resultados alcançados

Programas do PPA

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP não é responsável por programas temáticos do PPA 2012-2015. A Agência responde por um conjunto de objetivos, metas, iniciativas e ações inseridas nos programas 2022 – Combustíveis, 2053 – Petróleo e Gás e 2119 – Gestão do Ministério de Minas e Energia.

Objetivos dos Programas do PPA

No programa temático 2022 – Combustíveis, a ANP responde pelo monitoramento de algumas metas dos objetivos 0054, 0185, 0186 e 0553, enquanto que para o programa 2053 – Petróleo e Gás, a Agência monitora diversas metas dos objetivos 0053 e 0061, conforme descrito nos quadros que seguem:

Tabela 4 - Objetivo fixado pelo PPA – Expandir e modernizar o parque nacional de refino

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.			
Código	0054	Órgão	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	
Programa	Combustíveis		Código	2022

Análise Situacional

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP outorgou as seguintes autorizações em 2015:

- Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR - AUTORIZAÇÃO ANP Nº 5, DE 9/01/2015
- Refinaria de Paulínia - REPLAN - AUTORIZAÇÃO ANP Nº 56, DE 11/02/2015
- Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP - AUTORIZAÇÃO ANP Nº 80, DE 23/02/2015
- Refinaria Duque de Caxias - REDUC - AUTORIZAÇÃO ANP Nº 191, DE 31/03/2015
- Refinaria Abreu e Lima - RNEST - AUTORIZAÇÃO ANP Nº 576, DE 24/06/2015 - DOU 25/06/2015
- Lubrificantes e Derivados do Nordeste - LUBNOR - AUTORIZAÇÃO ANP Nº 710, DE 17/07/2015
- Refinaria Henrique Lage - REVAP - AUTORIZAÇÃO ANP Nº 838, DE 12/08/2015
- Refinaria Potiguar Clara Camarão - RPCC - AUTORIZAÇÃO ANP Nº 917, DE 14/09/2015

- Refinaria de Capuava - RECAP - AUTORIZAÇÃO ANP Nº 976, DE 8/10/2015

- Refinaria Duque de Caxias - REDUC - AUTORIZAÇÃO Nº 1.106, DE 16/12/2015

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	c)% Realização (b/a)
1	Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd	bpd	2.205.000	2.036.321,4	92,3
2	Produzir, em padrões adequados de qualidade: - $68 \times 10^3 \text{m}^3/\text{dia}$ de óleo diesel S-10 - $18 \times 10^3 \text{m}^3/\text{dia}$ de óleo diesel S-500 - $66 \times 10^3 \text{m}^3/\text{dia}$ de gasolina S-50	m^3/dia	Óleo diesel S-10: 68×10^3 Óleo diesel S-500: 18×10^3 Gasolina S-50: $66 \times 10^3 \text{m}^3$	Óleo diesel S-10: $32,5 \times 10^3$ Óleo diesel S-500: $94,8 \times 10^3$ Gasolina S-50: $77,1 \times 10^3 \text{m}^3$	Óleo Diesel S-10: 47,8 Óleo diesel S-500: 526,7 Gasolina S-50: 116,8

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	c)% Realização (b/a)
1	Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152 mil m^3/dia de óleo diesel	mil m^3/dia	152	137,7	90,6
Regionalização da Meta					
1	Região Nordeste	mil m^3/dia	39	21,5	55,1
2	Região Norte	mil m^3/dia	3	2,1	70,0
3	Região Sudeste	mil m^3/dia	85	83,7	98,5
4	Região Sul	mil m^3/dia	25	30,4	121,6

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	c)% Realização (b/a)
2	Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir $21 \times 10^3 \text{m}^3/\text{dia}$ de Querosene de Aviação (QAV)	mil m^3/dia	21	15,8	75,2
Regionalização da Meta					

1	Região Nordeste	mil m ³ /dia	2	0,9	45,0
2	Região Norte	mil m ³ /dia	1	0,4	40,0
3	Região Sudeste	mil m ³ /dia	16	13,0	81,2
4	Região Sul	mil m ³ /dia	2	1,5	75,0

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	c)% Realização (b/a)
3	Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30×10^3 m ³ /dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	mil m ³ /dia	30	20,6	68,7
Regionalização da Meta					
1	Região Nordeste	mil m ³ /dia	4	3,1	77,5
2	Região Norte	mil m ³ /dia	1	0,2	20,0
3	Região Sudeste	mil m ³ /dia	21	12,6	60,0
4	Região Sul	mil m ³ /dia	4	4,6	115,0

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	c)% Realização (b/a)
4	Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62×10^3 m ³ /dia de gasolina	mil m ³ /dia	62	71,0	114,5
Regionalização da Meta					
1	Região Nordeste	mil m ³ /dia	8	9,6	120,0
2	Região Norte	mil m ³ /dia	2	1,0	50,0
3	Região Sudeste	mil m ³ /dia	39	44,2	113,3
4	Região Sul	mil m ³ /dia	13	16,2	124,6

Tabela 5 - Objetivo fixado pelo PPA – Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.				
Código	0185	Órgão	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis		
Programa	Combustíveis			Código	2022

Análise Situacional

Etanol Combustível: a Resolução ANP nº 7/2011 que estabelece as especificações dos etanol anidro e hidratado combustível foi revisada e em 2015 publicada a Resolução ANP nº 19, de 20 de abril de 2015. A principal mudança foi a inclusão da característica teor de enxofre e alteração do limite da condutividade elétrica, bem como foi aprimorada a regra de controle da qualidade em virtude da entrada no mercado de distribuição do agente Operador do Terminal de Etanol. Os dados consolidados na primeira quinzena de janeiro de 2015 referentes à safra 2014/2015, data em que historicamente já houve realização de mais de 95% da safra, mostram a moagem de 611 milhões de toneladas de cana de açúcar e produção de 28,6 bilhões de litros de etanol, sendo 11,3 bilhões de litros de etanol anidro e 16,7 bilhões de litros de etanol hidratado. A CONAB (4º Levantamento da Safra de Cana-De-Açúcar), referente à safra 2014/2015, prevê que sejam moídas 634,7 milhões de toneladas de cana na safra 2014/2015, volume 3,65% menor se comparado à safra anterior. No entanto, as produções de etanol anidro e hidratado convergem para um leve aumento em relação à safra anterior, pois houve uma maior destinação da cana-de-açúcar para a produção de etanol em detrimento da produção de açúcar.

Biodiesel: o Conselho Nacional de Políticas Energéticas - CNPE publicou a Resolução CNPE nº 3 de 21 de setembro de 2015 que determinou autorizar a comercialização e o uso voluntário de misturas com biodiesel, em quantidade superior ao percentual de sua adição obrigatória ao óleo diesel, observados os seguintes limites máximos de adição de biodiesel ao óleo diesel, em volume: 20% em frotas cativas ou consumidores rodoviários atendidos por ponto de abastecimento, 30% no transporte ferroviário e no uso agrícola e industrial; e até 100% no uso experimental, específico ou em demais aplicações. Além disso, estabeleceu que a aquisição do biodiesel para atendimento desse regulamento deve ser via leilão. Com isso, a ANP iniciou no segundo semestre de 2015 a revisão das resoluções que tratam das especificações do óleo diesel B6 a B20 e das regras para solicitar autorização de uso experimental e específico de biodiesel e suas misturas com óleo diesel BX. A produção de biodiesel alcançou 3,414 bilhões de litros em 2014 o que representou um aumento de 16,5 % em relação à produção de 2013 que foi 2,930 bilhões de litros.

Querosene de Aviação: a Resolução ANP nº 20/2013 permitiu a mistura de Querosene de Aviação Alternativo ao Querosene de Aviação convencional até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) em volume. Querosene de aviação alternativo corresponde a um combustível derivado de fontes alternativas ao petróleo, como biomassa, carvão e gás natural. A resolução ANP nº63, de 05/12/2014, estabeleceu especificações para Querosenes de Aviação Alternativos e do Querosene de Aviação B-X (QAV B-X).

Biometano: em janeiro de 2015, foi publicada a Resolução ANP nº 8, de 30 de janeiro de 2015, primeiro regulamento que estabelece as especificações do biometano oriundo de produtos e resíduos orgânicos agrossilvopastoris para uso veicular (GNV) ou instalações residências e comerciais, bem como sua injeção na rede de distribuição de gás natural. Não é permitido o uso de biometano obtido a partir do tratamento de esgoto doméstico ou resíduos urbanos, neste caso sendo necessário solicitar Autorização de Uso Experimental.

Tabela 6 - Objetivo fixado pelo PPA – Otimizar a logística

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.			
Código	0186	Órgão	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	
Programa	Combustíveis		Código	2022

Análise Situacional

O crescimento previsto da produção de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos deve estar associado à disponibilidade de uma infraestrutura de armazenamento, transporte e distribuição adequada aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade, segurança e preservação do meio ambiente, demandando investimentos em infraestrutura para garantir o adequado fornecimento de combustíveis ao consumidor, com redução de custos e otimização da logística.

Em 2012, a principal mudança em relação à regulação do mercado foi o aperfeiçoamento dos mecanismos de livre acesso a terceiros aos oleodutos de transporte, por meio da publicação da Resolução ANP nº 35/2012, que substituiu a Portaria ANP nº 115/2000.

No biênio 2012/2013, de acordo com a ANP, foram autorizadas a ampliação e a construção de novos terminais e oleodutos. Em 2013, merece destaque o Grupo de Avaliação dos Fluxos Logísticos de Produção, Transporte e Armazenagem de Combustíveis - GFL, que iniciou seus trabalhos em janeiro de 2013 e teve como objetivos: mapear os fluxos logísticos de produção, transporte e armazenagem de combustíveis em todo o território nacional; identificar os potenciais fatores de risco incidentes sobre os fluxos logísticos; e mensurar o potencial impacto dos fatores de risco sobre os estoques de segurança de combustíveis e propor e implementar ações de mitigação de riscos.

Quanto aos investimentos da Petrobras, destaca-se a conclusão, em 2013, das instalações para disponibilização de GLP pressurizado do Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES, contribuindo com a meta de aumento da capacidade de escoamento de 1,89 mil m³/dia de GLP. Em 2014, destacaram-se as conclusões das linhas entre o píer e as distribuidoras no Terminal de São Luís - MA e no Terminal de Mucuripe - CE. Estas linhas adicionaram à meta, 2,5 km e 1,25 km, respectivamente.

Em 2013, a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis foi ampliada em 363.840 toneladas de porte bruto (TPB), que adicionadas às 301.000 TPB realizadas até 2012, totalizam um acréscimo acumulado de 664.840 TPB.

Já no que tange à capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis, houve adição de capacidade devido à:

- Entrada em operação, em agosto de 2013, do Sistema de Logística de Etanol Jataí - REPLAN, do trecho Ribeirão Preto- Paulínia, com 207 km de extensão;
- Conclusão da ampliação da capacidade de bombeamento do OSVAT 30'', entre o Terminal de Guararema e REPLAN, possibilitando aumento do escoamento da ordem de 6 mil m³/dia;
- Entrada em operação das linhas submarinas de petróleo em São Sebastião, que foram substituídas, adicionando uma capacidade de escoamento de 50 mil m³/dia;
- Entrada em operação do Terminal de Ilha Comprida, com GLP, e do Terminal de Uberaba (da LOGUM), com Etanol; e
- Entrada em operação dos dutos de interligação da RNEST com o Terminal de Suape da Transpetro e com as Cias. Distribuidoras.

Cabe ressaltar que com o atraso na licitação em 2014 dos portos não houve grandes investimentos dos agentes em terminais marítimos.

Observa-se que na Região Sudeste a capacidade de armazenamento aumentou devido ao cumprimento de cronogramas do período 2013-2014.

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista	b) Realizada	d) % Realização (b/a)
1	Aumentar a quantidade de botijões de GLP, de forma a melhorar o atendimento ao mercado consumidor doméstico em: - 1.148.865 unidades de botijões P13 (13kg) - 287.217 unidades de botijões P5 (5kg) e P8 (8kg)	unidade	1.148.865 Botijões P13(13kg): 287.217 Botijões P5 (5kg) e P8 (8kg):	6.356.408 Botijões P13(13kg): 1.210.885 Botijões P5 (5kg) e P8 (8kg):	Botijões P13(13kg): 553 Botijões P5 (5kg) e P8 (8kg): 422

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	c)% Realização (b/a)
1	Ampliação da capacidade de armazenamento de petróleo e de derivados - terminais em 630 mil m ³	mil m ³	630	944,3	149,9
Regionalização da Meta					
1	Região Centro-Oeste	mil m ³	28	4,4	15,7
2	Região Nordeste	mil m ³	15,4	105,3	683,8
3	Região Norte	mil m ³	3,2	81,7	25,5
4	Região Sudeste	mil m ³	531,9	637,4	119,8
5	Região Sul	mil m ³	51,8	115,5	223,0

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	c)% Realização (b/a)
2	Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte e transferência de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km	km	341	906,3	265,8
Regionalização da Meta					
1	Região Nordeste	km	1	35,6	3.560,0
2	Região Norte	km	3	9,7	323,3
3	Região Sudeste	km	337	861	255,5

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	c)% Realização (b/a)
3	Aumentar em 305 mil m ³ /dia a capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis entre as refinarias e os terminais de modo a permitir o suprimento destes produtos	m ³ /dia	305.000	276.310	90,6
Regionalização da Meta					
1	Região Centro-Oeste	m ³ /dia	5.000	-	-
2	Região Sudeste	m ³ /dia	300.000	276.310	92,1

Tabela 7 – Metas qualitativas – Atender a totalidade dos estados brasileiros com a comercialização de GLP

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Atender a totalidade dos estados brasileiros com a comercialização de GLP em botijões P8 (8kg) e P5 (5kg)

Análise Situacional

Até novembro de 2015 todos os Estados foram atendidos por GLP em botijões P8 (8kg) e P5 (5kg).

Tabela 8 - Objetivo fixado pelo PPA – Promover ações da política nacional de combustíveis

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.			
Código	0553	Órgão	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	
Programa	Combustíveis		Código	2022

Análise Situacional

São princípios e objetivos da Política Energética Nacional, definidos em lei, a garantia do fornecimento de combustíveis em todo o território nacional e a proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. Para alcançar esses objetivos são atividades essenciais o planejamento e a proposição de medidas que permitam manter o equilíbrio entre oferta e demanda dos combustíveis, no curto, médio e longo prazos, assim como a fiscalização e o controle da qualidade dos produtos.

Para alcance deste Objetivo, nas atividades de regulação e fiscalização do setor, que são exercidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), merecem destaque as seguintes ações no período de janeiro a dezembro de 2015:

- Análise de contratos e pedidos mensais entre distribuidoras e produtores de diesel, gasolina e OCTE, tendo homologado, em 2015, 1.796 pedidos mensais, além de 174 contratos e termos aditivos.
- Registro e análise de 607 contratos de etanol, dos quais 562 foram homologados, em atendimento a Resolução 67/2011, para a safra 2015/16;
- Análise das metas de estoque de operação de óleo diesel A S-10, óleo diesel A S500 e gasolina A estabelecidas na Resolução ANP 45/2013. Em 2015, foram realizadas auditorias em abril, julho e dezembro de 2015, visando o cumprimento das metas, ocasionando 82 autuações por não cumprimento das metas de estoque;
- Acompanhamento das modificações estabelecidas pela Resolução ANP 58/2014.
- Em 2015, foram lavradas 92 autuações contra produtores de etanol e 17 autuações contra distribuidores que não atingiram as metas de estoque estabelecidas pela Resolução ANP 67/2011;
- Disponibilização de informações sobre o mercado de combustíveis através da realização do seminário anual do abastecimento, em fevereiro de 2015, e publicação dos boletins do abastecimento (janeiro, abril e agosto de 2015).
- Elaboração de Preços Máximos de Referência, utilizados nos seis leilões bimestrais de biodiesel realizados entre janeiro e dezembro de 2015).

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	d)% Realização (b/a)
1	Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%	%	superior a 96	97,6	101,7

Análise Situacional

Ao se observar a evolução do Índice de Conformidade de Combustíveis nos últimos 4 anos (97,7% em 2012; 97,99%, em 2013; 97,99% em 2014; e 97,60% em 2015), conclui-se que a ANP, por meio das ações de fiscalização, próprias ou em parceria com órgãos conveniados, suportadas pela rede de laboratórios contratados e pelas informações geradas pelo Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC, juntamente com ações educativas e com a colaboração das empresas e da sociedade, tem conseguido assegurar ao mercado nacional estabilidade nos índices de conformidade dos combustíveis, em níveis elevados e satisfatórios para os consumidores finais, superando a meta estipulada para o período.

Tabela 9 – Metas qualitativas – Garantir o abastecimento do óleo diesel

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta

1

Garantir o abastecimento do óleo diesel S-10, do óleo diesel S-500 e da gasolina S-50, de modo a atender integralmente o mercado nacional de combustíveis.

Análise Situacional

A fim de garantir o abastecimento nacional de gasolina e óleo diesel (S10, S50, S500 e S1800) e atender integralmente ao mercado nacional de combustíveis, o Governo autoriza a construção e a operação de novas bases de agentes, homologa contratos e quotas entre os produtores e distribuidoras, instaura processos administrativos para revogação dos agentes em situação irregular e atualiza e edita normas.

A homologação de quotas (Resolução ANP nº 58/2014) tem por objetivo garantir o acesso de distribuidores, com pequena participação no mercado, junto aos produtores nacionais de gasolina e de óleo diesel.

Além disso, a ANP fiscaliza o cumprimento de suas resoluções, visando à proteção do consumidor e à garantia do abastecimento nacional de combustíveis.

Após a introdução com sucesso do óleo diesel S10, foram realizados esforços para o acompanhamento das medidas necessárias para a introdução deste tipo de óleo diesel.

Com esse objetivo, a ANP realizou reuniões mensais para tratar de questões relativas à logística nos três níveis da cadeia de abastecimento do novo combustível: produção, distribuição e revenda que contaram com a presença de representantes das seguintes instituições: Ministério das Minas e Energia, Petrobras, ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Fenabrade (Federação Nacional da Distribuição dos Veículos Automotores), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes - sindicato com mais de 80% do mercado de diesel), Brasilcom (Sindicato das Distribuidoras Regionais Brasileiras de Combustíveis), INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), Sincopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo), Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA), Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes) e distribuidoras de combustíveis.

Tabela 10 - Objetivo fixado pelo PPA – Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.			
Código	0053	Órgão	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	
Programa	Petróleo e Gás		Código	2053

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	c)% Realização (b/a)

1	Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação	km ²	849.168	514.013	60,5
Regionalização da Meta					
1	Bacia Sedimentar Marítima Santos	km ²	250.000	79.733	31,9
2	Bacia Sedimentar Terrestre Acre/Madre de Deus	km ²	50.000	39.278	78,6
3	Bacia Sedimentar Terrestre Amazonas	km ²	16.667	64.685	388,1
4	Bacia Sedimentar Terrestre Jatobá/Tucano Norte	km ²	49.167	-	-
5	Bacia Sedimentar Terrestre Marajó	km ²	46.667	67	0,1
6	Bacia Sedimentar Terrestre Paraná	km ²	82.500	42.233	51,2
7	Bacia Sedimentar Terrestre Parecis	km ²	125.000	126.367	101,1
8	Bacia Sedimentar Terrestre Parnaíba	km ²	42.500	63.725	149,9
9	Bacia Sedimentar Terrestre São Francisco	km ²	52.500	38.767	73,8
10	Bacia Sedimentar Terrestre São Luis-Bragança-Vizeu	km ²	91.667	56.292	61,4
11	Bacia Sedimentar Terrestre Solimões	km ²	833	1.216	146,0
12	Bacia Sedimentar Terrestre Tacutu	km ²	41.667	1.650	4,0

Análise Situacional

Os levantamentos englobam a realização de sísmica 2D, sísmica 3D, processamento sísmico, magnetotelúrico, geoquímica, estudos de sistemas petrolíferos e perfurações de poços estratigráficos.

Os estudos realizados nas doze bacias que compõem a regionalização sofreram alguns ajustes para adequar as questões técnicas, fruto de processamento de outros dados, indisponibilidade de equipamentos para perfuração de poços, além de questões contratuais e orçamentárias.

A situação atual desses levantamentos é a seguinte:

- 1) Bacia Sedimentar de Santos: poços estratigráficos cancelados. Levantamento sísmico 3D concluído.
- 2) Bacia Sedimentar do Acre/Madre de Deus: cancelada a perfuração do poço estratigráfico e parte dos recursos foi remanejada para levantamento sísmico, o qual foi concluído em 2014.
- 3) Bacia Sedimentar do Amazonas: processamento e levantamento sísmico concluídos, sendo este não previsto à época da primeira versão do PPA. Frise-se que o valor correto para a meta é de 1.667 km².
- 4) Bacia Sedimentar do Tucano/Jatobá: todos os projetos previstos para esta bacia foram cancelados.

5) Bacia Sedimentar do Marajó: levantamento sísmico foi cancelado. O processamento de dados sísmicos e o levantamento geoquímico foram concluídos.

6) Bacia Sedimentar do Paraná: o aerolevantamento foi cancelado e parte dos recursos foi mobilizada para o levantamento magnetotelúrico, que foi concluído em 2015. O processamento de dados sísmicos foi concluído. Os levantamentos sísmicos estão em execução.

7) Bacia Sedimentar dos Parecis: o aerolevantamento foi cancelado e parte dos recursos foi mobilizada para o levantamento magnetotelúrico que foi concluído em 2015. O levantamento sísmico está em execução. Com relação aos poços estratigráficos, o primeiro teve a perfuração concluída e encontra-se na etapa de avaliação dos dados coletados. O projeto do segundo poço que havia sido cancelado, foi retomado pela ANP. Este projeto está na fase de perfuração.

8) Bacia Sedimentar do Parnaíba: o poço foi cancelado e os recursos foram remanejados para levantamento sísmico, o qual já foi concluído. Cabe ressaltar que esse projeto foi aditivado, o que explica a quantidade alcançada ser maior que o previsto. O processamento de dados sísmico foi concluído.

9) Bacia Sedimentar do São Francisco: Perfuração do poço concluída. Tal projeto encontra-se na etapa de avaliação dos dados coletados. Levantamento geoquímico concluído. Reavaliação geológica em execução. Frise-se que esta reavaliação não constava do PPA versão 2011.

10) Bacia Sedimentar do São Luis/Bragança-Vizeu: Levantamento sísmico cancelado. Perfuração do poço concluída, o projeto encontra-se na etapa de avaliação dos dados coletados . O processamento de dados sísmicos foi concluído.

11) Bacia Sedimentar do Solimões: o processamento sísmico foi concluído.

12) Bacia Sedimentar do Tacutu: levantamento sísmico cancelado e parte dos recursos transferido para o levantamento geoquímico, o qual já foi concluído.

O levantamento geoquímico marítimo na Bacia da Foz do Amazonas foi concluído. E em 2012, foi executado o levantamento geoquímico contratado para a Bacia do Ceará.

Tabela 11 - Objetivo fixado pelo PPA – Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO				
Descrição	Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.			
Código	0061	Órgão	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	
Programa	Petróleo e Gás		Código	2053

Análise Situacional

O desenvolvimento da indústria de petróleo e gás guarda uma relação estreita com as áreas disponíveis para realização de pesquisa e produção de hidrocarbonetos.

Por se tratar de bem estratégico e não renovável, é necessária a constante busca por novas reservas e a manutenção das atividades de exploração e produção por meio da oferta continuada de áreas em bacias sedimentares, tanto na modalidade de concessão quanto na de partilha de produção.

No ano de 2012, não houve autorização do CNPE para a realização de rodadas de licitações para exploração e produção de petróleo e gás natural. Neste ano, a ANP dedicou-se à revisão dos instrumentos licitatórios.

No ano de 2013, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) promoveu três licitações.

11^a Rodada de Licitações:

A 11^a Rodada de Licitações foi autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio das Resoluções CNPE nº 03/2012 e nº 02/2013, publicadas no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 2013 e 28 de fevereiro de 2013, respectivamente.

A ANP realizou a 11^a Rodada de Licitações no dia 14 de maio de 2013, ofertando 289 blocos com risco exploratório, localizados em 23 setores de 11 bacias sedimentares brasileiras: Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Tucano.

A rodada atraiu o interesse de 71 sociedades empresárias, das quais 68 pagaram taxas de participação, no valor total de R\$ 33,4 milhões, 64 foram habilitadas a participar da rodada, 39 apresentaram ofertas e 30 sagraram-se vencedoras.

Dos 289 blocos ofertados, 142 foram arrematados e 120 concedidos, que totalizam 61.258,60 km² de área concedida. A assinatura dos 120 contratos de concessão da 11^a Rodada de Licitações foi realizada nos dias 06 e 30 de agosto, 17 de setembro e 13 de novembro de 2013.

A ANP arrecadou um total de R\$ 2,48 bilhões em bônus de assinatura e obteve das concessionárias o compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 5,8 bilhões. O conteúdo local médio dos contratos assinados foi de 62% para a fase de exploração e de 76% para a etapa de desenvolvimento da produção.

1^a Licitação de Partilha de Produção:

A 1^a Licitação de Partilha de Produção foi autorizada pela Resolução CNPE nº 04/2013, publicada no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2013.

A ANP realizou a licitação no dia 21 de outubro de 2013, ofertando o prospecto de Libra, na bacia de Santos, com estimativa de volumes recuperáveis entre oito e 12 bilhões de barris de petróleo.

A licitação atraiu o interesse de 11 sociedades empresárias, que pagaram um total de R\$ 22,7 milhões em taxa de participação. Todas foram habilitadas a participar da rodada e cinco apresentaram oferta e sagraram-se vencedoras.

O consórcio vencedor, formado pelas empresas Petróleo Brasileiro S.A., Shell Brasil Petróleo Ltda., Total S.A, CNPC International Ltd. e CNOOC International Limited, ofertou excedente em óleo para a União de 41,65%. Além disso, recolheu R\$ 15 bilhões de bônus de assinatura e assumiu compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 610,9 milhões.

A cerimônia de assinatura do contrato de partilha de produção ocorreu no dia 2 de dezembro de 2013.

12^a Rodada de Licitações:

A 12^a Rodada de Licitações foi autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013, publicada no Diário Oficial da União em 07 de agosto de 2013.

A ANP realizou a 12^a Rodada de Licitações no dia 28 de novembro de 2013, ofertando 240 blocos com risco exploratório, localizados em 13 setores de 7 bacias sedimentares brasileiras: Acre-Madre de Dios, Paraná, Parecis, Parnaíba, Recôncavo, São Francisco e Sergipe-Alagoas.

A rodada atraiu o interesse de 26 sociedades empresárias, das quais 25 pagaram taxas de participação, no valor total de R\$ 2,8 milhões, 21 foram habilitadas a participar da rodada e 12 apresentaram ofertas e sagraram-se vencedoras.

Dos 240 blocos ofertados, 72 foram arrematados, que totalizam 47.427,60 km² de área arrematada. O bônus de assinatura ofertado foi de R\$ 165,2 milhões e o Programa Exploratório Mínimo (PEM) de 129.761 unidades de trabalho, que correspondem a investimentos exploratórios da ordem de R\$ 503,5 milhões. O conteúdo local médio ofertado foi de 72,61% para a fase de exploração e 84,47% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Nos dias 15 de maio, 06 de junho e 26 de setembro de 2014, a ANP providenciou a assinatura de 62 contratos de concessão relativos à 12^a Rodada de Licitações. O bônus de assinatura arrecadado com a concessão desses blocos foi de R\$ 154,3 milhões de bônus de assinatura e o compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 388,5 milhões.

Por força de liminar judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 5005509-18.2014.404.7005, a assinatura de nove contratos de concessão referentes a blocos localizados no setor SPAR-CS foi suspensa. Além disso, a Diretoria Colegiada da ANP, por meio da Resolução de Diretoria nº 828/2015, anulou a assinatura do contrato de concessão referente ao bloco PN-T-597. Os contratos não assinados totalizam R\$ 10,9 milhões de bônus de assinatura e investimentos exploratórios da ordem de R\$ 115 milhões.

Em 2014, não houve autorização do CNPE para a realização de rodadas de licitações para exploração e produção de petróleo e gás natural. Entretanto, a ANP trabalhou na revisão da resolução que regulamenta o procedimento licitatório e dos editais e contratos.

No ano de 2015, a ANP realizou duas rodadas de licitações: a 13^a Rodada de Licitações de blocos exploratórios e a 13^a Rodada de Licitações de áreas inativas com acumulações marginais.

As rodadas de licitações foram autorizadas pela Resolução CNPE nº 01/2015, de 03 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 09 de junho de 2015.

13^a Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios:

A ANP realizou a 13^a Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios no dia 07 de outubro de 2015, ofertando 266 blocos com risco exploratório, localizados em 22 setores de 10 bacias sedimentares brasileiras: Amazonas, Parnaíba, Potiguar (terra), Recôncavo, Sergipe-Alagoas (mar), Jacuípe, Camamu-Almada, Espírito Santo (mar), Campos e Pelotas.

A rodada atraiu o interesse de 39 sociedades empresárias, das quais 38 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 12,8 milhões. Das licitantes inscritas, 17 apresentaram oferta, sagraram-se vencedoras e foram qualificadas.

Dos 266 blocos ofertados, 37 foram arrematados, que totalizam 33.625,10 km² de área arrematada. O bônus de assinatura ofertado foi de R\$ 121,1 milhões. O Programa Exploratório Mínimo (PEM) ofertado foi de 40.176 unidades de trabalho, que correspondem a investimentos exploratórios da ordem de R\$ 216 milhões. O conteúdo local médio ofertado foi de 73,14% para a fase de exploração e 79,51% para a etapa de desenvolvimento da produção.

No dia 23 de dezembro de 2015, a ANP promoveu a assinatura de 25 contratos de concessão com 13 sociedades empresárias. Esses contratos totalizam R\$ 119 milhões de bônus de assinatura e R\$ 201,7 milhões de compromisso de investimentos exploratórios. A assinatura dos demais contratos de concessão está prevista para ocorrer até o final do mês de fevereiro de 2016.

13^a Rodada de Licitações – Acumulações Marginais:

Na 13^a Rodada de Licitações – Acumulações Marginais, a ANP ofertou 10 áreas inativas com acumulações marginais: São João, Alto Alegre, Iraí, Bela Vista, Fazenda Gameleira, Miranga Leste, Paramirim do Vencimento, Riacho Sesmaria, Lagoa do Doutor e Barra Bonita. Estas áreas encontram-se distribuídas em 6 bacias sedimentares: Barreirinhas, Potiguar, Tucano Sul, Recôncavo, Espírito Santo e Paraná.

A rodada atraiu o interesse de 23 sociedades empresariais, das quais 21 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 141 mil, apresentaram oferta e nove sagraram-se vencedoras.

Das 10 áreas inativas oferecidas, nove foram arrematadas, que totalizam 52,41 km² de área arrematada. O bônus de assinatura ofertado, único critério para determinação da oferta vencedora, totalizou R\$ 4,2 milhões. Além do bônus, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 7,9 milhões nas áreas arrematadas. O percentual de conteúdo local obrigatório é de 70% tanto para a fase de reabilitação quanto para a fase de produção.

As licitantes vencedoras passaram por processo de qualificação, nos termos da seção 7 do edital de licitações, e tiveram sua qualificação deferida em 11 de janeiro de 2016. Conforme previsto no edital do certame, decorrido o prazo recursal, a Diretoria Colegiada da ANP homologará a licitação, adjudicará o objeto da licitação às licitantes vencedoras qualificadas e as convocará para assinatura dos contratos de concessão. A cerimônia de assinatura dos contratos de concessão de áreas inativas com acumulações marginais está prevista para ocorrer no mês de maio de 2016.

Entre os fatores que contribuíram para a execução deste objetivo, destacam-se: a experiência acumulada pela ANP em elaborar editais e contratos e promover rodadas de licitações, a boa interlocução da ANP com outros órgãos de governo, em especial com o TCU e o Ministério de Minas e Energia, e a atuação da Procuradoria Federal lotada junto à ANP para solucionar ações judiciais.

O atual cenário econômico da indústria do petróleo, marcado pelo retorno do preço do barril Brent abaixo dos US\$ 60,00, bem como a ausência da Petrobras nas rodadas de licitações realizadas em 2015, impactaram o desempenho desta meta.

Como forma de mitigar os impactos do cenário econômico adverso, a ANP buscou aumentar a atratividade dos certames por meio da redução dos custos associados ao procedimento licitatório.

Para tanto, foram aprimorados o procedimento licitatório e as regras editalícias, com a adoção da inversão das fases de qualificação e apresentação de ofertas, segundo a qual a ANP

qualifica apenas às licitantes vencedoras da sessão pública de apresentação de ofertas. Com o novo procedimento, a inscrição das sociedades empresariais interessadas em participar da rodada de licitação foi aprovada com maior agilidade e o pacote de dados técnicos liberados em menor tempo.

A ANP ainda revisou os valores das garantias de oferta e do programa exploratório mínimo em unidades de trabalho, ampliou o rol de modalidades aceitas para garantia financeira do programa exploratório mínimo e reduziu os percentuais das multas previstas no edital.

O resultado foi positivo para áreas de novas fronteiras terrestres, marcadas pelo protagonismo de empresas brasileiras, em consonância com o objetivo de oferecer oportunidades a pequenas e médias empresas.

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	d)% Realização (b/a)
1	Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha	unidade	2	1	50

Análise Situacional

A 1ª Licitação de Partilha de Produção, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio da Resolução CNPE nº 04/2013, foi realizada no dia 21 de outubro de 2013.

Nessa rodada, a ANP ofertou o prospecto de Libra, na bacia de Santos, com estimativa de volumes recuperáveis entre oito e 12 bilhões de barris de petróleo.

O consórcio vencedor ofertou excedente em óleo para a União de 41,65%. Além disso, recolheu R\$ 15 bilhões de bônus de assinatura e assumiu compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 610,9 milhões.

A cerimônia de assinatura do contrato de partilha de produção ocorreu no dia 2 de dezembro de 2013.

O resultado atendeu às expectativas, principalmente no que diz respeito à composição do consórcio vencedor, formado por empresas de grande porte com vasta experiência na exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, e por empresas com recursos financeiros suficientes para incorrer nos elevados custos inerentes a essas atividades.

Nos anos de 2014 e 2015, não houve autorização do CNPE para a ANP realizar rodadas de licitações em área do pré-sal sob o regime de partilha de produção.

A realização de novas rodadas de licitações sob o regime de partilha de produção pela ANP depende de autorização do CNPE.

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	d)% Realização (b/a)
2	Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais	unidade	7	4	57,1

Análise Situacional

Em 2013, a ANP realizou duas rodadas de licitações com a oferta de blocos em bacias maduras.

A 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio das Resoluções CNPE nº 03/2012 e nº 02/2013, foi realizada no dia 14 de maio de 2013.

Nessa rodada, a ANP ofertou 67 blocos nas bacias maduras Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo e Sergipe-Alagoas. Dos 67 blocos, 46 foram arrematados e 44 concedidos, totalizando 1.305,4 km² de área concedida. O bônus de assinatura arrecadado com a concessão desses blocos foi de R\$ 82,7 milhões e o Programa Exploratório Mínimo foi de 71.566 unidades de trabalho, que correspondem a investimentos exploratórios da ordem de R\$ 271,9 milhões. O conteúdo local médio dos contratos assinados foi de 78,18% para a fase de exploração e 84,84% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013.

Nessa rodada, a ANP ofertou 130 blocos nas bacias maduras do Recôncavo e de Sergipe-Alagoas, totalizando 3.870,66 km². Dos 130 blocos, 54 foram arrematados. Os blocos arrematados em bacias maduras abrangem uma área de 1.578,80 km². O bônus de assinatura ofertado para esses blocos foi de R\$ 132,2 milhões e o Programa Exploratório Mínimo ofertado foi de 67.156 unidades de trabalho, que correspondem a investimentos exploratórios da ordem de R\$ 255,2 milhões. O conteúdo local médio foi de 72,78% para a fase de exploração e de 84,82% para a etapa de desenvolvimento da produção. Os contratos de concessão relativos aos 54 blocos em bacias maduras foram assinados nos dias 15 de maio e 06 de junho de 2014.

Em 2014, não houve autorização do CNPE para a ANP realizar rodadas de licitações com áreas de bacias maduras ou de áreas inativas contendo acumulações marginais.

No ano de 2015, a ANP realizou duas rodadas de licitações com a oferta de blocos em bacias maduras e de áreas inativas com acumulações marginais.

A 13ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios e a 13ª Rodada de Licitações de áreas inativas com acumulações marginais foram autorizadas pela Resolução CNPE nº 01/2015.

A ANP realizou a 13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios no dia 07 de outubro de 2015. Nessa rodada, a ANP ofertou 153 blocos nas bacias maduras de Potiguar e do Recôncavo, dos quais 24 foram arrematados. Os blocos arrematados em bacias maduras abrangem uma área de 664,9 km². O bônus de assinatura ofertado para esses blocos foi de R\$ 6,1 milhões e o

Programa Exploratório Mínimo ofertado foi de 13.564 unidades de trabalho, que correspondem a investimentos exploratórios da ordem de R\$ 61 milhões.

No dia 23 de dezembro de 2015, promoveu a assinatura de 25 contratos de concessão com 13 sociedades empresariais, dos quais 12 são relativos a blocos em bacias maduras. A assinatura dos demais contratos de concessão está prevista para ocorrer até o final do mês de fevereiro de 2016.

Na 13^a Rodada de Licitações – Acumulações Marginais, a ANP ofertou 10 áreas inativas com acumulações marginais, das quais nove foram arrematadas, totalizando 52,41 km² de área arrematada. O bônus de assinatura ofertado, único critério para determinação da oferta vencedora, totalizou R\$ 4,2 milhões. Além do bônus, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 7,9 milhões nas áreas arrematadas. O percentual de conteúdo local obrigatório é de 70% tanto para a fase de reabilitação quanto para a fase de produção.

A realização de novas rodadas de licitações de blocos em bacias maduras ou de áreas inativas contendo acumulações marginais pela ANP depende de autorização do CNPE.

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS					
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista	b)Realizada	d)% Realização (b/a)
3	Realizar três rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial	unidade	3	3	100

Análise Situacional

Em 2013, a ANP realizou duas rodadas de licitações com oferta de blocos em bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento.

A 11^a Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio das Resoluções CNPE nº 03/2012 e nº 02/2013, foi realizada no dia 14 de maio de 2013.

Nessa rodada, a ANP ofertou 222 blocos nas bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Potiguar, Pernambuco-Paraíba, Parnaíba e Tucano. Dos 222 blocos ofertados, 96 foram arrematados e 76 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 59.953,20 km². O bônus de assinatura arrecadado relativo a esses blocos foi de R\$ 2,4 bilhões e o Programa Exploratório Mínimo foi de 161.494 unidades de trabalho, que correspondem a R\$ 5,53 bilhões. O conteúdo local médio foi de 52% para a fase de exploração e 70% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A 12^a Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013.

Nessa rodada, a ANP ofertou 110 blocos nas bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento Acre-Madre de Dios, Paraná, Parecis, Parnaíba e São Francisco. Dos 110 blocos ofertados, 72 foram arrematados e 62 concedidos até o momento. Os contratos assinados totalizaram o pagamento de R\$ 154,3 milhões de bônus de assinatura e R\$ 388,5 milhões de compromisso de investimentos exploratórios.

No ano de 2015, a ANP realizou a 13^a Rodada de Licitações de blocos exploratórios, com a oferta de blocos em bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento.

A 13^a Rodada de Licitações - Blocos Exploratórios, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio da Resolução CNPE nº 01/2015, foi realizada no dia 7 de outubro de 2015.

Nessa rodada, a ANP ofertou 110 blocos nas bacias de novas fronteiras Amazonas, Camamu-Almada, Espírito Santo, Jacuípe, Parnaíba, Pelotas e Sergipe-Alagoas e três blocos na bacia de elevado potencial de Campos. Dos 113 blocos ofertados, 13 foram arrematados, o que corresponde a uma área arrematada de 32.960,20 km². Os contratos de concessão referentes aos 13 blocos foram assinados no dia 23 de dezembro de 2015. O bônus de assinatura arrecadado com a concessão desses blocos foi de R\$ 115 milhões e o Programa Exploratório Mínimo foi de 26.612 unidades de trabalho, que correspondem a investimentos exploratórios da ordem de R\$ 155 milhões.

A realização de novas rodadas de licitações de blocos em bacias de novas fronteiras e de elevado potencial pela ANP depende de autorização do CNPE.

3.3.2 – Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações - OFSS

Programa 2022 – Combustíveis

Quadro 3 - Ação de responsabilidade da ANP – Modernização estrutural do CPT

Identificação da Ação					
Código	10TP	Tipo	Projeto		
Título	Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas				
Iniciativa	Regular e fiscalizar o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis			Código	023X
Objetivo	Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.	Código	0553		
Programa	Combustíveis	Código	2022	Tipo	Temático
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício					

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
800.000	800.000	400.168	281.622	281.622	-	118.546
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto executado			% de execução física	2	2	2
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.457.729	4.110.944	-	Projeto executado		% de execução física	21

Análise Situacional

O projeto **10TP – Modernização Estrutural do Centro de Pesquisa e Análises Tecnológicas** tem por finalidade a execução de obras civis para ampliação e modernização do equipamento do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP – CPT.

A reforma do CPT foi licitada por meio do Pregão Eletrônico nº 75/2012 e adjudicado à Construtora LDN Ltda. por R\$ 10.444.444.

A obra foi 100% concluída e inaugurada em 09/06/2015. Os serviços foram totalmente finalizados em 14/10/2015 por meio do Termo de Recebimento Definitivo e o CPT está em funcionamento em suas novas instalações.

No início da reforma, os serviços de demolições revelaram uma série de problemas na estrutura do edifício, tais como: i) uma estrutura de pilares paralela nas capelas de exaustão, ii) aberturas nas lajes sem o devido tratamento estrutural, iii) pilares danificados e iv) cortes em diversas vigas, inclusive ferragens. Esses problemas demandaram o primeiro aditivo contratual celebrado em 15/02/2014.

No final de outubro de 2014 foram aprovadas as alterações solicitadas pelo Corpo de Bombeiros e foi solicitado um aditivo contratual na ordem de R\$ 600 mil. Devido a restrições orçamentárias foram aprovados apenas R\$ 315 mil e o restante, devido a atrasos na aprovação da LOA, foi contratado em maio de 2015.

Ao todo foram realizados quatro aditivos contratuais no valor total de R\$ 1.600.279 que representam 15,32% do valor contratado inicialmente, dentro do limite de 50% permitido para reformas de edifícios, em respeito ao § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. O total contratado e empenhado foi de R\$ 12.044.723.

O projeto, apesar dos atrasos, alcançou seus objetivos de modernizar o espaço físico, instalações e infraestrutura do CPT, aumentar a área laboratorial, adequar o edifício às normas de conforto, segurança, prevenção de incêndios e meio ambiente.

Após a finalização dos serviços, foram identificados alguns defeitos em alguns sistemas (elétrico, hidráulico, ar condicionado) e a construtora está sendo acionada a fazer os reparos necessários ao pleno funcionamento de todo o edifício.

Quadro 4 - Ação de responsabilidade da ANP – Regulação da distribuição e revenda de derivados de petróleo

Identificação da Ação										
Código	212J				Tipo					
Título	Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis									
Iniciativa	Regular e fiscalizar o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis				Código 023X					
Objetivo	Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.				Código 0553					
Programa	Combustíveis			Código 2022	Tipo Temático					
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis									
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras									
Lei Orçamentária do Exercício										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação				Despesa	Restos a Pagar do Exercício					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados					
69.038.292	69.038.292	50.539.516	46.301.695	45.441.395	860.300					
4.237.821										
Execução Física										
Descrição da meta				Montante						
				Previsto	Reprogramado					
Agente regulado				Unidade	Realizado					
111.000				111.000	108.988					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada					
3.459.982	2.973.319	183.100	Agente regulado	Unidade	-					

Análise Situacional

A ação **212J – Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis** tem por objetivo controlar a entrada de novos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, bem como assegurar aos consumidores condições adequadas de qualidade e preço dos derivados de petróleo e biocombustíveis comercializados no País. Estes objetivos devem ser alcançados por meio de:

- outorga de autorização para participação dos agentes econômicos nas atividades de distribuição e revenda de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis;
- fiscalização das atividades de distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis, envolvendo programas de monitoramento da qualidade dos produtos e dos preços praticados em âmbito nacional;
- realização de auditorias e outras ações especiais voltadas ao cumprimento dos regulamentos técnicos e aos padrões de qualidade definidos pela ANP.

A meta física realizada foi um pouco inferior à prevista. A execução desta meta física está diretamente relacionada à demanda dos agentes econômicos regulados e situação econômica do mercado em geral.

Tendo em vista a natureza dos produtos desta ação no orçamento, não é possível segregar qual foi a parte da execução física efetivada com recursos pagos à conta de empenhos do exercício e qual foi a parcela viabilizada com o pagamento de restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

Esta ação possui três Planos Orçamentários (PO), apresentados a seguir:

Tabela 12 – Plano orçamentário – fiscalização da distribuição e revenda de derivados de petróleo

Planos Orçamentários da Ação 212J							
PO 0001 - Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
13.699.000	11.380.017	10.497.201	9.673.003	Fiscalizaçã o realizada	unidade	15.000	17.869
PO 0002 - Autorização das Atividades de Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
370.000	347.928	347.928	336.111	Autorizaçã o outorgada	unidade	7.000	6.753
PO 0003 - Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis							
	Despesa			Meta			

Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
54.969.292	38.811.571	35.456.566	35.432.281	Amostra analisada	unidade	160.000	112.398

Análise Situacional

PO 0001: a meta inicialmente definida para o ano de 2015, de 15.000 ações de fiscalização, foi revista e readequada para 16.570, de forma a atender fatos notáveis e diretrizes gerenciais que nos norteiam. Como todo plano feito com antecedência admite limites de incerteza, esse foi estimado em $\pm 10\%$. O resultado final alcançado, de 17.869 ações de fiscalização, considerado ótimo, foi possível pelo esforço resultante das 87 forças-tarefa realizadas com vários órgãos públicos, de diferentes esferas governamentais, cuja sinergia de competências possibilitou a fiscalização em agentes econômicos localizados em áreas de alto risco, em todo o país. A atuação unilateral da Agência, que se sujeitou a contingenciamentos orçamentários, foi compensada pela realização de tais forças-tarefa, conseguindo-se assim combater de forma eficaz irregularidades no abastecimento e na comercialização de produtos sujeitos à regulação da ANP.

PO 0002: a meta física reflete uma estimativa de quantos agentes poderão efetuar a solicitação em conformidade aos requisitos das normas referentes as atividades. A execução física desta ação depende não apenas da eficiência na análise da documentação que é protocolizada na ANP. Se os agentes não solicitam a outorga da autorização, não há como se atingir a meta física prevista.

PO 0003: os resultados evidenciam uma acentuada redução no número de amostras de combustíveis analisadas em relação ao ano anterior. Entretanto, nas áreas em que os serviços de monitoramento continuaram a ser executados, verifica-se a manutenção dos baixos índices de não conformidade dos combustíveis analisados. Em 2015, o percentual médio de conformidade dos combustíveis foi de 97,60%. O menor número de amostras analisadas foi resultado da descontinuidade observada nos contratos do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC, sobretudo a partir do mês de maio/2015, quando a maioria dos contratos alcançou o prazo máximo legal de 60 meses de vigência, fazendo-se necessárias novas licitações para a continuidade do Programa. As determinações do governo para a redução de dispêndios, no segundo semestre de 2014, ao exigirem das áreas técnicas o redesenho do modelo estatístico do PMQC, com acentuada redução no número de amostras previsto, aliadas ao significativo atraso na aprovação, pelo Congresso, da Lei Orçamentária Anual de 2015, o que impediu a abertura dos procedimentos internos para as novas contratações, comprometeram definitivamente o cronograma inicial das licitações, as quais só puderam ser efetivamente retomadas no segundo semestre de 2015, estando atualmente em curso, com prazo estimado de conclusão no primeiro trimestre de 2016. Nas regiões temporariamente sem monitoramento, a ANP intensificou as ações de fiscalização, em parceria com órgãos conveniados, como Procons, Ministérios Públicos e Secretarias de Fazenda dos Estados.

Programa 2053 - Petróleo e Gás

Quadro 5 - Ação de responsabilidade da ANP – Serviços de geologia e geofísica

Identificação da Ação			
Código	2050	Tipo	Atividade
Título	Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural		
Iniciativa	Realização de estudos geológicos e geofísicos para aumentar o		

	conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como para a prospecção de petróleo e gás natural, incluindo a área do Pré-Sal					Código	004B					
Objetivo	Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.					Código	0053					
Programa	Petróleo e Gás			Código	2053	Tipo	Temático					
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis											
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do Exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa		Restos a Pagar do Exercício								
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
120.000.000	120.000.000	87.764.471	1.890.712	1.890.712	-	85.873.758						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
				Previsto	Reprogramado	Realizado						
Bacia sedimentar avaliada			unidade	2	2	2						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
51.942.021	9.541.644	42.400.377	Bacia sedimentar avaliada		unidade	2						

Análise Situacional

A ação 2050 – Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural visa gerar dados e informações técnicas para orientar as decisões estratégicas da ANP quanto ao direcionamento dos futuros esforços exploratórios a serem realizados nas bacias sedimentares brasileiras. São realizados estudos, levantamentos e serviços de geologia e geofísica, voltados à melhor compreensão da evolução de bacias sedimentares, definição dos principais sistemas petrolíferos atuantes e identificação de áreas e blocos com interesse exploratório para oferta em futuras licitações públicas da ANP.

i. Bacia Sedimentar do Paraná:

a. Conclusão do Levantamento Magnetotelúrico. Esse projeto foi iniciado em 2013 e resultou na coleta 357 estações de dados MT (magnetotelúrico) e TEM (transiente eletromagnético);

b. Contratação do 3º levantamento sísmico em 01/10/2015. Até o momento foi concluída a etapa de planejamento operacional. Os testes de parâmetros estão em execução. Início da aquisição previsto para segunda quinzena de janeiro de 2016;

c. Contratação do objeto remanescente do 2º levantamento sísmico em 15/12/2015. O pacto original fora rescindido unilateralmente pela ANP em razão de graves descumprimentos contratuais e legais.

Na Bacia do Paraná a rescisão do contrato relativo ao 2º levantamento sísmico representou o principal fator que prejudicou o desempenho. Nesse projeto estava prevista a aquisição de 5.000 km de dados sísmicos, porém parte dos dados não foi coletada em razão da rescisão do pacto. Desse total, cerca de 500 km lineares não foram coletados. Como providência, segundo colocado na licitação foi convocado para assumir o objeto remanescente não executado. O novo contrato foi assinado em 15/12/2015.

ii. Bacia Sedimentar dos Parecis:

a. Conclusão do Levantamento Magnetotelúrico. Esse projeto foi iniciado em 2013 e resultou na coleta de 384 estações de dados MT e TEM;

b. Contratação do 3º levantamento sísmico em 01/10/2015. Em razão da complexidade técnica e operacional a fase de planejamento segue em curso;

Na Bacia dos Parecis a rescisão do contrato referente ao levantamento sísmico também representou o principal fator que prejudicou o desempenho. Nesse projeto estava prevista a aquisição de 2.200 km lineares de dados sísmicos. No entanto, com a rescisão do pacto, apenas 648 km foram coletados. Como providência também houve a tentativa de aproveitamento da licitação, mas nesse caso não houve interesse dos demais licitantes na assunção do objeto remanescente.

Ainda estão sendo estudadas as alternativas para conclusão desse projeto, entre as quais, a celebração de aditivo contratual no levantamento corrente para completar a parte que não foi adquirida.

A execução da meta física em 2015 foi satisfatória, pois foram concluídos os levantamentos magnetotelúricos e efetivadas as contratações dos novos levantamentos sísmicos previstos no Plano Plurianual. Entretanto, a execução física foi impactada negativamente pelas rescisões contratuais do 2º levantamento sísmico na Bacia do Paraná e do 2º levantamento sísmico na Bacia dos Parecis, materializadas em 12/02/2015.

Quadro 6 - Ação de responsabilidade da ANP – Regulação da exploração, desenvolvimento e produção de petróleo

Identificação da Ação					
Código	212K		Tipo	Atividade	
Título	Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural				
Iniciativa	Regulação (incluindo fiscalização e autorização) da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural	Código	006N		
Objetivo	Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.	Código	0064		
Programa	Petróleo e Gás	Código	2053	Tipo	Temático
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				

Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras		
Lei Orçamentária do Exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados	
30.741.059	30.741.059	24.424.406	23.556.152	18.844.476	4.711.676	868.254	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
Previsto	Reprogramado	Realizado		Agente regulado	Unidade	113	113
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
4.324.644	3.499.468	-	Agente regulado	Unidade	-		

Análise Situacional

A ação **212K - Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural** tem como principais objetivos:

- organizar e manter atualizados e acessíveis os conhecimentos sobre o potencial produtivo das bacias sedimentares brasileiras e sobre as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural;
- assegurar o fiel cumprimento dos contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural;
- oferecer oportunidades para implantação de novos empreendimentos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no País.

As atividades para a consecução destes principais objetivos, sem se limitar a apenas elas, podem ser definidas em:

- administração e atualização do acervo de todos os dados e informações sobre bacias sedimentares brasileiras, bem como daqueles oriundos de estudos promovidos pela própria ANP e dos levantamentos de dados não exclusivos autorizados pela Agência, envolvendo estruturação e armazenamento de dados em banco de dados próprio para disponibilização de informações aos agentes econômicos e aos demais setores da sociedade;
- gestão dos contratos de concessão para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, mediante monitoramento e fiscalização das atividades executadas pelos agentes econômicos, incluindo o controle das participações governamentais;

- realização de licitações de direitos de exploração de blocos delimitados nas bacias sedimentares, objetivando firmar contratos de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

A ação tem como produto o número de agentes regulados que atuam na exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás.

O desempenho desta meta física está diretamente relacionado às estratégias dos agentes econômicos regulados. Os resultados alcançados superaram as metas da LOA.

Tendo em vista a natureza dos produtos desta ação no orçamento, não é possível segregar qual foi a parte da execução física efetivada com recursos pagos à conta de empenhos do exercício e qual foi a parcela viabilizada com o pagamento de restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

Esta ação possui três Planos Orçamentários (PO), apresentados a seguir:

Tabela 13 – Plano orçamentário - Gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras

Planos Orçamentários da Ação 212K							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
15.930.974	12.196.061	11.329.497	9.627.688	Informação armazenada	terabyte	4.806	6.474
0002 - Gestão de Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
14.440.685	12.208.028	12.208.029	9.198.681	Concessão controlada	unidade	779	783
0003 - Outorga de Áreas para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
369.400	20.317	18.626	18.107	Concessão outorgada	unidade	115	25

Análise Situacional

PO 0001: com o aumento do recebimento dos dados das operadoras tendo em vista levantamentos com volumes cada vez maiores e a revisão geral do acervo, chegou-se ao total armazenado que ultrapassou a meta prevista.

PO 0002: o número de blocos em fase de exploração efetivamente controlados em 31/12/2015 foi de 341, inferior aos 379 previstos. Apesar da assinatura de contratos da 13º rodada de licitações houve um expressivo número de devolução de blocos de exploração. A devolução é uma opção dos concessionários, garantida pelo contrato de concessão e geralmente ocorre quando eles não vislumbram mais vantagem em continuar com os investimentos na área, conforme critérios estratégicos de cada empresa e que não cabe intervenção por parte da ANP. Já o número de campos em exploração depende basicamente de dois fatores: novas declarações de comercialidade e devolução de áreas. Em 2015, a meta estipulada foi de 400 campos. Em 31/12/2015, havia 442 concessões na fase de produção, o que é considerado como dentro da expectativa. A variação positiva em torno de 10% ocorreu basicamente em função de uma conclusão de um número inferior de processos de campos em devolução, bem como de novas declarações de comercialidade no decorrer do ano.

PO 0003: em 2015 a ANP realizou a 13ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios e a 13ª Rodada de Licitações de áreas inativas com acumulações marginais. Ambas foram autorizadas pela Resolução CNPE nº 01/2015, de 03/06/2015. A sessão pública de apresentação de ofertas da 13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios foi realizada em 07/10/2015. Foram ofertados 266 blocos com risco exploratório, localizados em 22 setores de 10 bacias sedimentares brasileiras: Amazonas, Parnaíba, Potiguar (terra), Recôncavo, Sergipe-Alagoas (mar), Jacuípe, Camamu-Almada, Espírito Santo (mar), Campos e Pelotas. A rodada atraiu o interesse de 39 sociedades empresariais, das quais 38 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 12,8 milhões. Do total de inscritas, 17 apresentaram oferta, sagraram-se vencedoras e foram qualificadas. Dos 266 blocos ofertados, 37 foram arrematados, totalizando 33.625,1 km² de área. Foram arrematados blocos ofertados em nove setores, distribuídos em quatro bacias sedimentares: Parnaíba, Potiguar, Sergipe-Alagoas e Recôncavo. O bônus de assinatura total ofertado foi de R\$ 121,1 milhões, enquanto o Programa Exploratório Mínimo (PEM) ofertado foi de 40.176 unidades de trabalho, que correspondem a investimentos exploratórios da ordem de R\$ 216 milhões. O conteúdo local médio ofertado foi de 73,1% para a fase de exploração e 79,5% para a etapa de desenvolvimento da produção. Neste certame, o maior bônus de assinatura foi de R\$ 63.860.100, oferecido pelo bloco SSEAL-M-351, da bacia Sergipe-Alagoas, pela empresa Queiroz Galvão (operadora com 100% de participação). Já o maior ágio do bônus de assinatura foi de 387,5%, para o bloco RECT-212, na Bacia do Recôncavo, oferecido pela empresa Imetame (operadora com 100% de participação). Em 23/12/2015, a ANP promoveu a assinatura de 25 contratos de concessão, com 13 sociedades empresariais, relativos à 13ª Rodada de Licitações – Blocos Exploratórios. Esses contratos totalizam R\$ 119 milhões de bônus de assinatura e R\$ 201,7 milhões de compromisso de investimentos exploratórios. A assinatura dos demais contratos de concessão está prevista para ocorrer até o final de fevereiro/2016. Na 13ª Rodada de Licitações – Acumulações Marginais, a ANP ofertou 10 áreas inativas com acumulações marginais: São João, Alto Alegre, Iraí, Bela Vista, Fazenda Gameleira, Miranga Leste, Paramirim do Vencimento, Riacho Sesmaria, Lagoa do Doutor e Barra Bonita. Estas áreas encontram-se distribuídas em 6 bacias sedimentares: Barreirinhas, Potiguar, Tucano Sul, Recôncavo, Espírito Santo e Paraná. A rodada atraiu o interesse de 23 sociedades empresariais, das quais 21 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 141.000, apresentaram oferta e nove sagraram-se vencedoras. Das 10 áreas inativas oferecidas, nove foram arrematadas, totalizando 52,4 km² de área arrematada. O bônus de assinatura ofertado, único critério para determinação da oferta vencedora, foi de R\$ 4,2 milhões, com um ágio médio de 623,9%. Além do bônus, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 7,9 milhões nas áreas arrematadas. O percentual de conteúdo local obrigatório é de 70% tanto para a fase de reabilitação quanto para a fase de produção. As licitantes vencedoras passaram por processo de qualificação, e tiveram sua qualificação deferida em 11/01/2016. Decorrido o prazo recursal, a Diretoria Colegiada da ANP homologará a licitação, adjudicará o objeto da licitação às vencedoras qualificadas e as convocará

para assinatura dos contratos de concessão. A cerimônia de assinatura dos contratos de concessão de áreas inativas com acumulações marginais está prevista para maio/2016. O atual cenário econômico da indústria do petróleo, marcado pelo retorno do preço do barril Brent abaixo dos US\$ 60, bem como a ausência da Petrobras nas licitações, impactaram o desempenho desta ação orçamentária. Como forma de mitigar os impactos do cenário econômico adverso, a ANP buscou aumentar a atratividade dos certames por meio da redução dos custos associados ao procedimento licitatório. Para tanto, foram aprimorados o procedimento licitatório e as regras editalícias, com a adoção da inversão das fases de qualificação e apresentação de ofertas, segundo a qual a ANP qualifica apenas as licitantes vencedoras da sessão pública de apresentação de ofertas. Com o novo procedimento, a inscrição das sociedades empresariais interessadas em participar da rodada de licitação foi aprovada com maior agilidade e o pacote de dados técnicos liberados em menor tempo. A ANP ainda revisou os valores das garantias de oferta e do programa exploratório mínimo em unidades de trabalho, ampliou o rol de modalidades aceitas para garantia financeira do programa exploratório mínimo e reduziu os percentuais das multas previstas no edital. O resultado foi positivo para áreas de novas fronteiras terrestres, marcadas pelo protagonismo de empresas brasileiras, em consonância com o objetivo de oferecer oportunidades a pequenas e médias empresas.

Quadro 7 - Ação de responsabilidade da ANP – Regulação das atividades da indústria do petróleo

Identificação da Ação												
Código	212L				Tipo	Atividade						
Título	Regulação das Atividades da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis											
Iniciativa	Regulação (incluindo fiscalização e autorização) da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural				Código	006N						
Objetivo	Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.				Código	0064						
Programa	Petróleo e Gás		Código	2053	Tipo	Temático						
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis											
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do Exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
23.898.661	23.898.661	19.387.910	19.303.535	12.322.222	6.981.313	84.375						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
				Previsto	Reprogramado	Realizado						
Agente regulado			Unidade	880	880	896						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1º de	Valor Liquidado	Valor	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada							

janeiro		Cancelado		medida	
2.157.892	2.058.333	15.109	Agente regulado	Unidade	-

Análise Situacional

A ação **212L - Regulação das Atividades da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis** abrange as seguintes atividades:

- a fiscalização das instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, quanto ao cumprimento dos regulamentos estabelecidos pela ANP, com o intuito de assegurar que estejam adequadas do ponto de vista da sua segurança operacional, permitindo a oferta destes produtos no mercado.
- a outorga de autorização para participação de agentes econômicos nas atividades de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis (ou outras atividades correlatas) desde que estes cumpram os requisitos legais estabelecidos para seu ingresso.
- a definição das prioridades de pesquisa no âmbito das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis com aplicação de recursos através de bolsas de estudo e de pesquisa, implementação de campos-escola e formação de mão de obra técnica.

A ação tem como produto o número de agentes da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis que são regulados pela ANP.

A meta estabelecida para o exercício de 2015 considerava a expectativa de incremento no número de instalações produtoras de etanol, porém o mercado produtor deste segmento manteve-se estável. Com relação aos demais segmentos produtores de combustíveis e de biodiesel, o quantitativo de agentes econômicos também manteve-se estável e não houve variações para o atingimento da meta.

Os resultados desta meta estão diretamente relacionados à demanda dos agentes econômicos produtores de combustíveis e biocombustíveis. Como a ANP não é responsável pela formulação de políticas públicas, fica inviabilizada a tomada de ações corretivas para fins de fomento do mercado produtor de combustíveis e biocombustíveis.

Tendo em vista a natureza dos produtos desta ação no orçamento, não é possível segregar qual foi a parte da execução física efetivada com recursos pagos à conta de empenhos do exercício e qual foi a parcela viabilizada com o pagamento de restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

Esta ação possui três Planos Orçamentários (PO), apresentados a seguir:

Tabela 14 – Plano orçamentário – Fiscalização das atividades da indústria do petróleo

Planos Orçamentários da Ação 212L
0001 - Fiscalização das Atividades da Indústria do Petróleo

Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
23.414.042	19.387.910	19.303.535	12.322.222	Instalação fiscalizada	unidade	3.025	7.076
0002 - Autorização das Atividades da Indústria do Petróleo e Gás Natural							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
252.500	-	-	-	Autorizaçāo outorgada	unidade	220	143
0003 - Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico							
Dotação	Despesa			Meta			
	Empenhada	Liquidada	Paga	Descrição	Unidade de Medida	Prevista	Realizada
232.119	-	-	-	-	-	-	-

Análise Situacional

PO 0001: em 2015, no âmbito das atividades da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, foram realizadas, até o mês de dezembro, 7.076 ações de fiscalização de um total previsto de 3.025. Estas fiscalizações foram efetuadas, principalmente, por meio do Termo de Cooperação com a Diretoria de Portos e Costas (DPC), do Comando da Marinha. Com o quantitativo atual de inspeções da Marinha, as questões de segurança operacional que recebem impacto de requisitos navais ficam com melhor cobertura. O volume de perícias é muito superior ao número de embarcações pelo fato de, em várias unidades, haver necessidade de retorno da autoridade marítima para verificação de saneamento de deficiências encontradas anteriormente. Nas ações de fiscalização realizadas com apoio do DPC não foram identificados fatos de prejuízo ao desempenho em 2015. Já a atividade de fiscalização do mercado produtor de combustíveis e biocombustíveis ficou estável. Como não houve a entrada de novos agentes econômicos, o número de solicitações de autorização para operação foi reduzido, o que impacta no número de fiscalizações realizadas.

PO 0002: em relação ao previsto, observa-se queda acentuada do número de autorizações outorgadas. Tal resultado é o reflexo da crise econômica que o país está atravessando, bem como da queda do valor do barril de petróleo afetando diretamente as atividades da indústria do petróleo e gás natural. Além disso, a meta proposta para o exercício de 2015 previa a entrada de novos produtores de etanol, porém o mercado manteve-se estável.

PO 0003: não houve execução neste plano orçamentário.

Quadro 8 - Ação de responsabilidade da ANP – Estudos ambientais de áreas sedimentares

Identificação da Ação			
Código	213E	Tipo	Atividade
Título	Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares		

Iniciativa	Definição das bacias que serão alvo de avaliação ambiental de áreas sedimentares				Código	0045						
Objetivo	Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas				Código	0053						
Programa	Petróleo e Gás		Código	2053	Tipo	Temático						
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis											
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria				() Outras							
Lei Orçamentária do Exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados						
1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	-						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
				Previsto	Reprogramado	Realizado						
Estudo realizado			Unidade	1	1	0						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
-	-	-	Estudo realizado		Unidade	-						

Análise Situacional

A ação **213E - Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares** visa à elaboração de estudos multidisciplinares de abrangência regional, que envolvem pesquisas, investigações e levantamentos de dados técnicos e socioambientais, nas bacias sedimentares brasileiras terrestres ou marinhas. A ação tem por objetivo principal a preservação ambiental de áreas nas quais serão realizadas atividades ou empreendimentos de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural, por meio da identificação dos potenciais impactos socioambientais decorrentes da execução das atividades mencionadas. Os diversos estudos ambientais de áreas sedimentares serão consolidados em relatório técnico que visa classificar a área sedimentar quanto à sua aptidão para outorga de blocos exploratórios (dividindo-se em áreas aptas, não aptas ou com indicação de moratória), de forma a subsidiar o planejamento estratégico de políticas públicas do setor e a definição de blocos exploratórios a serem ofertados por licitação para E&P.

O Comitê Técnico de Acompanhamento - CTA, do qual a ANP faz parte, finalizou a o Termo de Referência que orienta a contratação de empresa de consultoria para Avaliação

Ambiental de Área Sedimentar - AAAS e elaboração do Estudo Ambiental de Área Sedimentar - EAAS para as bacias sedimentares marítimas de Sergipe-Alagoas e Jacuípe.

Para tanto, foram realizadas reuniões entre os representantes das instituições que compõem o CTA, visitas técnicas a instituições internacionais e seminários ao longo de 2015. Merece destaque a missão realizada ao Reino Unido, de 23 a 27/03/2015, onde foi possível conhecer a experiência do país no que se refere à avaliações ambientais de âmbito regional. Como desdobramento, entre 17 e 19/08/2015, representantes do Reino Unido participaram de seminário, no MME, em Brasília, para auxiliar na elaboração do Termo de Referência. Também foi possível conhecer a experiência portuguesa sobre o tema, em seminário realizado, também no MME, em 14/05/2015, em Brasília.

Após a finalização do documento, pelo CTA, foi colocado em Consulta Pública no site da ANP, no período de 18/11/2015 a 17/12/2015, em atendimento à Portaria Interministerial MME/MMA nº 198/2012. Ao longo do processo foram recebidas 81 contribuições de 10 instituições, entre elas empresas do setor de óleo e gás e universidades.

Atualmente o CTA está analisando as contribuições advindas da consulta pública. Após a incorporação das contribuições julgadas pertinentes, a ANP, em conjunto com o CTA, elaborará Projeto Básico (Termo de Referência) para contratação da empresa de consultoria. A previsão é que a contratação ocorra ainda em 2016.

Os recursos da Ação Orçamentária autorizados para 2015 não foram utilizados.

O CTA, ao longo de 2015, realizou diversas reuniões para chegar a conclusão da metodologia mais adequada para o caso brasileiro. O benchmark, essencial para o CTA adquirir o conhecimento necessário para elaboração do Termo de Referência, acabou gerando atrasos na elaboração do documento e no posterior processo de consulta pública.

Merece destaque também que concomitantemente a realização da AAAS de Sergipe-Alagoas/Jacuípe está sendo conduzida a AAAS do Solimões. Trata-se do mesmo processo, inclusive com a composição de um CTA bastante semelhante, isto é, mesmos representantes. Isso faz com que o tempo disponível para a confecção da AAAS de Sergipe-Alagoas/Jacuípe seja reduzido.

Apesar dos contratemplos relatados, o objetivo do Termo de Referência passar por consulta pública ainda em 2015 foi alcançado.

Visando dar celeridade ao processo e minimizar as consequências dos fatos relatados acima, o CTA optou por aumentar a frequência de reuniões, por meio de videoconferências. Tal ação possibilitou que a consulta pública do Termo de Referência fosse realizada ainda em 2015.

Quadro 9 - Ação de responsabilidade da ANP – Implantação do centro de rochas e fluidos

Identificação da Ação			
Código	15BM	Tipo	Atividade
Título	Implantação do Centro de Rochas e Fluidos		
Iniciativa	Implantação do Centro de Estudos Aplicados de Petróleo e Gás Natural - CEAPG	Código	004A
Objetivo	Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a	Código	0053

	possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.							
Programa	Petróleo e Gás	Código	2053	Tipo Temático				
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis							
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária do Exercício								
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação		Despesa		Restos a Pagar do Exercício				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
1.000.000	1.000.000	-	-	-	-	-		
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto executado			%	2	2	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
-	-	-	Projeto executado	%	-			

Análise Situacional

A ação **15BM - Implantação do Centro de Rochas e Fluidos** tem por finalidade a implantação de um Centro de Rochas e Fluidos, visando cumprir atribuições legais de responsabilidade da ANP, assumindo a gestão das amostras pertencentes ao acervo da União e visando à preservação de um acervo essencial ao conhecimento sobre as bacias sedimentares brasileiras na área de petróleo e gás. A construção do Centro de Rochas e Fluidos da ANP permitirá que todas as amostras públicas e seus subprodutos sejam armazenados e indexados de tal forma que os usuários tenham acesso eficiente e seguro. A indústria petrolífera brasileira, as universidades e demais instituições de pesquisa poderão se beneficiar de um acesso mais ágil ao acervo público, aprimorando modelos geológicos que reduzam o risco exploratório, aumentando o potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras.

Não houve recursos empenhados na Ação Orçamentária 15BM no exercício de 2015, não sendo, portanto, atingida a meta de 2% do projeto executado.

Registra-se como fato relevante, a celebração do Contrato de Cessão Gradata entre a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a ANP de uma área de cerca de 46.000 m², no Município de Duque de Caxias-RJ, para construção da Unidade Central do Centro de Rochas e Fluidos da ANP.

Não foi possível realizar o empenho de recursos para o presente exercício, sendo tal previsão deslocada para o 1º trimestre de 2016. A principal razão que impediu este empenho foi a data de conclusão da cessão do terreno, em 25/11/2015, muito próxima à data de encerramento dos empenhos no exercício 2015, que fora em 04/12/2015. Vale registrar que esta etapa, de obtenção do terreno, era necessária para dar prosseguimento à elaboração dos editais de contratação do projeto básico e executivo.

A contratação do projeto básico teve o cronograma deslocado para ser concluído no 1º trimestre de 2016.

Ações não Previstas na LOA 2015 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro 10 – Ações não previstas na LOA do exercício - Gestão do acervo de informações sobre bacias sedimentares brasileiras

Identificação da Ação								
Código	2379	Tipo: Atividade						
Título	Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural							
Iniciativa	Realização de estudos geológicos e geofísicos para aumentar o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como para a prospecção de petróleo e gás natural, incluindo a área do Pré-Sal				Código: 004B			
Objetivo	Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.				Código: 0053			
Programa	Petróleo e Gás	Código: 2053	Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis							
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta					
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado			
2.019	-	-	Informação armazenada	terabyte	-			

Identificação da Ação					
Código	2381	Tipo: Atividade			
Título	Gestão de Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural				
Iniciativa	Regulação, fiscalização e autorização da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural				Código: 006N
Objetivo	Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.				Código: 0064
Programa	Petróleo e Gás	Código: 2053	Tipo: Temático		

Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis				
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
8.066	8.066	-	Concessão controlada	unidade	-

Identificação da Ação							
Código	2391		Tipo: Atividade				
Título	Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis						
Iniciativa	Regular e fiscalizar o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis				Código: 023X		
Objetivo	Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.				Código: 0553		
Programa	Combustíveis		Código: 2022	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis						
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado		
149.933	6.290	143.643	Fiscalização realizada	unidade	-		

Identificação da Ação							
Código	6197		Tipo: Atividade				
Título	Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo						
Iniciativa	Regulação, fiscalização e autorização da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural				Código: 006N		
Objetivo	Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.				Código: 0064		
Programa	Petróleo e Gás		Código: 2053	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis						
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input checked="" type="checkbox"/>) Não	Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Valor em 1º de	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de	Realizado		

janeiro				medida	
1.138.116	863.069	275.047	Instalação fiscalizada	unidade	-

Execução das despesas

Programação

A gestão orçamentária tem como foco a busca da garantia ou ampliação dos recursos disponíveis para o cumprimento da missão institucional da Agência. Para atingir esse objetivo, a Coordenadoria do Orçamento - COR se articula diretamente com os órgãos setoriais e central de planejamento e orçamento e apoia a Diretoria Colegiada nas gestões realizadas junto ao Congresso Nacional, no sentido de aprovar uma proposta orçamentária que reflita as necessidades de manutenção ou ampliação das ações da ANP.

A definição das necessidades da Agência se dá por meio de um processo de planejamento interno que resulta no Plano de Ação Anual - PAA. O PAA é o detalhamento dos objetivos esperados para um determinado ano em função de metas físicas e estimativas de recursos a serem aplicados para o cumprimento da missão institucional de diferentes unidades organizacionais.

Além disso, no decorrer do exercício, a COR, em sintonia com as demais áreas da Agência, toma as medidas necessárias para buscar a ampliação da dotação orçamentária e dos limites estabelecidos nos decretos de programação orçamentária e financeira, quando necessário.

Como instrumento de apoio ao acompanhamento da execução orçamentária, a COR divulga mensalmente a execução orçamentária de cada unidade gestora responsável - UGR. Esse relatório tem possibilitado um melhor controle por parte dos titulares de UGR sobre os gastos realizados em suas áreas de atuação e permite à Coordenadoria de Orçamento o acompanhamento das despesas no decorrer dos exercícios através das séries.

A Lei Orçamentária Anual – LOA da ANP totalizava inicialmente R\$ 711,7 milhões, sendo que foram autorizados R\$ 523,0 milhões para realizar despesas. Este valor desconsidera aqueles destinados à reserva de contingência e aos pagamentos de precatórios. Contudo, no decorrer do ano, a LOA foi modificada por créditos adicionais que suplementaram dotações orçamentárias, resultando em um acréscimo de R\$ 24,1 milhões na dotação orçamentária global, conforme resumido abaixo:

- Decreto de 26 de maio suplementou R\$ 500 mil na ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis, R\$ 6,0 milhões na ação Pagamento de Pessoal Ativo da União e R\$ 2,3 milhões na ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.
- Decreto de 27 de julho suplementou R\$ 207,7 mil na ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis, e R\$ 8,0 mil na ação Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.
- Decreto de 15 de outubro suplementou R\$ 83,2 mil na ação Benefícios Sociais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade.
- Decreto de 21 de outubro suplementou R\$ 898,1 mil na ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis, R\$ 14,0 milhões na ação Pagamento

de Pessoal Ativo da União, R\$ 85 mil na ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes e R\$ 10 mil na ação Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.

Durante o ano de 2015 foram encaminhadas pela ANP solicitações de créditos suplementares, listadas abaixo:

- Em 2 de junho, por meio do pedido 44.660, foram solicitados R\$ 83,2 mil para a ação Benefícios Sociais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade. O pedido foi atendido pelo Decreto de 15 de outubro de 2015.
- Em 1º de dezembro, por meio do pedido 49.629, foram solicitados R\$ 1,6 milhão para a ação Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais mediante cancelamento de recursos da ação Pagamento de Pessoal Ativo da União. O pedido não foi atendido.

Os créditos suplementares abertos pelos decretos acima que não são originários de solicitações da ANP, foram publicados por iniciativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Análise Crítica

Com a inclusão dos créditos adicionais, temos que a LOA da ANP totalizou em 2014 o valor de R\$ 735,8 milhões, sendo R\$173,1 milhões alocados na reserva de contingência e R\$ 15,6 milhões para pagamentos de precatórios. Para a execução de despesas, a LOA da ANP em 2015 atualizada pelas suplementações de dotações orçamentárias destinou um total de R\$ 547,1 milhões. Desse total, excluídas as despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento e com pagamento de pessoal e benefícios, a ANP teve R\$ 219,4 milhões alocados para execução de suas demais despesas discricionárias. Desse montante, R\$ 183,9 milhões foram autorizados para empenho, dos quais a ANP empenhou 99,99%.

Em relação ao valor do orçamento destinado a despesas discricionárias da Agência, o total autorizado em 2015 foi aproximadamente 6% maior que o de 2014. No entanto, o limite para empenho e movimentação em 2015 foi 9,9% menor do que o de 2014.

É importante registrar que a limitação imposta à ANP levou a Agência a adotar várias medidas de redução de despesas, seja por intermédio de alterações em contratos seja pela redução de gastos com diárias, passagens, telefonia, dentre outros insumos. Além disso, vários investimentos planejados para 2015 foram postergados, assim como iniciativas de capacitação do corpo técnico da Agência foram adiadas.

Por fim, cabe esclarecer que, diante desse cenário, a Agência fez esforços consideráveis para mitigar riscos de interrupção de atividades como a fiscalização offshore da indústria de petróleo e gás natural, a fiscalização das revendas de combustíveis, o monitoramento da qualidade dos combustíveis e a pesquisa de preços de combustíveis.

3.3.3 – Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 11 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores **Valores em R\$ 1,00**

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	45.658.736,73	18.961.029,37	24.364.708,51	2.332.998,85
2013	36.681.281,31	12.156.968,76	19.268.396,36	5.255.916,19
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	26.327.932,22	18.680.765,34	219.263,37	7.427.903,51
2013	2.772.492,60	2.562.896,25	209.635,73	- 39,38
2012	2.520,22			2.520,22
2008	23,68		23,68	
2004	21.320,17		6.320,17	15.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Com relação aos restos a pagar não processados, o montante de cancelamento se deve a rescisão contratual em 2015 de contratos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/ANP na Ação 2050 “Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural”. Com relação ao saldo a pagar, não foram feitos os cancelamento dos empenhos, pois o entendimento é que os restos a pagar bloqueados e não desbloqueados até o prazo estipulado no Decreto n.º 8.407, de 24 de fevereiro de 2015 seriam automaticamente cancelados.

Nos campos de restos a pagar processados, o saldo remanescente de 2004 refere-se a processo que está sub judice, pertencendo a UG 323030 (ANP - Sede). O valor a pagar do exercício de 2012, refere-se à despesa de fiscalização do monitoramento de combustíveis em que a nota fiscal foi devolvida a Universidade para acerto e deve ser cancelada no presente exercício. O saldo a pagar em 2014, deve-se a recursos do Tesouro não repassados pelo MME para pagamento no exercício de 2015.

3.3.4 – Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 12 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela ANP na modalidade de convênio, termos de cooperação e de contratos de repasse

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.				valores em R\$ 1,00			
Unidadde concedente							
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS.							
UG/GESTÃO: 32205/323031							
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos (quantidade e montante repassado)				
			Convênios	Termo de cooperação	Contratos de Repasse		
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	2	1	0		
	Montante Repassado	913.421,19	7.000,00				
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade					
	Montante Repassado						
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0		
	Montante Repassado						

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro 13 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão				valores em R\$ 1,00
Unidadde concedente Contratante				
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS.				
UG/GESTÃO: 32205/323031				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convenios	Termos de cooperação	contratos de repasse
Contas analisadas	Quantidade aprovada	1	1	-
	Quantidade reprovada			-
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	-
	Montante repassado (R\$)	313.421,19	7.000,00	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	1		-
	Montante repassado (R\$)	600.000,00		-

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro 14 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos três últimos exercícios						
Unidade concedente ou contratante						
Nome:	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS.					
UG/GESTÃO:	32205/323031					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes Repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	1	2	4	793.973,51	5.351.482,42	17.063.421,09
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	0	1	3	26.017.540,08	22.099.005,51	21.521.426,33
Termo de Compromisso						
Totais	1	3	7	26.811.513,59	27.450.487,93	38.584.847,42

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro 15 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos					
Unidadde concedente Contratante					
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS.					
UG/GESTÃO: 32205/323031					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0

Análise Crítica

A Agência conta com aproximadamente 70 instrumentos de transferências em acompanhamento técnico e financeiro.

- Não houve transferências na situação de inadimplente;
- Para os Convênios, embora a quantidade de instrumento tenha permanecido, observa-se um decréscimo de recursos transferidos nos últimos exercícios em função de contingenciamento das contas públicas. Os dados apontam uma redução de aproximadamente 95,35% quando considerados os valores adotados no período de 2013 a 2015. Já para os Termos de Cooperação verifica-se um acréscimo de aproximadamente 20,89% para o período de 2013 a 2015 ao passo que a quantidade não foi alterada. Por oportuno, apesar dos esforços empreendidos no contingenciamento, vale consignar que foi significativo o valor destinado para atendimento das despesas de restos a pagar e dívidas de exercícios anteriores o que impactou o resultado final das despesas. O total foi de R\$ 8.357.585,95, o que equivale a 32,12% dos recursos transferidos;

- As Prestações de Contas Finais foram prestadas nos prazos acordados nos Convênios. Contudo, os registros dos atos de execução dos PRH's no Sistema de Convênios do governo Federal não estão sendo lançados no sistema periodicamente pelos convenentes.
- A análise de prestação de contas no âmbito da ANP é realizada de forma compartilhada com as áreas gestoras de execução de objeto de modo que o gestor do convênio avalia a realização das metas enquanto a Coordenação Financeira aprecia os aspectos financeiros, como compatibilidade das contas em relação ao plano de trabalho, conformidade das aquisições e regularidade documental. Nesse sentido, as contas foram efetivamente analisadas tendo em vista o procedimento citado. Não obstante, cumpre ressaltar que a SFA/ Convênios conta com dois servidores e um estagiário para análise financeira das Prestações de Contas de todos os Convênios. Além disso, os processos de trabalho são executados em um espaço limitado de duas estações de trabalho, conciliando a análise de processos, arquivo de materiais de consulta, realização de análise de prestação de contas com a execução de outros atos na execução financeira como destaque orçamentário e repasses financeiros. Diante disso, a disposição de um espaço mais adequado promoveria maior eficiência.
- O gerenciamento de transferências é objeto de controle compartilhado com as áreas gestoras de cada instrumento. Quanto aos aspectos financeiros, são adotadas as seguintes medidas:
 - Verificação da compatibilidade entre a execução do plano de trabalho e os desembolsos e pagamentos conforme programa apresentado.
 - Conferência das notas e comprovantes fiscais quanto à data, valor, aposição de dados do convenente, programa e número do Convênio, realizando a conciliação entre os pagamentos registrados no SICONV.
 - Verificação da regularidade das informações registradas pelos convenentes no SICONV reorientando as ações praticadas a fim de garantir a plena aplicação dos recursos na execução do objeto pactuado e a observância à lei nº 8666/1993 nas contratações de bens e serviços.
 - Controle dos repasses e liberação das parcelas conforme o cronograma de desembolso do Convênio mediante a comprovação e aprovação das Prestações de Contas apresentadas pelos convenentes em conformidade ao Plano de Aplicação estabelecido.
 - Guarda, controle e organização do arquivo de processos dos Convênios e Termos de Execução Descentralizada, zelando pela instrução processual. Recebimento e tramitação dos processos através do SID (Sistema de Informação Documental) e do sistema de guarda externa STOCK atendendo a solicitação das áreas.
 - Atendimento às solicitações de informação das áreas desta Agência quanto à evolução orçamentária e financeira dos instrumentos, como a Coordenadoria de Orçamento e Superintendências técnicas.
- As transferências desempenham um papel imprescindível no cumprimento da missão institucional da ANP. Os objetos dos instrumentos firmados estão relacionados com a formação de pessoal especializado para o setor regulado, intensificação da fiscalização de revenda de derivados de petróleo no downstream, fortalecimento e ampliação de medidas de segurança operacional junto aos agentes operadores de exploração e transporte de petróleo no mar (off shore), bem como na obtenção de dados técnicos para o desenvolvimento das atividades do mercado regulado.

3.3.4.1 – Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Quanto a estrutura de controle para o gerenciamento das transferências e a análise de sua efetividade como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da Agência, iremos separar as informações pelas áreas técnicas responsáveis pela gestão das transferências no âmbito da ANP.

Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – SPD

O Programa de Recursos Humanos para o Setor Petróleo e Gás é uma iniciativa da ANP que tem como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis.

No conjunto das atribuições definidas pela Lei nº 9.478/97, cabe à ANP o estímulo à pesquisa e adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis (Art. 8º, inciso X). Neste âmbito, atenção especial deve ser dada à qualificação da mão de obra para atendimento à crescente demanda gerada pela expansão das atividades petrolíferas no país, especialmente a partir do final da década de 1990.

Esta iniciativa é gerenciada pela Coordenação do Programa de Recursos Humanos, que integra a Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da ANP.

As transferências de recursos para execução descentralizada das políticas públicas, relacionadas ao PRH/ANP, são gerenciadas pela SPD/ANP por meio do Sistema Integrado de Controle de Bolsas (SICBOLSAS) e da análise da prestação de contas apresentada pelas instituições de ensino que executam os PRHs.

Atualmente esse processo de análise de prestação de contas, está em fase de reformulação e adequação visando o seu aprimoramento. Assim, pretende-se obter um procedimento com maior eficiência e dinamismo para o controle da execução das transferências.

A estrutura de pessoal alocada para o PRH-ANP conta, atualmente, com seis servidores efetivos, que podem realizar fiscalização in loco nas instituições de ensino, sempre que identificada essa necessidade.

Com base no gerenciamento das informações realizadas pela SPD, o PRH-ANP formou, desde a sua criação, 2406 graduados, 1171 mestres e 328 doutores, com a formação diretamente voltada para o setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Observa-se, assim, que a ANP tem adotado mecanismos suficientes para garantir a efetiva execução das políticas públicas descentralizadas.

Superintendência de Definição de Blocos – SDB

No período de 2013 a 2015, a SDB foi responsável pelo acompanhamento do Termo de Cooperação nº 001/11-ANP, celebrado entre a ANP e a Universidade Federal da Bahia(UFBA), e pelo Termo de Cooperação nº 001/13-ANP, firmado entre a ANP e o Observatório Nacional (ON).

Cada Termo de Cooperação contava com dois especialistas responsáveis pela análise dos aspectos técnicos e pela avaliação prévia das prestações de contas que seguiam para análise

final da SFA. A aprovação das prestações de contas condicionava a liberação da parcela subsequente de recursos.

Além disso, foram realizadas fiscalizações e diligências para acompanhamento do trabalho e atualização das informações dos projetos.

Em suma, a SDB agiu em consonância com o disposto no art. 68, incisos I e II da Portaria Interministerial n.º 507/2011, que determina que no acompanhamento e fiscalização do objeto sejam verificadas a comprovação da boa e regular aplicação de recursos; e a compatibilidade entre a execução do objeto, que foi estabelecido no Plano de trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados.

Outrossim, cabe ressaltar que os Termos de Cooperação firmados preveem, além da prestação de contas final, a prestação de contas parcial, uma vez que estabelece a necessidade da apresentação do relatório bimestralmente acompanhado de notas fiscais relativas aos desembolsos realizados como condição para o repasse das parcelas sucessivas a primeira.

O Termo de Cooperação se mostrou uma ferramenta adequada para o efetivo controle das atividades técnicas e financeiras executadas com os recursos liberados, em conformidade com os planos de trabalho acordados. Tendo em vista as experiências com os termos de cooperação, consideramos que, pela impossibilidade de execução de certas atividades pela própria área técnica, a delegação por meio de termo de cooperação e execução descentralizada dos recursos tem se mostrado um instrumento eficiente para atingir os objetivos e atribuições da Superintendência e da própria ANP.

Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI

No período 2015, a SFI manteve dois convênios com repasse de recursos, os Convênios de Cooperação Técnica e Operacional celebrados, respectivamente, com os corpos de bombeiros militares de Goiás e de Santa Catarina.

O objetivo de tais parcerias é conferir maior eficácia à fiscalização do abastecimento de GLP, ante os riscos de segurança pública envolvidos em tais atividades. Além da capilaridade com que esse comércio se distribui, a requerer condições especiais no órgão fiscalizador para que a fiscalização se faça de forma condizente.

Nesse contexto, órgãos públicos dotados de estrutura descentralizada, distribuída por diversas regiões do estado, além de reconhecida expertise em matéria de segurança pública, como é o caso dos bombeiros militares, aportam contribuição indispensável ao disciplinamento da revenda de GLP, consoante previsto na Lei nº 9748/1997.

Tais convênios estabelecem cumprimento de metas quantitativas da parte dos convenentes, isto é, a realização de um número determinado de ações de fiscalização junto a revendas de GLP, e respectiva comprovação, mediante documentos de fiscalização encaminhados à Unidade Regional de Fiscalização correspondente, onde o setor responsável verifica se cumprem os requisitos legais, da clareza e precisão das informações registradas ao embasamento jurídico das medidas adotadas. Quando requerem alguma retificação, são devolvidos ao CBM com orientações sobre as providências requeridas.

Em contrapartida, a ANP transfere valor financeiro definido em comum acordo com o órgão convenente, destinado a aquisição de equipamentos e pagamento de despesas com deslocamento dos bombeiros para as vistorias.

O principal meio de controle das transferências efetuadas por meio dos convênios celebrados pela União é o Sistema de Gestão de Convênios – Siconv. Sistema gerido pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, dotado de funcionalidades destinadas a conferir controle e transparência às transferências financeiras.

Tanto os valores transferidos quanto as movimentações bancárias são registradas no Siconv e podem ser acompanhados *online*, assim como os processos licitatórios realizados para aquisições de materiais, comprovantes de pagamento e notas fiscais, que devem preencher os requisitos especificados na Portaria Interministerial nº 507/2011.

São inseridos também no Siconv os relatórios de execução, onde são registradas e identificadas todas as ações realizadas na execução do objeto do convênio, isto é, nome, CNPJ, endereço do agente econômico vistoriado, ao lado do número de documentos de fiscalização lavrados em nome da ação.

Os documentos de fiscalização e o resultado de sua análise são registrados em planilhas mantidas pelo gestor do convênio. Relatórios desse trabalho são anexados aos processos correspondentes a cada convênio, onde constam todas as informações pertinentes ao desenvolvimento da parceria, desde a fase de proposição até a prestação de contas.

No final do prazo de vigência do convênio, o órgão convenente apresenta a prestação de contas, onde constam todas as operações relativas às aquisições, aplicação dos recursos, notas fiscais, atas e registros dos processos de licitação, levantamento de preços, entre outros. A prestação de contas é analisada pela equipe da SFA, passando a fazer parte do volume do processo administrativo correspondente ao convênio.

Quanto à fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados, isto se faz por meio da equipe da Unidade Regional de Fiscalização, que mantém canais de comunicação com os executores, prestando orientações e esclarecendo dúvidas, e realizando eventuais operações em conjunto.

Reuniões técnicas de acompanhamento são realizadas periodicamente sempre que necessário. Em tais reuniões, a Coordenação de Convênios apresenta a avaliação das ações realizadas no período, com base em indicadores, tais como, distribuição espacial e temporal das ações, abrangência da fiscalização, qualidade dos documentos produzidos, entre outros.

Releva sublinhar que cada parcela do valor transferido está condicionada ao cumprimento das correspondentes metas. Em caso de não cumprimento da meta associada, a transferência não se realiza, enquanto a situação não se regularizar.

Para concluir, convém realçar que, previamente à celebração, o plano de trabalho e aquisições é criteriosamente analisado, avaliado e discutido no setor de convênios da SFI, quando se avalia a compatibilidade para com os objetivos do trabalho, antes da proposta seguir para apreciação dos setores financeiro e jurídico da ANP, e, finalmente, à aprovação da Diretoria Colegiada.

Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente - SSM

A SSM analisa os relatórios emitidos pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) com a lista de perícias técnicas realizadas, no caso dos Termos de Cooperação nº 03/2011 e 07/2013, e com a quantidade de dias de patrulha com navios e horas de patrulha com helicópteros, no caso do Termo de Cooperação nº 02/2011. São analisadas também as notas fiscais encaminhadas pela DPC para comprovação da utilização dos recursos repassados. Após a análise, elaboramos uma nota técnica para cada termo de cooperação. De forma a atender a demanda da CGU, alteramos o modelo da nota técnica a partir do segundo trimestre de 2014, incluindo a análise das notas fiscais.

Em 2015, foram realizadas 1.515 perícias técnicas em plataformas, 5.473 perícias técnicas em embarcações de transporte a granel de petróleo e derivados, além de 190 horas de patrulha aérea e 85,5 dias de patrulha com navios nas bacias de Campos, Santos, Espírito Santo, Potiguar e do Ceará. Esse quantitativo não poderia ser alcançado com o corpo técnico da ANP, que é muito menor que o número de vistoriadores da Marinha do Brasil.

Para análise da prestação de contas a Superintendência conta apenas com 1 (uma) servidora que é responsável também por outras atividades.

3.3.5 - Informações sobre a realização das receitas

A previsão de arrecadação de receita própria na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2015 foi de R\$ 408.264.796,00. No exercício de 2015 esses recursos foram utilizados para pagamento das despesas discricionárias, despesas obrigatórias e Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, conforme dotação prevista na Lei.

A tabela abaixo demonstra a realização da receita no exercício de 2015 que foi superior a prevista.

Tabela 15 – Realização da receita no exercício

Fonte SOF	Item Informação Decodificado		Total
	Mês Lançamento		
Natureza Receita		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	
0250	19199900	OUTRAS MULTAS	62.047,73
	16002500	SERVICO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG	584.154.611,00
	16005000	TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	786.236,00
	Total		585.002.894,73

3.3.6 – Informações sobre a execução das despesas

Quadro 16 – Despesas por modalidade de contratação

Despesas por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: ANP		Código UO: 32265		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		2014
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	110.634.552,50	137.383.273,49	104.043.443,92	125.053.477,22	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	8.880.688,35	3.036.338,44	8.550.688,35	2.819.580,66	
d) Pregão	66.671.983,07	103.069.356,00	60.646.570,71	98.093.374,44	
e) Concurso					
f) Consulta	35.081.881,08	31.277.579,05	34.846.184,86	24.140.522,12	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	39.987.888,77	43.148.472,07	30.604.923,28	32.070.370,85	
h) Dispensa	8.179.316,42	21.325.397,40	7.718.357,26	19.153.627,78	
i) Inexigibilidade	31.808.572,35	21.823.074,67	22.886.566,02	12.916.743,07	
3. Regime de Execução Especial	32.646,86	29.686,38	32.646,86	29.686,38	
j) Suprimento de Fundos	32.646,86	29.686,38	32.646,86	29.686,38	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	195.160.293,90	176.158.033,31	194.331.674,65	173.241.982,87	
k) Pagamento em Folha	193.424.377,66	173.180.059,21	192.595.758,41	170.264.008,77	
l) Diárias	1.735.916,24	2.977.974,10	1.735.916,24	2.977.974,10	
5. Outros	40.208.275,89	47.527.883,12	39.779.669,84	47.523.898,83	
6. Total (1+2+3+4+5)	386.023.657,92	404.247.348,37	368.792.358,55	377.919.416,15	

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se em 2015 uma queda de 35,3 % na despesa liquidada do Pregão devido à rescisões contratuais do PAC em que somente foi terminado o processo de contratação no fim do exercício, e não houve tempo de execução e há uma ampliação significativa na liquidação e pagamento dos contratos das áreas finalísticas na modalidade concorrência.

Com relação às alterações das contratações diretas, tanto a Dispensa quanto a Inexigibilidade, verifica-se que a maior parte é feita por outras UJs.

No caso do grupo “Regime de Execução Especial – Suprimento de Fundos”, as despesas aumentaram em torno de 10 % em relação ao exercício anterior.

A despesa com pagamento de pessoal aumentou em 11,5 % se comparado ao exercício de 2014, devido a última parcela do aumento concedido pelo Governo Federal. Já em diárias verifica-se um a redução expressiva de 41,7 % devido a restrições orçamentárias.

Quadro 17 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade Orçamentária: ANP				Código UO: 32265		UGO:		
DESPESSAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	155.893.383,00	141.161.291,30	155.893.383,00	141.161.291,30	-	-	155.160.886,86	138.394.195,00
13 - Obrigações Patronais	27.594.562,64	23.815.817,60	27.594.562,64	23.796.305,89	-	19.511,71	27.498.439,53	23.690.912,07
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	5.737.382,93	4.818.695,26	5.737.382,93	4.818.695,26	-	-	5.737.382,93	4.789.438,51
Demais elementos do grupo	4.494.249,76	4.232.864,19	4.199.049,09	3.403.766,76	295.200,67	829.097,43	4.199.049,09	3.389.463,19
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	211.433.035,40	181.402.066,12	115.489.227,98	147.244.741,04	95.943.807,42	34.157.325,08	101.950.658,92	124.918.872,27
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	23.181.757,92	37.785.472,07	23.181.757,92	37.785.472,07	-	-	23.181.757,92	37.618.345,96
37 - Locação de Mão de Obra	18.665.492,45	15.833.501,44	17.284.785,19	14.713.131,88	1.380.707,26	1.120.369,56	17.021.563,88	14.661.448,64
Demais elementos do grupo	36.061.929,05	29.592.561,78	34.778.497,91	26.322.320,53	1.283.431,14	3.270.241,25	32.288.698,20	26.017.766,87
DESPESSAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.899.322,45	464.238,60	640.230,85	251.162,60	1.259.091,60	213.076,00	536.758,11	251.162,60
52 - Equipamento e Material Permanente	1.690.074,40	8.406.769,75	710.960,02	4.251.492,54	979.114,38	4.155.277,21	703.342,72	3.688.842,54
51 - Obras e Instalações	1.224.641,68	2.180.217,79	513.574,69	480.910,91	711.066,99	1.699.306,88	513.574,69	480.910,91
Demais elementos do grupo	245,70	212.589,20	245,70	18.057,59	-	194.531,61	245,70	18.057,59
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Gerencial

Quanto às despesas do exercício de 2015 no grupo 1 – Despesas de pessoal -, mantém-se os elementos de despesas de maiores gastos e podemos destacar um aumento de cerca de 11,3 % quando comparado ao exercício anterior. No mesmo grupo, vale ressaltar que o montante total pago chegou a aproximadamente 99,4% do total empenhado e pago.

No grupo 3 – Outras despesas correntes – No elemento de despesa 39 – Outros Serviços de Terceiros – O aumento se deve basicamente a um aumento no limite do PAC em 2015 e ao remanejamento entre aos grupos 3 (custeio) e 4 (investimentos) para diminuir as despesas de exercícios anteriores.

O elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores – registrou uma redução de 39% tendo em vista ao esforço da Diretoria da ANP com reduções e negociações pelos gestores de seus contratos como nos contratos do monitoramento de combustíveis e termos de

cooperação ANP/Marinha com redução de escopo no exercício de 2015. Vale ressaltar que apesar de uma expansão na Lei Orçamentária em 2015 o contingenciamento sofrido pela Agência em 2015, superior a milhões.

O elemento de despesa 37 – Locação de Mão de Obra teve um aumento de 20,5%, mesmo com negociações e reduções de quantitativo de terceirizados.

Em 2015, o Grupo de Despesa 4 – Investimentos apresentou uma redução considerável na sua execução, que devido ao contingenciamento imposto pelo Governo Federal, fez-se necessário remanejamento para o grupo 3 – Custeio para atender despesas contratuais vigentes.

No elemento de despesa 51- Obras e instalações- Em 2014 o valor refere-se aos aditamentos do contrato da obra de modernização do CPT - localizado em Brasília.

Informamos que não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos nas contas apresentadas, no exercício de 2015.

3.3.7 – Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 18 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	323031	ANP	0	0	34	32.646,86	4.000,00
2014	323030	ANP	0	0	8	17.500,00	2.500,00
	323031	ANP	0	0	20	22.551,92	4.000,00

Fonte: Siafi

Quadro 19 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			Total (a+b)
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	323031	ANP	X	X	0	0	32.646,86	32.646,86
2014	323030	ANP	X	X	0	0	5.599,44	5.599,44
	323031	ANP	X	X	0	0	22.551,92	22.551,92

Fonte: Siafi

Quadro 20 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
		339030	01	3331,30
			03	320,55
			04	580,00
			07	6,00
			12	85,00
			14	38,00
			16	2981,63
			17	1383,75
			19	1037,70
			20	483,00
			21	730,55
			22	325,96
			23	358,15
			24	2942,91
			25	1553,38
			26	4869,83
			28	231,00
			29	2018,84
			35	470,00
			36	312,20
			39	44,00
			42	93,25
		339039	16	910,00
			17	1121,10
			43	600,00
			46	202,00
			95	826,00

Análise Crítica

O suprimento de fundos na ANP é concedido apenas por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF na modalidade fatura, conforme disposto no Decreto nº 6.370/2008. Na Agência, o suprimento de fundos envolve poucos agentes supridos e pequenos

valores, destinando-se a compras de materiais e/ou prestação de serviços de pequena monta e pronto pagamento, tais como materiais de escritório e limpeza, substituição de peças de máquinas e equipamentos eletrônicos, além de pequenos serviços de manutenção predial, quando urgente e comprovada a impossibilidade de aquisição do bem ou serviço por outros meios. A partir do exercício de 2015, todos os suprimentos de fundos passaram a ser controlados pelo escritório central da ANP no Rio de Janeiro.

A concessão de Suprimento de Fundos é autorizada quando verificado as necessidades eventuais, de pequeno vulto e de pronto pagamento sendo autorizado apenas em casos especiais e que não podem esperar os procedimentos licitatórios.

A solicitação de concessão é realizada diretamente pelos setores por meio de seus coordenadores e encaminhada para análise pelo Gestor/Ordenador de despesas que autoriza a concessão, sendo as notas fiscais de compras e serviços devidamente atestadas pelos Coordenadores e lançadas no sistema Comprasnet pelo suprido com as devidas classificações e justificativas.

Por fim, o suprido tem a obrigação de encaminhar, dentro dos prazos estabelecidos, a prestação de contas completa à SFA que a analisa de acordo com a legislação quanto aos gastos, prazos, competências etc e, estando tudo de acordo, procede aos lançamentos contábeis no SIAFI.

3.4 – Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

O controle do pagamento das multas na Agência, atualmente, é efetuado mediante tabelas de andamento dos processos (em formato “excel”), nas quais são registrados dados relevantes tais como a data da intimação da decisão, dados sobre eventuais recursos interpostos, data do pagamento, montante total aplicado na decisão e valor pago pelos autuados, inclusive com a discriminação da faixa de descontos legalmente aplicáveis. Ademais, nessas mesmas tabelas, faz-se um controle do tempo de duração dos processos a fim de evitar a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e da prescrição intercorrente (ambas previstas na Lei nº 9.873/99).

De outra parte, os processos envolvendo a aplicação de multas são enviados, após o trânsito em julgado, para o escritório da SFA em Brasília (EDF) para fins de cobrança, nos casos em que a empresa não realiza o pagamento total do débito em primeira instância. Dessa forma, com exceção dos casos em que há o pagamento voluntário e total da penalidade sem a interposição de recurso administrativo, todo o procedimento de arrecadação encontra-se atualmente concentrado em Brasília.

Para realizar as atividades de cobrança, a SFA/EDF dispõe de um sistema corporativo, o SICOM – Sistema de controle de multas. Tendo em vista o fato desse sistema não realizar algumas atividades importantes relativas à cobrança, a SFA/EDF, por meio de seus servidores, desenvolveu outros sistemas de controle em banco de dados Access e planilhas eletrônicas Excel.

A estrutura de arrecadação é própria e o procedimento de cobrança tem início com a intimação da decisão por via postal. Caso a intimação não alcance o agente autuado e o aviso de recebimento retorne sem a confirmação de recebimento, a intimação se dá por meio de publicação no diário oficial da união. Importante ressaltar que a intimação da decisão, quando ocorre por via postal, sempre é acompanhada de uma Guia de Recolhimento da União (GRU) devidamente preenchida com o valor total da multa aplicada e com número de identificação no campo referência. A referência para as GRUs de primeira instância segue o seguinte padrão:

- 77XXXXXX (77 indica intimação de 1^a instância e mais os seis últimos dígitos do auto de infração)

Os dados preenchidos no campo referência da GRU são fundamentais para que possamos realizar a vinculação dos valores pagos aos processos e autos de infração.

De posse da data de recebimento da comunicação da decisão, os dados do processo são inseridos no SICOM. Após, os processos são etiquetados com a contagem de prazo para a inscrição do CNPJ no Cadastro de Inadimplentes - CADIN em caso de inadimplência.

Nesse momento, os processos são separados em blocos, por ordem de data (inscrição no CADIN a partir de) e colocados no arquivo setorial onde aguardarão as ações do agente econômico autuado, pois este poderá recorrer da decisão de 1^a instância, pagar com 30% (trinta por cento) de desconto, pagar dentro do prazo de vencimento ou após, requerer parcelamento do débito, ou simplesmente não fazer nada passando a ser considerado inadimplente.

Diariamente é baixado do SIAFI os dados de arrecadação da UG 323030 e essa informação atualiza o banco de dados (Access) de Registro de Arrecadação – RA/GRU. Por meio desse banco de dados os servidores podem conferir os registros de arrecadação vinculando-os aos autos de infração correspondentes. Dessa forma, todos os dias processos que estão aguardando a contagem de prazo para a inscrição no CADIN são retirados do arquivo setorial para serem analisados. Esses processos pagos são conferidos. Basicamente é necessário que se verifique se o valor pago quita integralmente o débito. Caso o débito tenha sido quitado, o processo segue para os procedimentos de arquivamento. Nessa fase os dados do pagamento são lançados no SICOM, um “check list” é preenchido e o processo é encaminhado para o arquivo geral. Caso o débito não tenha sido quitado integralmente é calculado o valor do resíduo e o autuado é intimado com as informações necessárias. Após, o processo retorna para o arquivo setorial para aguardar o prazo para inscrição do CNPJ no cadastro de inadimplência.

Findo o prazo legal para a inscrição do CNPJ inadimplente ser incluído no CADIN, o processo é encaminhado do arquivo setorial para o setor de recebimento onde será revisado antes da inscrição. Nesta revisão são avaliados alguns pontos importantes do processo, como a conferência do CNPJ autuado e o CNPJ que consta na decisão, a intimação e o aviso de recebimento, se há algum pagamento realizado por aquele CNPJ que por algum motivo não tenha sido identificado, etc. Caso o processo não contenha nenhum erro que precise ser corrigido e também não seja identificado nenhum pagamento para o referido auto de infração em questão, o CNPJ é inscrito no CADIN. Após a inscrição, os processos são encaminhados para a Procuradoria para inscrição em Dívida Ativa e posterior Execução Fiscal.

Informamos que as planilhas demonstrando a situação das multas aplicadas na Agência encontram-se no anexo.

3.5 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Decreto nº 7.133/2010 regulamentou, entre outros assuntos, os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional das Agências Reguladoras para fins de pagamento das gratificações de

desempenho, e estabeleceu a obrigatoriedade de formulação de Metas Intermediárias para as Unidades Organizacionais.

Em seu Artigo 5º, o Decreto nº 7.133/2010 define que:

“§ 1º As metas referentes à avaliação de desempenho institucional deverão ser segmentadas em:

I – Metas Globais, elaboradas, quando couber, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA; e

II – Metas Intermediárias, referentes às equipes de trabalho.

...

§ 3º As Metas Globais devem ser objetivamente mensuráveis, utilizando-se como parâmetros indicadores que visem a aferir a qualidade dos serviços relacionados à atividade finalística do respectivo órgão ou entidade de lotação, levando-se em conta, no momento de sua fixação, os índices alcançados nos exercícios anteriores.

...

§ 5º As Metas Intermediárias deverão ser elaboradas em consonância com as Metas Globais, podendo ser segmentadas, segundo critérios geográficos, de hierarquia organizacional ou de natureza de atividade.

§ 6º As metas de desempenho individual e as Metas Intermediárias de desempenho institucional deverão ser definidas por critérios objetivos e comporão o plano de trabalho de cada unidade do órgão ou entidade de lotação e, salvo situações devidamente justificadas, serão previamente acordadas entre o servidor, a chefia e a equipe de trabalho.”

O processo de definição das Metas Institucionais é supervisionado pela Comissão de Avaliação do Desempenho Institucional (CADI), que tem atribuição de estabelecer as metas junto aos gestores e propor eventuais alterações e/ou ajustes. As Metas Globais da ANP são propostas pela CADI antes de cada ciclo de avaliação.

Por sua vez, as Metas Intermediárias são propostas pelas UORGs, com supervisão da CADI, e são inseridas no Sistema de Plano de Trabalho (SPT), criado para facilitar o monitoramento das metas da ANP.

RESULTADOS

Os resultados das Metas Globais e intermediárias para o ciclo 2014/2015, compreendendo o período de agosto de 2014 a julho de 2015, são analisados a seguir.

Para o ciclo 2014/2015, foram formuladas 6 Metas Globais e 61 Metas Intermediárias de 29 unidades organizacionais, a partir da revisão das metas utilizadas no ciclo 2013/2014.

A revisão das Metas Globais teve por finalidade melhorar os indicadores adotados nos ciclos anteriores, e partiu da premissa de que todas as Metas Intermediárias devem estar correlacionadas a, pelo menos, uma meta global.

As Metas Globais 2014/2015 apresentam como melhorias: adequação das Metas Globais às atividades da ANP; criação de Metas Globais para atividades meio; contribuição de praticamente todas as UORGs na apuração dos resultados; melhor visualização da correlação entre Metas Globais e Intermediárias; e aumento da transparência para a sociedade.

A Portaria ANP n.º 292/2014 fixou as Metas Globais e Intermediárias da ANP para o ciclo avaliativo 2014-2015, cujos resultados estão apresentados na Tabela abaixo.

Tabela 16 – Resultado das metas intermediárias da ANP no ciclo 2014-2015

nº	Meta Global	Indicador Meta Global	Peso da Meta Global	Resultado Meta Global	nº	Metas Intermediárias (Associadas aos processos organizacionais)	UORG	Peso MI	Meta	Índice Atingido	Resultado	Contribuição
1	Autorizar e credenciar sociedades empresárias para o exercício das atividades integrantes das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis.	IAC - Índice de Autorizações e Credenciamentos Meta ≥ 80%	20	96,36	1.1	Analisar pedidos de autorização das atividades e instalações relacionadas à distribuição e revenda de combustíveis, biocombustíveis e derivados de petróleo.	SAB	34	70,0	90,1	100,0	6,8
					1.2	Analisar pedidos de autorização das atividades e instalações relacionadas à movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, e à distribuição de gás natural comprimido e gás natural liquefeito.	SCM	20	90,0	88,7	98,6	3,9
					1.3	Analisar pedidos de autorização das atividades e instalações relacionadas ao refino de petróleo, processamento de gás natural e produção de biocombustíveis.	SRP	20	75,0	91,5	100,0	4,0
					1.4	Analisar pedidos de autorização de atividades de levantamentos não exclusivos para aquisição de dados geofísicos, geológicos e geoquímicos.	SDT	14	80,0	60,9	76,1	2,1
					1.5	Analisar pedidos de credenciamento de certificadoras de conteúdo local.	CCL	12	80,0	87,5	100,0	2,4
2	Fiscalizar e acompanhar a execução das atividades	IFI - Índice de Fiscalização	25	99,00	2.1	Fiscalizar o abastecimento nacional de combustíveis.	SFI	30	80,0	119,3	100,0	7,5

	integrantes das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis.	Meta ≥ 90%			2.2	Fiscalizar a gestão da segurança operacional em instalações de exploração e produção de petróleo e gás natural, dutos terrestres e marítimos, ações de recuperação ambiental e investigação de incidentes.	SSM	20	100,0	95,0	95,0	4,8
					2.3	Fiscalizar os sistemas de medição da produção de petróleo e gás natural.	NFP	20	100,0	136,0	100,0	5,0
					2.4	Fiscalizar as atividades e as instalações relacionadas à movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, e à distribuição de gás natural comprimido e gás natural liquefeito.	SCM	10	85,0	95,7	100,0	2,5
					2.5	Fiscalizar as atividades e as instalações relacionadas ao refino de petróleo, processamento de gás natural e produção de biocombustíveis.	SRP	10	80,0	114,3	100,0	2,5
					2.6	Proteger os interesses do consumidor quanto à qualidade dos produtos por meio da realização de ensaios em amostras de combustíveis.	CPT	10	80,0	83,5	100,0	2,5
3	Promover a outorga e acompanhar a execução dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural.	IEP - Índice de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural Meta ≥ 80%	25	100,00	3.1	Verificar o cumprimento das atividades de desenvolvimento e produção previstas nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.	SDP	18	93,0	123,0	100,0	4,5
					3.2	Verificar o cumprimento das atividades de exploração previstas nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.	SEP	18	90,0	95,2	100,0	4,5
					3.3	Controlar, calcular e efetuar a distribuição das participações governamentais e de terceiros e fiscalizar instalações que movimentam petróleo e gás natural para fins de royalties.	SPG	18	82,0	98,3	100,0	4,5
					3.4	Analisar as solicitações de qualificação das empresas para fins de participação nas rodadas de licitações e cessão de direitos e obrigações.	SPL	18	90,0	100,0	100,0	4,5

4	Promover a ampliação e a disseminação do conhecimento sobre o mercado regulado.	IAD - Índice de Ampliação e Disseminação do Conhecimento Meta ≥ 80%	10	98,00	3.5	Avaliar e fiscalizar a aplicação de recursos em projetos e programas de P,D&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) e de formação de recursos humanos.	SPD	12	80,0	94,0	100,0	3,0
					3.6	Manter e disponibilizar o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural nas bacias sedimentares brasileiras.	SDT	8	90,0	96,0	100,0	2,0
					3.7	Verificar o cumprimento do compromisso de conteúdo local previsto nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.	CCL	8	80,0	85,4	100,0	2,0
					4.1	Realizar estudos geológicos sobre as bacias sedimentares brasileiras com o intuito de determinar áreas aptas a serem ofertadas em rodadas de licitações.	SDB	32	100,0	100,0	100,0	3,2
					4.2	Publicar o resultado do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC.	SBQ	32	80,0	89,4	100,0	3,2
					4.3	Realizar estudos de regulação e mercado e publicar dados estatísticos e informações periódicas das indústrias de petróleo, gás natural e biocombustíveis.	SPD	12	86,0	91,0	100,0	1,2
5	Comunicar-se efetivamente com a sociedade, o mercado e outros órgãos públicos.	ICO - Índice de Comunicação Meta ≥ 80%	10	100,00	4.4	Acompanhar e analisar a evolução dos preços dos combustíveis no mercado nacional e publicar estatísticas.	CDC	12	75,0	100,0	100,0	1,2
					4.5	Publicar mensalmente dados estatísticos e dados de incidentes sobre segurança operacional e meio ambiente.	SSM	12	100,0	83,3	83,3	1,0
5	Comunicar-se efetivamente com a sociedade, o mercado e outros órgãos públicos.	ICO - Índice de Comunicação Meta ≥ 80%	10	100,00	5.1	Prestar atendimento eficiente ao público que entra em contato com a Central de Atendimento da ANP.	CRC	40	70,0	80,8	100,0	4,0
					5.2	Realizar a comunicação institucional da ANP por meio da imprensa e do atendimento a públicos institucionais.	SCI	30	80,0	100,0	100,0	3,0

					5.3	Analizar o comportamento dos preços e os aspectos concorrenenciais dos mercados regulados.	CDC	30	90,0	96,5	100,0	3,0
6	Realizar a gestão interna e subsidiar a execução das atividades finalísticas da ANP.	IGI - Índice de Gestão Interna Meta ≥ 85%	10	100,00	6.1	Manter os principais sistemas corporativos disponíveis.	STI	16	95,0	99,1	100,0	1,6
					6.2	Realizar o planejamento da gestão institucional.	SEC	16	80,0	87,5	100,0	1,6
					6.3	Gerir administração e finanças.	SFA	16	80,0	95,0	100,0	1,6
					6.4	Gerir políticas e práticas de gestão de pessoas.	SGP	16	90,0	100,0	100,0	1,6
					6.5	Subsidiar diretores e gestores com informações necessárias à tomada de decisão.	AIN	6	96,0	98,0	100,0	0,6
					6.6	Auditar processos internos.	AUD	6	78,0	105,0	100,0	0,6
					6.7	Garantir a atualização, a organização e a disponibilização do acervo físico e digital de livros, periódicos, artigos e outros documentos.	CDI	6	100,0	100,0	100,0	0,6
					6.8	Coordenar o processo de elaboração e negociação do orçamento anual da ANP.	COR	6	80,0	90,0	100,0	0,6
					6.9	Acompanhar e orientar o trabalho das comissões disciplinares.	CRG	6	80,0	90,0	100,0	0,6
					6.10	Realizar atividades de apoio jurídico.	PRG	6	90,0	100,0	100,0	0,6
												98,82

No que diz respeito às Metas Globais da ANP, os índices alcançados superaram as metas estabelecidas para o período. Quanto às Metas Intermediárias, os seguintes indicadores apresentaram resultados abaixo da meta estipulada:

- 1.2 – Analisar pedidos de autorização das atividades e instalações relacionadas à movimentação de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, e à distribuição de gás natural comprimido e gás natural liquefeito.

Índice Previsto: 90,0%

Índice Alcançado: 88,7%

As variações observadas decorreram, principalmente, do elevado volume de processos, muito deles complexos, e da equipe pequena para cumprir todas as atividades previstas no regimento interno. Cabe destacar que neste período, em função dos leilões de energia previstos pelo governo (MME), a unidade responsável precisou elaborar pareceres específicos para subsidiar tecnicamente a análise da EPE e ANEEL.

- 1.4 – Analisar pedidos de autorização de atividades de levantamentos não exclusivos para aquisição de dados geofísicos, geológicos e geoquímicos.

Índice Previsto: 80,0%

Índice Alcançado: 60,9%

A principal causa para o alcance de aproximadamente 75% da meta está relacionada à mudança de metodologia na execução da ação. Ressalta-se que ocorreu a inclusão da etapa de verificação da regularidade das empresas perante os órgãos da administração pública no fluxo de análise dos pedidos, além de aprimoramento no modelo das notas técnicas que subsidiaram a decisão do gestor, ocorrendo uma discussão técnica maior durante o processo em epígrafe.

- 2.2 – Fiscalizar a gestão da segurança operacional em instalações de exploração e produção de petróleo e gás natural, dutos terrestres e marítimos, ações de recuperação ambiental e investigação de incidentes.

Índice Previsto: 100%

Índice Alcançado: 95,0%

O incidente na FPSO Cidade de São Mateus, acarretou na abertura de um processo de investigação pela ANP com a mobilização em tempo integral de 6 servidores da unidade responsável, devido a grandeza e à complexidade do incidente. Dessa forma, foi necessário orientar esforços para proceder à rápida conclusão da investigação e por isso algumas auditorias tiveram que ser desmobilizadas.

- 4.5 – Publicar mensalmente dados estatísticos e dados de incidentes sobre segurança operacional e meio ambiente.

Índice Previsto: 100%

Índice Alcançado: 83,3%

Foram realizadas adaptações técnicas na estrutura descritiva dos relatórios, com o objetivo de agilizar o seu processo de elaboração.

3.6 – Análise do impacto gerado no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis decorrentes da atuação da ANP

Qualidade dos combustíveis

A SBQ é a responsável por promover a melhoria da qualidade dos combustíveis comercializados em território nacional, tanto dos derivados de petróleo quanto do gás natural, etano e biodiesel, por meio da regulamentação de especificações que refletem a qualidade mínima necessária ao bom desempenho dos produtos. Essa regulamentação atende à Política Energética Nacional e aos anseios da sociedade quanto à adequação ao uso, à proteção do meio ambiente e aos interesses do consumidor.

Ao estabelecer as especificações dos derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis comercializados no País, a ANP leva em conta a estrutura nacional de refino e de abastecimento, a distribuição dos modais de transporte, a qualidade dos produtos comercializados no mundo, assim como a qualidade dos importados pelo Brasil. São considerados também as exigências ambientais, a evolução tecnológica dos veículos, dos produtos alternativos, e o uso eficiente dos combustíveis.

O Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis – PMQC, que realiza o levantamento de dados sobre a qualidade dos principais combustíveis líquidos comercializados no País, contou em 2015 com a participação de 20 laboratórios que, em conjunto com o CPT, analisaram um total de 112.398 amostras, bem como subsidiaram as ações de fiscalização, por meio de análises das amostras coletadas pela SFI e órgãos conveniados. Das 112.398 amostras de combustíveis, 46.401 são de Gasolina, 42.373 de Óleo Diesel e 23.624 de Etanol. O índice de conformidade ficou em 97,60% (98,07% para a Gasolina, 96,58% para o Óleo Diesel e 98,49% para o Etanol).

Além disso, foram publicadas as Resoluções ANP nº 8/2015, que estabeleceu a especificação de um novo produto, o Biometano, Resolução ANP nº 19/2015, que modificou a especificação do Etanol Combustível e introduziu a figura do novo agente Operador de Terminal, e a Resolução ANP nº 30/2015, que promoveu alterações na especificação das gasolinas automotivas.

Por fim, após 29 (vinte e nove) meses de obras, em 2015 ocorreu a inauguração das novas instalações do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP, em Brasília, com aumento de 23% de área laboratorial, instalações modernas e maior segurança para a equipe, o que certamente contribuirá para o aprimoramento do controle e da qualidade dos combustíveis e lubrificantes comercializados no País.

Acompanhamento dos preços do petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis pela ANP

De acordo com a legislação brasileira, vigora no país, desde janeiro de 2002, o regime de liberdade de preços em toda a cadeia de produção, distribuição e revenda de combustíveis e derivados de petróleo. Assim, não há qualquer tipo de tabelamento de preços, nem fixação de valores máximos e mínimos ou exigência de autorização oficial prévia para reajustes de preços dos combustíveis em qualquer etapa da comercialização.

A Lei do Petróleo, em seu artigo 8º, atribuiu à ANP o papel de implementar a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, com ênfase na proteção dos interesses dos

consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. Em atenção à mesma Lei, essa atribuição não é exercida por meio do controle de preços, mas sim por meio da proteção do processo competitivo nos mercados regulados, uma vez que a referida Lei também estabelece, entre os princípios e objetivos da política energética nacional, a promoção da livre concorrência. No desempenho da sua atribuição legal, a ANP acompanha semanalmente, por meio do Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis, o comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis.

Dentre os objetivos do Levantamento de Preços, destacam-se: (i) contribuir para que os consumidores busquem as melhores opções de compra e (ii) permitir a identificação de mercados com indícios, sob a ótica econômica, de condutas anticompetitivas. Em 2015, a pesquisa disponibilizou a sociedade 351.194 unidades amostrais de preços de combustíveis automotivos e 316.620 de GLP (botijão P-13), em todas as unidades federativas.

Ainda com base nas informações do Levantamento de Preços, a ANP elaborou, em 2015, 24 notas técnicas com a finalidade de averiguar, do ponto de vista estritamente econômico, indícios de alguma prática anticompetitiva nos referidos mercados. Deste total, sete análises concluíram pela existência de infração a ordem econômica e foram encaminhadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em atendimento ao disposto no artigo 10 da Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo). Além disso, a Agência elabora e divulga os Relatórios Mensais de Acompanhamento de Mercado para a gasolina comum, etanol hidratado, óleo diesel e GLP (botijão de 13 kg) que contém análise sobre o comportamento dos preços médios destes produtos nas etapas de distribuição e revenda (<http://www.anp.gov.br/?pg=78705>).

Além dos preços ao consumidor final, desde 2001, a ANP divulga os preços médios ponderados semanais praticados pelos produtores (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores) e importadores de gasolina A, óleo diesel, querosene de aviação - QAV e gás liquefeito de petróleo - GLP, retroativos ao dia 1/1/2002, nos termos da Portaria ANP nº 297/2001. A partir de agosto de 2004, foram incluídos os seguintes produtos: óleo combustível A1, óleo combustível A2, óleo combustível B1 e cimento asfáltico de petróleo 50 60, retroativos a 7/6/2004. A iniciativa está em consonância com os princípios da transparência ativa (quando a Administração Pública divulga informações à sociedade por iniciativa própria, de forma espontânea, independente de qualquer solicitação), previstos na Lei de Acesso à Informação, em vigor desde maio de 2012 (<http://www.anp.gov.br/?pg=68638>).

Com base nas Resoluções ANP nº 27/2008, nº 28/2008 e nº 35/2009, bem como nos Acórdãos TCU nº 2649/2007 e nº 3081/2012, a partir de 2008, a ANP passou a divulgar, em seu sítio na internet, os preços de distribuição de produtos asfálticos, os quais são encaminhados à Agência pelos agentes econômicos que exercem a atividade de distribuição. Atualmente, a divulgação mensal dos preços médios ponderados dos produtos asfálticos ocorre de duas formas: (i) por região geográfica de origem do produto, independente da quantidade de distribuidoras comercializando naquela região; e (ii) por unidade da federação de origem do produto quando houver informação de, no mínimo, três distribuidoras atuando naquele estado. Com a divulgação destes dados, além de dar cumprimento à determinação do TCU, a ANP avança na garantia à sociedade do conhecimento dos preços praticados por agentes econômicos, reduzindo a assimetria de informações e contribuindo para a transparência das práticas comerciais e para o bom funcionamento do mercado (<http://www.anp.gov.br/?pg=76988>).

Ainda no que concerne aos preços dos combustíveis, desde 2012, foi incluído na página da internet o Boletim Anual de Preços de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis nos Mercados Nacional e Internacional. O estudo, elaborado anualmente, tem o objetivo de contribuir

para compreensão dos traços marcantes, de natureza estrutural e tendencial, do comportamento dos preços nos mercados internacional e nacional. A edição de 2015, especialmente na Parte I, dedicou-se ao tema da queda dos preços internacionais do petróleo e de gás natural, observados a partir do segundo semestre de 2014, traço marcante mais expressivo da conjuntura do setor energético em todo mundo. Na Parte II, que tratou dos preços domésticos dos combustíveis, observou importantes mudanças no comportamento dos preços, em especial a reversão, ao final de 2014, do longo período de defasagem dos preços da gasolina e do diesel com relação ao mercado internacional (<http://www.anp.gov.br/?pg=77485>).

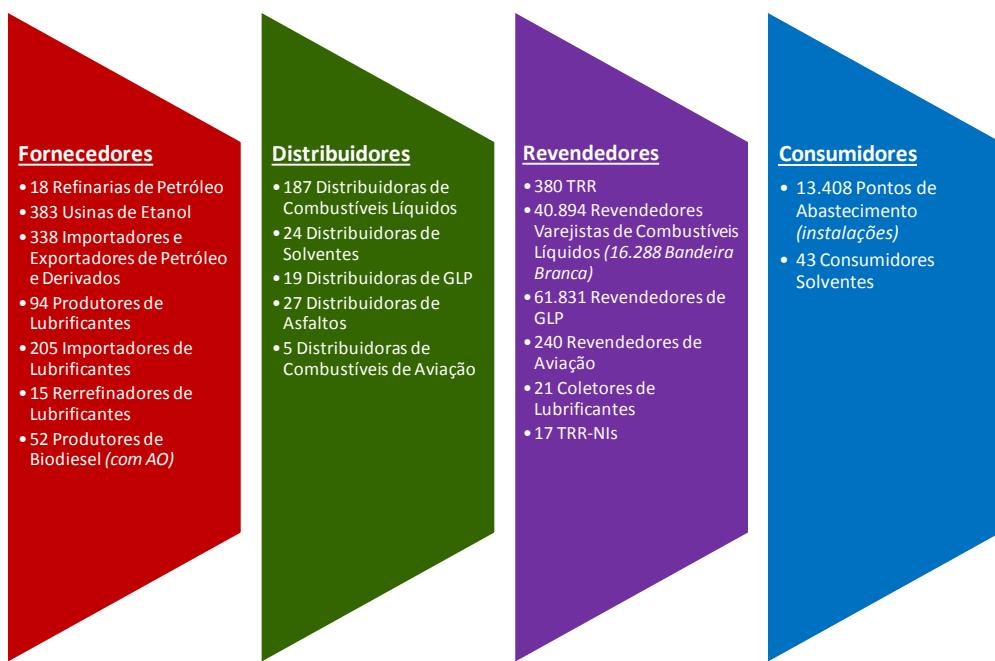
Garantia do suprimento de combustíveis e oferta dos produtos

A SAB atua especificamente em relação à garantia do suprimento de combustíveis em todo o território nacional e à oferta dos produtos ao mercado consumidor.

Em relação à garantia de suprimento de combustíveis e à oferta de produtos, são atribuições da Superintendência:

- 1) Planejamento e logística do mercado de abastecimento de combustíveis
 - a. Objetivos:
 - i. Avaliar infraestrutura logística de combustíveis
 - ii. Propor e implementar ações de garantia de abastecimento
 - iii. Subsidiar tecnicamente a formulação de diretrizes energéticas
 - b. Ações desenvolvidas em 2015:
 - i. Publicação da Resolução ANP 53/2015 – Monitoramento do Abastecimento Nacional: normativo que regula o fluxo de informações logísticas e de estoques dos agentes regulados em situações de sobreaviso no abastecimento
 - ii. Publicação das Resoluções ANP 05/2015 e 06/2015 sobre Estoques Operacionais Mínimos de GLP e de QAV
 - iii. Continuidade do Grupo de Fluxos Logísticos (GFL): iniciativa da Superintendência visando mapear os fluxos de origem e destino das vendas de combustíveis entre as unidades federadas
- 2) Regulação dos agentes econômicos que atuam no segmento de abastecimento, inclusive, com as autorizações para funcionamento.
 - a. Quantitativo de agentes regulados pela superintendência: 118.201

Figura 4 – Quantitativo de agentes econômicos que atuam no segmento de abastecimento



- b. Verificou-se, entre 2014 e 2015, aumento líquido de 4.196 agentes regulados adicionais, distribuídos conforme quadro abaixo:

Figura 5 – Variação do quantitativo de agentes econômicos que atuam no segmento de abastecimento
Variação do Quantitativo de Agentes - 2015/2014

Fornecedores	-11	Revendedores	+ 4290
Refinarias de Petróleo	+1	TRR	+15
Usinas de Etanol	-1	Revendedores Varejistas Combustíveis Líquidos	+901
Importadores/Exportadores Petróleo e Derivados	+5	Revendedores de GLP	+3368
Produtores Lubrificantes	-31	Revendedores de Aviação	+15
Importadores Lubrificantes	+21	Coletores de Lubrificantes	-9
Rerrefinadores Lubrificantes	=		
Produtores de Biodiesel	-6		
Distribuidores	-26	Consumidores	-57
Distribuidoras de Combustíveis Líquidos	-18	Pontos de Abastecimento (<i>instalações</i>)	-61
Distribuidoras de Solventes	-6	Consumidores de Solventes	+4
Distribuidoras de GLP	-3		
Distribuidoras de Asfaltos	=		
Distribuidoras de Combustíveis Aviação	+1		
Agentes 2014	114.005	Δ AGENTES 2015/2014	+ 4196
Agentes 2015	118.201		

- 3) Realização de vistorias nos agentes econômicos que atuam no abastecimento de combustíveis. Essas ações permitem identificar a adequação das operações às regras estabelecidas nas regulamentações, em caso de irregularidades, gerando notificações e autuações.

- a. Foram realizadas auditorias de dados declarados pelos agentes regulados à ANP por meio do sistema SIMP

b. A SAB lavrou, em 2015, 266 Autos de Infração e 248 Notificações por descumprimento de exigências das resoluções aplicáveis aos agentes econômicos

3.7 - Informações sobre ações desenvolvidas pelas unidades técnicas específicas

3.7.1 – Superintendência de Participações Governamentais

a) Informe sobre a implementação da interface via internet para carregamento dos dados constantes nas notas fiscais com vistas à conferência e validação prévia dos preços de venda do petróleo e do gás natural reportados pelos concessionários;

A carga de notas fiscais foi implementada no SIGEP em julho de 2014, versão de teste, e a partir de agosto de 2014, de forma obrigatória, para todos os concessionários. A referida carga visa otimizar o trabalho dos servidores responsáveis pelas auditorias do preço de referência do petróleo e gás natural, com a conferência e validação prévia dos preços de vendas praticados pelos concessionários.

A carga está formatada com os dados principais para o cálculo do preço de venda e as notas, que respaldam o preenchimento da carga, são enviadas em anexo no mesmo arquivo, sendo possível o auditor validar os dados e atestar os preços de venda praticados.

Os módulos de cálculo do preço mínimo do petróleo e do preço de referência do gás natural já estão em produção no SIGEP, a partir dos meses de agosto de 2015 e setembro de 2015 respectivamente.

Destarte, após a conferência e validação dos preços de venda praticados e os cálculos dos preços mínimos do petróleo e de referência do gás natural é possível chegar ao preço que será utilizado para pagamento das participações governamentais, sendo eles o preço de referência do petróleo e o preço de referência do gás natural.

b) Relatório de não conformidades detectadas e consequentes desdobramentos, após retomada das análises, em laboratório próprio da ANP, das amostras de petróleo coletadas nas fiscalizações da qualidade do petróleo (para fins de definição ou atualização do preço mínimo), para confronto com as informações declaradas pelos concessionários;

O Laboratório de Estudos e Análises de Petróleos da ANP (LEP) teve suas operações interrompidas em 2013 para realização das obras de reforma do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP em Brasília/DF (CPT), conforme informado pelo Memorando nº 70/2013/SBQ/CPT-DF.

Atualmente o referido Laboratório permanece com suas operações suspensas, tendo em vista os problemas detectados na remontagem do sistema de destilação de petróleo, conforme informado pelo Memorando nº 26/2016/SBQ/CPT-DF.

No entanto, nesse período, a SPG instaurou processos administrativos com objetivo de avaliar as características de qualidade declaradas pelas concessionárias de alguns petróleos, para fins de precificação segundo Portaria ANP nº 206/2000, conforme tabela abaixo.

Tabela 17 – Processos instaurados para avaliar as características de qualidade declaradas pelas concessionárias

Corrente	Ofício ou Data de Coleta	Processo	Observações
JUBARTE (pré RD 69/2014)	01 e 02/10/2014	48610.009773/2014-11	O estudo no processo resultou no Relatório nº 03/2016/SPG-ANP e nos Autos de Infração 434760 e 434761, com cobrança adicional de PGs de R\$ 598.102.375,02 (encargos até fev/16).
JUBARTE (pós RD 69/2014)	Of. 222/2015 (26/03/2015)	48610.002967/2015-69	Processo administrativo suspenso em razão de ação judicial e processo de arbitragem.
OSTRA	16/03/2015	48610.002145/2015-88	A coleta foi realizada, mas devido a problemas no laboratório, informados pelo Memorando nº 26/2016/SBQ/CPT-DF, não foi possível a realização do ensaio da amostra.
MARLIM	Of. 351/2014 (16/06/2014) 9, 10 e 11/09/15	48610.009776/2014-47	As datas de coleta inicialmente agendadas (9, 10 e 11/09/15) foram canceladas em razão de greve na Petrobras. Novas datas serão definidas pelo NFP e SBQ/CPT, conforme Memorando nº 096/2016/SPG e Memorando nº 26/2016/SBQ/CPT-DF.
BARRACUDA	Of. 351/2014 (16/06/2014)	48610.009774/2014-58	Pendente agendamento das coletas, as quais ainda terão suas datas definidas pelo NFP e SBQ/CPT, conforme Memorando nº 096/2016/SPG e Memorando nº 26/2016/SBQ/CPT-DF.
BÚZIOS	Of. 503/2014 (08/09/2014)	48610.009775/2014-01	Informações da concessionária no sentido da desnecessidade de novas coletas e análises, tendo em vista a atual ausência de produção e a não variação das suas características de qualidade. (Em análise).
TARTARUGA VERDE	Of. 130/2016 (07/03/2016)	Processo a ser aberto	Datas para as coletas de amostras serão definidas pelo NFP e SBQ/CPT, conforme Memorando nº 096/2016/SPG e Memorando nº 26/2016/SBQ/ CPT-DF.

Dos processos listados na tabela acima destacamos o Processo 48610.009773/2014-11, cuja análise foi feita com foco sobre a variação do grau API da Corrente Jubarte, considerando as diferentes características dos petróleos dos reservatórios do pós e pré-sal para a referida Corrente. De tal análise resultou o Relatório nº 03/2016/SPG-ANP e os Autos de Infração 762-000-16-33-434760 e 762-000-16-33-434761,

Os demais processos se encontram em fase de instrução, para o que não possuem ainda resultados e relatórios consolidados.

c) Se já está em produção o módulo de royalties no SIGEP, descrever e relatar o impacto dessa funcionalidade do sistema informatizado nos procedimentos internos da SPG para o tratamento dos dados e informações necessários para o cálculo e a distribuição dos royalties e da participação especial;

O Módulo de Royalties no SIGEP já está em produção com as seguintes ferramentas:

a) Pré-análise: Esta ferramenta possibilita uma análise dos dados e informações necessários para o cálculo e distribuição de royalties, bem como se todos estão conformes. Através desta ferramenta é possível verificar se existem erros de cadastro no sistema, ou ainda se estão faltando informações que influenciam no cálculo de distribuição dos royalties. É uma ferramenta de validação dos dados de entrada que propicia maior segurança para o cálculo.

b) Carga de Royalties por Instalação (CAROI): É feita uma carga feita no sistema com os royalties pagos por instalação. Nessa carga estão contidas as informações dos municípios beneficiários desses royalties, em quais DARFs foram pagos e os seus respectivos valores.

c) Carga de Ajustes: São feitas cargas no sistema dos eventuais ajustes de pagamentos aos beneficiários em cada mês. As informações desses ajustes estão detalhadas de acordo com o beneficiário dos pagamentos (União, Estados e Municípios), em quais parcelas estão sendo feitos os ajustes, em quais DARFs foram realizados os pagamentos e os seus respectivos valores. Esta carga possibilita uma total rastreabilidade dos valores pagos aos municípios e seus motivos.

d) Cálculo dos Royalties: essa função roda efetivamente o cálculo para a distribuição dos royalties. Uma vez validados os dados de entrada, a mesma os processa resultando nos valores devidos aos beneficiários.

Em resumo, é realizada a análise dos dados de entrada por meio da ferramenta de pré-análise. Caso existam dados não conformes, esses são corrigidos e/ou atualizados. Em seguida é rodado o Cálculo dos Royalties propriamente dito, chegando-se ao resultado final.

Os dados referentes à parcela de 5% de royalties por instalações ainda são calculados manualmente devido a necessidade de se processar inúmeras decisões judiciais

Atualmente, os cálculos são executados de duas formas, em paralelo: pelo novo Módulo de Royalties do SIGEP e pelas antigas planilhas em Excel. Após calculado das duas formas, faz-se uma confrontação entre os resultados calculados das duas formas. Esse procedimento visa garantir maior confiabilidade nos resultados obtidos.

Estamos trabalhando também na elaboração de uma ferramenta que permita ser gerado diretamente do sistema as tabelas em Excel com os resultados as quais são publicados no site da ANP na Internet.

d) Novos procedimentos estabelecidos para a análise da estrutura contábil e de custos dos concessionários decorrentes dos conhecimentos adquiridos nos cursos ministrados em 2014, de acordo com o informado no Ofício 39/2014/AUD;

Respostas às questões d e e são apresentadas junto abaixo.

e) Informações sobre o aprimoramento do processo de auditoria das participações especiais, desde 2014, e respectiva análise quanto à melhoria da atuação da Superintendência, especificando eventuais novos procedimentos estabelecidos;

Auditoria dos Gastos na Fase de Exploração

Esta Superintendência realizou ações *in loco* na Petrobras em 2014 para auditar os gastos de exploração incorridos nas áreas de Franco e Sul de Tupi, regidas sob o regime de Cessão Onerosa.

Com a experiência e os resultados obtidos nestas ações de auditoria, ao longo do ano de 2015, foram realizadas mais quatro auditorias de gastos exploratórios das outras áreas submetidas ao mesmo tipo de regime, quais sejam: Sul de Guará, Florim, Nordeste de Tupi e Entorno de Iara.

Estas ações tiveram como objetivo auxiliar o processo de revisão do contrato de cessão onerosa e aplicar/aprimorar o conhecimento dos auditores desta SPG acerca da alocação de custos e estrutura contábil quanto aos dispêndios realizados pela cessionária na fase exploratória destas áreas.

Este procedimento, aplicado na Cessão Onerosa, funcionará de forma análoga para processos de auditoria do item 5 do Demonstrativo de Apuração da Participação Especial (DAPE). Este item nominado “Investimentos na Fase de Exploração” totaliza os gastos com pesquisa e exploração incorridos durante a fase de exploração do campo auditado, conforme expresso no inciso I do art. 13, art. 14 e art.15 da Resolução ANP nº 12/2014.

Neste tipo de auditoria o total deduzido pela operadora no item 5 do DAPE deve estar de acordo com o declarado pela mesma no Relatório de Gastos Trimestrais – Exploração (Anexo 1), conforme determina a Portaria ANP nº 180/2003.

A partir destes dados do RGT são selecionados para auditoria os itens de maior representatividade em relação ao total declarado pela empresa.

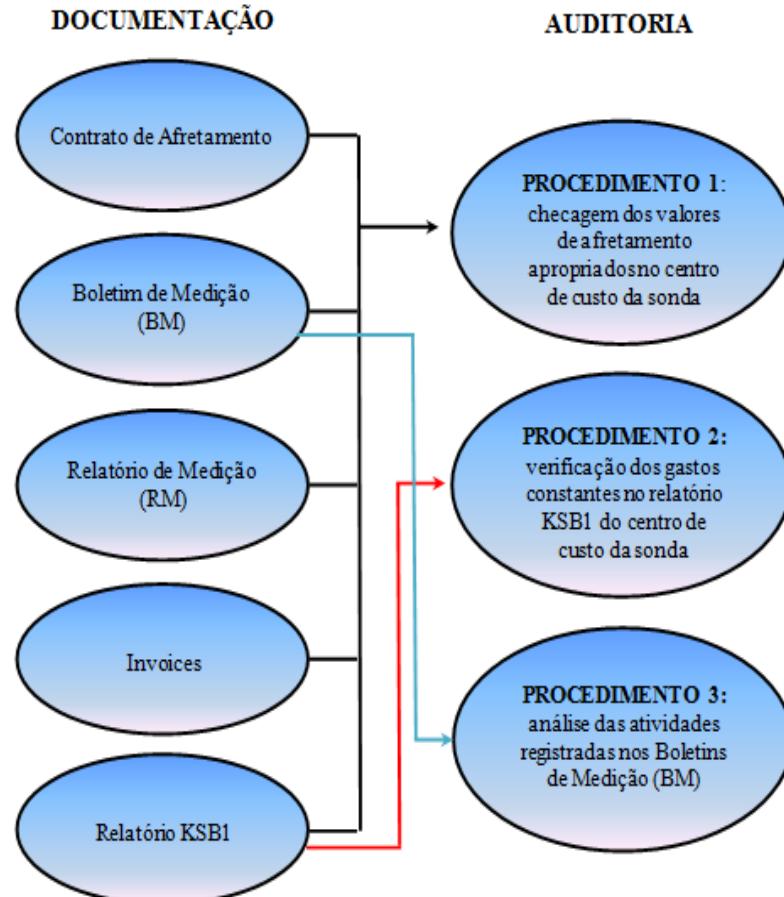
Para os casos em tela, os gastos com maior representatividade nos projetos foram:

a) Sondagem – para cada sonda que realiza atividades exploratórias, a concessionária/cessionária cria um centro de custo no qual são alocados mensalmente todos os gastos relativos àquela sonda, onde os gastos mais expressivos são os referentes à Afretamento e Prestação de Serviços.

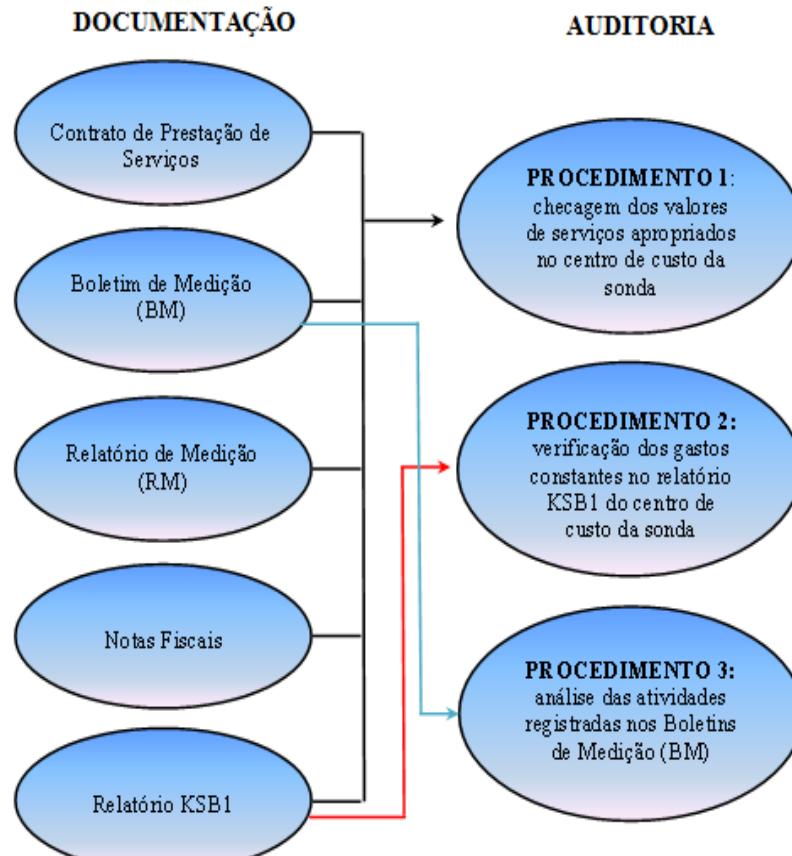
A auditoria de cada um desses gastos segue conforme os fluxogramas abaixo:

Figura 6 – Fluxogramas – auditoria da classe de custo de afretamento e da classe de custos de serviços

Fluxograma 1 – Auditoria da Classe de Custo de Afretamento.



Fluxograma 2 – Auditagem da Classe de Custo de Serviços



- b) Materiais – a concessionária/cessionária realiza dois tipos de compras de materiais para as suas atividades de E&P, sendo um que atende a um pool de projetos de sua carteira de negócios e outro que atende diretamente a um determinado projeto. Para as compras que atendem diretamente o projeto auditado, o critério de validação é o próprio custo de aquisição, ou seja, valor expresso na nota fiscal, excluídos os tributos recuperáveis. Para as compras que atendem a um pool de projetos, o critério para mensuração de materiais é o da Média Ponderada Móvel (MPM). Este critério consiste em avaliar o estoque pelo custo médio de aquisição, apurado em cada entrada de materiais, ponderando-se as quantidades adicionadas pelas anteriormente existentes.
- c) Serviços – Este item engloba a contratação de serviços de avaliação e perfuração para as diversas atividades constantes na Etapa Exploratória de um determinado bloco. Para a auditoria deste item, é selecionada uma amostragem de gastos com valores significativos aplicados no projeto e a análise consiste na confrontação dos valores expressos nas notas fiscais, excluídos os tributos recuperáveis, com os lançamentos apropriados em um dado projeto.

Auditoria de Participações Especiais

Esta Superintendência realizou um projeto piloto de auditoria in loco na Petrobras ao longo do ano de 2015 para verificar as deduções de custos para apuração da Participação Especial (PE).

Para realização desta atividade foram selecionados para auditoria os campos de Lula e Canto do Amaro, ambos pagadores de PE sob o regime de Concessão, sendo o primeiro marítimo localizado no pré-sal e o último terrestre.

O objetivo desta ação foi averiguar as deduções destes campos no 3º trimestre de 2014, já que a partir deste trimestre passou a vigorar a Resolução ANP nº 12/2014.

Nesta auditoria foram checados os itens com maior representatividade nas deduções do DAPE, foram eles para o Campo de Lula:

- a) 4.1.3 Arrendamento ou Afretamento de Unidades de Produção – para checagem deste item foram solicitados a planilha de suporte que gera o Anexo 3 (Relatório de Gastos na Etapa de Produção) da Portaria ANP no 180/2003, além dos contratos de afretamento e de prestação de serviços das unidades de produção (FPSO's) localizadas no campo, notas fiscais (comprovantes de pagamento) e relatórios complementares que subsidiam o cálculo do afretamento (Relatório de Medição, Relatório Operacional e Relatório Diário de Operação);
- b) 6.2 Depreciação de Poços Produtores e Injetores – neste item o concessionário deprecia mensalmente os gastos referente aos poços (produtores e injetores) utilizados na fase de produção do campo, onde a taxa de depreciação é baseada no Método de Unidades Produzidas, ou seja, o percentual entre a produção mensal verificada e a reserva provada desenvolvida daquele campo.

Para auditagem deste item, é solicitada planilha contendo a listagem dos ativos depreciados, com seus respectivos valores de aquisição e a taxa de depreciação utilizada pela concessionária, de modo que são feitos testes de checagem e consistência para verificação se

as depreciações foram feitas em conformidade com o expresso na Seção XIII da Resolução nº 12/2014.

- c) 6.3 Depreciação de Bens – neste item são depreciados mensalmente os gastos referente a bens, exceto poços, utilizados nas atividades atinentes ao campo, onde a taxa de depreciação é baseada pelo Método Linear, ou seja, o percentual entre o número de dias do mês e o prazo de vida útil do bem em dias, conforme estipulado pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

Para auditagem deste item, é solicitada planilha contendo a listagem dos ativos depreciados, com seus respectivos valores de aquisição, a vida útil do bem depreciado e a taxa de depreciação utilizada pela concessionária, de modo que são feitos testes de checagem e consistência para verificação se as depreciações foram feitas em conformidade com o expresso na Seção XIII da Resolução nº 12/2014.

Para o Campo de Canto de Amaro foram verificados os seguintes itens:

- a) 6.2 Depreciação de Poços Produtores e Injetores – neste item, as solicitações e procedimentos de auditoria foram seguidos conforme explicação apresentada para o campo de Lula.
- b) 6.3 Depreciação de Bens – neste item, as solicitações e procedimentos de auditoria foram seguidos conforme explicação apresentada para o campo de Lula.
Essas duas auditorias ainda estão em andamento e não foram concluídas.
- f) **Medidas adotadas, desde 2014, para a melhoria na divulgação das informações sobre os royalties no sítio eletrônico da ANP e respectiva análise quanto ao aprimoramento da interface com o usuário externo interessado;**

O site passou por mudanças, as quais facilitaram, não somente o acesso à informação, como também a utilização destas informações. As principais mudanças foram:

- 1) Disponibilização de todos os dados referentes aos royalties (dados de produção, preço mínimo do petróleo, preço de referência do gás natural, municípios integrantes das zonas geoeconômicas, movimentação nas instalações e etc) em planilhas em Excel, não sendo mais as mesmas disponibilizadas em PDF. Essa era uma antiga demanda da sociedade e que foi implementada pela SPG.
- 2) Disponibilização do "Manual XII - Passo a Passo do Cálculo dos Royalties", o qual permite que qualquer cidadão comum, em conjunto com as planilhas dispostas no site, possa seguir o passo a passo para chegar ao valor final que foi pago a qualquer município brasileiro.
- 3) Remoção de conteúdo desatualizado do site.

g) Atualizações, desde 2014, na regulamentação referente à qualificação das instalações de embarque e desembarque, para fins de enquadramento de municípios beneficiários, no âmbito da ANP.

A revisão da Portaria ANP nº 29/2001 foi incluída na Agenda Regulatória da ANP para os anos de 2014 e 2015. No entanto, em razão da vigência da Lei nº 12.734/12 ter sido parcialmente suspensa pelo STF, entendeu-se que não seria oportuno aprovar uma nova resolução enquanto o STF não tomasse uma decisão final sobre o tema nos autos das ADIs 4917 e 5038.

A fim de garantir que esta questão não deixará de ser oportunamente tratada, a elaboração de nova resolução em virtude da revisão da Portaria ANP nº 29/2001, que atenderá ao determinado no subitem 9.2.4, do Acórdão nº 3253/2013 – TCU – Plenário, mantém-se prevista na Agenda Regulatória da ANP para o ano de 2016, com o status de suspensa, aguardando definição do STF sobre as citadas ADIs.

3.7.2 – Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural

a) critérios utilizados para selecionar as unidades inspecionadas;

A partir do atendimento às recomendações 9.1.2 e 9.1.3, do Acórdão nº 657/2013-TCU-Plenário, foi elaborada a Nota Técnica nº 001/2014/NFP, que define diretrizes e critérios para elaboração do plano anual de fiscalização dos sistemas de medição da produção de petróleo e gás natural, de competência do Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural.

A definição de critérios para a elaboração do plano anual de fiscalização tem por finalidade indicar a prioridade das ações de fiscalização para determinado período, considerando-se os fatores de risco, materialidade, relevância e oportunidade, inerentes a cada concessão, convertidos em variável para nortear e promover a seleção.

A referida Nota Técnica apresenta uma metodologia para a escolha das instalações de medição da produção a serem fiscalizadas para o período de um ano, observando as metas estabelecidas, na qual são considerados:

- i) o Índice de Fiscalização dos Sistemas de Medição, onde são ponderados (i.i) o Índice de Notificação de Falha do Sistema de Medição, cuja fórmula identifica as instalações com a maior ocorrência de eventos de falhas de medição no período; e o (i.ii) o Índice de Volume Medido para cada instalação, pelo qual obtém-se os volumes movimentados através dos medidores, a partir dos registros existentes nos sistemas corporativos da ANP;
- ii) o tempo decorrido desde a última inspeção;
- iii) a localização geográfica dos campos produtores, visando a otimização e economicidade das ações, considerando no planejamento realizar inspeções em instalações nas proximidades ou dentro de um raio de ação previamente projetado quando do seu planejamento.

O resultado da aplicação da referida metodologia permite a elaboração de uma ordem de prioridade de fiscalização das unidades produtoras de petróleo e gás natural que apresentem o

maior número de falhas dos sistemas de medição, daquelas que representem o maior volume produzido no período, bem como das instalações não fiscalizadas em determinado prazo.

Ressalte-se, ainda, que a lista de prioridade obtida por meio da aplicação da metodologia descrita na Nota Técnica nº 001/2014/NFP, refere-se às inspeções de rotina, previamente programadas pelo NFP; entretanto, a construção do plano de fiscalização constitui ato dinâmico, revisto periodicamente, em função de demandas não programadas de autorização para início de produção ou para utilização de novo ponto de medição fiscal, cuja ação deve ser realizada com prioridade, em detrimento às inspeções de rotina. Aliado a isto, fatores como restrições orçamentárias e redução no quadro de servidores atuando na atividade de fiscalização, podem comprometer a implementação do referido plano.

Cabe informar que a maior parte das ações de fiscalização realizadas em 2015, tiveram como fato gerador a autorização para início de produção e aprovação de novos pontos de medição. Tal fato direcionou grande parte das inspeções de rotina às instalações com localização próximas às demandas não programadas para a otimização de recurso humanos e financeiros.

b) relatar em que medida as Notificações de Falhas contribuíram para a seleção das unidades inspecionadas;

As notificações de falhas dos sistemas de medição constituem critério para a escolha das instalações a serem fiscalizadas, conforme descrito na Nota Técnica nº 001/2014/NFP. Desta forma, todas as notificações de falhas foram consideradas na elaboração do planejamento das ações de fiscalização.

c) representatividade das unidades inspecionadas em relação ao volume de produção total no ano e respectiva análise;

Em 2015 foram realizadas 81 ações de fiscalização *in loco* dos sistemas medição da produção de petróleo e gás natural, sendo 53 ações realizadas em instalações terrestres e 28 ações realizadas em instalações marítimas. O volume produzido no Brasil em 2015, bem como o volume das instalações fiscalizadas no mesmo período totalizou 176.571.997,64 m³ e 65.487.680,15 m³, respectivamente, de petróleo equivalente, demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 18 - Representatividade do volume de produção fiscalizado em 2015

2015			
	Petróleo (m ³)	Gás Natural (Mm ³)	Petróleo Equivalente (m ³)
Volume total produzido pelas instalações fiscalizadas pelo NFP	48.231.257,88	17.256.422,27	65.487.680,15
Volume total produzido no Brasil	141.445.550,67	35.126.446,96	176.571.997,64
Volume total fiscalizado (%)	34,10%	49,13%	37,09%

Analizando a tabela acima, verifica-se que as ações de fiscalização realizadas pelo NFP em 2015, abrangeram 37,09% de todo o volume de petróleo e gás natural produzido no Brasil no mesmo período.

Cabe relatar que, assim como em 2014, ao longo do ano de 2015, o NFP realizou grande parte das ações de fiscalização originadas de solicitações de autorização de sistemas de medição para início de produção; o que resultou em um volume reduzido de produção fiscalizada no período, entretanto essas ações contribuirão para o aumento do volume total produzido no país nos próximos anos.

Ressalte-se que este índice não demonstra a efetividade das ações de fiscalização do NFP, tendo em vista que considera somente os volumes de produção em determinado período, não trazendo qualquer dado acerca da produção prevista das instalações que foram fiscalizadas para autorização de início de produção que, no período analisado contribuíram com pouco ou nenhum volume de produção.

d) Representatividade das unidades inspecionadas em relação ao universo das unidades passíveis de fiscalização, nos últimos 3 anos;

A fiscalização das instalações de medição da produção está representada na tabela a seguir:

Tabela 19 – Quantidade de instalações passíveis de fiscalização

	2013	2014	2015
Quantidade de Instalações passíveis de fiscalização	692	725	759
Quantidade de Instalações fiscalizadas	59	65	81
Representatividade	8,5%	9,0%	10,6%

e) principais resultados das análises das Notificações de Falhas, como, por exemplo: alterações de regulamentos, recálculo de volumes produzidos, multas aplicadas, entre outros.

Os principais objetivos da obrigatoriedade de envio, por parte dos Operadores, das notificações por ocorrências de falhas nos sistemas de medição da produção são: (i) estabelecer uma estimativa de produção para o período em que o equipamento/sistema permaneceu em falha; e (ii) acompanhar as providências adotadas para o saneamento das mesmas.

A rotina de ocorrência de falhas culminou na edição da Resolução ANP nº 18/2014, publicada no DOU em 01/04/2014, estabelecendo os prazos e procedimentos que devem ser observados na comunicação de eventos de falhas de sistemas de medição de petróleo e gás natural e falhas de enquadramento de petróleo. Destaca-se que a obrigatoriedade de apresentação de estimativa de volumes nas NFSM, conforme disposto na referida Resolução, evita qualquer prejuízo aos beneficiários das participações governamentais, e varia em função do tempo de permanência em falha, levando o operador a tomar medidas corretivas no menor prazo de possível.

A Resolução ANP nº 18/2014 também prevê a obrigatoriedade aplicação de modelo de gestão de forma a reduzir a probabilidade de ocorrência de falhas, bem como tomar ações visando evitar a repetição de falhas já ocorridas para um mesmo cenário.

Em 2015, foram instaurados 46 processos administrativos para condução dos procedimentos de recálculo de produção, que tiveram como fato gerador a análise das Notificações de Falhas dos Sistemas de Medição, conforme detalhado na tabela abaixo, a seguir:

Tabela 20 - Processos de recálculo de produção instaurados em 2015, oriundos das análises das notificações de falhas dos sistemas de medição

Processos de Recálculo de Produção - 2015 (Fato Gerador: NFSM)			
Processo Administrativo	Instalação/Campo	Situação	Valor Pago
48610.002865/2015-43	Cangoá e Peroá	Em andamento	
48610.001615/2015-96	FPSO P-33	Em andamento	
48610.005872/2015-05	FPSO Cidade de São Mateus (Camarupim e Camarupim Norte)	Em andamento	
48610.005457/2015-43	P-53 (Marlim Leste)	Em andamento	
48610.005458/2015-98	P-63 (Papa-Terra)	Em andamento	
48610.005811/2015-30	Paru	Em andamento	
48610.005459/2015-32	Roncador	Em andamento	
48610.004686/2015-41	Ubarana, Agulha, Oeste de Ubarana e Cioba	Arquivado	R\$ 120.684,87
48610.004261/2015-31	Viola	Em andamento	
48610.004898/2015-28	Canapu e Golfinho	Em andamento	
48610.005461/2015-10	P-40 (Marlim Sul)	Em andamento	
48610.006200/2015-17	P-56 (Marlim Sul)	Em andamento	
48610.004899/2015-72	P-43	Em andamento	
48610.006735/2015-80	P-52 (Roncador)	Em andamento	
48610.007555/2015-15	Atum, Curimã, Espada e Xaréu	Arquivado	R\$ 421.427,20
48610.006968/2015-82	Fazenda Belém e Icapuí	Em andamento	
48610.006967/2015-38	FPSO Cidade de Santos	Em andamento	
48610.006879/2015-36	Plataforma de Merluza	Em andamento	
48610.007959/2015-17	P-26	Em andamento	
48610.008235/2015-82	Miranga	Em andamento	
48610.008234/2015-38	Canapu e Golfinho	Em andamento	
48610.009235/2015-08	PCE-1	Em andamento	

48610.009337/2015-15	Lorena	Em andamento	
48610.010108/2015-43	Pilar	Em andamento	
48610.010146/2015-04	FPSO Capixaba (Jubarte, Cachalote e Baleia Franca)	Em andamento	
48610.010143/2015-62	P-55 (Roncador)	Em andamento	
48610.010230/2015-10	Carmópolis	Em andamento	
48610.010486/2015-27	P-33 (Marlim)	Em andamento	
48610.010531/2015-43	FPSO P-50 (Albacora e Albacora Leste)	Em andamento	
48610.010922/2015-68	P-53 (Marlim Leste)	Em andamento	
48610.011048/2015-86	Mexilhão	Em andamento	
48610.011156/2015-59	FPSO Cidade de São Paulo (Sapinhoá)	Em andamento	
48610.011155/2015/12	FPSO Cidade de São Vicente (Lula)	Em andamento	
48610.011157/2015-01	P-52 (Roncador)	Em andamento	
48610.011159/2015-92	Ubarana, Agulha, Oeste de Ubarana e Cioba	Em andamento	
48610.011284/2015-01	PGP-1 (Garoupa)	Em andamento	
48610.011618/2015-38	P-55 (Roncador)	Em andamento	
48610.010864/2015-72	Piranema	Em andamento	
48610.012577/2015-05	Albacora Leste	Em andamento	
48610.012579/2015-96	Roncador	Em andamento	
48610.012392/2015-92	Ilha Bela	Em andamento	
48610.011617/2015-93	Carmópolis	Em andamento	
48610.010145/2015-51	Peregrino	Em andamento	
48610.010142/2015-18	Roncador	Em andamento	
48610.013483/2015-45	Espadarte	Em andamento	
48610.013484/2015-90	Barracuda e Caratinga	Em andamento	

f) Quanto às inspeções dos sistemas de medição:

- i) representatividade das unidades fiscalizadas em 2014 e 2015 nas quais foram encontradas não conformidades graves, especificando os fatores que ensejaram tais não conformidades e os encaminhamentos dados (notificação da empresa, autuação de processo de penalidade, aplicação de multa, etc);

A representatividade das unidades fiscalizadas, para as quais foram identificadas não conformidades graves, está demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 21 – Quantidade de instalações fiscalizadas

	2014	2015
Quantidade de Instalações fiscalizadas	65	81
Quantidade de Instalações com NCs graves	8	16
Representatividade	12,3%	19,7%

As não conformidades classificadas como graves corresponderam a:

- (i) Desconto de condensado sem autorização;
- (ii) Utilização de ponto sem autorização;
- (iii) Divergência de volume;
- (iv) Configuração incorreta de Meter Factor e K.Factor
- (v) Operação de medidor fora limites especificados pelo fabricante;
- (vi) Ausência de teste de poço no prazo regulamentar;
- (vi) Ausência de correção de pressão e temperatura de referência;
- (vii) Comprimento de trecho em desacordo com norma;
- (viii) Ausência de inspeção de placa de orifício;
- (ix) Ausência de marca de referência próximo à boca do tanque;
- (x) Tanque não arqueado e/ou ausência de inspeção interna e externa de tanque;
- (xi) Ponto de medição não aprovado pela ANP;
- (vii) Tanque sem mesa de medição ao fundo; e
- (viii) Configuração incorreta do computador de vazão.

Quanto ao tratamento aplicado às não conformidades, informamos que, todas as não conformidades identificadas nas inspeções, ainda que regularizadas, são objeto de lavratura de Auto de Infração.

No decorrer da inspeção *in loco*, os fiscais apresentam para os operadores as constatações das irregularidades e solicitam o imediato saneamento das infrações relativas à correta configuração dos instrumentos de medição. Estas não conformidades são classificadas como "fechadas" no relatório de inspeção e apontadas no Auto de Infração lavrado posteriormente. Para as não conformidades classificadas como "abertas" durante a execução da fiscalização, é realizada a notificação do agente, por meio de ofício, no qual é determinado um prazo para a regularização da não conformidade e para envio das evidências correspondentes.

Para as não conformidades em que se identificam divergência de volumes, o procedimento adotado é a instauração de processo de recálculo de produção, no qual são apurados os volumes produzidos por um período de até 10 anos anteriores ao cometimento da infração. Em paralelo, cópia dos processos de inspeção com infrações enquadradas no inciso V, da Lei nº

9.847/99, relativos à prestação de informações inverídicas de volumes de produção, é encaminhada ao Ministério Público para as providências inerentes à sua competência.

ii) quantidade de autos de infração registrados em face da quantidade de inspeções e não conformidades anotadas nos processos de fiscalização dos sistemas de medição;

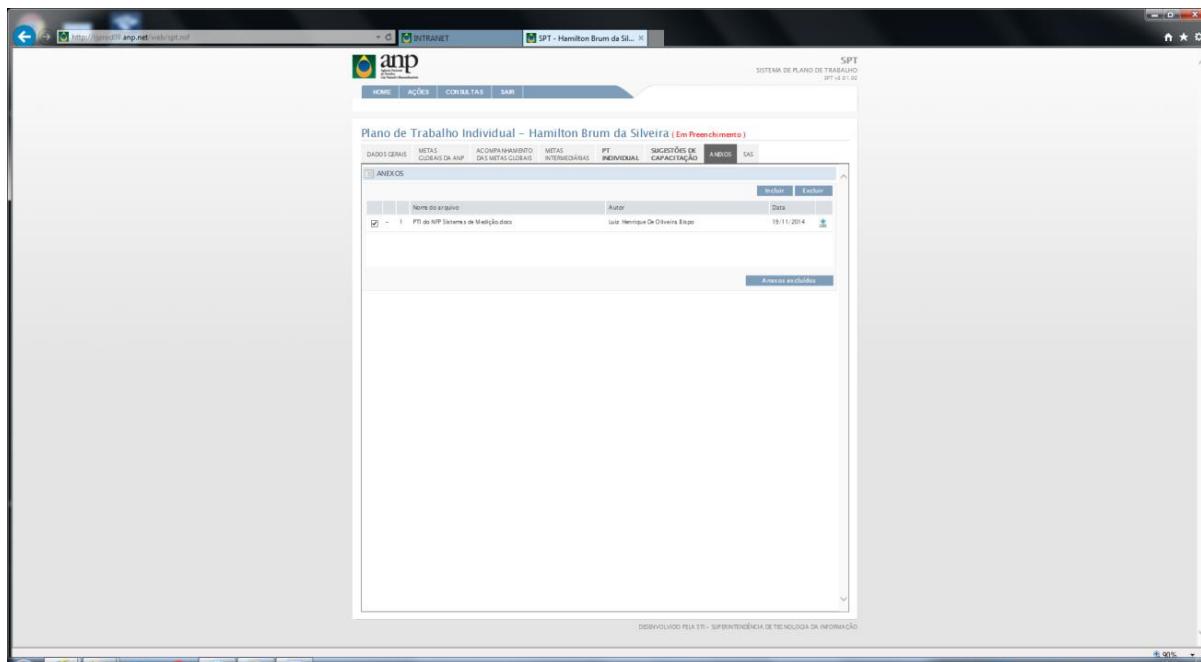
Tabela 22 – Quantidade de autos de infração lavrados

Autos lavrados até março/2016	2014	2015	2016
Quantidade de Autos de Infração lavrados em função das não conformidades dos processos de fiscalização dos sistemas de medição	20	12	13
Quantidade de Autos de Infração lavrados em função da fiscalização de queima excedente	33	24	0

iii) aplicação, nos processos instaurados a partir de 2014, do Plano de Trabalho Individual (PTI) e respectiva análise quanto às mudanças nos processos e procedimentos de trabalho, incluindo cumprimento das metas estabelecidas;

A partir de 2014, foram adotados novos procedimentos para a condução dos processos de inspeção, incluídos no Plano de Trabalho Individual dos servidores responsáveis pela realização de tal atividade, conforme demonstrado na figura 1, a seguir.

Figura 7 - Registro de PTI no sistema de avaliação individual



O Plano para os servidores que atuam na atividade de fiscalização dos sistemas de medição traz a seguinte determinação:

“PLANO DE TRABALHO INDIVIDUAL”

(...)

Para os servidores que atuarem na fiscalização dos sistemas de medição:

De forma a padronizarmos os prazos para a realização das inspeções dos sistemas de medição, sejam de autorização ou de rotina, serão incluídos nos Planos de Trabalho Individuais dos responsáveis os prazos para as atividades envolvidas e instrução dos processos.

Os processos de inspeção realizados até o dia 31 de dezembro de 2013, deverão ser finalizados nos prazos a serem acordados com o Chefe do NFP.

Os servidores alocados no grupo de fiscalização dos sistemas de medição devem realizar no mínimo as ações de fiscalização conforme a seguir:

1) Se Especialista em Regulação:

a) Instalações Marítimas:

- i. Deve realizar 3 ações de fiscalização como responsável pela fiscalização, considerando que cada ação corresponderá a uma instalação; e
- ii. Deve realizar 3 ações de fiscalização onde estarão acompanhando um servidor responsável, considerando que cada ação corresponderá a uma instalação.

b) Instalações Terrestres:

- i. Deve realizar 3 ações de fiscalização como responsável pela fiscalização, considerando que cada ação corresponderá a no mínimo 3 instalações; ou ser o responsável pela fiscalização de 9 instalações; e
- ii. Deve realizar 3 ações de fiscalização onde estarão acompanhando um servidor responsável, considerando que cada ação corresponderá a no mínimo 3 instalações; ou acompanhar o servidor responsável pela fiscalização de 9 instalações.

2) Se Técnico em Regulação:

a) Instalações Marítimas:

- iii. Deve realizar 3 ações de fiscalização onde estarão acompanhando um servidor responsável, considerando que cada ação corresponderá a uma instalação.

b) Instalações Terrestres:

- iii. Deve realizar 4 ações de fiscalização como responsável pela fiscalização, considerando que cada ação corresponderá a no mínimo 3 instalações; ou ser o responsável pela fiscalização de 12 instalações; e
- iv. Deve realizar 4 ações de fiscalização onde estarão acompanhando um servidor responsável, considerando que cada ação corresponderá a no mínimo 3 instalações; ou acompanhar o servidor responsável pela fiscalização de 12 instalações.

Caso a meta de instalações inspecionadas no NFP seja atingida, e seja solicitada autorização de uso de sistema de medição, as solicitações serão distribuídas observando o responsável pela bacia onde está sendo realizada a solicitação.

As inspeções serão realizadas de acordo com o plano de fiscalização do NFP, independente do servidor responsável pela bacia onde está localizada a instalação a ser fiscalizada.

Números mínimos de inspeções diferentes poderão ser acordados com o Chefe do NFP em função de demandas extraordinárias.”

Estes novos procedimentos permitem um maior controle sobre a condução tempestiva dos processos instaurados; contribuindo para o cumprimento das atribuições e metas do NFP.

iv) situação quanto ao atendimento do passivo de processos instaurados até 2014, nos quais foram identificadas pendências processuais.

Em 2014 foi informado o quantitativo dos processos instaurados pelo NFP até junho de 2014, com pendências processuais, bem como apresentado um plano para o saneamento dos mesmos.

A condução dos procedimentos para a eliminação de tal passivo foi realizada observando a ordem cronológica dos eventos, de modo a não ocorrer risco de prescrição para uma possível aplicação de penalidades. Nesse sentido, foram priorizados os processos instaurados nos anos de 2010 e 2011 que não foram objeto de autorização de utilização de sistema de medição, pois estes não ensejariam aplicação de penalidades; e aqueles com simples pendências administrativas de digitalização, elaboração de termo de encerramento e arquivamento no sistema de gestão documental.

Ressaltamos que a regularização das pendências foi orientada para ocorrer concomitantemente com a condução dos processos instaurados ao longo dos anos de 2015 e 2016, visando a não constituição de novos passivos.

Desta forma, apresentamos na tabela a seguir, a informação prestada em junho de 2014 acerca dos processos com pendências processuais, bem como sua atual situação:

Tabela 23 – Quantidade de processos de fiscalização com pendências processuais

<i>QUANTIDADE DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO</i>		<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>TOTAL</i>
Situação Anterior	Pendentes de Arquivamento/Termo de Encerramento/ Digitalização	6	8	17	13	11	55
	Tramitando	19	37	69	38	21	184
Situação Atual	Pendentes de Arquivamento/Termo de Encerramento/ Digitalização	0	0	9	7	5	21
	Tramitando	5	16	56	26	10	113

A análise da tabela acima demonstra que:

- i) dos processos que estavam com pendências processuais, classificados como "tramitando", foram encerrados 74% dos processos instaurados em 2010; 57% dos processos instaurados em 2011; 19% dos processos instaurados em 2012; 31% dos processos instaurados em 2013; e 52% dos processos instaurados em 2014. Estes números representam 39% do total dos processos em tramitação.
- ii) dos processos que estavam com pendências processuais de elaboração de termo de encerramento, digitalização e/ou arquivamento no sistema de gestão documental da ANP, foram finalizados 100% daqueles instaurados em 2010 e 2011; 47% dos processos instaurados em 2012; 46% dos processos instaurados em 2013; e 54% dos processos instaurados em 2014. Estes números representam 62% do total dos processos com pendências de arquivamento.

iii) em junho de 2010, havia 239 processos com pendências processuais. Este número reduziu para 134 processos em março de 2016, representando uma redução de 44% dos processos com pendências.

g) Estágio atual da implementação do Sistema de Fiscalização da Produção (SFP), especificando os módulos e funcionalidades já em operação e suas implicações nos procedimentos de trabalho do NFP, bem como os módulos ainda a implementar.

O Sistema de Fiscalização da Produção (SFP) encontra-se parcialmente operacional. Considerando que a metodologia de cálculo da produção individual das concessões e dos poços é complexa e se diversificada, a ANP tem priorizado os casos que geram maior impacto na produção nacional de petróleo e gás natural.

Desta forma, o que já temos completamente operacional no projeto SFP é:

- i.Recebimento dos dados brutos relativos à produção: Através da Resolução ANP nº 65/2014, de 10/12/2014, e Resolução ANP nº18/2014, de 27/03/2014, a ANP estabeleceu a forma e conteúdo dos dados a serem subidos para ANP necessários para a validação da produção de petróleo e gás natural declaradas pelos concessionários. Em virtude disso a ANP criou toda infraestrutura necessária para o correto recebimento e armazenamento destes dados;
- ii.Análise das Notificações das Falhas nos Sistemas de Medição: encontra-se em operação também o módulo que permite a análise via sistema das Notificações de Falha do Sistema de Medição. Desta forma já possível garantir que somente os eventos de falha devidamente aprovados pela ANP irão interferir na produção declarada das concessões;
- iii.Cadastro dos Nós de Medição: está implementado o módulo que permite o cadastro e a manutenção dos nós de medição, que é a entidade usada para configurar os cálculos realizados pelo sistema;
- iv.Cálculo da Produção Individual dos poços em nó de medição simples: Para os nós de medição compostos de medição em linha, em um único nível, que representa a maior parte das medições *offshore* do país, o sistema já calcula a produção de cada poço e compara com a produção declarada pelo concessionário. Dentro deste módulo, foi desenvolvida também uma ferramenta que permite a investigação das possíveis causas das eventuais divergências encontradas;
- v.Com este sistema em produção já foi possível validar, para janeiro de 2016, 78% do volume de petróleo e 64% do volume de gás produzidos no país; e
- vi.As etapas que ainda restam ser implementadas são: os ajustes finais no cálculo da produção de nós com configuração de mais de um nível, e nos nós com medição em tanque terrestre.

3.7.3 – Superintendência de Refino, Processo de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis

- a) Evolução do Fator de Utilização – FUT do parque de refino brasileiro (por refinaria), considerando os dados disponíveis dos últimos 5 anos;

Tabela 24 – Evolução do fator de utilização do parque de refino brasileiro

Refinaria	2011	2012	2013	2014	2015
REFAP	78,9	78,1	90,8	87,5	79,5
Riograndense	89,0	94,6	92,3	78,7	59,3
REPAR	88,3	95,8	91,2	95,6	92,8
RECAP	80,3	99,9	100,0	96,2	69,7
REVAP	96,0	97,2	91,7	102,4	97,2
REPLAN	91,4	93,7	98,2	96,0	95,0
RPBC	89,4	92,3	101,0	99,0	92,3
Univen	57,0	8,6	0,7	0,1	0,0
REGAP	88,3	97,7	99,1	96,3	101,1
REDUC	89,8	94,1	98,5	93,4	79,6
Manguinhos	71,9	74,8	2,0	19,3	48,2
Dax Oil	58,1	75,2	58,9	39,4	41,6
RLAM	72,1	72,1	76,5	79,8	69,1
RPCC	119,2	101,4	98,8	100,4	89,9
Lubnor	85,4	96,2	93,3	95,3	96,2
REMAN	96,9	80,2	74,6	89,9	76,6
RNEST	-	-	-	-	85,5

Foram consideradas as capacidades autorizadas, além de testes, para a apuração. A refinaria Abreu e Lima (RNEST) teve como primeiro ano de operação o ano de 2015.

b) Relatório informando o total de incidentes comunicados pelos agentes regulados, discriminando por refinaria e pelas tipologias de consequências (por terem envolvido apenas danos materiais ou danos materiais e humanos), para os últimos 5 anos;

Tabela 25 – Total de incidentes comunicados pelos agentes regulados

RPBC				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	0	0	0	0
2012	1	1	0	1
2013	2	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	1	1	0	0
RNEST				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	0	0	0	0
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	7	0	0	0
MANGUINHOS				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	0	0	0	0
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	0	0	0	0
REPLAN				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	4	1	0	0
2012	0	0	0	0
2013	4	1	0	0
2014	6	4	0	0
2015	2	0	0	0
RLAM				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	0	0	0	0
2012	2	0	0	0
2013	2	1	1	0
2014	3	1	0	0
2015	9	1	5	0

REMAN				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	0	0	0	0
2012	0	0	0	0
2013	1	0	2	0
2014	2	0	1	0
2015	0	0	0	0
REPAR				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	1	0	0	0
2012	0	0	0	0
2013	1	1	0	0
2014	1	0	0	0
2015	5	0	0	0
REFAP				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	11	0	1	0
2012	8	1	1	0
2013	1	0	0	0
2014	5	0	1	0
2015	7	1	0	0
REVAP				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	2	1	2	1
2012	0	0	0	0
2013	1	0	3	0
2014	1	0	5	1
2015	10	1	1	0
RECAP				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	1	0	0	0
2012	1	0	0	0
2013	2	0	0	0
2014	1	0	0	0
2015	6	0	0	0
REGAP				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	0	0	0	0
2012	2	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	1	0	1	0

RPCC				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	0	0	0	0
2012	0	0	0	0
2013	1	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	1	0	1	0
REDUC				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	9	3	0	0
2012	5	0	0	1
2013	5	0	0	0
2014	3	0	0	0
2015	6	0	0	0
SIX				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	1	1	0	0
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	0	0	0	0
UNIVEN				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	0	0	0	0
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	0	0	0	0
LUBNOR				
Ano	Paradas por mais de 24h	Danos Materias	Feridos	Fatalidades
2011	0	0	0	0
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
2014	0	0	0	0
2015	4	0	0	0

c) Relatório acerca do estágio de implementação do Regulamento Técnico ANP nº 2/2014 - Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional para Refinarias de Petróleo - SGSO, discriminando o estágio em cada refinaria para a adoção das práticas de gestão estabelecidas pelo regulamento, e informando eventuais novos prazos concedidos pela agência para a adequação das plantas ao SGSO;

De uma maneira geral, as refinarias da Petróleo Brasileiro S.A se encontram alinhadas a maioria dos requisitos de segurança operacional das práticas do SGSO. Esta conclusão foi resultado das auditorias realizadas antes do prazo previsto para adequação das refinarias existentes quando da publicação da Resolução ANP 5, de 29 de janeiro de 2014 (DOU de 30 de janeiro de 2014).

A partir de 30 de janeiro de 2016, o atendimento ao SGSO é obrigatório para todas as práticas e esta superintendência possui planejamento interno visando verificar todas as refinarias autorizadas (dentro e fora do sistema Petrobras). O não cumprimento das práticas pode resultar em penalidades previstas em Lei.

d) Relatório de quantidades de paradas realizadas por refinaria (discriminadas em programadas ou não programadas), para os últimos 5 anos;

Essa informação não é ostensiva, motivo pela qual a SRP não divulga os valores discriminados, pois pode afetar a contratação dos serviços no mercado, pelo agente regulado, onerando-o. Em média, são cerca de 40 paradas por ano.

e) Relatório informando o total de fiscalizações/vistorias realizadas por refinaria e ano pela SRP, descrevendo o fato gerador da atuação da superintendência.

A SRP realiza em média 40 ações de fiscalização anuais, contemplando os diversos agentes regulados (refinarias, polos de processamento de gás natural, produtores de biodiesel, produtores de etanol, dentre outros). No caso das ações em refinarias, elas podem ser devidos a solicitação de outorga de autorização, verificação de práticas de gestão de segurança operacional ou investigação de incidentes.

4 – GOVERNANÇA

4.1 – Descrição da estrutura de governança

O órgão direutivo decisório máximo da ANP é a Diretoria Colegiada, que analisa, discute e decide, como instância administrativa final, todas as matérias pertinentes às competências da Agência. A Diretoria é composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores, nomeados na forma do disposto no artigo 11, § 2º da Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997. Sendo que normalmente as estruturas organizacionais (Superintendências, Coordenações, Núcleos e Assessorias) são vinculadas a um Diretor. Além da Diretoria Colegiada, cita-se como importantes instâncias de governança, a Auditoria Interna e a Corregedoria da Agência.

A Auditoria Interna é órgão de assessoria da Diretoria Colegiada e vinculada administrativamente ao Diretor-Geral e tem como objetivo principal apoiar e assessorar a gestão quanto ao controle da legalidade e conformidade dos atos administrativos e na melhoria da qualidade dos processos organizacionais da Agência, em consonância com o estabelecido no Decreto nº 3.591 de 6 setembro de 2000, alterado pelos Decretos nº 4.304 de 16 de julho de 2002 e nº 4.440 de 23 de outubro de 2002, e com suas atribuições constantes no Regimento Interno da Agência, alterado pela Portaria nº 69 de 6 de abril de 2011 e pela Resolução de Diretoria nº 235 de 24 de março de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2011.

As atribuições da Auditoria Interna estão descritas em seu Regimento Interno:

Art. 16. Compete à Auditoria:

I – auditar as gestões orçamentária, financeira, administrativa, técnica e patrimonial, e demais sistemas administrativos e operacionais da Agência;

II – assessorar a Diretoria Colegiada e seus respectivos membros e orientar as unidades da estrutura organizacional da ANP sobre assuntos de controle interno;

III – elaborar e propor à Diretoria Colegiada o Plano Anual de Atividades de Auditoria, incumbindo-se de sua execução;

IV – coordenar e propor medidas para o aprimoramento e a avaliação periódica dos sistemas e controles internos;

V – acompanhar a legislação relacionada ao controle interno;

VI – coordenar o atendimento aos órgãos de controle externo;

VII – coordenar o processo de Prestação de Contas Anual de Gestão e emitir Parecer de Auditoria;

VIII – examinar eventuais Tomadas de Contas Especiais, sobre elas emitindo parecer.

A Corregedoria assessorava a Diretora-Geral na adoção de medidas necessárias à racionalização e eficiência dos serviços, na apreciação de representação e denúncias, bem como na instauração de processos disciplinares, no caso de indícios de infrações e transgressões disciplinares praticadas por servidores no exercício de suas atribuições, que violam os dispositivos consignados nos artigos 116, 117 e 132 da Lei nº 8.112/90, que dispõem sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações, bem como os consignados na Lei nº 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa.

A Diretora-Geral, no uso de suas atribuições regimentais, atribuiu à Corregedoria a competência para efetuar as análises preliminares no âmbito da Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses), regulamentada por meio da Portaria Interministerial MP/CGU nº 333/2013, de acordo com a Portaria ANP nº 248 14 de novembro de 2013.

A Diretora-Geral indicou, também, a Corregedoria como unidade responsável pela condução dos procedimentos de Responsabilização de Entes Privados decorrentes das disposições das Leis nº 12.846/2013 e 8.666/1993.

As normas que regulamentam a atividade correcional na ANP são o Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011; a Instrução Normativa 007/2003, vigente desde 13 de outubro de 2003, aplicável aos procedimentos disciplinares instaurados na ANP; e a Portaria ANP nº 212, de 30 de julho de 2008, que dispõe sobre a Política de Uso do Sistema CGU-PAD. Não existe Comissão Disciplinar Permanente na ANP e a norma utilizada para TCA é a disposta na Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009.

As competências e responsabilidades dessa unidade de correição estão descritas no artigo 17 do Regimento Interno, conforme segue:

Art. 17. Compete à Corregedoria:

I - realizar correições nas unidades administrativas da estrutura organizacional com o objetivo de verificar o fiel cumprimento das normas em vigor;

II - sugerir, no âmbito de suas competências, as medidas necessárias à racionalização e à eficiência dos serviços;

III - apreciar as representações e denúncias que lhe forem encaminhadas, relativas à atuação dos servidores e propor a adoção das medidas pertinentes;

IV - prover orientação técnica a servidores encarregados da elaboração de sindicâncias e processos disciplinares;

V - analisar sindicâncias e processos administrativos disciplinares concluídos e oferecer propostas de decisão ao Diretor- Geral; e

VI - coordenar a articulação da ANP com o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

4.2 – Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Conforme o artigo 11, da Lei 9478/1997, e o artigo 5º, da Lei 9.986/2000, bem como no Decreto nº 2455/98, que implanta a ANP, e na Portaria ANP nº 69/2011, que aprova o Regimento Interno da ANP, a Diretoria Colegiada da ANP deverá ser constituída por um Diretor-Geral e quatro Diretores, que cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução.

Em 2015, a ANP teve seu quadro de Diretores completo até 28 de junho, data em que os diretores Florival Rodrigues de Carvalho (Diretoria I) e Helder Queiroz Pinto Júnior (Diretoria IV) concluíram seus mandatos.

Atualmente, essas duas Diretorias permanecem vagas e a Diretoria da ANP está composta por um Diretor-Geral, e dois Diretores, conforme a seguir:

- Diretora-Geral, Magda Maria de Regina Chambriard: nomeação para o cargo em 09/03/2012, e recondução em 06/11/2012, com término do mandato em 06/11/2016.

- Diretor José Gutman (Diretoria II): nomeação em 28/05/2013, com término do mandato previsto para 28/05/2017.

- Diretor Waldyr Martins Barroso (Diretoria III): sua nomeação em 01/10/2013, com término do mandato previsto para 01/10/2017.

O Regimento Interno da ANP (Portaria ANP nº 69/2011) estabelece as competências da Diretoria Colegiada, dos Diretores e do Diretor-Geral.

De acordo com o artigo 6º do Regimento Interno, a Diretoria Colegiada da ANP deverá analisar, discutir e decidir, como instância administrativa final, todas as matérias pertinentes às competências da ANP, e especialmente:

I - o planejamento estratégico da Agência e sua articulação com o Plano Plurianual do governo brasileiro;

II - as políticas administrativas internas e de gestão de pessoas, e seu desenvolvimento;

III - a nomeação, a exoneração, a contratação e a promoção de pessoal, nos termos da legislação em vigor;

IV - a delegação de competência aos Diretores para deliberarem sobre assuntos relacionados com as Superintendências de Processos Organizacionais, bem como aos superintendentes e chefes de assessorias, coordenadorias, núcleos e centros para deliberarem sobre assuntos de sua respectiva esfera de competência;

V - a indicação do substituto do Diretor-Geral, nos seus afastamentos ou impedimentos regulamentares;

VI - a indicação do Secretário Executivo;

VII - a requisição, com ônus, de servidores ou empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública federal, estadual ou municipal, direta, indireta ou fundacional;

VIII - a autorização para a instalação de novas unidades administrativas regionais;

IX - a alteração deste Regimento Interno;

X - a publicação de pareceres jurídicos quando envolverem matéria relevante de interesse público;

XI - a alteração do Código de Ética da Agência;

XII - a aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria interna;

XIII - a instituição de comissões, comitês e grupos de trabalho para realizar estudos e formular proposições ligadas a seus objetivos, princípios fundamentais ou assuntos de interesse estratégico;

XIV - aprovar contratos, termos de cooperação, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos legais.

São as atribuições comuns aos Diretores da ANP, conforme o artigo 10º do Regimento Interno:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares referentes à área de competência da Agência;

II - zelar pelo cumprimento das decisões da Diretoria Colegiada e dos planos e programas da ANP;

III - praticar e expedir os atos de gestão administrativa correspondentes a suas respectivas atribuições;

IV - zelar pela credibilidade interna e externa da ANP e pela legitimidade das suas ações;

V - contribuir com os subsídios para ajustes e modificações da legislação do setor que forem necessários à modernização das atividades de caráter institucional da ANP;

VI - supervisionar, coordenar e acompanhar o desempenho das atividades das unidades integrantes da estrutura organizacional, no âmbito de sua Diretoria;

VII - proferir decisão de competência da Diretoria Colegiada, ad referendum desse colegiado, quando se configurar situação de relevância e urgência, devendo a decisão ser submetida à reunião ordinária subsequente da Diretoria Colegiada.

Por fim, no artigo 11, estão listadas as competências exclusivas do Diretor-Geral, que são as seguintes:

I - presidir as reuniões da Diretoria Colegiada;

II - falar em nome da Agência e representá-la, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

III - expedir os atos administrativos de competência da Agência;

IV - firmar, em nome da ANP, contratos, convênios, termos de cooperação, acordos, ajustes e outros instrumentos legais aprovados pela Diretoria Colegiada;

V - praticar atos para a gestão de recursos orçamentários e financeiros e de administração;

VI - designar ordenadores de despesas, comissões de licitação, e comissões de sindicância e de inquérito administrativo;

VII - praticar atos de gestão de pessoas;

VIII - aprovar editais e homologar resultados de concursos públicos; nomear, exonerar de ofício, contratar e praticar outros atos correlatos, previamente aprovados pela Diretoria Colegiada;

IX - delegar atos de gestão administrativa e de gestão de pessoas, quando necessário;

X - supervisionar o funcionamento geral da ANP, podendo se responsabilizar, ouvido o diretor da área, pela condução direta de temas ligados aos objetivos, princípios fundamentais ou assuntos gerais de interesse estratégico da Agência, propondo a realização de seminários, estudos técnicos e a formulação de proposições para deliberação da Diretoria Colegiada, quando couber.

Com relação a indicação dos membros da Diretoria Colegiada a Lei Nº 9.478/97 e o Decreto nº 2455/98 definem o seguinte:

- Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal; e

- Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução.

Com relação ao perfil dos diretores, a previsão legal é a constante no Art. 5º da Lei 9986/2000, segundo o qual o Diretor-Geral (CD I) e os demais membros da Diretoria (CD II) devem ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

4.3 – Atuação da unidade de Auditoria Interna

a) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

A Auditoria Interna encontra-se localizada no escritório central na cidade do Rio de Janeiro, não havendo extensão nos Escritórios Regionais, sendo todas as unidades organizacionais da Agência passíveis de serem auditadas.

A Auditoria Interna planeja sua atuação, por meio do Planejamento Anual da Auditoria Interna – PAINT, instrumento previsto na Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015 da CGU, sendo submetido à análise prévia da CGU e, posteriormente, à aprovação da Diretoria Colegiada.

Salienta-se que o planejamento é apoiado em uma matriz de risco, baseados nos critérios de materialidade, criticidade e risco, além do histórico dos trabalhos de auditoria anteriores. Por fim, cita-se que esse planejamento não é estático, podendo sempre ser alterado, seja por solicitações da Diretoria Colegiada, dos Diretores, da CGU e do TCU, ou por outras necessidades, devidamente avaliadas pelo Auditor-Chefe e sempre motivadas.

b) informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

No exercício de 2015, a Auditoria Interna realizou dezoito auditorias e expediu o mesmo número de relatórios contendo os resultados dos trabalhos, os quais foram devidamente encaminhados às Unidades Organizacionais da Agência – UORG'S auditadas para conhecimento e manifestação, sendo quatorze realizados nas atividades meio, consideradas não finalísticas e quatro realizadas nas áreas finalísticas.

c) demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade;

O Plano Anual de Auditoria – PAINT/2015 foi executado de maneira satisfatória, com a realização de 18 trabalhos que geraram igual número de relatórios. Por razões técnicas, houve alterações no plano anual, sendo que três ações planejadas foram substituídas por outras que geraram a elaboração de quatro relatórios. O detalhamento das atividades da Auditoria pode ser visto no RAINT que contém informações sobre as ações mais relevantes realizadas no exercício de 2015.

d) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes;

Durante o período em análise, não houve a necessidade da realização de qualquer alteração na estrutura organizacional da auditoria.

4.4 – Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

No exercício de 2015, a Diretora-Geral, com base em pareceres desta Corregedoria e em consonância com os termos do Regimento Interno da Agência, aprovado pela Portaria nº 69, de 06/04/2011, decidiu instaurar oito sindicâncias e quatro processos administrativos disciplinares - PAD's, totalizando 12 (doze) procedimentos disciplinares, todos devidamente cadastrados no Sistema CGU-PAD.

No referido exercício foram julgados nove processos (dois PAD's e sete sindicâncias), resultando na aplicação das seguintes penalidades: duas advertências e três suspensões (de 05, 20 e 60 dias). Quando da conclusão dos procedimentos disciplinares, foram expedidas 13 (treze) recomendações às áreas, com o fito de regularizar as impropriedades verificadas ou mesmo mitigar novas ocorrências. Ressalta-se que no final do exercício de 2015 se encontravam em curso de apuração dez processos, sendo seis sindicâncias e quatro PAD's.

Além dos procedimentos de sindicância e PAD instaurados ao longo de 2015, foram realizados 13 (treze) exames preliminares de admissibilidade, que foram objeto de investigação e que, na maioria das vezes, foram arquivados por falta de materialidade em sede disciplinar ou que subsidiaram outros procedimentos disciplinares ou que ainda não foram concluídos. Ressalta-se que todas as decisões foram fundamentadas, após as instruções e notas/pareceres técnicos desta Corregedoria sobre questões disciplinares, em consonância com a Lei nº 8.112/90 e com o Decreto nº 5.480/2005, com redação dada pelo Decreto nº 7.128/2010, que tratam dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Correição da CGU. No total, tramitaram 33 (trinta e três) processos administrativos na Corregedoria em 2015.

Coube ainda a esta Corregedoria, efetuar a análise preliminar acerca da existência ou não de potencial conflito de interesses em nove consultas e oito pedidos de autorização, totalizando 17 (dezessete) manifestações.

Foi realizado também uma campanha ampla de divulgação, durante todo o mês de julho de 2015, das normas e procedimentos relativos à temática da Lei de Conflito de Interesses, de maneira a evitar a violação aos dispositivos contidos nas Leis nº 10.871/04 e 12.813/13, consistindo no envio de memo-circular aos gestores, três comunicados internos via e-mail corporativo com intervalo a cada 7 dias, criação de página da CRG e destaque na intranet, mensagem nos protetores de tela e fixação dos diferentes cartazes da CGU nos trilhos dos halls dos elevadores.

Foram atendidas, ainda, nove solicitações de acesso à informação, na forma prevista na Lei nº 12.527/2011 (LAI).

Quanto à “Política de Uso do Sistema CGU-PAD”, implantada por força da Portaria ANP nº 212, de 30/07/2008, para o acompanhamento dos procedimentos disciplinares instaurados no âmbito desta Agência, informo que esta Corregedoria mantém sistema atualizado, consoante o disposto na Portaria CGU/PR nº 1.043/2007.

A estrutura da Corregedoria – CRG foi composta pela Corregedora e por mais três servidores, além da colaboração de outros 23 (vinte e três) servidores da Agência, designados para as diversas Comissões Disciplinares instauradas, como também para Defensor Dativo. A estrutura física da CRG é composta por um gabinete, duas salas de servidores e uma sala para oitivas.

Quanto à meta de treinamento, a equipe da Corregedoria participou no exercício de 2015, dos seguintes cursos:

Tabela 26 – Ações de capacitação da Corregedoria

Órgão/ Empresa	CURSO
ANP	Lei 8429/92 - Improbidade Administrativa
IBEduC	Seminário Nacional de Direito e Processo Administrativo Disciplinar
CGU	Conferência Lei Empresa Limpa
CGU	Monitoramento da Implementação da Lei de Conflito de Interesses
FGV	Gestão de Processos - Módulo Facilitadores

Em linhas gerais, estas foram as principais ações promovidas pela Corregedoria, no exercício de 2015, no que tange suas atribuições regimentais, atendendo às orientações e normas emanadas pela Direção da Agência, em harmonia com as estabelecidas pela CGU.

4.5 – Gestão de riscos e controles internos

Para a elaboração deste tópico dividiremos as informações com base nos cinco componentes de controle interno, quais sejam: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e o monitoramento.

Ambiente de Controle

Os controles internos administrativos constituem importantes elementos para a consecução de seus objetivos operacionais e estratégicos. A alta gestão da ANP entende como essencial a evolução dos controles para que a Agência continue a cumprir de forma transparente e efetiva sua missão institucional.

Com relação aos mecanismos de controles utilizados, a comunidade interna, em sua maioria, os considera adequados, bem como entende que a comunicação interna é satisfatória e eficiente. Um ponto positivo é que os servidores são consultados nas eventuais alterações e criações de normativos envolvendo as atividades internas, que passam por consulta pública.

Um ponto que está em processo de aprimoramento é o aumento da automatização e integração dos processos internos em todos os níveis organizacionais, com a consequente correlação entre as atividades, permitindo um acompanhamento mais efetivo e tempestivo entre o executado e o planejado. Também poderia ser aperfeiçoada a divulgação de boas práticas administrativas internas, pois, desse modo, as unidades organizacionais poderão compartilhar suas experiências.

Avaliação de Risco

Os objetivos estratégicos e as metas são divulgados em diversos documentos como a agenda estratégica. Com relação ao diagnóstico de risco e sua probabilidade de ocorrência, a ANP iniciou o mapeamento de diversos processos, ação ainda não finalizada. Com a conclusão do planejamento estratégico, está planejado a implementação de uma sistemática contínua e perene de avaliação de risco, que possa mitigar os riscos associados aos processos internos, além de criar uma estrutura organizacional capacitada e formalmente dedicada à gestão de risco.

Procedimento de Controle

A Agência possui procedimentos de controles abrangentes para alcançar os objetivos estabelecidos para a instituição, sendo realizados por todas as unidades organizacionais. Essas ações possuem custo adequado e apropriado aos benefícios derivados de sua aplicação, sendo realizadas exclusivamente pelos servidores. Apesar de os controles serem considerados adequados, é salutar o aperfeiçoamento dos sistemas de TI, pois permitirá maior efetividade nas atividades e nos controles internos da Agência.

A afirmação decorre dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. No campo da missão institucional, traduzidas em metas globais intermediárias e anuais, tem-se o acompanhamento periódico com ações de controle voltadas a corrigir rumos e tratar as dificuldades de maneira tempestiva.

Informação e Comunicação

A informação considerada relevante para a Agência é identificada, documentada, armazenada e comunicada às pessoas que dela necessitam. No geral, as informações são veiculadas a todos os servidores e integrantes da organização por meio da intranet, de boletins, comunicados internos e outros. Quanto à gestão documental, a aplicação da Lei de Acesso à Informação tem sido aprimorada pela Agência, bem como a classificação de documentos sigilosos.

Para o público externo, a Agência possui extensivo meio de comunicação nas mídias sociais, tais como o Twitter e Facebook, além da consulta de forma rápida e fácil ao site da ANP sobre as mais diversas atividades desempenhadas pela Agência.

Monitoramento

Em relação ao monitoramento do controle interno, existem ações contínuas com vistas a avaliar a sua validade e qualidade ao longo do tempo. Tais ações são consideradas adequadas e contribuem para a melhoria do desempenho da Agência e são regularmente confirmadas e validadas pelos exames realizados.

4.6 – Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Quadro 21 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	3	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	542.024,26	607.443,20
a) <i>salário ou pró-labore</i>	542.024,26	607.443,20
b) <i>benefícios diretos e indiretos</i>		
c) <i>remuneração por participação em comitês</i>		
d) <i>outros</i>		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
e) <i>bônus</i>		
f) <i>participação nos resultados</i>		
g) <i>remuneração por participação em reuniões</i>		
h) <i>comissões</i>		
i) <i>outros</i>		
III – Total da Remuneração (I + II)	542.024,26	607.443,20
IV – Benefícios pós-emprego		
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	119.646,38	
VI – Remuneração baseada em ações		

Nota: No término do exercício de 2015, a Agência contava com apenas 3 diretores.

5 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1 – Canais de acesso do cidadão

Os principais canais de acesso do cidadão à ANP estão concentrados no Centro de Relações com o Consumidor – CRC. Criado pela Portaria ANP nº 111 de 29/06/2000, o CRC foi constituído como canal de relacionamento da Agência com o público interessado nas suas atividades, em especial os consumidores dos produtos da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis regulados pela Agência, buscando a proteção dos seus interesses.

Os canais de acesso disponíveis são:

- **Telefônico:** por meio de Discagem Direta Gratuíta pelo número 0800 470 0267;
- **Formulário Fale com a ANP:** disponível no sítio da Agência na internet em www.anp.gov.br/faleconosco;
- **Serviço de Informações ao Cidadão (SIC):** que pode ser acessado através do sistema e-SIC, disponível na internet em www.acessoainformacao.gov.br/sistema, ou de forma presencial no escritório da Agência, ou ainda, pelo telefone 0800 470 0267.

A Agência dispõe de uma central de atendimentos, onde são registradas as demandas encaminhadas pelos contatos telefônicos e formulários Fale com a ANP. Todas as manifestações são classificadas de acordo com o teor da demanda e a necessidade do manifestante: pedidos de informação, denúncias, reclamações, sugestões, elogios e agradecimentos. A Agência não possui órgão de Ouvidoria.

As manifestações recebidas são classificadas em quatro categorias:

Informações¹

Denúncia/Reclamações²

Sugestões

Elogios/Agradecimentos

Os públicos que entram em contato com a ANP são classificados como:

Consumidor e Entidades de Defesa do Consumidor;

Agente Econômico – pessoa jurídica atuante no setor regulado pela ANP;

Administração pública – representante de órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

Pesquisador/ Estudante – público que busca informações para fins de estudo;

Outros;

Não identificado.

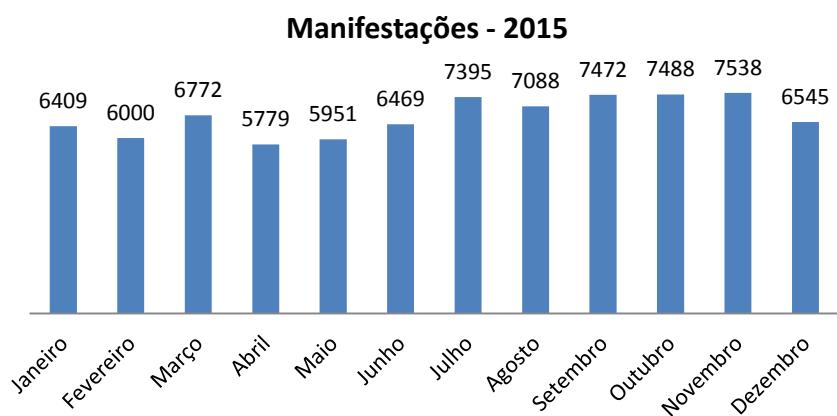
¹ As informações solicitadas são relativas a Produtos, Agentes Econômicos, ANP, Estudos, Pesquisas ou Informações Técnicas, Fiscalização, Legislação, Processos e Documentos e outros.

² As denúncias e reclamações são feitas contra produtos, agente econômicos, legislação e contra a própria ANP ou seus funcionários.

O tratamento das manifestações recebidas pela Central de Atendimentos dá-se do seguinte modo: a demanda não solucionada diretamente pela Central de Atendimento é dirigida para análise do CRC, que a responde diretamente ou, quando necessário, a encaminha ao órgão público que tenha competência para respondê-la, quando de fora das atribuições da ANP ou à unidade da Agência pertinente ao objeto da manifestação. Nesse último caso, a equipe do CRC é responsável, ainda, por analisar a resposta da unidade e propor eventuais alterações.

Em 2015, o CRC recebeu 80.906 manifestações. Dentre os pedidos de informação, a maior parte foi respondida imediatamente, ou seja, pela central de atendimentos – o número corresponde a cerca de 83% do total. As manifestações restantes foram respondidas pelo CRC ou encaminhadas às demais unidades administrativas da Agência e a órgãos públicos responsáveis por assuntos que não se enquadram na competência legal da Agência. O gráfico abaixo ilustra o volume de manifestações criadas mensalmente no ano de 2015.

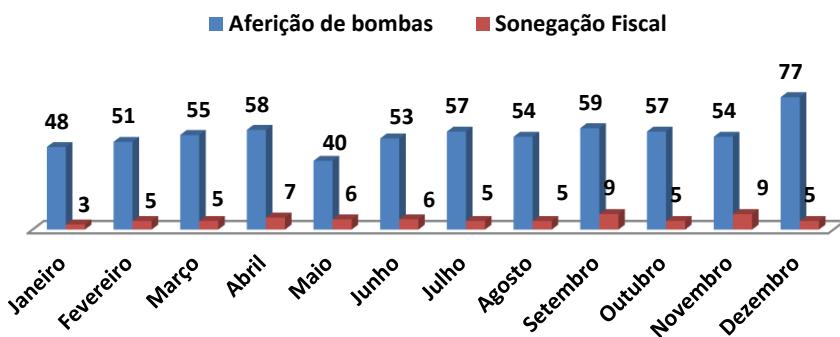
Gráfico 1 – Quantitativo de manifestações respondidas pelo CRC



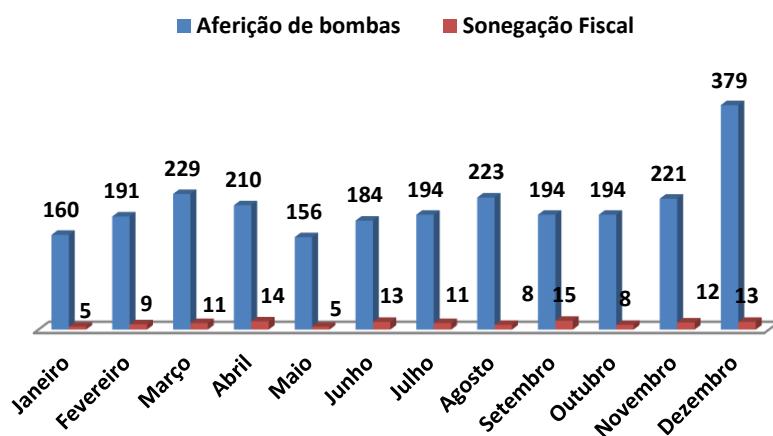
No período de janeiro a dezembro de 2015 foram recebidos 59.789 pedidos de informações, 20.217 denúncias/reclamações, 95 elogios, sugestões, agendamento de visitas à biblioteca e agradecimentos, além de 583 de manifestações improdutivas (casos em que houve queda de ligação). Não foram informados os tipos de manifestações em 222 casos.

As denúncias e reclamações sobre as atividades reguladas pela ANP, de acordo com sua natureza, são encaminhadas para as providências dos setores competentes e as relativas aos pontos de revenda de combustíveis líquidos ainda orientam o planejamento das ações de fiscalização. As denúncias que não têm pertinência com as atribuições da ANP, tais como, aferição de bombas abastecedoras e sonegação fiscal, são encaminhadas para as respectivas instituições responsáveis (Inmetro, IPEM e Secretarias Estaduais de Fazenda, entre outros). Em 2015, foram encaminhados 733 ofícios com 2659 denúncias (anexos).

Ofícios

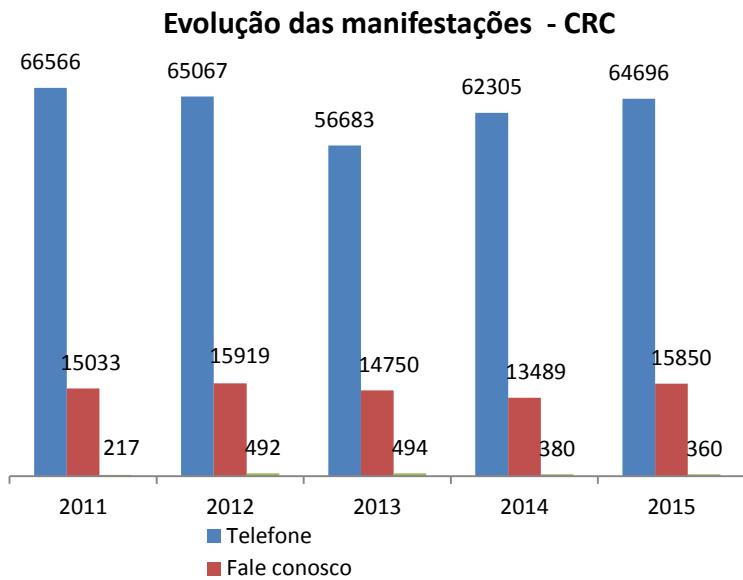


Anexos



Em relação aos anos anteriores, foi observada entre 2011 e 2013 uma redução tanto no número total de manifestações quanto nos meios de contato individuais. Em 2014, a tendência se reverteu e houve crescimento de 6% em relação ao ano anterior, mesma taxa de crescimento observada em 2015. As oscilações são naturais em razão da introdução no sítio da ANP de novos sistemas utilizados por agentes econômicos, mudanças em procedimentos, volume e natureza de matérias veiculadas pela imprensa a respeito de assuntos diversos, etc.

Gráfico 2 – Evolução das manifestações respondidas pelo CRC



Durante o período analisado, a composição entre manifestações criadas a partir de contatos por telefone e por meio digital ficou estável em 80% e 20%, respectivamente. Como se depreende do gráfico acima, cartas, ofícios e faxes têm volume marginal.

Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC:

O outro canal de comunicação da sociedade com a ANP é realizado por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) na ANP. Em 2015, o SIC/ANP recebeu 431 solicitações de acesso à informação, com uma média mensal de 35,92 pedidos. Desses pedidos, 430 já foram respondidos e apenas um ainda aguarda resposta, dentro do prazo legal.

Do total de pedidos, 17,17% foram negados em razão de sigilo, exigência de trabalho adicional de análise, processos decisórios em curso e informações que continham dados pessoais.

Houve 34 recursos de 1^a instância, dez de 2^a instância, seis à CGU e dois à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

Em relação aos anos anteriores, nota-se uma redução de cerca de 15% da quantidade de pedidos de informação realizados pelo SIC. Pode-se supor que o fenômeno seja decorrente da maior maturidade deste canal, que ainda é relativamente novo. Após suprir demandas reprimidas e perder o caráter de novidade, o quantitativo de solicitações estaria se estabilizando em patamar um pouco abaixo do inicial.

Tabela 27 – Quantidade de pedidos de informação realizados pelo SIC

Acesso à informação pelo SIC	2013	2014
Quantidade de Pedidos:	494	518
Média mensal de pedidos:	41,17	43,17

5.2 – Carta de serviços ao cidadão

Em cumprimento ao Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, que institui a “Carta de Serviços ao Cidadão” no âmbito do Poder Executivo Federal, a Carta de Serviços ao Cidadão da ANP foi instituída em abril de 2013 e disponibilizada no sítio de internet desta Agência.

Em consonância com as iniciativas do Governo Federal, para o aumento da transparéncia pública e para a melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos e no atendimento ao cidadão/ente regulado por parte do Estado, a Carta de Serviços da ANP tem por objetivo informar ao setor regulado, aos consumidores e à sociedade quais os serviços prestados pela agência, seus requisitos de solicitação, bem como a melhor forma de acessá-los e os prazos de atendimento, possibilitando maior visibilidade dos serviços públicos prestados pela ANP e estimulando o controle social sobre a atuação da Agência e os padrões de atendimento que devem ser seguidos por ela.

A Carta de Serviços da ANP, disponível em <http://anp.gov.br/?id=2691>, mantém-se em sua primeira versão, que conta com 130 serviços, correspondentes a 16 atividades finalísticas da agência, que sofreram apenas revisões pontuais desde o lançamento do instrumento.

Para os próximos ciclos, a ANP pretende incluir em seu planejamento o processo de revisão da sua Carta de Serviços ao Cidadão.

5.3 – Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuário

Ao final de cada ligação recebida, o cidadão-usuário da Central de Atendimentos da ANP é convidado a responder uma pesquisa de satisfação. Em 2015, cerca de 47% dos usuários permaneceram em linha para respondê-la. O patamar de avaliação positiva foi bastante elevado, alcançando-se 94% de resultado “bom” e “muito bom”, com índice de atendimento de 87%, como detalhado nas tabelas abaixo.

Tabela 28 – Avaliação do atendimento realizado pela central de atendimentos da ANP

Avaliação do atendimento:

Muito bom	28255	74%
Bom	7577	20%
Regular	1395	4%
Ruim	830	2%

Sua solicitação foi atendida?

Sim	32984	87%
Não	5073	13%

Em relação aos anos anteriores, nota-se relativa estabilidade do resultado aferido, com oscilação positiva em 2015 tanto no que se refere à avaliação do atendimento (“bom” + “muito bom”) quanto no que diz respeito ao índice de atendimento, como se vê a seguir.

Tabela 29 – Avaliação do atendimento realizado pela central de atendimentos da ANP no período 2013/2014

Qualidade do Atendimento:	2013	2014
Muito bom	75,3%	76,0%
Bom	17,9%	17,8%
Regular	3,5%	3,1%
Ruim	3,3%	3,1%
Atendimento à solicitação:		
Atendida	87,6%	85%
Não atendida	12,4%	15%

5.4 – Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

As informações referentes à atuação da ANP, inclusive as relativas à transparência, auditorias, relatórios de gestão, licitações administrativas, contas públicas e processos de contas anuais estão presentes no sítio da Agência na internet com acesso direto por meio de sua página inicial.

Além disso, as informações sobre transparência, auditoria, relatório de gestão e acórdãos do TCU concernentes podem ainda ser acessadas diretamente pelos seguintes caminhos simplificados:

- Informações de Transparência: <http://www.anp.gov.br/acessoainformacao>
- Auditorias: <http://www.anp.gov.br/auditorias>
- Relatórios de Gestão: <http://www.anp.gov.br/relatoriogestao>
- Processos de Contas Anuais: <http://www.anp.gov.br/processoscontas> (incluídos acórdãos do TCU)

5.5 – Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O sítio da ANP na Internet possui alto grau de compatibilidade com softwares de leitura para deficientes visuais, tanto nas páginas quanto nos documentos para download. O sítio não faz uso de arquivos exclusivamente de áudio ou vídeo, exceto pelo nosso portfólio de anúncios de rádio e TV, cujos temas também estão disponíveis na forma escrita.

Em 2015, a central de Atendimentos da ANP também foi dotada de equipamentos para o atendimento aos cidadãos portadores de deficiência auditiva em cumprimento à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis.

Para 2016, prevê-se o lançamento de nova versão do sítio da ANP, o que deverá torná-lo ainda mais compatível com as regras de acessibilidade do e-gov.

No que se refere às instalações do Escritório Central da ANP, no Rio de Janeiro- RJ, informamos que os 11 (onze) andares do prédio Visconde de Itaboraí estão adaptados para garantir o acesso fácil aos portadores de deficiência. Contamos também em nossas instalações com banheiros, rampa de acesso, catracas, corredores largos, elevadores com portas largas e hall dos elevadores amplos.

6 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 – Desempenho financeiro do exercício

O desempenho do exercício em relação a ingressos e dispêndios financeiros está diretamente ligado às restrições e limitações da legislação e ao nosso Órgão Superior (Ministério de Minas e Energia - MME).

Durante o exercício, conforme tabela abaixo, houve arrecadação de receitas pela ANP no valor de R\$ 1.252.085.134,85, sendo R\$ 585.002.894,73 de receitas diretamente arrecadadas e R\$ 667.082.240,12 de receitas com ingresso no Tesouro Nacional.

Tabela 30 – Arrecadação de receitas pela ANP

Fonte SOF	Item Informação Decodificado	2015													Total													
		Mês Lançamento		JAN/2015		FEV/2015		MAR/2015		ABR/2015		MAI/2015		JUN/2015		JUL/2015		AGO/2015		SET/2015		OUT/2015		NOV/2015		DEZ/2015		
		Natureza	Receita	Movimento Líquido - R\$ (Item Inf.)																								
0100	19192700 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS			472,85		472,85		472,85	(1.418,55)		472,85		472,85		3.325,40		472,85	(1.891,40)		0,00		0,00		0,00	2.852,55			
	19219900 OUTRAS INDENIZAÇÕES			0,00		0,00		0,00	1.315,93		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	458,40	1.774,33			
	19199900 OUTRAS MULTAS			0,00		0,00		0,00	0,00		0,00		0,00		344,31		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	344,31			
	19189900 OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA			8,63		0,00		0,00	0,00		0,00		97,34		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	105,97			
	19909900 OUTRAS RECEITAS			5.840,29		17.374,23		11.683,63	3.474,85		18.406,56		(19.046,20)		3.068,33		3.306,27		3.044,24		3.113,20		5.644,43	2.772,14	58.681,97			
	19229900 OUTRAS RESTITUIÇÕES			7.260,75		8.367,90		6.927,36	9.443,97		7.039,80		7.402,96		6.058,75		46.913,30		10.905,35		8.159,97		0,00		22.470,37	140.950,48		
	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES			28.478,16		25.337,30		2.074,00			0,00		135,00		336,95		0,00		0,00		0,00		204,31	90.911,89	147.477,61			
	Total			42.060,68		51.552,28		21.157,84	12.816,20		26.054,21		(10.736,10)		12.796,79		50.692,42		12.058,19		11.273,17		5.848,74	116.612,80	352.187,22			
0129	19199900 OUTRAS MULTAS			9.870,51		58.443,62		0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	68.314,13			
	13320102 PAGAMENTO P/ RETENÇÃO AREA EXPLORACAO OU PROD			214.679.548,66		714.115,92		0,00	132,00		1.117.035,07		5.681,46		1.517.704,04		0,00		0,00		0,00		169.039,61	2.646.940,83	220.850.197,59			
	Total			214.689.419,17		772.559,54		0,00	132,00		1.117.035,07		5.681,46		1.517.704,04		0,00		0,00		0,00		169.039,61	2.646.940,83	220.918.511,72			
0174	19191300 MUL. PREVISTAS NA LEGISL.LUBRIF.E COMBUSTIVEIS			3.273.787,95		10.754.734,02		3.951.473,03	4.689.194,68		6.386.404,10		3.199.102,84		3.456.933,47		3.119.869,83		2.391.842,38		2.749.852,30		3.830.390,52	6.736.413,42	54.539.998,54			
	19151800 MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV.-LEGISL.LUBR/COMBU SI			276.681,50		5.882.793,01		351.560,28	532.977,37		286.866,59		494.703,35		436.069,56		567.835,03		522.325,12		372.464,86		359.323,93	303.147,04	10.386.747,64			
	19323400 MULTA PREV. LEG. LUB. E COMBUST			2.639.869,38		10.403.618,16		3.382.733,83	3.494.196,63		2.870.355,81		3.816.271,55		3.888.614,89		3.776.671,65		3.434.876,96		3.201.782,02		3.506.071,94	2.928.612,12	47.343.674,94			
	Total			6.190.338,83		27.041.145,19		7.685.767,14	8.716.368,68		9.543.626,50		7.510.077,74		7.781.617,92		7.464.376,51		6.349.044,46		6.324.099,18		7.695.786,39	9.968.172,58	112.270.421,12			
0177	18000000 RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR			0,00		0,00		0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		204,31		0,00		0,00		(204,31)	0,00	0,00			
	Total			0,00		0,00		0,00	0,00		0,00		0,00		0,00		204,31		0,00		0,00		(204,31)	0,00	0,00			
0250	19199900 OUTRAS MULTAS SERVICO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG			0,00		55.064,96		6.979,97	0,00		0,00		0,00		2,80		0,00		0,00		0,00		0,00	0,00	62.047,73			
	16002500 TAR.JNSCR.CONCURS OS E PROCESSOS SELETIVOS			37.481.721,65		224.455.779,76		39.479.967,12	14.073.586,52		29.661.688,71		31.153.486,35		31.934.918,13		114.381.340,17		30.589.681,77		11.138.760,73		11.931.408,00		8.720.555,82	1.252.085.134,85		
	Total			37.481.721,65		224.455.779,76		39.479.967,12	14.073.586,52		29.661.688,71		31.153.486,35		31.934.918,13		114.381.340,17		30.589.681,77		11.138.760,73		11.931.408,00		8.720.555,82	1.252.085.134,85		

Os dispêndios ocorreram conforme a disponibilização e limitação dos recursos por parte do Órgão Superior. Durante o exercício, devido a limitações e contingenciamentos, houve grande dificuldade desta Unidade na execução das despesas. A tabela abaixo demonstra os dispêndios realizados. Foram realizadas pela Unidade, durante o exercício, solicitações de expansão do limite financeiro para minimizar as dificuldades, mas, segundo o MME, as solicitações não obtiveram êxito.

Tabela 31 – Dispêndios realizados pela ANP

PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCICIO E RAP)												
JAN/2015 Movimento Líquido - R\$	FEV/2015 Movimento Líquido - R\$	MAR/2015 Movimento Líquido - R\$	ABR/2015 Movimento Líquido - R\$	MAI/2015 Movimento Líquido - R\$	JUN/2015 Movimento Líquido - R\$	JUL/2015 Movimento Líquido - R\$	AGO/2015 Movimento Líquido - R\$	SET/2015 Movimento Líquido - R\$	OUT/2015 Movimento Líquido - R\$	NOV/2015 Movimento Líquido - R\$	DEZ/2015 Movimento Líquido - R\$	
											0,00	7.100,58
	284.429,15	698.420,43	382.856,42	0,00	0,00	598.435,63	0,00	22.156,11	44.312,22	34.100,38	221.301,05	
											6.300,00	0,00
35.034,89	0,00	11.300,00	10.619,80	0,00	128.610,01	248.313,15	0,00	190.047,36	0,00	0,00	0,00	
58.777,91	21.587,56	450.675,36	30.438,06	134.047,36	328.538,99	890.227,84	167.956,23	72.464,08	146.167,12	26.800,25	24.855,71	
45.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.245,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015,12	
3.703,64	26.468,23	387.434,97	0,00	48.982,95	2.657,81	693.198,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
882.575,36	2.067.844,93	3.723.229,85	1.550.776,69	491.526,39	2.242.939,10	3.680.016,11	5.938,00	2.920,89	2.544.299,10	1.411.531,03	2.808,29	
7.494.030,73	8.591.969,69	11.828.808,80	8.530.765,72	10.342.830,14	20.508.007,38	11.733.262,55	15.699.795,07	3.253.359,61	8.926.826,55	5.239.129,77	22.847.958,43	
	1.309.845,61	1.468.852,30	0,00	324.428,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26.889,83	2.114,81	28.348,77	30.012,52	12.102,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		109,81	0,00	31.781,57	49.220,84	37.200,66	0,00	51.900,25	4.653,66	0,00	195.929,54	
25.091,10	0,00	30.960,99	0,00	6.043,82	140.320,53	0,00	0,00	0,00	0,00	1.401.878,11	0,00	
					24.230,00	1.244.759,40	500.000,00	0,00	1.798.276,02	0,00	0,00	
124.036,22	4.218.759,59	336.227,70	3.707.069,11	194.063,96	594.273,92	4.146.341,53	5.033.974,77	84.704,97	665.282,01	0,00	250.000,00	
					200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8.695.914,68	16.523.019,57	18.964.368,98	14.242.538,32	11.785.807,43	24.018.798,58	23.275.000,21	21.407.664,07	3.677.553,27	14.129.816,68	8.119.739,54	23.550.968,72	

Cabe destacar que, conforme demonstrado na planilha acima, a execução da despesa discricionária sofreu variações durante o exercício. Houve aumento nos meses de junho a agosto, após a aprovação da lei orçamentária e decreto de programação orçamentária e financeira; redução no mês de setembro, devido a bloqueio da fonte própria pelo MME; e liberações parciais nos meses de outubro e novembro, após antecipação e remanejamento de limite de pagamento conforme portaria n.º 855, de 20 de outubro de 2015 do Ministério da Fazenda.

Do dispêndio ocorrido no mês de dezembro, o valor de R\$ 15.192.598,56 foi realizado com recurso recebido no dia 30/12/2015. Este valor é considerado cota financeira do exercício de 2016, conforme inciso I, § 2º, Art. 2 do Decreto n.º 8.670, de 12 de fevereiro de 2016. Vale ressaltar que, devido ao não repasse de recursos da fonte Tesouro pelo MME, reinscrevemos o valor de R\$ 7.427.903,51 de restos a pagar processados do exercício de 2014.

6.2 – Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

- a) Se a ANP está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

Parcialmente aplicando: para os bens adquiridos a partir de 2010 os cálculos de depreciação estão sendo realizados mensalmente conforme determinação dos dispositivos com os devidos lançamentos realizados no SIAFI.

Para aqueles adquiridos antes de 2010, a Comissão Especial ainda não efetuou a avaliação dos mesmos, o que, assim que realizado, possibilitará o início da contabilização da respectiva depreciação mensal.

Ressaltamos que os itens de informática, os quais representam uma parte expressiva dos bens com mais de 05 anos de uso, já estão totalmente depreciados e atualmente em processo de reposição por equipamentos novos, conforme política de TI da ANP.

- b) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

Conforme tabela disponibilizada pela STN na Macrofunção SIAFI 020330.

- c) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

Conforme tabela disponibilizada pela STN na referida Macrofunção SIAFI 020330

- d) As taxas utilizadas para os cálculos;

Conforme tabela disponibilizada pela STN na referida Macrofunção SIAFI 020330

- e) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Disponibilidades – Conta Única 111110200 - Conciliado pela UG 170500 conforme macrofunção SIAFI 020318.

Créditos – Conciliado através de documentação suporte fornecida pelos setores responsáveis (Convênios/Suprimento de Fundos/SGP).

Dívidas – Obrigações Trabalhistas conciliadas conforme documentação suporte fornecida pela SGP. Obrigações com fornecedores conciliadas com os processos liquidados com base nos documentos fiscais.

Estoques – Conciliado mensalmente e no fechamento do ano através do documento RMA em conjunto com o SIAFI, através do sistema de controle de estoques próprio (entrada com notas fiscais de aquisição) e inventário físico anual.

Investimeontos – Não há saldo nesse grupo.

Imobilizado - Conciliado mensalmente e no fechamento do ano através do documento RMB em conjunto com o SIAFI para os bens permanentes móveis, através do sistema de controle de estoques próprio (entrada com notas fiscais de aquisição) e inventário físico anual. Para os bens imóveis a conciliação é feita automaticamente a partir das entradas no SpiuNet.

Intangível – Conciliado com a documentação suporte (Notas Fiscais). Amortização será realizada a partir de 2016 conforme mensagem SIAFI 2015/1689365.

Diferido - Não há saldo nesse grupo.

- f) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

Impacto NBCT 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão - 0,24% da VPD

Impacto NBCT 16.10

Disponível – 85,42% do total do ativo
Créditos - 1,61% do total do ativo
Estoques - 0,09% do total do ativo
Investimentos - 0
Imobilizado - 9,20% do total do ativo
Intangível - 1,68% do total do ativo
Dívidas - 0,94% do total do passivo
Diferido - 0

6.3 – Sistemática de apuração de custos no âmbito da ANP

A ANP no momento faz o acompanhamento das despesas com controle por UGR - Unidade Gestora Responsável.

Não há no momento um sistema de custos próprio. O acompanhamento dos custos é efetuado através de planilhas internas com informações extraídas do SIAFI e de relatórios do Tesouro Gerencial.

Nestes relatórios há informações sobre os custos das ações constantes no orçamento da ANP, relacionando os valores empenhados, liquidados e pagos às metas físicas alcançadas para cada ação.

Estamos aguardando a liberação do SIC - Sistema de Custos do Governo Federal para utilização e acompanhamento mais apurado dos custos da Agência e adicionalmente, mantemos contato com o Ministério de Minas e Energia no sentido de darmos início a utilização do sistema o mais breve possível.

6.4 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64

Os demonstrativos contábeis encontram-se no anexo do presente relatório.

7 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

7.1 – Gestão de pessoas

7.1.1 Estrutura de pessoal da ANP

Quadro 22 – Força de Trabalho da ANP

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		785	42	41
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		785	42	41
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		746	41	29
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		21	1	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		17	0	8
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		69	2	9
4. Total de Servidores (1+2+3)		854	44	50

Fonte:

Quadro 23 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	236	549
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	236	549
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	208	538
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	17	4
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	11	6
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	33	36
4. Total de Servidores (1+2+3)	269	585

Fonte:

Quadro 24 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da ANP

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		

1. Cargos em Comissão		365	5	19
1.1. Cargos Natureza Especial		3	0	2
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		362	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		267	3	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		11	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		16	0	8
1.2.4. Sem Vínculo		68	2	9
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas		0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)				

Fonte:

Análise Crítica

O principal risco observado é referente ao quantitativo de servidores da ANP, que está defasado.

A Lei nº 10.781 que determina o quadro de vagas dos servidores da ANP é de 2004 e, ao longo dos anos, diversas novas atribuições envolvendo a Agência foram criadas. Consequentemente, houve aumento das demandas, mas não houve alteração no total do quadro de vagas da Agência. Assim sendo, é importante aumentar o quantitativo por meio de projeto de lei, para que posteriormente sejam realizados novos Concursos para a ocupação de vagas.

A SGP contratou uma consultoria para auxiliá-la no estudo do dimensionamento da força de trabalho, com base no Planejamento Estratégico da ANP.

7.1.2 – Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 25 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimen tos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015									0,00
	2014									0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2015	122.126,61 6,52	7.825.499,63	11.315.546,0 2	5.126.137, 99	3.536.058,35	2.113.520,21	112.304,6 1	171.547,4 8	0,00
	2014	110.665,21 6,99	6.797.040,41	10.180.659,8 8	4.138.082, 23	180.787,90	3.982.520,29	1.224.844 .44	13.301,27	148.318,5 4
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2015	0,00	1.687.788,13	3.581.246,90	109.879,2 8	333.581,68	31.822,33	9.808,07	3.263,94	0,00
	2014	5.972,22	1.954.957,05	173.559,00	49.635,18	17.202,36	34.299,05	25.646,66	2.716,36	0,00
2.292.854,95										
2.263.987,88										

Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	4.860.943,34	400.791,30	201.859,15	480.717,30	107.693,31	2.156,40	0,00	0,00	6.054.160,80
	2014	9.026,53	4.823.767,83	402.745,10	127.765,43	27.286,55	321.220,77	121.608,15	0,00	0,00	5.833.420,36
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	1.359.267,09	0,00	103.873,31	50.139,67	28.830,10	38.168,33	0,00	0,00	0,00	1.580.278,50
	2014	1.171.528,56	0,00	113.618,90	49.971,51	3.814,80	43.903,33	15.242,26	0,00	5.753,80	1.403.833,16
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00

Fonte: Siape

Nota: as despesas com diárias no exercício de 2015 totalizaram **R\$ 431.566,38 (quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos)** e não puderam ser segregadas em razão da indisponibilidade de processo de automação.

7.1.3 – Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O quantitativo de pessoal da ANP está disposto na Lei nº 10.871/ 2004. No entanto, após a edição dessa Lei, diversas atribuições foram conferidas à Agência.

Com a realização do quarto concurso público para ocupação de vagas na Agência, restarão poucas vagas no quadro de pessoal já definido, por outro lado, a demanda de pessoal é crescente.

Assim sendo, é importante aumentar o quantitativo por meio de projeto de lei, para que posteriormente seja realizado um novo Concurso para a ocupação de vagas. Por ser um órgão novo, o número de aposentadorias, atualmente, é relativamente baixo.

Os cargos comissionados da Agência foram criados por meio da Lei nº 9.986/2000 e atualmente não são suficientes para estruturar adequadamente as diversas unidades organizacionais.

Para embasar a demanda da ANP, está sendo contratada uma Consultoria que, dentre outros assuntos, irá auxiliar no dimensionamento da força de trabalho ideal para cumprir a missão institucional.

7.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro 26 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante
Nome: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
UG/Gestão:32205/323031
Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Serviços de apoio administrativo e serviços auxiliares	78.533.312/0001-58	08/09/2014	08/09/2016	Nível fundamental	Vigente (prorrogado)

Fonte:

Contratação de Estagiários

A política de contratação de estagiários segue o que estabelece a Portaria ANP nº 289, de 31 de dezembro de 2013.

Os estagiários são contratados para as áreas de acordo com a especialização determinada pelo Setor, havendo sempre correlação com a atividade desenvolvida pela UORG. O supervisor do estagiário deverá ter a mesma formação/segmento que o estudante.

Abaixo, apresentamos a evolução das quantidades de estagiários, evolução das despesas contratuais, limites legais e relação de estagiários por área meio e fim.

Tabela 32 - Quantitativo de estagiários, conforme Orientação Normativa nº 04/2014

Situação geral	Sem contratados	Com contratados	Observação
	Cálculo	Cálculo	
Força de trabalho	965	1649	Conforme Art. 7º, §§ 1º e 2º da ON nº 4/2014 (inclui quadro efetivo e quadro específico, inclusive cargos vagos, nomeados sem vínculo, requisitados, contratados inclusive temporariamente, etc)
Quantitativo máximo de estagiários	193	329,8	20% da força de trabalho
Estagiários de nível superior	86,9	148,4	50% do quantitativo máximo de estagiários
Estagiários de nível superior com deficiência	9,7	16,5	10% do total de estagiários de nível superior

Estagiários de nível médio	86,9	148,4	50% do quantitativo máximo de estagiários
Estagiários de nível médio com deficiência	9,7	16,5	10% do total de estagiários de nível médio

Nota: O percentual que seria dos estagiários de educação profissional foi adicionado às vagas de nível médio, tendo em vista que não há previsão para esse tipo de contrato na Agência. Em dezembro de 2015, a ANP contava com 134 estagiários.

Tabela 33 - Quantitativo de estagiários por área fim e área meio

Mês: Dezembro / 2015

ÁREA	QTDE ESTAGIÁRIOS	%
Fim	62	46%
Meio	72	54%
Total geral	134	100%

Gráfico 3 – Evolução da quantidade de estagiários

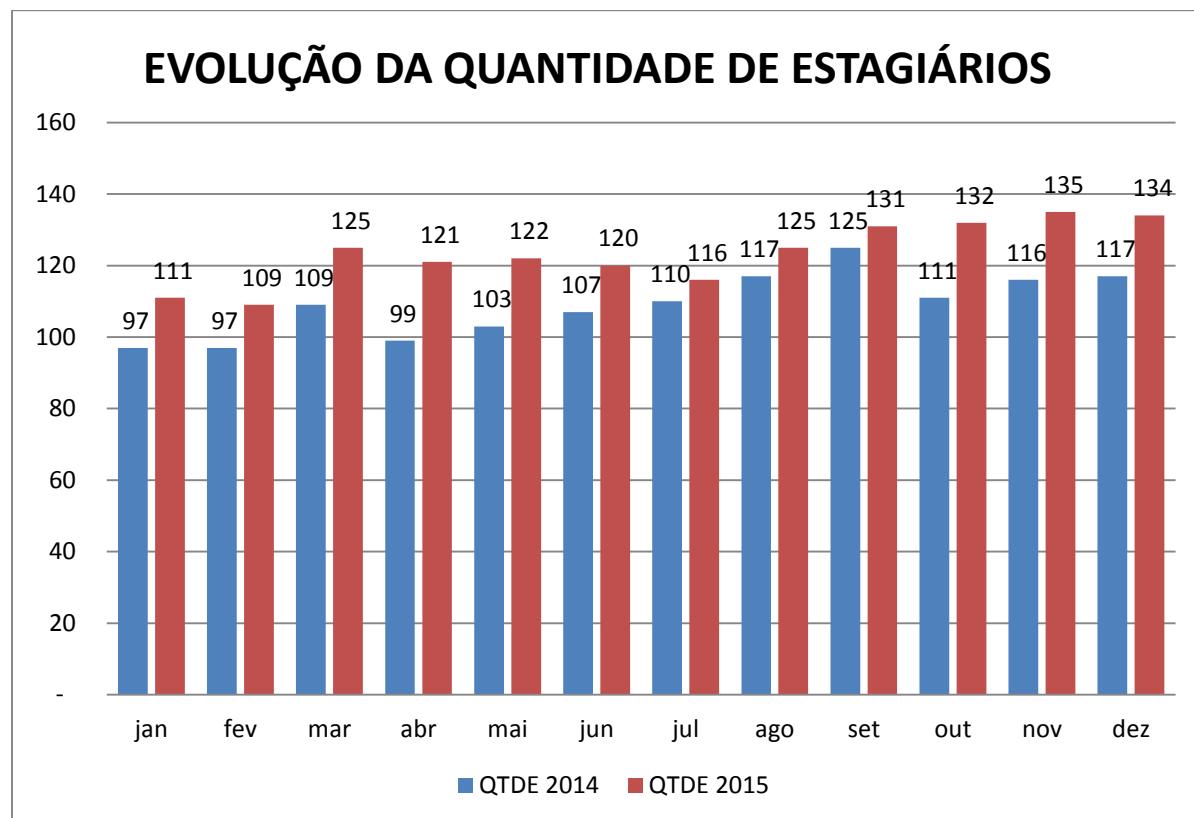
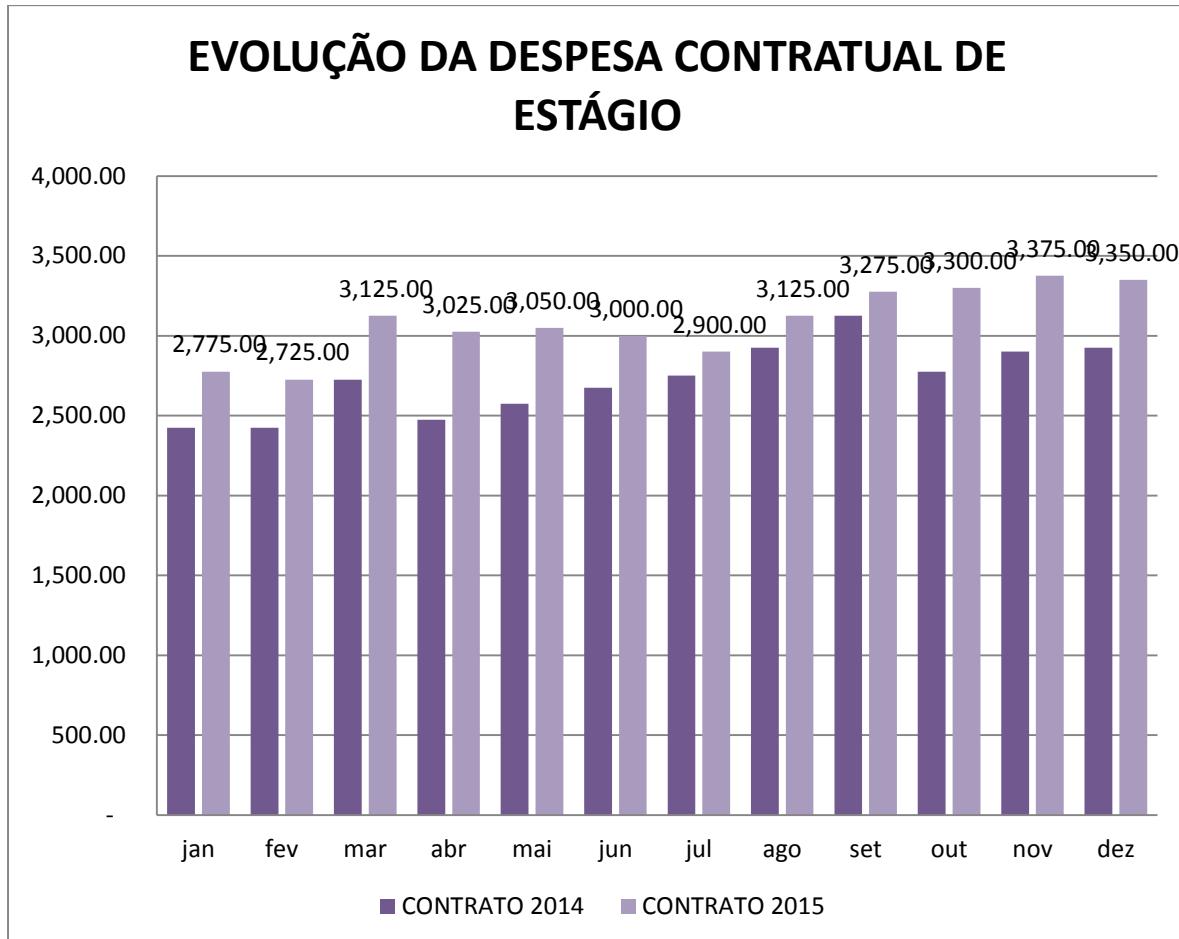


Gráfico 4 – Evolução da despesa contratual de estágio



7.2 – Gestão do patrimônio e da infraestrutura

7.2.1 – Gestão da frota de veículos

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;;

- IN nº 006/01 – ANP.
- IN nº 003/08 – SLTI.
- Decreto nº 6.403/08 – Presidência da República.

b) a contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade jurisdicionada e a consecução dos objetivos estratégicos;

Os veículos locados pela Agência são classificados em veículos de apoio administrativos e de apoio a fiscalização. Abaixo, discorremos sobre a importância desses veículos para o adequado desenvolvimento das atividades institucionais da ANP.

Veículos de apoio administrativos

- Deslocamento de servidores da ANP abrangendo o Escritório Central do Rio de Janeiro, Sede de Brasília, Regionais de São Paulo e Salvador, além de outras localidades contempladas com eventos pontuais, em virtude da realização de atividades institucionais.

- A disponibilidade da frota viabiliza o atendimento de demandas internas dos escritórios, comparecimento de pessoal a serviço da ANP em compromissos (como audiências públicas, eventos e reuniões), deslocamento de materiais (informática, promocional...) e entrega de documentos a agentes externos, órgãos judiciais e Ministério Público.

Veículos de apoio à fiscalização do abastecimento

A frota gerida e utilizada pela Superintendência de Fiscalização do Abastecimento - SFI, é composta por veículos com especificações próprias, do tipo automóvel, para transporte misto, classificados como veículos de serviços especiais (conf. art. 7º, Decreto nº 6.403/2008). As especificações próprias da frota incluem a exigência de automóvel do tipo caminhonete, cabine dupla, com aplicação de identificação visual da ANP, entre outras.

Eles são elementos imprescindíveis à realização das ações externas de fiscalização, inspeção, vistoria e visitas técnicas. Nos veículos são transportados os equipamentos usados em campo, tais como medida padrão de 20l em aço inox (balde aferidor), maleta de vidrarias usadas nos ensaios de conformidade de combustíveis feitos em campo, frascos e envelopes lacráveis para coleta de amostras, frascos contendo as amostras coletadas e equipamentos de proteção individual.

c) a quantidade de veículos por categoria de uso;

Tabela 34 – Quantidade de veículos de apoio administrativo

TIPO DE VEÍCULO		
Escritórios	Veículo Institucional	Veículo Serviço Comum
Rio de Janeiro	3	3
Brasília	1	2
São Paulo	1	1
Bahia	1	1
Total	7	7

Veículos de apoio à fiscalização

A SFI conta com 23 veículos permanentes, classificados como veículos de serviços especiais e estão distribuídos da seguinte forma:

Unidade Regional de Fiscalização em Manaus - 2

Unidade Regional de Fiscalização em Brasília - 5

Unidade Regional de Fiscalização em Minas Gerais - 2

Unidade Regional de Fiscalização no Rio de Janeiro - 4

Unidade Regional de Fiscalização no Rio Grande do Sul - 2

Unidade Regional de Fiscalização em São Paulo - 5

Unidade Regional de Fiscalização em Salvador - 3

d) Média anual de quilômetros rodados;

Tabela 35 – Quilômetros rodados por veículos de apoio administrativo

TIPO DE VEÍCULO		
Escritórios	Veículo Institucional – média anual por veículo.	Veículo Serviço Comum – média anual por veículo.
Rio de Janeiro	14.960	11.380
Brasília*	3.300	2900
São Paulo	28.560	14.760
Bahia**	8.100	6.930

Obs: * os valores referem-se apenas a três meses de contrato; ** os valores referem-se à nove meses de contrato.

Veículos de apoio à fiscalização do abastecimento

A quilometragem média anual (2015), por veículo, por unidade regional de fiscalização:

RS = 23 mil km

SP = 31 mil km

RJ = 24 mil km

MG = 32 mil km

BA = 34 mil km

DF = 26 mil km

AM = 12 mil km

e) Idade Média da frota de veículos

Tabela 36 – Idade média da frota de veículos

TIPO DE VEÍCULO		
Escritórios	Veículo Institucional – média idade.	Veículo Serviço Comum – média de idade.
Rio de Janeiro	12 meses	12 meses
Brasília	12 meses	12 meses
São Paulo	6 meses	6 meses
Bahia	12 meses	12 meses

f) Despesas associados à manutenção da frota

A ANP paga somente o valor do Km efetivamente rodado, ou seja, todos os custos com motoristas, combustíveis, lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, entre outros, estão incluídos nos respectivos contratos de locação.

g) Plano de substituição da frota;

Os veículos utilizados são substituídos a cada 24 meses, no caso de renovação contratual.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A Agência não adquire frota de veículos, pelas seguintes razões:

- A ANP não possui motorista no seu quadro de funcionários.
- A locação permite a transferência dos custos afetos à plena utilização dos veículos (como manutenção, combustível, seguros, estacionamentos, renovação/atualização de frota) para a contratada, além de demais riscos do negócio.
- A gestão do contrato, além de outras atividades, atua na observação da qualidade do serviço prestado, atuando prontamente em ocorrências de irregularidades.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte;

Os responsáveis pelas atividades operacionais dos contratos de locação de veículos realizam o agendamento das requisições pelas áreas interessadas, comunicam se há disponibilidade e, no caso positivo, informam o tipo de veículo, a placa e o nome do motorista condutor.

A Agência utiliza também o boletim de controle individual para cada veículo, onde é registrado o horário e o local de saída e chegada, quilômetro inicial e final por deslocamento, assinatura do usuário final e informações sobre o veículo e o motorista. Sendo essa mais uma forma de controle para confirmação do percurso realizado e aferição da quilometragem realmente rodada. No final do mês, totaliza-se a quilometragem rodada e calcula-se o valor a ser faturado pela empresa prestadora dos serviços. Mês a mês, nas planilhas específicas, é avaliado o total de quilômetros rodados frente à quilometragem estimada no contrato, com o propósito de manter os gastos médios nos limites previstos, ou mesmo reduzi-los.

Adota-se também o regime de vistorias “in loco” nos veículos para verificação das condições, quilometragem e demais especificações mencionadas no Termo de Referência da contratação.

7.2.2 – Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Há registrados no patrimônio do Escritório Sede em Brasília, três veículos que estão fora de circulação devido ao estado de conservação em que se encontram. São eles uma WV-Kombi ano 1983, uma GM-Ipanema ano 1996 e uma WV- Parati ano 1997.

Os dois primeiros veículos estão no posto policial da Polícia Rodoviária Federal em Fortaleza-CE, e é necessário proceder a retirada do chassi e/ou placa para requerer sua baixa junto ao Detran. O terceiro veículo se encontra em Caeté-MG, também no posto da Polícia Rodoviária Federal. Este último já foi conseguido sua baixa junto ao Detran. Para o próximo exercício, será aberto um processo administrativo no intuito de proceder às baixas junto ao SIAFI.

7.2.3 – Gestão do patrimônio imobiliário da União

A ANP permanece como proprietária de 11 andares no prédio em que está localizado o Escritório Central (EC) e 50% do edifício-garagem anexo ao prédio do Escritório, todos localizados no bairro Centro, município do Rio de Janeiro e um imóvel localizado no Distrito Federan, na SGAN 603.

O EC possui a infraestrutura recomendada aos prédios com atividades comerciais, sendo suas instalações adequadas ao uso dos servidores da ANP. Tal fato em muito contribui para a realização das atividades institucionais da Agência, e para a otimização no uso dos equipamentos disponibilizados aos servidores na consecução de suas respectivas atribuições funcionais.

As despesas com a manutenção predial no EC são realizadas através do condomínio (CEVI), o qual é compartilhado com a Transpetro, proprietária dos outros 11 andares existentes no prédio, assim como dos 50% restantes do edifício garagem. O valor das cotas da ANP com as despesas de condomínio totalizou R\$ 9.878.038,96 em 2015. No Exercício de 2015, foi realizado no Escritório Sede, despesas com manutenção no valor de R\$ 844.872,77.

As informações sobre os imóveis próprios da ANP, tanto o EC quanto o Escritório Sede estão atualizadas no SPIUNet, de acordo com os requisitos do sistema, e tem validade até 30/11/2017 e 31/12/2015 respectivamente. Com relação aos riscos relacionados à gestão dos imóveis e aos controles para mitigá-los, o condomínio possui empresa contratada de SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde) para os imóveis com a estrutura de serviços do CEVI. Em todos os andares, independentemente de uma área específica, o SMS monitora o funcionamento (controles), alem de um excelente acompanhamento dos Seguros e um programa de manutenção preventiva dos equipamentos e estrutura física.

Tabela 37 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	UF – Rio de Janeiro	12	12
	município 1: Rio de Janeiro	12	12
	município 2: Brasília	1	1

	---	-	-
	---	-	-
	---	-	-
	---	-	-
	Subtotal Brasil	13	13
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	Subtotal Exterior	-	-
	Total (Brasil + Exterior)	13	13

Fonte: SpiuNet

7.2.4 – Informações sobre os imóveis locados de terceiros

A ANP também é locatária de 4 andares (16/17/18/19ºs andares) em prédio adjunto ao Escritório Central - RJ.

A locação no prédio anexo foi motivada por maior necessidade de espaço físico decorrente da posse de novos servidores após os últimos concursos públicos realizados, em conjunto com a expansão das atribuições regulatórias exercidas pela ANP o que requer infraestrutura compatível com nossas metas institucionais ampliadas.

Em 2014, o Escritório Regional de São Paulo (ESP) continuou a ocupar dois imóveis locados, em prédio comercial localizado no bairro de São Judas. A sede do ESP compreende um andar inteiro (02 salas), incluindo os respectivos mezaninos (14º e 15º andares), cujas instalações são modernas e seguras, portanto mais adequadas às operações regionais.

O Escritório Regional de Salvador (ESA) também manteve seu funcionamento em duas salas alugadas (2801 e 2802) em prédio comercial de padrão e com localização adequados às suas atividades.

Os imóveis alugados de propriedade de terceiros estão cadastrados no SPIUNet, conforme instrução do Manual Geral do SPIU e recomendação da Auditoria, com os respectivos

dados atualizados. As despesas com reformas iniciais de instalação e a manutenção corrente dos imóveis locados são de responsabilidade da ANP, haja vista a necessidade de adaptar os imóveis locados aos requisitos para funcionamento de um órgão público tanto sob o aspecto de qualidade do ambiente de trabalho assim como de segurança e controle de acesso.

Eventualmente, algumas despesas eventuais que decorram de melhorias acessórias e/ou necessidades estruturais dos imóveis locados são assumidas pelo locador. Um exemplo atual é a reforma dos banheiros no Escritório – UF Bahia, que está sendo realizada pelo locador.

Tabela 38 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ E VALORES DE ALUGUEL	
		EXERCÍCIO 2015	Valor Anual R\$
BRASIL	UF Rio de Janeiro	04	
	Município: Rio de Janeiro	04	1.022.824,16
	---	---	
	UF São Paulo	02	
	Município: São Paulo	02	565.748,91
	---	---	
	UF Bahia	01	
	Município: Salvador	01	365.756,76
	Subtotal Brasil	07	
EXTERIOR	PAÍS 1	---	---
	cidade 1	---	---
	cidade 2	---	---
	cidade “n”	---	---
	PAÍS “n”	---	---
	cidade 1	---	---
	cidade 2	---	---
	cidade “n”	---	---
	Subtotal Exterior	---	---
	Total (Brasil + Exterior)	07	

Fontes: SpiuNet

São Paulo – Contratos nº 9007/09-ANP-004.410 e nº 9006/09-ANP-004.410

Salvador – Contratos nº 4.121/09-ANP-005.277 (02 salas no 28º andar)

7.2.5 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

A reforma do CPT foi licitada por meio do Pregão Eletrônico nº 75/2012, realizado em 13/12/2012 e adjudicado à Construtora LDN Ltda, CNPJ 24.916.280/0001-40. A obra foi formalizada pelo Contrato ANP nº 9.105/12-ANP-005.811, pelo valor inicial de R\$ 10.444.444,44, assinado em 15/02/2013 com vigência prevista para 15 meses.

Ao todo foram realizados quatro aditivos contratuais no valor total de R\$ 1.600.279,19 que representa 15,32% do valor contratado inicialmente, dentro do limite de 50% permitido para reformas de edifícios, em respeito ao § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. A vigência contratual foi estendida para 31 meses ao todo. O total contratado e empenhado foi de R\$ 12.044.723,63.

A obra foi 100% concluída e inaugurada em 09/06/2015. Os serviços foram totalmente finalizados em 14/10/2015 por meio do Termo de Recebimento Definitivo.

7.3 - Gestão da Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

Princípios e Diretrizes – Alinhamento Estratégico

Para a elaboração do PDTI 2014-2016 buscou-se uma proposta de estrutura de TI, organização de serviços e projetos, disponibilização de infraestrutura de tecnologia e segurança da informação que fosse capaz de atender às demandas da ANP quanto à sua operação, contemplando todos os seus processos, assim como o atendimento dos itens do plano estratégico que dizem respeito e são fornecidos ou suportados pela STI. O mapa estratégico apresentado abaixo e as demandas de TI da ANP são a base para a criação dos objetivos estratégicos de TI e de toda a estruturação do plano de metas e ações de TI, gestão de riscos e do plano de gestão de pessoas.

Tabela 39 – Mapa estratégico e demandas de TI

Código	Objetivo no mapa estratégico	Categoria
MAP-O-01	Regular as atividades econômicas das indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis de forma transparente e efetiva, promovendo o interesse público e atraindo investimentos para o desenvolvimento destas indústrias no Brasil.	Missão
MAP-F-02	Alocar e utilizar recursos com efetividade e transparência.	Finanças
MAP-F-03	Demonstrar os resultados alcançados com a boa gestão dos recursos públicos.	Finanças
MAP-S-04	Proteger os interesses da sociedade e promover a concorrência e o ambiente regulatório propício ao investimento.	Sociedade

MAP-S-05	Assegurar o abastecimento com produtos e serviços de qualidade e ambientalmente adequados.	Sociedade
MAP-P-06	Fomentar a aplicação de melhores práticas pelos agentes regulados.	Processos Internos
MAP-P-07	Subsidiar proativamente a formulação de políticas públicas	Processos Internos
MAP-P-08	Estar na vanguarda do conhecimento sobre as atividades das indústrias reguladas.	Processos Internos
MAP-P-09	Gerenciar com excelência uma carteira de projetos e processos priorizados em função dos objetivos estratégicos.	Processos Internos
MAP-A-10	Garantir a gestão efetiva dos projetos de Tecnologia da Informação.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-11	Dispor de sistemas de informação e comunicação integrados, capazes de subsidiar a tomada de decisão.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-12	Contar com líderes preparados para atender as demandas estratégicas.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-13	Dispor das competências necessárias ao cumprimento da estratégia.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-14	Assegurar a aplicação das melhores técnicas de gestão, promovendo a meritocracia e a produtividade.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-15	Ter uma estrutura organizacional que favoreça a transversalidade, a comunicação e a integração entre equipes.	Aprendizado e Crescimento
MAP-A-16	Fortalecer a governança da agência.	Aprendizado e Crescimento

Fonte: Planejamento estratégico ANP, FGV

Objetivos estratégicos de TI

A partir dos objetivos da ANP, descritos no plano estratégico, levando em consideração as demandas apresentadas à STI pelas diversas UORGs da ANP e a análise de forças e fraquezas, foram estabelecidos os objetivos estratégicos de TI, que encontram correspondência no planejamento estratégico da ANP, conforme listado abaixo. Os objetivos estratégicos de TI são fundamentais para, junto com as demandas, estabelecer o plano de metas e ações, assim como as sugestões de mudança organizacional e o plano de gestão de pessoas.

Figura 8 – Objetivos estratégicos de TI



Tabela 40 – Objetivos estratégicos de TI

Código	Objetivo estratégico de TI	Obj. ANP
OBJTI01	<u>Entregar e manter soluções de TI alinhadas à estratégia da ANP</u> - escopo: para toda a operação da ANP, desenvolver ou adquirir sistemas, e administrá-los em todo o seu ciclo de vida, que implementem a estratégia da ANP, permitindo seu pleno desenvolvimento e eficiência operacional.	MAP-0-01, MAP-F-03, MAP-P-06, MAP-P-09, MAP-A-10, MAP-A-11
OBJTI02	<u>Contribuir com sistemas e tecnologia para modernizar e integrar processos da ANP</u> - escopo: para toda a operação da ANP, prospectar no mercado e em seu segmento novas soluções tecnológicas, sejam sistemas ou hardware, para tornar os processos da ANP mais eficientes e eficazes.	MAP-O-01, MAP-F-02, MAP-F-03, MAP-F-06, MAP-P-09, MAP-A-10, MAP-A-11, MAP-A-15, MAP-P-06, MAP-P-08
OBJTI03	<u>Facilitar interfaces de comunicação na entrada e saída de dados de agentes regulados</u> - escopo: nas interações da ANP com seus agentes regulados e com a sociedade, otimizar e automatizar a recepção e envio de dados, buscando maior agilidade, menor custo e aumento da disponibilidade das informações.	MAP-S-05, MAP-O-01, MAP-P-06, MAP-P-08, MAP-A-11, MAP-A-15
OBJTI04	<u>Aplicar melhorias no atendimento de sistemas e infraestrutura aos colaboradores da ANP</u> - escopo: aumentar continuamente a qualidade do atendimento da STI à Agência, entregando melhores sistemas e infraestrutura para o funcionamento da ANP.	MAP-A-15, MAP-A-16, MAP-A-10, MAP-A-11
OBJTI06	<u>Fornecer para a Sociedade informações da indústria com transparência e abrangência (cidadão, universidade, agentes regulados)</u> - escopo: disponibilizar, por meio de sistemas na internet, informações relativas à	MAP-O-01, MAP-P-08, MAP-P-07, MAP-P-09, MAP-

	operação da ANP, com cada vez mais abrangência, agilidade, facilidade de acesso e qualidade.	A-10, MAP-A-11, MAP-A-15
OBJTI07	<u>Atender as necessidades de TI da ANP em um contexto geograficamente extenso - escritório central, regionais, sede</u>	MAP-A-10, MAP-A-11, MAP-A-15
OBJTI08	<u>Desenvolver e manter soluções corporativas com agilidade e qualidade</u> - escopo: para toda a operação da ANP, entregar sistemas e infraestrutura com excelência nos prazos de desenvolvimento, nos custos e na qualidade de seus produtos, aderentes aos processos da ANP.	MAP-A-10, MAP-A-11, MAP-A-15, MAP-P-09, MAP-F-03, MAP-F-02
OBJTI09	<u>Melhorar a qualidade dos dados através da melhoria dos processos de trabalho da ANP</u> - escopo: implementar em seus sistemas o melhor processo de trabalho privilegiando a qualidade dos dados de entrada, as rotinas de processamento e os dados de saída, garantindo dessa maneira dados de qualidade e que permitam o correto desempenho das funções desses sistemas.	MAP-A-15, MAP-P-08
OBJTI10	<u>Planejar, gerir, executar, renovar e fiscalizar contratos de TI com qualidade, tempestividade e eficiência</u>	MAP-F-02, MAP-F-03, MAP-A-14, MAP-A-15, MAP-A-10, MAP-A-11
OBJTI11	<u>Desenvolver a gestão de projetos</u> - escopo: continuamente aprimorar e aplicar a competência do escritório de projetos, tendo metodologia e gerentes capacitados para administrar os projetos de TI da ANP, seja sistemas ou infraestrutura.	MAP-A-10, MAP-A-14
OBJTI12	<u>Aprimorar os processos de gestão de recursos e serviços de TI</u> - escopo: melhorar de forma continuada a cultura de governança com gestão da alocação de recursos e da disponibilização e medição dos serviços de TI.	MAP-A-10, MAP-A-11, MAP-A-14, MAP-A-15
OBJTI13	<u>Desenvolver arquitetura padronizada de TI</u> - escopo: ter padrões de arquitetura para a STI, seja para o desenvolvimento de sistemas, através da escolha de padrões de desenvolvimento web, orientação a serviços, linguagens e frameworks de desenvolvimento assim como para a infraestrutura, fazendo a escolha de sistemas operacionais, bancos de dados e arquitetura de servidores.	MAP-A-10, MAP-A-11
OBJTI14	<u>Aprimorar gestão de demandas e prioridades</u> - escopo: desenvolver de forma continuada o processo de captação de demandas, sua priorização e o mecanismo de comunicação e arbitragem sobre a escolha e execução dos projetos de TI da ANP.	MAP-P-09, MAP-A-14, MAP-A-15
OBJTI15	<u>Ampliar a capacidade produtiva de sistemas</u> - escopo: aumentar continuamente a capacidade de processamento e abrangência dos sistemas, seja por melhoria nos processos que são codificados, seja por adoção de plataformas de tecnologia que garantem melhor desempenho e pela disponibilização de sistemas web que garantem maior acesso.	MAP-O-01, MAP-F-02, MAP-F-03, MAP-A-14, MAP-A-10, MAP-A-11
OBJTI16	<u>Aperfeiçoar a comunicação dos resultados de TI</u> - escopo: criar mecanismos que permitam a divulgação dos resultados da STI, seja através da atualização constante na intranet da ANP assim como dos Comitês de TI e das reuniões de status dos projetos de TI, atingindo assim maior nível de diálogo da STI com a ANP e melhorando o resultado das iniciativas da STI.	MAP-A-14, MAP-A-15, MAP-A-10

OBJTI17	<u>Desenvolver recursos internos promovendo atualização tecnológica, conhecimento da indústria e capacidade gerencial</u>	MAP-A-16, MAP-A-15, MAP-A-14
OBJTI18	<u>Desenvolver capacidade de infraestrutura para comportar as iniciativas da ANP</u> - escopo: realizar um planejamento de capacidade que permita receber e garantir a execução dos projetos da agência. Planejar espaço para dados, capacidade de desenvolvimento de sistemas, servidores em datacenters, expansões de hardware e licenças de software.	MAP-A-10, MAP-A-14, MAP-A-15
OBJTI20	<u>Prover sistemas, processos de TI e infraestrutura em total conformidade com a política de segurança da informação</u> - escopo: cada entrega da STI deve respeitar de forma precisa a política de segurança da informação, e a verificação executada antes da entrega deve garantir esse objetivo.	MAP-A-10, MAP-A-11, MAP-A-15
OBJTI21	<u>Proteger os ativos de TI da ANP</u> - escopo: dados, sistemas, processos e equipamentos de ataques que visem a subtrair informações da ANP ou a bloquear seus serviços à Sociedade, ao público interno ou a seus agentes regulados.	MAP-S-04, MAP-P-08, MAP-A-10, MAP-A-11

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê de TI foi constituído pelas Portarias nº 374 e 375, de 21/12/2012, com a seguinte composição: o titular da Superintendência de TI (Coordenador) e um representante de cada uma das seguintes áreas: Superintendência de TI, Secretaria Executiva, Diretoria-Geral, Diretoria I, Diretoria II, Diretoria III, Diretoria IV.

No ano de 2015 o Comitê de TI reuniu-se 6 vezes para examinar os seguintes assuntos:

- Informar os membros do Comitê de TI sobre o Impacto das restrições orçamentárias de 2015 nos projetos de sistemas anteriormente discutidos pelo Comitê de TI;
- Sistemas a serem selecionados para desenvolvimento por fábrica de software, dentro do orçamento deste ano;
- Atualização do PDTI, conforme cronograma aprovado pelo Comitê de TI.
- Status dos projetos em curso;
- Status de demandas (atendidas e com soluções em andamento);
- Considerações sobre uso do BI - Business Intelligence - pela ANP;
- Aspectos concernentes à ANP Digital;
- Aspectos concernentes ao Georreferenciamento / Geoprocessamento;
- Revisão do regimento do Comitê de TI;
- Informações sobre o novo contrato com a Ikhon e sobre o SEI.

Decisões tomadas:

- Seleção de Itens para a agenda das próximas reuniões;
- As contratações de fábrica de software só devem ser feitas depois da elaboração dos Casos de Uso, que, previamente, devem ser disponibilizados para o Comitê de TI;

- O PDTI para o triênio 2017-2019 deve ser organizado antes do mês de outubro de 2016;
- Não propor à Diretoria alterações no Regimento do Comitê de TI, mantendo também a composição atual;

c) Descrição dos principais sistemas de informação da ANP, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Apresentamos a tabela abaixo com os principais sistemas cujos códigos-fonte são de propriedade da ANP, e aqueles de código-fonte proprietário.

Tabela 41 - Lista dos principais sistemas com código fonte de propriedade da ANP

SIGLA / NOME DO SISTEMA	RESPONS. TÉCNICO	RESPONS. DA ÁREA DE NEGÓCIO	OBJETIVO / FUNCIONALIDADES DO SISTEMA	CRITICO ?
GPC – Gestão dos Parcelamentos de Créditos	Mauro Silva	Oswaldo Gonçalves Neto	Controlar o pagamento dos parcelamentos das multas geradas pelo SICOM	Sim
SICBOLSAS - Sistema integrado de controle de bolsas de estudo	Mauro Silva	Bruno Dinucci	Incluir, na base de dados de instituições de ensino, as disciplinas de especialização específicas para atender às necessidades da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis. Carregar os trabalhos finais dos bolsistas via upload, e preparar relatórios semestrais.	Sim
SIPED - Sistema de Gestão dos Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento	Mauro Silva	Luciana Mesquita	Analisar, credenciar e fiscalizar a atuação das unidades de pesquisa, e fiscalizar a aplicação dos recursos em investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento pelos concessionários.	Sim
BCV - Banco de Currículos	Mauro Silva	Gualter Amaral	Cadastrar os currículos dos servidores da ANP, bem como efetuar as atualizações de cursos, seminários, etc. para efeito de promoções e requisições da Diretoria Colegiada.	Não
BIN - Banco de Interesses	Mauro Silva	Gualter Amaral	Cadastrar interesses do servidor, visando facilitar mudança de área de trabalho	Não
Blog SGP	Mauro Silva	Gualter Amaral	Interação da SGP com todos os servidores da ANP	Não
CSA – Central de Sistemas da ANP	Mauro Silva	Sérgio Fontoura	Permitir o acesso do público externo aos sistemas públicos e privados no portal da ANP.	Sim
CSV – Central de Serviços da	Mauro Silva	Eduardo Menezes	Interagir com o público sobre os serviços oferecidos pela ANP	Sim
DOD - Documento de Oficialização da Demanda	Mauro Silva	Sérgio Fontoura	Fluxo para gerar e aprovar o documento eletrônico que exigido pela IN04 para solicitação de serviços da STI. Está fisicamente dentro do fluxo de SRI.	Não
FGM - Formulário de Gestão de Mudanças	Mauro Silva	Sérgio Fontoura	Registrar todas as alterações e mudanças nos ambientes de	Não

SIGLA / NOME DO SISTEMA	RESPONS. TÉCNICO	RESPONS. DA ÁREA DE NEGÓCIO	OBJETIVO / FUNCIONALIDADES DO SISTEMA	CRITICO ?
			Produção e Homologação do Datacenter.	
PA - Fluxos de Proposta de Ação e de Exposição de Assuntos	Mauro Silva	Eduardo Menezes	Estabelecer rotina para encaminhamento de processo, documento e/ou assunto para conhecimento, informação /ou deliberação da Diretoria, Diretor da área e/ou Diretor Geral.	Sim
GCI – Gerenciador de Conteúdo para Intranet e Internet	Mauro Silva	Cláudia Biffi	Gerenciar e expor as informações inseridas na Intranet e internet da ANP. É o sistema de controle de portal.	Sim
i-Engine - Sistema de Processamento de Arquivos da ANP	Mauro Silva	Sérgio Fontoura	Receber cargas de dados dos operadores e agentes regulados, por WebService.	Sim
JPF – Julgamento Processual da Fiscalização	Mauro Silva	Danielle Machado Conde	Instaurar, instruir e julgar, em primeira instância, os processos administrativos originados por operações de fiscalização de abastecimento. Acompanhar o julgamento em primeira e segunda instâncias, dívida ativa e ação judicial dos processos administrativos originados pela fiscalização de abastecimentos	Sim
LST – Lista de aniversários	Mauro Silva	Gualter Amaral	Mostrar os aniversariantes do mês consultado	Não
PAA – Plano de Ação Anual	Mauro Silva	Alexandre Azevedo	Cadastrar as demandas das UORGs para despesas do próximo período orçamentário.	Sim
SABS – Solicitação de Aquisição de Bens e Serviços	Mauro Silva	Roberto Rebello	Controlar os processos de aquisição de bens e serviços da Agência Nacional do Petróleo identificando as modalidades de licitação: convite, tomada de preço e concorrência, compra direta (dispensa por limite de valor) e dispensa/inexigibilidade.	Sim
SAF - Sistema de Acompanhamento de Frequência	Mauro Silva	Gualter Amaral	Cadastrar e controlar a frequência ao trabalho dos servidores da ANP, a partir dos dados das catracas.	Não
SAP – Sistema de Adicional de Periculosidade	Mauro Silva	Gualter Amaral	Gerir concessões do adicional de periculosidade	Não
SAS – Sistema de Avaliação de Servidores	Mauro Silva	Gualter Amaral	Efetuar as avaliações para fins de Estágio Probatório (EP), para fins de Progressão e Promoção (P&P) e/ou para fins de Gratificação de Desempenho (GD) de servidores da ANP.	Não
SCC – Sistema de Controle de Contratos de TI	Mauro Silva	Sérgio Fontoura	Gerenciar o andamento dos processos administrativos de contratações, cadastrando o contrato resultante.	Não
SCDN – Sistema de Controle de	Mauro Silva	Sérgio Fontoura	Fluxo de aprovação e armazenamento dos documentos	Não

SIGLA / NOME DO SISTEMA	RESPONS. TÉCNICO	RESPONS. DA ÁREA DE NEGÓCIO	OBJETIVO / FUNCIONALIDADES DO SISTEMA	CRITICO ?
Documentos Normativos			normativos da STI.	
SGA – Sistema de Gerenciamento de Acesso	Mauro Silva	Sérgio Fontoura	Gerenciar senhas e permissionamentos dos usuários dos sistemas da ANP.	Sim
SGPP – Sistema de Gestão de Promoção e Progressão	Mauro Silva	Gualter Amaral	Cadastrar cursos que foram realizados pelos servidores da agência.	Não
SICOM – Sistema de Controle de Multas	Mauro Silva	Oswaldo Gonçalves	Controlar as multas referentes a fiscalização dos agentes econômicos pela ANP.	Sim
SISO – Sistema Integrado de Segurança Operacional	Mauro Silva	Bruno Silva	Registrar os incidentes operacionais. Manter cadastro das comunicações e emitir relatórios detalhados.	Sim
SMIP – Movimentação Interna de Pessoal	Mauro Silva	Gualter Amaral	Controlar as movimentações de pessoal entre as áreas da Agência Nacional de Petróleo.	Não
SPAC – Solicitação de Participação em Ação de Capacitação	Mauro Silva	Gualter Amaral	Controlar, analisar e aprovar as participações em ações de treinamento e desenvolvimento dos servidores	Não
SPT – Sistema de Plano de Trabalho	Mauro Silva	Gualter Amaral	Acompanhar os resultados dos Planos de Trabalho dos servidores.	Não
SRI – Solicitação de Recursos de Informática	Mauro Silva	Gualter Amaral	Atender as solicitações de cadastramentos e alterações de acessos a diretórios, fluxos e sistemas, troca de equipamentos, empréstimos de equipamentos, instalações de softwares etc.	Não
SVTC – Sistema de Votação	Mauro Silva	Gualter Amaral	Coletar votos, apurar resultados de votações internas à ANP.	Não
CMCP – Sistema de Marcação Compulsória de Produtos	Mauro Silva	Alexandre Caldeira	Controlar a obrigatoriedade de adição de marcador em hidrocarbonetos líquidos importados ou de produção nacional que não sejam destinados à formulação de combustíveis, visando inibir e identificar a adulteração dos combustíveis por solventes.	Não
CMGN – Centro de Monitoramento da Movimentação de Gás Natural	Mauro Silva	Ana Beatriz Barros	Receber, analisar, exibir dados referentes ao transporte de Gás Natural em gasodutos, realizado pelos agentes denominados Transportadores.	Não
COLB – Sistema de Cadastro de Produtor e Importador de Óleo Básico	Mauro Silva	Rômulo Hansen	Receber e processar as informações cadastrais dos novos agentes: Produtor e Importador de Óleo Lubrificante Básico, com emissão de certificado de cadastramento dos Produtores e Importadores, que compõe relatórios públicos disponibilizados no site da ANP.	Sim
FDC – Fluxo de Delegação de	Mauro Silva	Luciana Vieira	Encaminhar documentos que foram deliberados e aprovados pelas	Sim

SIGLA / NOME DO SISTEMA	RESPONS. TÉCNICO	RESPONS. DA ÁREA DE NEGOCIO	OBJETIVO / FUNCIONALIDADES DO SISTEMA	CRITICO ?
Competência			Superintendências das áreas delegadas do downstream, para publicação no DOU, e expor à Diretoria Colegiada, mensalmente, os assuntos deliberados.	
i-Simp	Mauro Silva	Maria Ines Souza	Receber os dados de movimentação de produtos dos agentes regulados. Disponibilizar funcionalidades de consulta de protocolo e apresentar os resultados das críticas aplicadas aos dados.	Sim
Postos Web	Mauro Silva	Aurélio Amaral	Disponibilizar consulta aos Postos Revendedores de Combustíveis Automotivos, permitindo verificar a situação cadastral do agente regulado via Web, e permitindo a emissão de certificado	Sim
Quotas	Mauro Silva	Aurélio Amaral	Carregar os pedidos de quotas de fornecimento, entre as distribuidora e os fornecedores e homologar as quotas solicitadas. Gerar relatórios para o DOU.	Sim
Revendas GLP Web	Mauro Silva	Aurélio Amaral	Disponibilizar consulta às Revendas de GLP, permitindo verificar a situação cadastral do agente regulado via Web, com emissão de certificado.	Sim
RGP – Registro Geral de Produtos	Mauro Silva	Paulo Matos	Cadastrar as solicitações de autorização de registros de novos produtos e/ou renovação de registro para óleos lubrificantes, graxas lubrificantes e aditivos oferecidos ao mercado nacional, bem como todas as solicitações de análise de produto que não tem a obrigatoriedade de registro na ANP, para produtos destinados à proteção temporária, têmpora, transferência de calor, isoladores dielétricos, fluidos para uso em radiadores, fluido de freio, pulverização agrícola, selagem de gasômetro e produtos destinados à exportação.	Sim
SAB	Mauro Silva	Aurélio Amaral	Acompanhamento dos documentos encaminhados a Superintendência de Abastecimento, controle dos prazos de atendimento, preparação e controle dos documentos emitidos.	Não
SCP – Sistema de Comercialização de Produtos	Mauro Silva	Lucia Bicalho	Acompanhar a Movimentação de Produtos pelos produtores, com base nos preços.	Sim
SGD – Sistema de Gestão de Documentos da SFI	Mauro Silva	Carlos Orlando Silva	Acompanhamento dos documentos encaminhados a Superintendência de Fiscalização do Abastecimento, controle dos prazos de atendimento, preparação e controle dos	Não

SIGLA / NOME DO SISTEMA	RESPONS. TÉCNICO	RESPONS. DA ÁREA DE NEGOCIO	OBJETIVO / FUNCIONALIDADES DO SISTEMA	CRITICO ?
			documentos emitidos.	
SIGI Web – Sistema de Planejamento da Fiscalização (IGOD/IGOE)	Mauro Silva	Maria Auxiliadora Nobre	Controlar o planejamento e os resultados da Fiscalização do Downstream.	Sim
SIMP- Sistema Integrado de Movimentação de Produto	Mauro Silva	Maria Inês Souza	Cadastrar as empresas reguladas pela ANP (Agente Regulado Informante - ARI) - Downstream, em atendimento às exigências contidas nas Resoluções inerentes a cada ramo de atividade, e os produtos derivados de petróleo..	Sim
SIMP Web – Biodiesel Cadastro de Produtor de Biodiesel	Mauro Silva	Luciana Almeida	Cadastro dos produtores de Biodiesel, e de dados de safra, feito direto pela Web.	Sim
SIMP Web – Etanol – Cadastro de Produtores de Etanol	Mauro Silva	Luciana Almeida	Cadastro dos produtores de Etanol, e de dados de safra, feito direto pela Web	Sim
SLP – Sistema de Levantamento de Preços	Mauro Silva	Lucia Bicalho	Carregar e analisar dados da pesquisa de preços de combustíveis automotivos e GLP.	Sim
SLP Web	Mauro Silva	Lucia Bicalho	Pesquisar e consultar via Web os preços de combustíveis automotivos e GLP.	Sim
SPA – Sistema de Ponto de Abastecimento	Mauro Silva	Aurélio Amaral	Permitir o cadastro via Web do agente econômico Ponto de Abastecimento.	Não
BidTela	Mauro Silva	Marcelo Cruz	Apresentar as informações da Rodada de Licitação para o público presente no dia do evento. Como exemplo de informações, são exibidos os blocos ofertados, as ofertas de cada consórcio e a oferta ganhadora.	Sim
e-Bid	Mauro Silva	Marcelo Cruz	Disponibilizar pacote de dados para participantes do Leilão de Petróleo	Sim
GEOF – Gerenciador de Ofertas	Mauro Silva	Marcelo Cruz	Gerar as ofertas para os blocos ofertados no BID	Sim
i-Sigep	Mauro Silva	Sérgio Fontoura	Receber relatórios dos operadores para o sistema SIGEP	Sim
SAOF – Sistema de Análise de Ofertas	Mauro Silva	Marcelo Cruz	Cadastrar e analisar a habilitação das empresas que desejam participar do BID	Sim
SFP – Sistema de Fiscalização da Produção	Mauro Silva	Marcelo Cruz	Fazer o monitoramento contínuo da medição de produção de petróleo e gás natural no Brasil, recebendo diariamente as informações de vazões e variáveis, para cada ponto de medição.	Sim
SGCL – Sistema de Gestão do Conteúdo Local	Mauro Silva	Marcelo Mafra	Controlar os processos que envolvam as áreas de Certificação de Conteúdo Local, como o cadastro de certificadoras e de representantes técnicos, assim como o envio de certificados e gestão de seu ciclo de vida e vigência.	Sim

SIGLA / NOME DO SISTEMA	RESPONS. TÉCNICO	RESPONS. DA ÁREA DE NEGOCIO	OBJETIVO / FUNCIONALIDADES DO SISTEMA	CRITICO ?
SIATA – Sistema Integrado de Áreas Técnicas e Atendimento.	Mauro Silva	Gustavo Tinoco	Controlar solicitantes e solicitações de Dados Técnicos do BDEP	Não
SIGEP – Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção	Mauro Silva	Sérgio Fontoura	Gerenciar informações de atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do País	Sim
SQD – Sistema de Qualificação Digital	Mauro Silva	Marcelo Cruz	Receber fichas de inscrição para rodadas de licitação.	Não
SRD-PR - Sistema de Registro de Documentos - Posto Revendedor de Combustíveis Automotivos	Mauro Silva	Aurélio Amaral	O sistema permite o envio de fichas cadastrais de “postos de gasolina”, gerando processo eletrônico para aprovação de solicitações	Sim
SRD-Etanol - Sistema de Registro de Documentos – Etanol	Mauro Silva	Aurélio Amaral	Sistema de registro de contratos entre usinas e distribuidoras de etanol	Sim

Tabela 42 – Lista de sistemas com códigos-fonte de terceiros, com licença de uso para a ANP

SIGLA / NOME DO SISTEMA	RESPONS. TÉCNICO	RESPONS. DA ÁREA DE NEGOCIO	OBJETIVO / FUNCIONALIDADES DO SISTEMA	CRITICO?
ALEPHINO (Ex-Libris) Software de gerenciamento e automação das rotinas bibliotecárias	Gustavo Santos	Leandro Fonseca	Gerencia os processos realizados pela biblioteca, como aquisição, controle de periódicos, processamento técnico (catalogação), circulação, além de permitir a criação e administração de tesouros polihierárquicos, que incrementam as funcionalidades de busca e recuperação de informações para níveis avançados.	Sim
ARCGIS (IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA)	Gustavo Santos	Wesley Silva	O arcGIS é um conjunto integrado de software de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) ou Geographic Information System (GIS) produzido pela empresa ESRI (Environmental Systems Research Institute) que fornece ferramentas baseadas em armazenamento, manipulação, processamento de dados geográficos e mapeamento.	Sim
ASI (Link Data Informática e Serviços Ltda) Controle de Almoxarifado e de Patrimônio	Gustavo Santos	Mario Fernandes	Sistema de gerenciamento administrativo para o almoxarifado e para os itens patrimoniados.	Sim

SIGLA / NOME DO SISTEMA	RESPONS. TÉCNICO	RESPONS. DA ÁREA DE NEGOCIO	OBJETIVO / FUNCIONALIDADES DO SISTEMA	CRITICO?
AVOCET (GEOQUEST SYSTEM B.V.)	Jayme Lopes	Ronan Magalhães	Sistema de captura de informação em campo, produção de relatórios e gerenciamento de dados de operação de produção.	Não
CRC – WEB (VIACALL CENTER E SERVIÇOS DE CONTATOS TELEFÔNICO LTDA) Centro de Relacionamento com o Consumidor	Mauro Silva	Rodrigo Mendes	Controle das Manifestações, serviço de teleatendimento atendimento receptivo e ativo abrangendo todos os recursos necessários à sua implantação e à operacionalização da Central de Atendimento do Centro de Relações com o Consumidor (CRC)	Sim
ECLIPSE (GEOQUEST SYSTEM B.V.)	Jayme Lopes	Ronan Magalhães	Simulador de reservatório, incluindo óleo preto, composição de volumes finitos .	Sim
EVIEWS (URCAL CONSULTORIA LTD) Econometric Views	Fernanda Cruz	Douglas Pedra	EViews (Econometric Views) é um programa de estatística para Windows, usado geralmente para análise econométrica. Utilizado em tarefas , como cross-section, dados de painel e estimativa por mínimos quadrados ou séries temporais.	Sim
Geoframe (GEOQUEST SYSTEM B.V.)	Jayme Lopes	Ronan Magalhães	O Geoframe é um framework conceitual baseado no formalismo de orientação a objetos utilizando a linguagem UML . O Geoframe pode ser utilizado na especificação de padrões de analise em banco de dados geográficos.	Não
GEOMEDIA (SISGRAPH LTDASISGRAPH LTDA)	Jayme Lopes	Wesley Silva	O GeoMedia resolve o problema de integração de dados em diversos formatos, já que facilita o compartilhamento de dados espaciais atualizados. Com arquitetura aberta e integração de dados em tempo real, é possível trazer todo seu banco de dados GIS para um único ambiente e transformá-lo em uma informação valiosa para sua corporação. O GeoMedia coloca a informação nos sistemas de informações geográficas.	Sim
KINGDOM (IHS)	Jayme Lopes	Mikael Batista	O Kingdom é usado para interpretação geofísica e geológica.	Sim

SIGLA / NOME DO SISTEMA	RESPONS. TÉCNICO	RESPONS. DA ÁREA DE NEGOCIO	OBJETIVO / FUNCIONALIDADES DO SISTEMA	CRITICO?
LIMS (INTERFUSÃO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA) Laboratory Information Management System	Gustavo Santos	Bruno Nascimento	Um sistema de banco de dados para manter um preciso histórico do trabalho realizado dentro do ambiente do laboratório. Tem o propósito de melhorar a eficiência do laboratório e apoiar compatibilização com regulamentações e padrões de qualidade.	Sim
OASIS MONTAJ (GEOSOFT)	Jayme Lopes	Jean Lopes	Programa de Mapeamento e Processamento de dados de Geociências.	Sim
PANSYSTEM (WEATHERFORD)	Jayme Lopes	Arnaldo Warszawski	Ferramenta de análise de testes de formação para poços de petróleo.	Sim
PETREL (GEOQUEST SYSTEM B.V.)	Jayme Lopes	Ronan Magalhães	Cria estruturas na plataforma Petrel como parte do processo de interpretação para melhorar a definição de subsuperfície e aumenta a precisão da modelagem de reservatório. Combina conhecimentos geofísicos e geológicos para melhor compreender e resolver o desafio estrutural e estratigráfico da escala de exploração regional para escala de desenvolvimento do reservatório.	Sim
PETROBANK (HALLIBURTON)	Mauro Silva	Paulo Alexandre Silva	Possibilitar o armazenamento, acesso e recuperação dos dados sismicos, sejam eles dados públicos ou proprietários. Esse sistema é composto de 11 subsistemas: Decision Space, Master Data Store, Power Explorer, PowerHub, PowerQC, Raven, Recall, Recall Auto Loader, sFTP Server, Team Workspace, TWS Gis Map.	Sim
PIPELINE STUDIO (ENERGY SOLUTIONS)	Gustavo Santos	Almir Beserra	Ferramenta de simulação que permite avaliar dados do fluxo de gás natural e de petróleo em dutos.	Não
PIPESIM (GEOQUEST SYSTEM B.V.)	Jayme Lopes	Ronan Magalhães	Simulador de fluxo multifásico usado para o projeto e análise de diagnóstico dos sistemas de produção de petróleo e gás, a partir de poros para processar	Sim
RM CORPOR (TOTVS)	Mauro Silva	Gualter Lemos	Solução informatizada de gestão de recursos humanos com acesso corporativo para todos os usuários	Sim
SID (IKHON GESTÃO, CONHECIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA) Sistema de Informações Documentais	Paulo Marcarini	Daniela Oliveira	Gerir informações documentais, módulos Contratos e Gerência. Nome comercial do sistema: Próton	Sim

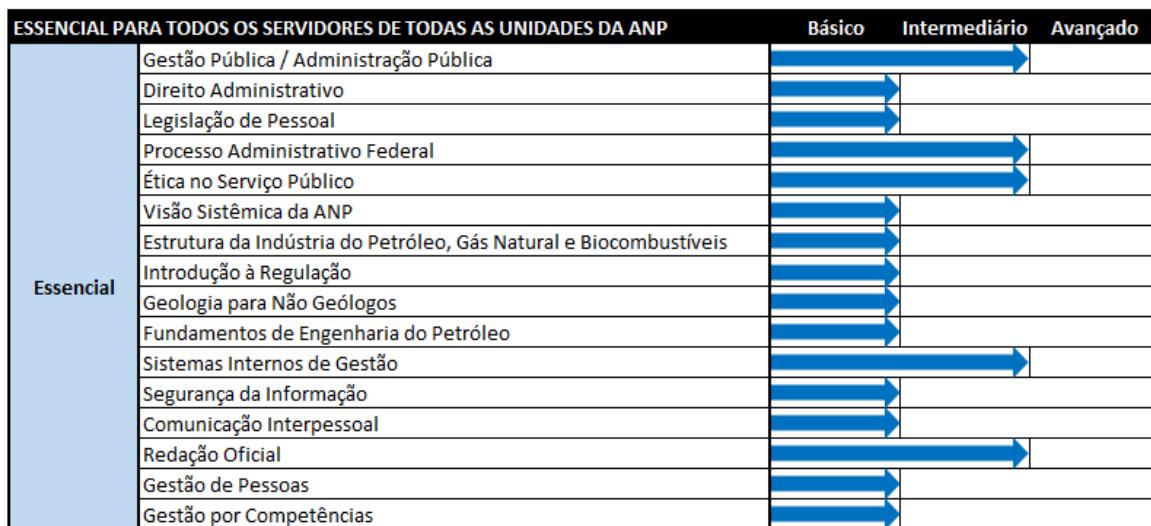
SIGLA / NOME DO SISTEMA	RESPONS. TÉCNICO	RESPONS. DA ÁREA DE NEGOCIO	OBJETIVO / FUNCIONALIDADES DO SISTEMA	CRITICO?
SIMMAPS (MARINHA DO BRASIL) Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades do Petróleo	Raquel Façanha	Carlos Cabral	Sistema de mapas utilizado pela Marinha para rastreamento de embarcações.	Não

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Os servidores públicos que atuam na Superintendência de TI trabalham nas áreas técnicas (infraestrutura e desenvolvimento de sistemas), controle de contratos, escritório de negócios, gerencia de projetos, planejamento, segurança da informação, coordenação das áreas e gestão da Superintendência de TI, tendo realizado cursos ou assistido a eventos de capacitação nas disciplinas de seus interesses.

O plano de capacitação para 2015 era o seguinte:

Tabela 43 – Plano de capacitação dos servidores que atuam na STI



Esse plano foi complementado em 2015, prevendo-se treinamento em Gerencia de Projetos e Análise de Requisitos, tendo em visto a previsão de entrada de novos servidores para o Escritório de Negócios.

Abaixo segue a lista dos treinamentos realizados em 2015:

Tabela 44 – Treinamentos realizados pelos servidores da STI

SERVIDOR	EVENTO	INSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA
ADRIANA MARCILIO	PETROATIC 2015	ASSESPRO - ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9
ANDREA DA SILVA FONSECA	SCRUM GATHERING RIO 2015	K21 EVENTOS LTDA ME	24
BRENO ANICETO GOMES DE NORONHA	PETROATIC 2015	ASSESPRO - ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9
CANDIDO EDUARDO DE MORAES CORDTS	GESTÃO DA ESTRATÉGIA E PORTFÓLIO DE PROJETOS COM BALANCED SCORECARD	FGVTN BRASIL LTDA	12
CANDIDO EDUARDO DE MORAES CORDTS	Ouvidoria na Administração Pública	ILB - Instituto Legislativo Brasileiro	20
DAVID FERNANDES FRANCA	ESCOLA DE LÍDERES - MÓDULO COORDENADORES - SEGUNDA TURMA	FUNDAÇÃO DOM CABRAL	64
DAVID FERNANDES FRANCA	DATA LOSS PREVENTION 125: ADMINISTRATION	ISH TECNOLOGIA SA	40
DAVID FERNANDES FRANCA	GARTNER SUMMITS - CONFERÊNCIA GARTNER SEGURANÇA E GESTO DE RISCOS	GARTNER DO BRASIL	22
DOUGLAS DIAS DA SILVA	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - LEI 8.429/92	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	8
FERNANDA MORAES CRUZ	GESTÃO DE PROCESSOS - MÓDULO FACILITADORES	FGVTN BRASIL LTDA	24
FERNANDA MORAES CRUZ	ESCOLA DE LÍDERES - MÓDULO COORDENADORES - SEGUNDA TURMA	FUNDAÇÃO DOM CABRAL	64
FERNANDA MORAES CRUZ	SERVICE CAPABILITY - RCV 13 LIBERAÇÕES CONTROLES E VALIDAÇÕES	IT PARTNERS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.	28
FERNANDA MORAES CRUZ	CONFERÊNCIA E EXPO INTERNACIONAL HDI 2015	EDITORARIA MIDIABOOKS LTDA	20

FERNANDA MORAES CRUZ	PETROTIC 2015	ASSESPRO - ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9
FERNANDA MORAES CRUZ	HDI EXPO GOV	editora midiabooks ltda.	8
GISELE GULIAS GOMES	SCRUM GATHERING RIO 2015	K 21 EVENTOS LTDA. ME	24
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	LEI 8112/90 À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF E MP	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	24
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL DIRECIONADO À AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - LEI 8.429/92	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	8
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	PRINCÍPIOS BÁSICOS DE TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE TEXTOS E REDAÇÃO OFICIAL	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	FUNDAMENTOS EM ANÁLISE DE NEGÓCIOS	PROJECTLAB CENTRO DE COMPETÊNCIA E GERENCIA DE PROJETOS LTDA.	16
GUSTAVO SAMPAIO RIBEIRO DOS SANTOS	GERENCIAMENTO DE PROJETOS TEORIA E PRÁTICA	Projectlab Centro de Competência e Gerencia de Projetos Ltda.	40
JACSON DAMASCENO NUNES	FUNDAMENTOS EM ANÁLISE DE NEGÓCIOS	PROJECTLAB CENTRO DE COMPETÊNCIA E GERENCIA DE PROJETOS LTDA.	16
JACSON DAMASCENO NUNES	GERENCIAMENTO DE PROJETOS TEORIA E PRÁTICA	Projectlab Centro de Competência e Gerencia de Projetos Ltda.	40
JACSON DAMASCENO NUNES	PGP Universal Server 3.2 and PGP Desktop 10.2: Administration	Symantec	40
JAYME DE ALMEIDA LOPES	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16

JAYME DE ALMEIDA LOPES	LEI 8112/90 À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF E MP	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	24
JAYME DE ALMEIDA LOPES	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL DIRECIONADO À AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
JAYME DE ALMEIDA LOPES	TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE TEXTOS E REDAÇÃO FORMAL	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
JAYME DE ALMEIDA LOPES	III WORKSHOP DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE - SOMA III	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	15
JAYME DE ALMEIDA LOPES	FUNDAMENTOS EM ANÁLISE DE NEGÓCIOS	PROJECTLAB CENTRO DE COMPETÊNCIA E GERENCIA DE PROJETOS LTDA.	16
JAYME DE ALMEIDA LOPES	GERENCIAMENTO DE PROJETOS TEORIA E PRÁTICA	Projectlab Centro de Competência e Gerencia de Projetos Ltda.	40
JAYME DE ALMEIDA LOPES	ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS - ENAP EM REDE 13 2015	FUNDAO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAO PBLICA - ENAP	35
JOSE ESMERALDO BARRETO NETO	SEMINÁRIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVANÇADOS	CONSULTRE - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA.	32
LUCIA FREDERICO DE LYRA VAZ	GARTNER SYMPOSIUM/ IT XPO 2015	GARTNER DO BRASIL	40
LUCIA FREDERICO DE LYRA VAZ	PETROTIC 2015	ASSESPRO - ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9
MARCELO JESUS GONCALVES RIBEIRO	GESTÃO DA ESTRATÉGIA E PORTFÓLIO DE PROJETOS COM BALANCED SCORECARD	FGVTN BRASIL LTDA	12
MARCELO JESUS GONCALVES RIBEIRO	CURSO INTRODUTÓRIO DE GESTÃO DE PROCESSOS	FGVTN BRASIL LTDA	16
MARCELO JESUS GONCALVES RIBEIRO	ESCOLA DE LÍDERES - MÓDULO COORDENADORES - SEGUNDA TURMA	FUNDAÇÃO DOM CABRAL	64
MARCELO JESUS GONÇALVES RIBEIRO	Analise e Melhoria de Processos - Metodologia MASP	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	40
MAURO RICARDO DA SILVA	CURSO INTRODUTÓRIO DE GESTÃO DE PROCESSOS	FGVTN BRASIL LTDA	16

MAURO RICARDO DA SILVA	ESCOLA DE LÍDERES - MÓDULO COORDENADORES - SEGUNDA TURMA	FUNDAÇÃO DOM CABRAL	64
PAULO AUGUSTO MARCARINI BRAGA	LEI 8112/90 À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF E MP	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	24
PAULO AUGUSTO MARCARINI BRAGA	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL DIRECIONADO À AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
PAULO AUGUSTO MARCARINI BRAGA	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
PAULO AUGUSTO MARCARINI BRAGA	PRINCÍPIOS BÁSICOS DE TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE TEXTOS E REDAÇÃO OFICIAL	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
PAULO AUGUSTO MARCARINI BRAGA	FUNDAMENTOS EM ANÁLISE DE NEGÓCIOS	PROJECTLAB CENTRO DE COMPETÊNCIA E GERENCIA DE PROJETOS LTDA.	16
PAULO AUGUSTO MARCARINI BRAGA	WORKSHOP ANATEL SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO SEI	anatel	8
RAQUEL LIMA FACANHA	ESCOLA DE LÍDERES - MÓDULO COORDENADORES - SEGUNDA TURMA	FUNDAÇÃO DOM CABRAL	64
RAQUEL LIMA FACANHA	ORACLE OPENWORLD E JAVAONE LATIN AMERICA 2015	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	24
RODRIGO RIBEIRO AFFONSO ALVES	LEI 8112/90 À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF E MP	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	24
RODRIGO RIBEIRO AFFONSO ALVES	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL DIRECIONADO À AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
RODRIGO RIBEIRO AFFONSO ALVES	PRINCÍPIOS BÁSICOS DE TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE TEXTOS E REDAÇÃO OFICIAL	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
RODRIGO RIBEIRO AFFONSO ALVES	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E	16

		BIOCOMBUSTÍVEIS	
RODRIGO RIBEIRO AFFONSO ALVES	SCRUM GATHERING RIO 2015	K 21 EVENTOS LTDA. ME	24
SAHID DE OLIVEIRA KIK	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
SAHID DE OLIVEIRA KIK	LEI 8112/90 À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF E MP	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	24
SAHID DE OLIVEIRA KIK	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL DIRECIONADO À AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	16
SERGIO FONTOURA DE OLIVEIRA	GESTÃO DA ESTRATÉGIA E PORTFÓLIO DE PROJETOS COM BALANCED SCORECARD	FGVTN BRASIL LTDA	12
SERGIO FONTOURA DE OLIVEIRA	III WORKSHOP DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE - SOMA III	ANP - AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	7,25
SERGIO FONTOURA DE OLIVEIRA	CIO ENGAGE 2015	SYMANTEC	8
SERGIO FONTOURA DE OLIVEIRA	CIO BRASIL GOV 2015	IT4CIO	32
SERGIO FONTOURA DE OLIVEIRA	CONTROLE EXTERNO EM AÇO: PRESENTE E FUTURO DA FISCALIZAÇÃO DE TI	INSTITUTO SERZEDELLO CORRA	8
SERGIO FONTOURA DE OLIVEIRA	IT FORUM 2015	IT MDIA	19
SERGIO FONTOURA DE OLIVEIRA	BRASIL 100% DIGITAL	instituto serzedello corrêa	16
SERGIO FONTOURA DE OLIVEIRA	DIÁLOGO PÚBLICO - OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DIGITAL	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	8
WILLY PATRICK DE FREITAS TORRIANI	PGP Universal Server 3.2 and PGP Desktop 10.2: Administration	Symantec	40

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Tabela 45 – Quantitativo da força de trabalho da STI

Descrição	Quantidade
Servidores efetivos da carreira de TI da unidade	14
Servidores efetivos de outras carreiras da unidade	8
Servidores efetivos da carreira de TI de outros órgãos	2
Servidores efetivos de outras carreiras de outros órgãos	0
Terceirizados	135
Estagiários	0

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Os processos de TI foram mapeados, sendo obtida a relação que se segue. A descrição dos processos, entretanto, é mais longa do que o solicitado em nossas instruções de preenchimento, podendo, assim, ser fornecida sob demanda específica.

-  [00 Mapa de Negócios - ATUAL 1.vsd](#)
-  [01 Macro Processo - Atender Clientes 2.vsd](#)
-  [01.1 Processo - Registro de Demandas.vsd](#)
-  [01.2 Processo - Cumprimento de Requisição.vsd](#)
-  [01.3 Processo - Gerenciamento de Incidentes.vsd](#)
-  [01.4 Processo - Gerenciamento de Problemas.vsd](#)
-  [01.5 Processo - Gerenciamento do Nível de Serviço.vsd](#)
-  [01.6 Processo - Gerenciamento do Catalogo de Serviços.vsd](#)
-  [02 Macro Processo - Identificar, Desenvolver, Implantar e Sustentar Soluções de TI.vsd](#)
-  [02.1 Processo - Elaboração de EVT.vsd](#)
-  [02.2 Processo - Desenvolvimento de novos projetos.vsd](#)
-  [02.3 Processo - Validação de artefatos.vsd](#)
-  [02.4 Processo - Execução das mudanças.vsd](#)
-  [02.5 Processo - Manutenção corretiva dos sistemas.vsd](#)
-  [02.6 Processo - Manutenção evolutiva dos sistemas.vsd](#)
-  [02.7Processo - Manutenção preventiva dos sistemas 1.vsd](#)
-  [02.8 Processo - Gerenciamento da liberação e implantação.vsd](#)
-  [02.9 Processo - Documentação técnica.vsd](#)
-  [03 Macro Processo - Suportar e Proteger o Ambiente e Sistemas Computacionais da Agência.vsd](#)
-  [03.1 Processo - Monitoramento das Ferramentas de SI.vsd](#)

-  [03.10 Processo - Administração do Backup de Dados da ANP.vsd](#)
-  [03.11 Processo - Administração de Redes 1.vsd](#)
-  [03.12 Processo - Gerenciamento da Capacidade.vsd](#)
-  [03.13 Processo - Gerenciamento da Disponibilidade.vsd](#)
-  [03.14 Processo - Plano de Continuidade dos Serviços de TI.vsd](#)
-  [03.15 Processo - Plano de Contingência da TI.vsd](#)
-  [03.2 Processo - Análise e Gestão de Riscos.vsd](#)
-  [03.3 Processo - Tratamento de Incidentes de SI.vsd](#)
-  [03.4 Processo - Administração do Data Center.vsd](#)
-  [03.5 Processo - Administração dos Sistemas Operacionais e Serviços.vsd](#)
-  [03.6 Processo - Administração dos Bancos de Dados.vsd](#)
-  [03.7 Processo - Administração dos Sistemas Corporativos.vsd](#)
-  [03.8 Processo - Monitoramento de Ambiente 1.vsd](#)
-  [03.9 Processo - Normalização de Alarmes.vsd](#)
-  [04 Macro Processo - Aquisições e Contratos de Bens e Serviços de TI.vsd](#)
-  [04.1 Processo - Planej. e Acomp. das Aquisições de Bens e Serviços de TI.vsd](#)
-  [04.2 Processo - Controle Administrativo de Contratos.vsd](#)
-  [04.3 Processo - Gestão e Fiscalização de Contratos.vsd](#)
-  [05 Macro Processo - Administração do Escritório de Projetos.vsd](#)
-  [05.1 Processo - Gestão de Recursos do Escritório de Projetos de TI .vsd](#)
-  [05.2 Processo - Monitoramento do Escritório de Projetos de TI.vsd](#)
-  [06 Macro Processo - Aderência ao Sistema de Gestão de TI.vsd](#)
-  [06.1 Processo - Gestão de Indicadores de Desempenho.vsd](#)
-  [06.2 Processo - Condução das Ações de Auditoria do NIN.vsd](#)
-  [06.3 Processo - Conscientização, Competências e Treinamentos.vsd](#)
-  [06.4 Processo - Ações Corretivas e Preventivas.vsd](#)
-  [07 Macro Processo - Controle de Documentos e Registros - 1.vsd](#)
-  [07.1 Processo - Elaboração, publicação e manutenção de documentos e registros.vsd](#)
-  [07.2 Processo - Arquivamento de registros do SGTI.vsd](#)
-  [08 Macro Processo - Controle de Acesso Lógico.vsd](#)
-  [08.1 Processo - Administração do Controle de Acesso Lógico ao Domínio ANP.vsd](#)
-  [08.2 Processo - Administração do Controle de Acesso Lógico aos Sistemas ANP.vsd](#)
-  [09 Macro Processo - Controle de Ativos de TI - 1.vsd](#)
-  [09.1 Processo - Administração dos Ativos de TI.vsd](#)

-  [10 Macro Processo - Inovação e Atualização Tecnológica.vsd](#)
-  [10.1 Processo - Pesquisa e Identificação de Oportunidades.vsd](#)
-  [10.2 Processo - Elaboração e Acomp. do Plano de Inov. e Atualiz. Tec.vsd](#)
-  [10.3 Processo - Participação em Eventos - Visitas Técnicas.vsd](#)
-  [11 Macro Processo - Administração de Recursos Humanos.vsd](#)
-  [11.1 Processo - Gestão de Recursos Humanos do NIN 1.vsd](#)
-  [12 Macro Processo - Serviços Administrativos.vsd](#)
-  [12.1 Processo - Apoio a Gestão do NIN.vsd](#)
-  [12.2 Processo - Apoio as Áreas do NIN.vsd](#)
-  [13 Macro Processo - Gestão Estratégica de TI.vsd](#)
-  [13.1 Processo - Planejamento Estratégico de TI.vsd](#)
-  [13.2 Processo - Plano Diretor de TI 1.vsd](#)
-  [13.3 Processo - Plano de Metas de TI.vsd](#)
-  [13.4 Processo - Orçamento Anual de TI.vsd](#)
-  [14 Macro Processo - Planejamento das Demandas de TI 2.vsd](#)
-  [14.1 Processo - Avaliação das Demandas.vsd](#)
-  [14.2 Processo - Priorização das Demandas.vsd](#)
-  [14.3 Processo - Acompanhamento das Demandas.vsd](#)
-  [15 Macro Processo - Alinhamento e Análise de Ações e Resultados 1.vsd](#)
-  [15.1 Processo - Avaliação Periódica de Demandas .vsd](#)
-  [15.2 Processo - Avaliação Periódica de Incidentes.vsd](#)
-  [15.3 Processo - Avaliação Periódica de Resultados.vsd](#)
-  [16 Macro Processo - Atendimento de Solicitações Especiais.vsd](#)
-  [16.1 Processo - Avaliação das Solicitações Especiais.vsd](#)
-  [16.2 Processo - Acompanhamento do Atendimento às Solicitações Especiais.vsd](#)
-  [17 Macro Processo - Análise Crítica da Gestão.vsd](#)
-  [17.1 Processo - Realização da Reunião de Análise Crítica\(RAC\).vsd](#)

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Seguem, abaixo, as informações dos principais projetos de TI do ano de 2015.

1. Nome: GPF – Gestão dos Processos da Fiscalização

Resultados esperados: atender às necessidades das seguintes fases do trâmite dos processos de fiscalização da ANP: instrução processual, julgamento de primeira instância; julgamento de segunda instância; cobrança; ação judicial e arquivamento; prescrição e análises técnicas; e perdimento.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJTI01, OBJTI02, OBJTI04 e OBJTI06.

Valores Orçados: O orçamento de 2015 para este projeto está coberto pelos seguintes contratos (sumário simplificado):

Tabela 46 – Projeto de TI – Gestão dos processos de fiscalização

Objeto	Empresa Contratada	Nº Contrato	Valor Integral (R\$)
Serviços de levantamento de processos e arquitetura de sistemas na ANP	CTIS	4019/15	741.283,45
Serviços de manutenção de sistemas corporativos ANP	CPM Braxis	9057/12	6.022.496,11
Serviços de Infraestrutura de TI (Escritórios Sede e Central e BDEP)	B2BR	8056/14	9.441.880,80
Serviços de levantamento de requisitos e testes sistêmicos na ANP	MDN	9074/14	1.078.490,00
Desenvolvimento de Sistemas de Fiscalização e Cobrança de Multas (GPF)	Fucapi	9056/13	950.000,00

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 776.000.

Prazos de conclusão: Fase 1: código entregue em setembro de 2015. Fases 2 e 3: junho de 2017.

2. Nome: RGP – Registro Geral de Produtos

Resultados esperados: este sistema tem duas partes: o módulo Web, para gerar interface, segura e certificada digitalmente, que permita aos próprios agentes econômicos se encarregarem de informar os dados relacionados aos Registros de seus Produtos e submeterem à validação do CPT (podendo conter documentos eletrônicos anexados); e o módulo interno, em funcionamento desde 2009 na plataforma Notes, que será reprogramado em Java para uso de componentes comuns com o módulo Web. O trabalho realizado em 2015 foi de elaboração de Casos de Uso, visando à contratação de Fábrica de Software em 2016.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJTI01, OBJTI02, OBJETI03, OBJTI04 e OBJTI06.

Valores Orçados: O orçamento de 2015 para este projeto está coberto pelos seguintes contratos (sumário simplificado):

Tabela 47 – Projeto de TI – Registro geral dos produtos

Objeto	Empresa Contratada	Nº Contrato	Valor Integral (R\$)

Serviços de Infraestrutura de TI (Escritórios Sede e Central e BDEP)	B2BR	8056/14	9.441.880,80
Serviços de levantamento de requisitos e testes sistêmicos na ANP	MDN	9074/14	1.078.490,00

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 92.000.

Prazo de conclusão: junho de 2017.

3. Nome: SRD-PR – Sistema de Registro de Documentos – Posto Revendedor de Combustíveis.

Resultados esperados: gerar interface, segura e certificada digitalmente, que permita aos postos de combustíveis solicitar autorização de funcionamento à ANP e realizar atualizações cadastrais, fornecendo, via *upload* de arquivos, os documentos necessários relativos à solicitação enviada. Permitir à SAB, a análise das informações recebidas, o tratamento de pendências com o usuário externo via sistema, o envio de ofícios digitalmente e a conclusão do processo.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJTI01, OBJTI02, OBJETI03, OBJTI04 e OBJTI06.

Valores Orçados: O orçamento de 2015 para este projeto está coberto pelos seguintes contratos (sumário simplificado):

Tabela 48 – Projeto de TI – Sistema de registro de documentos

Objeto	Empresa Contratada	Nº Contrato	Valor Integral (R\$)
Serviços de manutenção de sistemas corporativos ANP	CPM Braxis	9057/12	6.022.496,11
Serviços de Infraestrutura de TI (Escritórios Sede e Central e BDEP)	B2BR	8056/14	9.441.880,80
Serviços de levantamento de requisitos e testes sistêmicos na ANP	MDN	9074/14	1.078.490,00
Supporte e Manutenção SID - Gerenciador Eletrônico de Documentos	Ikhon	5047/11	1.046.375,00

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 175.000

Prazo de conclusão: janeiro de 2016.

4. Nome: SIGAF– Sistema de Gestão do Planejamento das Ações da Fiscalização

Resultados esperados: coletar as diversas Manifestações das diferentes fontes, que servirão de insumos para o planejamento das Ações de Fiscalização. Fornecer funcionalidades que facilitem a geração dos IGOD's e das Ordens de Missão, promovendo exatidão na verificação da real disponibilidade do Agente de Fiscalização da ANP. Fornecer funcionalidades capazes de registrar os resultados das Ações de Fiscalização. Disponibilizar

relatórios gerenciais. O trabalho realizado em 2015 foi de elaboração de Casos de Uso, visando à contratação de Fábrica de Software em 2016.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJTI01, OBJTI02 e OBJTI04.

Valores Orçados: O orçamento de 2015 para este projeto está coberto pelo seguinte contrato (sumário simplificado):

Tabela 49 – Projeto de TI – Sistema de gestão do planejamento das ações de fiscalização

Objeto	Empresa Contratada	Nº Contrato	Valor Integral (R\$)
Serviços de levantamento de requisitos e testes sistêmicos na ANP	MDN	9074/14	1.078.490,00

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 28.000.

Prazo de conclusão: junho de 2017 (Fase 1).

5. Nome: Nova Solução BDEP - Halliburton

Resultados esperados: solução que inclui todos os componentes de Hardware, Software e serviços associados, necessários para operação e gerenciamento do Banco de Dados de Exploração e Produção da ANP, bem como dos serviços de suporte e manutenção da SOLUÇÃO, incluindo seus componentes.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJTI01, OBJTI02, OBJTI03, OBJTI04 e OBJTI06.

Valores Orçados: R\$ 20.433.563,32 (orçamento para 5 anos, incluindo manutenção de hardware e software – contrato com Halliburton).

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 1.559.666,28.

Prazo de conclusão: junho de 2016.

6. Nome: SID - Web

Resultados esperados: permitir ao público a consulta via Web sobre o andamento de seus processos junto à ANP. Possui controle de login, e avisos por e-mail do andamento dos processos.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJTI01, OBJTI02, OBJTI03, OBJTI04 e OBJTI06.

Valores Orçados: R\$ 45.375,00

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: zero (a ser pago após aceite, em 2016).

Prazo de conclusão: abril de 2016.

Relacionamos também as principais evoluções de sistemas anteriormente existentes.

1. Nome: GPC - Gerenciamento de Parcelamento de Créditos.

Resultados esperados: atender às necessidades do parcelamento relativo a um auto de infração de Processo Administrativo de Fiscalização. Adaptação às Portarias 40, 247 e 915 .

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJETI01, OBJTI02 e OBJTI04

Valores Orçados: O orçamento de 2015 para este projeto está coberto pelos seguintes contratos (sumário simplificado):

Tabela 50 – Projeto de TI – Gerenciamento de parcelamentos de créditos

Objeto	Empresa Contratada	Nº Contrato	Valor Integral (R\$)
Serviços de levantamento de processos e arquitetura de sistemas na ANP	CTIS	4019/15	741.283,45
Serviços de manutenção de sistemas corporativos ANP	CPM Braxis	9057/12	6.022.496,11
Serviços de Infraestrutura de TI (Escritórios Sede e Central e BDEP)	B2BR	8056/14	9.441.880,80
Serviços de levantamento de requisitos e testes sistêmicos na ANP	MDN	9074/14	1.078.490,00

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 1.098.000.

Prazo de conclusão: Fase 1: abril de 2016.

2. Nome: MCE – Gestão da Movimentação de Comércio Exterior.

Resultados esperados: Coletar as informações de importação autorizadas de produtos controlados pela ANP de acordo com legislação vigente, monitorar e registrar a autorização das Licenças de Importação como Anuente junto a SRF, produzir pesquisas e relatórios através de consultas aos dados de Licenças de Importação contidos na sua base de dados para acompanhamento do setor de Comércio Exterior – para produtos sob seu controle – e também para prestação de informações públicas. Adaptação à recepção de dados do novo sistema do MDIC.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJETI01, OBJTI02 e OBJTI04.

Valores Orçados: O orçamento de 2015 para este projeto está coberto pelos seguintes contratos (sumário simplificado):

Tabela 51 – Projeto de TI – Gestão da movimentação de comércio exterior

Objeto	Empresa Contratada	Nº Contrato	Valor Integral (R\$)
Serviços de manutenção de sistemas corporativos ANP	CPM Braxis	9057/12	6.022.496,11
Serviços de Infraestrutura de TI (Escritórios Sede e Central e BDEP)	B2BR	8056/14	9.441.880,80

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 142.000.

Prazo de conclusão: março de 2016.

3. Nome: SPAC - Solicitação de Participação em Ação de Capacitação.

Resultados esperados: Controlar, analisar e aprovar as participações em ações de treinamento e desenvolvimento dos servidores públicos. Adaptação do antigo fluxo SPAT.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJTI01, OBJTI02, OBJTI04.

Valores Orçados: O orçamento de 2015 para este projeto está coberto pelos seguintes contratos (sumário simplificado):

Tabela 52 – Projeto de TI – Solicitação de participação em ação de capacitação

Objeto	Empresa Contratada	Nº Contrato	Valor Integral (R\$)
Serviços de levantamento de processos e arquitetura de sistemas na ANP	CTIS	4019/15	741.283,45

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 99.000

Prazo de conclusão: junho de 2015.

4. Nome: SAF – Sistema de Acompanhamento de Frequências.

Resultados esperados: registrar as informações dos horários de entradas e saídas, intervalos e faltas dos servidores da ANP. Fornecer o cálculo automático do saldo de horas no mês e o acumulado, e possibilitar o ajuste dos horários que necessitem de acerto, mediante justificativa e aprovação dos gestores.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJTI01, OBJTI02 e OBJTI04.

Valores Orçados: O orçamento de 2015 para este projeto está coberto pelos seguintes contratos (sumário simplificado):

Tabela 53 – Projeto de TI – Sistema de acompanhamento de frequência

Objeto	Empresa Contratada	Nº Contrato	Valor Integral (R\$)
Serviços de manutenção de sistemas corporativos ANP	CPM Braxis	9057/12	6.022.496,11
Serviços de Infraestrutura de TI (Escritórios Sede e Central e BDEP)	B2BR	8056/14	9.441.880,80
Serviços de levantamento de requisitos e testes sistêmicos na ANP	MDN	9074/14	1.078.490,00

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 148.000

Prazo de conclusão: fevereiro de 2016.

5. Nome: SIATA – Sistema Integrado de Áreas Técnicas e Atendimento. Resultados esperados: prover integração das ferramentas da Nova Solução do BDEP (item 5 da relação anterior) com os sistemas da ANP. Permitir o atendimento das solicitações de dados à SDT através do carrinho de compras do portal BDEP.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJTI01, OBJTI02, OBJTI03, OBJTI04 e OBJTI06.

Valores Orçados: O orçamento de 2015 para este projeto está coberto pelos seguintes contratos (sumário simplificado):

Tabela 54 – Projeto de TI – Sistema integrado de áreas técnicas e atendimento

Objeto	Empresa Contratada	Nº Contrato	Valor Integral (R\$)
Serviços de manutenção de sistemas corporativos ANP	CPM Braxis	9057/12	6.022.496,11
Serviços de Infraestrutura de TI (Escritórios Sede e Central e BDEP)	B2BR	8056/14	9.441.880,80
Serviços de levantamento de requisitos e testes sistêmicos na ANP	MDN	9074/14	1.078.490,00

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 186.000.

Prazo de conclusão: abril de 2016.

6. Nome: SQD– Sistema de Qualificação Digital.

Resultados esperados: gerar interface, segura e certificada digitalmente, que permita ao representante credenciado da empresa licitante fazer *upload* e substituir documentos necessários ao processo licitatório de blocos de petróleo . Acompanhar os respectivos status ao longo do lançamento das avaliações no Sistema SAOF (Sistema de Acompanhamento de Ofertas) pelos usuários internos da Superintendência de Promoção de Licitações.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJTI01, OBJTI02, OBJTI03 e OBJTI04.

Valores Orçados: O orçamento de 2015 para este projeto está coberto pelos seguintes contratos (sumário simplificado):

Tabela 55 – Projeto de TI – Sistema de qualificação digital

Objeto	Empresa Contratada	Nº Contrato	Valor Integral (R\$)
Serviços de manutenção de sistemas corporativos ANP	CPM Braxis	9057/12	6.022.496,11
Serviços de Infraestrutura de TI (Escritórios Sede e Central e BDEP)	B2BR	8056/14	9.441.880,80
Serviços de levantamento de requisitos e testes sistêmicos na ANP	MDN	9074/14	1.078.490,00

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 161.000.

Prazo de conclusão: junho de 2016.

7. Nome: SWD – Simp Web Distribuidora

Resultados esperados: gerar interface, segura e certificada digitalmente, que permita ao distribuidor de combustíveis solicitar autorização de funcionamento à ANP e realizar atualizações cadastrais, fornecendo, via *upload* de arquivos, os documentos necessários relativos à solicitação enviada. Permitir à SAB, a análise das informações recebidas, o tratamento de pendências com o usuário externo via sistema, o envio de ofícios digitalmente e a conclusão do processo. Construção de módulo adicional ao Simp Web visando as Distribuidoras de combustíveis.

Alinhamento com Planejamento Estratégico e Planejamento de TI: OBJTI01, OBJTI02, OBJTI03, OBJTI04 e OBJTI06.

Valores Orçados: O orçamento de 2015 para este projeto está coberto pelos seguintes contratos (sumário simplificado):

Tabela 56 – Projeto de TI – Simp web distribuidora

Objeto	Empresa Contratada	Nº Contrato	Valor Integral (R\$)
Serviços de manutenção de sistemas corporativos ANP	CPM Braxis	9057/12	6.022.496,11
Serviços de Infraestrutura de TI (Escritórios Sede e Central e BDEP)	B2BR	8056/14	9.441.880,80
Serviços de levantamento de requisitos e testes sistêmicos na ANP	MDN	9074/14	1.078.490,00

Valores despendidos em 2015, alocados a este projeto: R\$ 197.000.

Prazo de conclusão: junho de 2016.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Em 2015 estavam ativos os seguintes contratos de prestação de serviços de suporte presenciais nos escritórios da ANP:

Tabela 57 – Contratos de prestação de serviços de suporte presenciais

Objeto	Empresa Contratada
Serviços de atendimento a usuários de TI (Service Desk)	Tivit
Serviços de manutenção de sistemas corporativos	CPM Braxis
Serviços de Segurança da Informação na ANP (expirou em set/2015)	Módulo

Serviços de levantamento de processos e arquitetura de sistemas na ANP	CTIS
Serviços de Infraestrutura de TI	B2BR
Serviços de levantamento de requisitos e testes sistêmicos	MDN

As medidas que mitigam a dependência tecnológica dessas empresas são as seguintes:

a) Contrato de Atendimento (Tivit): A ANP possui uma ferramenta (CA Service Desk Manager), para registro de incidentes e solicitações dos seus usuários, bem como para registrar procedimentos, “dicas” para soluções de problemas, fluxos de trabalho, etc. Essa ferramenta é fundamental para o bom trabalho dos analistas de primeiro nível (N1) que trabalham no Service Desk. As firmas contratadas para operar esse atendimento devem usar essa ferramenta, sempre desenvolvendo a base de conhecimento, onde hoje estão registradas cerca de 1000 regras, baseadas na categoria de erros conhecidos. Além disso, procura-se fazer a abertura dos procedimentos mais simples para serem executados por parte dos próprios usuários. Os procedimentos do Service Desk procuram seguir as boas práticas de atendimento do Itil.

b) Contrato de Manutenção de Sistemas: Todos os novos sistemas são desenvolvidos a partir de uma documentação que segue o Método de Desenvolvimento de Sistemas (MDS) da ANP. A partir de 2015, com a chegada de mais servidores para a área de TI, implementou-se o conceito de Escritório de Negócios, onde os servidores são convededores das áreas em que atuam, e são responsáveis pela qualidade da documentação da fase de Elaboração do desenvolvimento do sistema. Dessa maneira, a fábrica de software contratada para a codificação fará apenas a parte de Construção do sistema, e o conhecimento do negócio necessário para atualizações futuras está documentado e é do conhecimento de servidores de TI. Todo o trabalho feito pelos analistas de Sustentação é registrado no sistema T2, de onde são tiradas estatísticas de produtividade, e por onde é feito o acompanhamento da produção. Além disso, há ferramentas para automação da verificação da qualidade do código Java (ferramenta Sonar), e para automatizar a entrada em produção (Jenkins).

Para os sistemas mais antigos (legados), busca-se fazer a documentação dos módulos sendo alterados. Para os novos sistemas, busca-se fazer sistemas sem dependências de tecnologias proprietárias, de maneira a garantir, para a ANP, a propriedade e conhecimento do código-fonte.

c) Contrato de Segurança da Informação: Ferramentas de Segurança de Informação: antivirus, antispam, filtro de conteúdo (proxy), análise de vulnerabilidades (CCS-VM), IPS (host e rede – serviço da Embratel), Risk Manager, criptografia (PGP), gerenciamento e correlacionamento de Logs (CIEM), e firewall. Para essas ferramentas foram organizados manuais de operação, cristalizando o conhecimento, que se somam aos manuais dos fabricantes.

d) Contrato de levantamento de processos e de arquitetura de sistemas: Os artefatos produzidos nesse contrato são registrados nos sistemas SVN e Ligroina, de maneira a preservar a memória dos projetos e situações a que se referem, e poderem ser continuados por outros profissionais, caso a

situação assim demande. Naturalmente, esta também é uma área onde o conhecimento adquirido pelos profissionais é valioso, e leva-se tempo apreciável para ambientação de novos profissionais.

e) Contrato de suporte de infraestrutura: É usado o CA Spectrum para monitorar a topologia das aplicações e da rede. Armazena-se as documentações de cada equipe (banco de dados, suporte a aplicações, redes, Windows, operações, arquitetura de soluções) em diretório de redes. As instruções de trabalho para os procedimentos operacionais são registradas no sistema SCDN. As alterações de ambiente e a entrada de novos sistemas em Produção são analisadas e aprovadas usando-se o fluxo FGM, que serve também de repositório histórico. As correções de problemas são registrados pelo CA Service Desk, que mantém um banco de conhecimento. As solicitações atendidas pela Infraestrutura são registradas pelo fluxo SRI.

f) Contrato de serviços de levantamento de requisitos e de teste de sistemas: Na parte de levantamento de requisitos segue-se o RUP, constituindo-se documentos de formato padrão. Com a constituição do Escritório de Negócios procurou-se, também aqui, minimizar o risco de perder-se o conhecimento do negócio de uma área em caso de substituição do fornecedor. Na parte de teste de sistemas, procura-se, sempre que possível, documentar o planejamento dos Casos de Teste e usar a ferramenta Selênio para automatizar os testes, preservando seus dados para uso futuro. Além disso, guarda-se as evidências e as estatísticas dos testes.

Além dos contratos mencionados acima, há contratos de manutenção com fornecedores de software, hardware e serviços, listados abaixo.

Tabela 58 – Contratos de manutenção com fornecedores de software

Contratos de Manutenção de Hardware e Outsourcing	Empresa Contratada
Serviços de Outsourcing de Impressoras	Simpress
Suporte dos equipamentos de rede - Switches Cisco	Promonlogicalis
Manutenção de Switches Cisco e Extreme (consolidados)	Damovo
Suporte e Manutenção de Servidores Dell e IBM	Link
Manutenção de Salas Cofre - DF e BDEP	Aceco
Serviço de Manutenção de máquinas IBM e periféricos ANP e BDEP	IBM
Manutenção dos Drives de Fita 3950 IBM	América
Suporte e Manutenção de 15 Workstations	Celerit

Contratos de Suporte e Manutenção de Software	Empresa Contratada
Red Hat e Jboss	IES

Sistema de coleta automática de informações laboratoriais (LIMS)	Interfusão
CA Arcserve	QOS
Correio e Fluxos Notes	4 Séniors
Firewall	Storback
Oracle	Oracle
VMWARE	Decatron
Software de Interpretação de Perfis	Paradigm
Geoframe, Petrel, Eclipse, Pipesim e Avocet	Geoquest
Oracle BI - Desenvolvimento e customização	NTC
SID	Ikhon
Geomedia	Sisgraph
Microsoft	Dell

Contratos de Serviço	Empresa Contratada
Solução de Firewall	Storback
Acesso e consulta à base de dados do sistema CNPJ/CPF Via HOD	SERPRO
Manutenção do sistema de coleta automática de informações laboratoriais (LIMS)	Interfusão
Serviços de links de MPLS (RJ, DF, SP, BA, MG, AM, RS)	Oi
Serviço de Internet (RJ e DF) e Ponto-a-ponto (BDEP)	Embratel
Serviços de Certificação Digital	SERPRO
Acesso à base de dados CNPJ/CPF Via Web Service	SERPRO
Internet Banda Larga 4G via Modem	Claro

Links de comunicação (Telebrás)	Telebrás
---------------------------------	----------

As dependências tecnológicas desses fornecedores são, como regra geral, menos preocupantes do que no caso anterior, uma vez que as intervenções são, normalmente, pontuais e para correções de erros eventuais. Os contratos possuem cláusulas de Acordos de Níveis de Serviço, e são monitorados pelos fiscais de contratos e/ou pelos servidores do grupo de Contratos.

7.4 – Gestão ambiental e sustentabilidade

Tabela 59 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
b)	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
c)	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
d)	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
e)	Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012		x
i.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		x
ii.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		x
iii.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		x
iv.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
Considerações Gerais			

Analise da atuação na Agência quanto da gestão ambiental e sustentabilidade.

A crescente preocupação com a qualidade de vida envolve a ação com a sustentabilidade, pois a sociedade, por meio da evolução científica e tecnológica, descobriu que as condições ambientais são importantes para a saúde e para o seu bem-estar, tanto em curto, como também em longo prazo.

Visando alcançar esse objetivo a Agência tem adotado pequenas ações que na realidade podem trazer grandes resultados como, por exemplo, imprimir nos dois lados da folha, utilizar um copo retornável para beber água, realizar compras públicas sustentáveis que priorizem

critérios ambientais. O uso de forma econômica, evitando o desperdício como o uso racional de energia, água, além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.

Nas questões que envolvem a coleta seletiva esta unidade também tem implementado práticas quanto a separação e destinação dos resíduos produzidos diariamente. Para tanto, mantém convênio com cooperativas de catadores visando a correta destinação dos materiais como cartuchos de impressoras e outros. A prática permanente de doações de equipamentos de informática e outros para entidades públicas contribuem fortemente para estas questões de sustentabilidade e tem sido adotado de maneira ampla por esta unidade.

8 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 - Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Diariamente é feita a leitura do Diário Oficial da União, bem como é realizada pesquisa da jurisprudência e dos normativos do TCU disponibilizados em seu *site* para verificação dos acórdãos que envolvem a Agência ou tenham relevância para sua atuação e posterior encaminhamento a área responsável para atendimento das eventuais determinações/recomendações. Após o recebimento formal do acórdão por meio de ofício do TCU, é expedido um memorando para a área responsável com prazo para o cumprimento das deliberações exaradas pelo Tribunal e, no caso de não atendimento no prazo determinado, a Auditoria Interna solicita uma prorrogação de prazo com as devidas justificativas. Caso o gestor não concorde com alguma determinação, o memorando informa sobre o prazo para recorrer ao TCU.

Conforme tabela abaixo, apresentamos os acórdãos com a respectiva quantidade de recomendações e/ou determinações recebidas e atendidas no exercício de 2015, cuja situação é a seguinte: do total dos 7 acórdãos atinentes à ANP foram recebidas 18 determinações e 08 recomendações, sendo que já foram atendidas 11 determinações. As demais determinações encontram-se no prazo de atendimento.

Tabela 60 – Deliberações dos acórdãos do TCU - 2015

DELIBERAÇÕES DOS ACÓRDÃOS 2015			
ACÓRDÃO	Nº DE RECOMENDAÇÕES	Nº DE DETERMINAÇÕES	QUANTIDADE ATENDIDA
615/15	03	---	---
1215/15	---	01	---
1281/15	---	12	08
3348/15		01	---
240/15	05	---	---
2986/15	---	03	03
1344/15	---	01	---
TOTAL	08	18	11

Todas as deliberações do TCU e da CGU são acompanhadas pela unidade de auditoria interna e são realizadas em planilhas excell. Com relação ao julgamento de **contas anuais** de exercícios anteriores, salientamos que todas as prestações de contas da ANP estão julgadas e devidamente aprovadas pelo TCU. Com relação ao exercício de 2014, a ANP foi dispensada do julgamento das contas, conforme Decisão Normativa TCU nº 140, de 15 de outubro de 2014.

8.2 – Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Além do informado no item 8.1, para o acompanhamento das recomendações do OCI, a Auditoria Interna quadrienalmente realiza uma atualização do *status* das recomendações por meio do Plano de Providência Permanente que é encaminhado para a CGU, sendo que a partir do ano de 2016 a CGU disponibilizou para acompanhamento da unidade de auditoria interna o sistema corporativo de acesso externo da Controladoria Geral da União – Extranet – CGU (Sistema

Monitor), permitindo o acompanhamento de forma tempestiva das recomendações envolvendo a ANP.

De acordo com os dados do sistema Monitor da CGU, a ANP teve 25 recomendações atendidas, 6 canceladas, restando atualmente um total de 18 recomendações que permanecem em monitoramento e pendentes de atendimento. Ressaltamos que no exercício de 2015 não houve novas recomendações da CGU para a ANP.

Após o trâmite normal de avaliação conjunta das recomendações, elas são recebidas e acatadas pelas áreas técnicas da ANP.

8.3 – Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Conforme informado no item 4.4, a Corregedoria é a instância responsável por apurar os ilícitos administrativos. Nos casos de extravio ou dano ao bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor, a apuração do fato ocorre por intermédio do Termo Circunstaciado Administrativo – TCA, conforme previsto na Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, sendo a SFA/Patrimônio a área responsável por providenciar a apuração do extravio/dano de bens permanentes móveis de propriedade da ANP.

No ano de 2015, não foi instaurada tomada de contas especial, sendo abertos dois TCA, no primeiro o servidor concordou com o ressarcimento ao erário e no outro o servidor não concordou em ressarcir o equipamento danificado, desse modo, o processo foi encaminhado para a Corregedoria para apuração de responsabilidade. Não foi instaurada tomada de contas especial no exercício de 2015.

8.4 – Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993:

Informamos que os pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedeceram, conforme a disponibilidade de recursos durante o exercício financeiro para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, não havendo nenhum fato relevante ou razões de interesse público que necessitassem prévia justificativa da autoridade competente

8.5 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Com o objetivo de se verificar, no âmbito da ANP, a existência de empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo artigo 7º da Lei nº 12.546/2011 e pelo artigo 2º do Decreto nº 7.828/2012, realizou-se uma ampla pesquisa e análise em todos os contratos vinculados à área de Tecnologia da Informação que poderiam ser enquadrados na Lei de desoneração.

Nessa análise, identificou-se a existência de 2 contratos com a empresa CPM BRAXIS, cujos pregões foram antes da citada Lei e que, portanto, a empresa poderia estar sendo beneficiada pela desoneração da folha de pagamento. Com o propósito de confirmar essa situação, encaminhou-se correspondência oficial para a contratada informar se nos citados contratos teria havido o benefício e em caso de não ocorrência, comprovar, por meio da apresentação de subsídios técnicos e fiscais.

Após análise das respostas, foi confirmado o benefício fiscal nos 2 contratos e, com base nas planilhas de composição de custos e formação de preços, elaborou-se o cálculo para se apurar quanto percentualmente deveria ser utilizado para compensar a desoneração, ou seja, determinar o valor a ser restituído ao erário. Esse percentual calculado foi denominado Índice de Equilíbrio de Desoneração (IED).

O IED obtido para o Contrato nº 9.117/11 (INFRA) foi de 5,2494% e o IED obtido e para o Contrato nº 9.001/10 (BDEP) foi de 3,6261%. A ANP aplicou os índices sobre os respectivos valores executados ou a executar durante o período previsto no artigo 2º do Decreto nº 7.828/2012. Esses cálculos realizados pela área técnica da Agência foram devidamente ratificados pela contratada. Apresentamos uma tabela com informações sobre os valores resarcidos:

Tabela 61 - Contratos enquadrados na lei de desoneração

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Contratada		Valor Ressarcido
			Nome	CNPJ	
9.117/11	Serviços de Infraestrutura, Operações e Projetos de TI no Núcleo de Informática da ANP	De 02/01/2014 a 01/01/2015	CPM BRAXIS S/A	65.599.953/0003-25	R\$ 784.517,01
9.001/10	Serviços de Tecnologia da Informação – Suporte ao Ambiente Computacional do Banco de Dados de Exploração e Produção – BDEP da ANP	De 05/01/14 a 04/01/2015	CPM BRAXIS S/A	65.599.953/0003-25	R\$ 634.701,50
TOTAL					R\$ 1.419.218,51

8.6 - Informações sobre ações de publicidade e propaganda

No período de 1º de janeiro a 23 de julho de 2015, foram realizadas, entre outras, ações de publicidade de utilidade pública relativas à produção de material informativo sobre as atividades regulatórias da ANP, destacando-se a 13ª Rodada de Licitações de Petróleo e Gás e a campanha sobre a obrigatoriedade de adesivo informativo nas bombas de gasolina, bem como material informativo à sociedade, como o jogo educativo “Duplinha Nota 10” publicado no site da ANP.

Essas ações foram executadas com apoio da Agência 3 Comunicação Integrada Ltda., empresa inscrita no CNPJ sob o número 04.180.208/0001-90, no âmbito do contrato nº 1.034/14-ANP-000.488, vigente de 24 de julho de 2014 a 23 de julho de 2015. Ressalta-se que os trabalhos executados pela Agência 3 apresentaram qualidade e atingiram os objetivos de comunicação da ANP.

Não foram realizadas ações após 23 de julho de 2015 em razão de o prazo de vigência do contrato com a agência de publicidade ter expirado nessa data.

O quadro a seguir sintetiza informações sobre a execução do contrato, bem como a publicidade legal.

Quadro 27 – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Utilidade pública	25.122.2119.2000.0001	R\$ 1.055.225,95	R\$ 1.055.225,95
Legal	25.122.2119.2000.0001 (1)	R\$ 2.001.950,62 (2)	R\$ 1.413.733,78 (3)

Notas:

- (1) Não existe ação orçamentária específica para a publicidade legal. O programa de trabalho que suporta os contratos firmados para publicidade legal (Imprensa Nacional e Empresa Brasil de Comunicação) é o 25.122.2119.2000.0001 - Administração da Unidade, cuja dotação em 2015 foi de R\$ 87.934.740,00.
- (2) Refere-se ao montante dos valores empenhados para os contratos com a Imprensa Nacional - R\$ 1.936.535,92 e a Empresa Brasil de Comunicação - R\$ 65.414,70.
- (3) Refere-se ao montante dos valores pagos à Imprensa Nacional - R\$ 1.360.659,49 e à Empresa Brasil de Comunicação - R\$ 53.074,29.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMISSÃO 08/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2014									
Variação Cambial									
Ajustes de Exercício Anterior									
Aumento/Redução de Capital									
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas									
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos									
Ajuste de Avaliação Patrimonial									
Resultado do Exercício									
Constituição/Reversão de Reservas									
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio									
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação									
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação									
Saldo Final do Exercício 2014									

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015						0,99	1,941,280,267,28		1,941,280,268,27
Variação Cambial							-46,476,634,37		-46,476,634,37
Ajustes de Exercício Anterior									
Aumento/Redução de Capital									
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas									
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos									
Ajuste de Avaliação Patrimonial									
Resultado do Exercício						460,815,032,13			460,815,032,13
Constituição/Reversão de Reservas									
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio									
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação									
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação						0,99	2,355,618,665,04		2,355,618,666,03
Saldo Final do Exercício 2015									



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR 32000 - MINISTERO DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	918,544,014,79		Despesas Orçamentárias	467,595,862,89	
Ordinárias	391,373,74		Ordinárias	2,192,464,13	
Vinculadas	1,093,899,508,90		Vinculadas	465,403,398,76	
Educação			Educação		
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	5,812,000,05	
Operação de Crédito			Operação de Crédito	19,308,241,35	
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais	26,724,227,85	
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1,093,899,508,90		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	413,558,929,51	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-175,746,867,85				
Transferências Financeiras Recebidas	444,813,186,38		Transferências Financeiras Concedidas	733,444,210,03	
Resultantes da Execução Orçamentária	364,725,816,84		Resultantes da Execução Orçamentária	206,146,572,67	
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasse Recebido	179,357,682,30		Repasse Concedido	20,778,438,13	
Sub-repasso Recebido	185,368,134,54		Sub-repasso Concedido	185,368,134,54	
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	80,087,369,54		Independentes da Execução Orçamentária	527,297,637,36	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	57,921,642,24		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	33,618,925,40	
Demais Transferências Recebidas	776,398,56		Demais Transferências Concedidas	18,160,238,20	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	21,389,328,74		Movimento de Saldos Patrimoniais	475,518,473,76	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	233,949,945,95		Despesas Extraorçamentárias	44,954,457,21	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7,655,013,42		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	16,374,655,78	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	101,291,663,93		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	28,533,345,88	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-1,857,211,62		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46,455,55	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	126,860,480,22		Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2,599,00		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		

Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-
Arrecadação de Outra Unidade	124,899,298.47	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Variação Cambial		-	Variação Cambial		-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	1,958,582.75	-			
Saldo do Exercício Anterior	794,041,657.75	-	Saldo para o Exercício Seguinte	1,145,354,274.74	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	794,041,657.75	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	1,145,354,274.74	-
TOTAL	2,391,348,804.87	-	TOTAL	2,391,348,804.87	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR 32000 - MINISTERO DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	705,842,890,00	705,842,890,00	918,544,014,79	212,701,124,79
Receitas Tributárias				
Impostos	-	-	-	-
Taxes	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	219,000,000,00	219,000,000,00	220,850,197,59	1,850,197,59
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	219,000,000,00	219,000,000,00	220,850,197,59	1,850,197,59
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias				
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais				
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	408,264,796,00	408,264,796,00	584,940,847,00	176,676,051,00
Transferências Correntes				
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	78,578,094,00	78,578,094,00	112,752,970,20	34,174,876,20
Multas e Juros de Mora	47,684,978,00	47,684,978,00	65,060,410,87	17,375,432,87
Indenizações e Restituições	-	-	290,202,42	290,202,42
Receita da Dívida Ativa	30,893,116,00	30,893,116,00	47,343,674,94	16,450,558,94
Rec. Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decorr. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	58,681,97	58,681,97
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-

Alienação de Bens Imóveis						
Amortização de Empréstimos						
Transferências de Capital						
Transferências Intergovernamentais						
Transferências de Instituições Privadas						
Transferências do Exterior						
Transferência de Pessoas						
Transferências de Outras Instituições Públicas						
Transferências de Convênios						
Transferências para o Combate à Fome						
Outras Receitas de Capital						
Integralização do Capital Social						
Resultado do Banco Central do Brasil						
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional						
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.						
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café						
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional						
Receitas de Capital Diversas						
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
SUBTOTAL DE RECEITAS	705,842,890,00	705,842,890,00	918,544,014,79	212,701,124,79		
REFINANCIAMENTO						
Operações de Crédito Internas						
Mobilária						
Contratual						
Operações de Crédito Externas						
Mobilária						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	705,842,890,00	705,842,890,00	918,544,014,79	212,701,124,79		
TOTAL	705,842,890,00	705,842,890,00	918,544,014,79	212,701,124,79		
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA						
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro						
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação						
Créditos Cancelados Líquidos						
Créditos Adicionais Reabertos						

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	522,942,009,00	547,917,852,00	463,031,578,66	364,689,187,70	357,145,264,32	84,886,273,34
Pessoal e Encargos Sociais	173,827,121,00	197,705,898,00	193,477,221,33	193,182,020,66	192,353,401,41	4,228,676,67
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	349,114,888,00	350,211,954,00	269,554,357,33	171,507,167,04	164,791,862,91	80,657,596,67
DESPESAS DE CAPITAL	15,659,055,00	15,659,055,00	4,564,284,23	1,615,011,26	1,503,921,22	11,094,770,77
Investimentos	15,659,055,00	15,659,055,00	4,564,284,23	1,615,011,26	1,503,921,22	11,094,770,77
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	173,091,826,00	173,091,826,00	-	-	-	173,091,826,00
RESERVA DO RPSS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	711,692,890,00	736,668,733,00	467,595,862,89	366,304,198,96	358,649,185,54	269,072,870,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	711,692,890,00	736,668,733,00	467,595,862,89	366,304,198,96	358,649,185,54	269,072,870,11
SUPERÁVIT			450,948,151,90			-450,948,151,90
TOTAL	711,692,890,00	736,668,733,00	918,544,014,79	366,304,198,96	358,649,185,54	-181,875,281,79

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	31,284,254.01	37,066,959.78	19,151,652.28	19,151,652.28	42,690,477.34	6,509,084.17
Pessoal e Encargos Sociais	4,150,910.49	824,806.14	339,042.59	339,042.59	-	4,636,674.04
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	27,133,343.52	36,242,153.64	18,812,609.69	18,812,609.69	42,690,477.34	1,872,410.13
DESPESAS DE CAPITAL	4,252,269.94	6,142,441.70	9,982,539.04	9,381,693.60	149,155.12	863,862.92
Investimentos	4,252,269.94	6,142,441.70	9,982,539.04	9,381,693.60	149,155.12	863,862.92
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	35,536,523.95	43,209,401.48	29,134,191.32	28,533,345.88	42,839,632.46	7,372,947.09

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	144,326.48	18,726,650.38	16,374,655.78	435,242.95	2,061,078.13
Pessoal e Encargos Sociais	120,501.79	3,005,184.38	2,915,876.20	209,809.97	0.00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	23,824.69	15,721,466.00	13,458,779.58	225,432.98	2,061,078.13
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	144,326.48	18,726,650.38	16,374,655.78	435,242.95	2,061,078.13

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO
SUBTÍTULO
ÓRGÃO SUPERIOR
EXERCÍCIO
PERÍODO
EMISSÃO
VALORES EM UNIDADES DE REAL

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
2015
Anual
03/03/2016

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1,168,943,981.17	865,402,317.67	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	12,736,460.77	36,332,261.25
Créditos a Curto Prazo	1,145,354,274.74	794,041,657.75	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	96,517.09	394,651.23
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8,805,319.88	14,896,953.45
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Reparição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	3,834,623.80	21,040,656.57
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	21,590,062.24	69,141,371.76			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	1,999,644.19	2,219,288.16			
VPPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1,199,411,145.63	1,112,210,211.85	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	1,000,569,368.18	910,850,092.70	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	973,815,766.94	910,850,092.70	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	26,753,601.24	910,850,092.70	TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	12,736,460.77	36,332,261.25
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
Investimentos			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Participações Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social		
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Reservas	0.99	0.99
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultados Acumulados	2,355,618,665.04	1,941,280,267.28
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício	460,815,032.13	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	1,941,280,267.28	1,941,280,267.28
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-46,476,634.37	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2,355,618,666.03	1,941,280,268.27

Demais Investimentos Permanentes					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.					
Imobilizado					
Bens Móveis	176,506,684.55	180,325,081.81			
Bens Móveis	65,693,070.85	63,750,876.92			
Bens Móveis	73,393,667.63	67,928,093.07			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-7,700,596.78	-4,177,216.15			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis					
Bens Imóveis	110,813,613.70	116,574,204.89			
Bens Imóveis	110,852,212.04	116,596,661.04			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-38,598.34	-22,456.15			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível	22,335,092.90	21,035,037.34			
Softwares	22,105,806.94	21,029,873.34			
Softwares	22,105,806.94	21,029,873.34			
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	229,285.96	5,164.00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	229,285.96	5,164.00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
Diferido					
(-) Amortização Acumulada					
TOTAL DO ATIVO	2,368,355,126.80	1,977,612,529.52	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2,368,355,126.80	1,977,612,529.52
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	1,145,471,237.52	897,142,239.39	PASSIVO FINANCEIRO	120,614,285.25	242,969,272.14
ATIVO PERMANENTE	1,222,883,889.28	1,080,470,290.13	PASSIVO PERMANENTE	185,941.10	-127,891,085.46
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	2,247,554,900.45	1,862,534,342.84
Quadro de Compensações					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO /	2015	2014
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	75,125,736.27	73,353,979.20	SALDO DOS ATOS	481,118,166.80	404,528,318.68
Execução dos Atos Potenciais Ativos	75,125,736.27	73,353,979.20	Execução dos Atos	481,118,166.80	404,528,318.68
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	70,591,870.43	72,820,113.36	Garantias e		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	4,418,761.45	418,761.45	Obrigações	30,243,162.08	29,455,865.28
Direitos Contratuais a Executar	115,104.39	115,104.39	Obrigações	450,875,004.72	375,072,453.40
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			Outros Atos		
TOTAL	75,125,736.27	73,353,979.20	TOTAL	481,118,166.80	404,528,318.68
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS					
Recursos Ordinários					-3,060,825.67
Recursos Vinculados					1,027,917,777.94
Operação de Crédito					-241.35
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas					1,025,505,575.50
Demais Recursos					2,412,443.79
TOTAL					1,024,856,952.27



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 08/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	362,197,995.81	
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária	1,488,357,870.77	
Receita de Contribuições	918,544,014.79	
Receita Patrimonial	220,850,197.59	
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços	584,940,847.00	
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias	112,752,970.20	
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas	569,813,855.98	
Outros Ingressos das Operações		
Ingressos Extraorçamentários	-1,857,211.62	
Restituições a Pagar		
Passivos Transferidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		
Transferências Financeiras Recebidas	444,813,186.38	
Arrecadação de Outra Unidade	124,899,298.47	
Variação Cambial		
Valores para Compensação		
Valores em Trânsito		
DARF - SISCOMEX		
Ajuste Acumulado de Conversão		
Demais Recebimentos	1,958,582.75	
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo	-1,126,159,874.96	
Judiciário	-337,417,531.23	
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social	-7,438,817.01	
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		

Gestão Ambiental	-140,112,78
Ciência e Tecnologia	-
Agricultura	-
Organização Agrária	-
Indústria	-190,359,37
Comércio e Serviços	-
Comunicações	-
Energia	-302,926,613,24
Transporte	-
Desporto e Lazer	-
Encargos Especiais	-26,724,227,85
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	2,599,00
Juros e Encargos da Dívida	
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-
Outros Encargos da Dívida	-
Transferências Concedidas	-55,251,678,15
Intergovernamentais	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-
A Municípios	-
Intragovernamentais	-55,251,678,15
Outras Transferências Concedidas	-
Outros Desembolsos das Operações	-733,490,665,58
Dispêndios Extraorçamentários	-46,455,55
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-
Transferências Financeiras Concedidas	-733,444,210,03
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-
Variação Cambial	-
Valores Compensados	-
Valores em Trânsito	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-
Demais Pagamentos	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10,885,378,82
INGRESSOS	-
Alienação de Bens	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-
Outros Ingressos de Investimentos	-
DESEMBOLSOS	-10,885,378,82
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9,766,314,69
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1,119,064,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-
INGRESSOS	-
Operações de Crédito	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-
Transferências de Capital Recebidas	-
Intergovernamentais	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-
Dos Municípios	-
Intragovernamentais	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-
Outros Ingressos de Financiamento	-
DESEMBOLSOS	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	351,312,616,99
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	794,041,657,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1,145,354,274,74



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 32205 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 03/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1,744,932,775.41	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1,087,365,061.84	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1,087,365,061.84	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	10,698,226.15	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	10,386,853.61	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	311,372.54	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	445,185,919.58	-
Transferências Intragovernamentais	444,813,186.38	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	372,733.20	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	24,419,221.73	-
Reavaliação de Ativos	6,377,793.66	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1,100,628.16	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	16,940,799.91	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	177,264,346.11	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	177,264,346.11	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1,284,117,743.28	-
Pessoal e Encargos	191,400,156.09	-
Remuneração a Pessoal	155,793,976.54	-
Encargos Patronais	28,481,832.11	-
Benefícios a Pessoal	5,682,033.32	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1,442,314.12	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7,469,313.62	-
Aposentadorias e Reformas	5,737,382.93	-
Pensões	1,657,873.76	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	74,056.93	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	136,340,435.23	-
Uso de Material de Consumo	947,457.85	-
Serviços	131,862,942.97	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	3,530,034.41	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	168,577,309.87	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	24,848.28	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	168,552,461.59	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	733,790,457.23	-

Transferências Intragovernamentais	733,444,210.03	
Transferências Intergovernamentais	-	
Transferências a Instituições Privadas	-	
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	
Transferências a Consórcios Públicos	-	
Transferências ao Exterior	-	
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	346,247.20	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	46,433,534.82	
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	
Perdas com Alienação	-	
Perdas Involuntárias	3,081.32	
Incorporação de Passivos	28,227,333.99	
Desincorporação de Ativos	18,203,119.51	
Tributárias	35,478.90	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	35,478.90	
Contribuições	-	
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	
Custo das Mercadorias Vendidas	-	
Custos dos Produtos Vendidos	-	
Custo dos Serviços Prestados	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	71,057.52	
Premiações	-	
Resultado Negativo de Participações	-	
Operações da Autoridade Monetária	-	
Incentivos	-	
Subvenções Económicas	-	
Participações e Contribuições	-	
Constituição de Provisões	-	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	71,057.52	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	460,815,032.13	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Quantidade

QUANTIDADES DE MULTAS

Multas Aplicadas		Arrecadadas	Canceladas Administrativamente	Processo Administrativo (Não Arrecadadas)								Validação							
				Suspensas Administrativamente		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente		Demais Situações					
Período de Competência	Quantidade	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Multas Aplicadas por Período Competência	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
2015	4,092	1,967	-	13	-	306	-	972	-	0	-	796	-	1,768	-	38	-	4,092	-
2014	3,733	492	1,366	2	17	17	17	242	0	0	0	1,542	2,279	1,784	2,279	55	54	3,733	3,733
Total	7,825	2,459	1,366	15	17	323	17	1,214	0	0	0	2,338	2,279	3,552	2,279	93	54	-	-
Validação do Estoque de Multas		7,825		3,733															

Observações:

Foi utilizado o seguinte conceito para multa aplicada - multa com base na decisão de 1ª instância.

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Valores (R\$ 1,00)

MONTANTE FINANCEIRO (R\$)

Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação			
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações					
Período de Competência	Valores	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Multas Aplicadas por Período de Competência	
		2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
2015	521,961,166.65	76,074,459.77	-	193,354,789.50	-	200,000.00	-	13,185,000.00	-	127,436,313.67	-	111,710,603.71	-	521,961,166.65	-		
2014	1,180,336,547.97	139,109,304.33	50,841,727.96	339,340,151.43	142,332,110.72	465,000.00	359,000.00	1,059,500.00	1,059,500.00	322,697,734.84	796,176,915.60	184,132,018.69	189,567,293.69	1,180,336,547.97	1,180,336,547.97		
Total	1,702,297,714.62	215,183,764.10	50,841,727.96	532,694,940.93	142,332,110.72	665,000.00	359,000.00	14,244,500.00	1,059,500.00	450,134,048.51	796,176,915.60	295,842,622.40	189,567,293.69				
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				1,702,297,714.62	1,180,336,547.97												

Observações:

Foi utilizado o seguinte conceito para multa aplicada - multa com base na decisão de 1ª instância.

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS

ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$)

Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados	
	Exercícios	
	2015	2014
2015	190,971,302.99	-
2014	342,367,423.46	134,565,804.70
Total	533,338,726.45	134,565,804.70

Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário					
Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2015	2014
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	1,214	0
	Qtde	Exígíveis e Definitivamente Constituídas	b	3,552	2,279
	%	Físico	a/b x 100	34.18%	0.00%
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0
	Qtde	Exígíveis e Definitivamente Constituídas	b	3,552	2,279
	%	Físico	a/b x100	0.00%	0.00%
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	15	17
	Qtde	Aplicadas	b	7,825	3,733
	%	Físico	a/b x 100	0.19%	0.46%
	R\$	Canceladas	c	665,000.00	359,000.00
	R\$	Aplicadas	d	1,702,297,714.62	1,180,336,547.97
	%	Financeiro	c/d x 100	0.04%	0.03%
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	323	17
	Qtde	Aplicadas	b	7,825	3,733
	%	Físico	a/b x 100	4.13%	0.46%
	R\$	Suspensas	c	14,244,500.00	1,059,500.00
	R\$	Aplicadas	d	1,702,297,714.62	1,180,336,547.97
	%	Financeiro	c/d x 100	0.84%	0.09%
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	2,459	1,366
	Qtde	Aplicadas	b	7,825	3,733
	%	Físico	a/b x 100	31.42%	36.59%
	R\$	Arrecadadas	c	532,694,940.93	142,332,110.72
	R\$	Aplicadas	d	1,702,297,714.62	1,180,336,547.97
	%	Financeiro	c/d x 100	31.29%	12.06%